

PUBLICAÇÕES  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),  
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

# ARQUEOLOGIA E HISTORIA

VOLUME II



PROPRIETARIA E EDITORA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M. DCCC. XXIII

BIBLIOTHECA  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES  
Edifício Histórico do Carmo

5361

---

---

ARQUEOLOGIA E HISTORIA

---

---

BIBLIOTHECA  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUEZES  
Edifício Historico do Carmo

3361

PUBLICAÇÕES  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),  
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

---

ARQUEOLOGIA  
E  
HISTORIA

VOLUME II



PROPRIETARIA E EDITORA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M. DCCCC. XXIII

*A responsabilidade dos escritos insertos nas publicações d'esta Associação pertence exclusivamente aos seus autores, cuja ortografia é, portanto, como é intuitivo, respeitada.*

# ÍNDICE

DAS MATÉRIAS CONTIDAS NOS TÔMOS

DOS

BOLETINS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
DE 1865 A 1921

COORDENAÇÃO DE QUIRINO DA FONSECA

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, nas consecutivas fases da sua longa actividade, abrangendo além de meio século, têm contado, entre os seus sócios, os mais preclaros cultores das sciências históricas e em especial da arqueologia; os Boletins da referida Associação, além de belamente documentarem a acção profícua dessa colectividade na salvaguarda de preciosas tradições nacionais, na vulgarização do essencial respeito às mesmas tradições e aos monumentos que as relembram, essas publicações também constituem de facto um copioso repositório de saber e averiguação, que em todo o tempo será consultado fructuosamente pelos estudiózos, convindo, todavia, que um manancial de tão pujante linfa se predisponha a servir, com presteza e facilidade, futuros investigadores, conforme o assunto de seus especiais propósitos.

Foi esta última circunstância que moveu o nosso zeloso colega na Direcção da Associação dos Arqueólogos, sr. Rodrigues Simões, a sugerir-nos, como Bibliotecário, a organização de um Índice Geral das matérias contidas nos 14 Tómos dos Boletins editados até ao presente, Índice que teria oportuno cabimento em começo da nova série das publicações periódicas da mesma Associação — «Arqueologia e História», — ideia logo sancionada pelos restantes Directores, aos quais me cumpria gostosamente satisfazer.

Eis como se poderá justificar a presente, mas talvez ainda deficiente copilação, que ordenámos conforme os nomes dos autores e também segundo os vários assuntos.

- Tômo inicial (ano 1865).  
 Tômo I (anos 1874, 1875 e 1876).  
 Tômo II (anos 1877, 1878 e 1879).  
 Tômo III (anos 1880, 1881 e 1882).  
 Tômo IV (anos 1883, 1884 e 1885).  
 Tômo V (anos 1886, 1887 e 1888).  
 Tômo VI (anos 1889 e 1890).  
 Tômo VII (anos 1894, 1895, 1896 e 1897).  
 Tômo VIII (anos 1898, 1899 e 1900).  
 Tômo IX (anos 1901, 1902 e 1903).  
 Tômo X (anos 1904, 1905 e 1906).  
 Tômo XI (anos 1907, 1908 e 1909).  
 Tômo XII (anos 1910, 1911 e 1912).  
 Tômo XIII (anos 1913 a 1921).

## ÍNDICE ORDENADO POR AUTORES

### ALMEIDA (FRANCISCO JOSÉ DE):

- Materiaes de construção. Cal. T. II, pag. 21.  
 Materiaes de construção artificiaes (de pedra). T. II, pag. 23.  
 Considerações acêrca da hygiene das construções civis e públicas. T. II, pag. 50, 72, 88, 103, 120, 132, 156. T. III, pag. 42.  
 Materiaes de construção (prótoxido de cálcio). T. II, pag. 122, 133.  
 Materiaes de construção. T. II, pag. 171, 189.  
 Polícia de andaimes e bailéus. T. III, pag. 23.  
 Construção e mobilisação das escolas. T. III, pag. 49.  
 Saneamento dos esgotos das grandes construções. T. III, pag. 65.  
 Agricultura pre-histórica. T. III, pag. 108.

### ALVAREZ (ANTONIO):

- Arredores de Lisbôa. Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados à cidade de Lisbôa e seus arrabaldes, das partes notáveis, igrejas, ermidas e conventos que tem, começando logo da barra, vindo correndo por toda a praia até Xabregas e d'ahi pela parte de cima até S. Bento o Novo. Em Lisbôa. Ano de 1626 T. VIII, pag. 91 e 117.

### ANAYA (DIOGO D<sup>o</sup>):

- As inscripções de Diu. Continúa a obra do Sr. Rivara. Uma portaria valiosa. A comissão arqueológica. T. VII, pag. 22.  
 Trabalhos arqueológicos (Trechos de uma carta de Diu). Tômo X, pag. 15.

### ANDRADE (ABEL DE):

- A Cruz de Vilar de Frades (Oficio da Direcção Geral de Instrução Pública). T. X, pag. 24.

### ANDRADE (VIEIRA DE):

- Monte Mósinho. Tômo XIII, pag. 275.

### ARAGÃO (MAXIMIANO):

- Arquitectura em Portugal. T. XIII, pag. 135.

- ARANHA (BRITO) :  
 Elogio histórico do architecto Lucas José dos Santos Pereira. T. IV, pag. 184.  
 A Associação dos Arqueólogos Portuguezes no seu 5o anniversário. T. XIII,  
 pag. 53.
- ARAÚJO (JOAQUIM) :  
 Proémio. T. IV, pag. 34.
- ARAÚJO (VICTORINO DA SILVA) :  
 Castelo de Leiria. T. I, pag. 10.  
 Epigraphia romana em Leiria. T. I, pag. 148, 169 e 185.  
 Edificios religiosos em Portugal (Leiria). T. II, pag. 174.
- ATÉS (D. JOSÉ GONZALES CARVAJAL) :  
 A architectura e a poesia. T. IV, pag. 26.
- AVELAR (D. FRANCISCO GOMES DE) :  
 Sobre deturpações na Igreja de Santa Maria de Silves. T. VII, pag. 148.  
 Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas.  
 T. VII, pag. 148.
- AZEVEDO (ANTONIO PEDRO DE) :  
 Elogio histórico do general João Maria Feijó. T. IV, pag. 179.
- AZEVEDO (PEDRO DE) :  
 Um monarca portuguez, protector da Arqueologia. T. XIII, pag. 67.
- B. :  
 Asilo de Sant'Ana em Paris.
- B. (C.) :  
 Possidónio (1806 a 1896). T. XIII, pag. 56.
- BALDY (LUIZ JOSÉ) :  
 As múmias americanas expostas no Museu do Carmo. T. IV, pag. 190. T.  
 V, pag. 13, 26 e 43.
- BARATA (A. ANTONIO FRANCISCO) :  
 Divisa usada nos escudos do Conde D. Henrique de Borgonha e de seu filho  
 D. Afonso Henriques. Alterações por que tem passado o escudo. T. IV,  
 pag. 56.
- BARBOSA (IGNÁCIO DE VILHENA) :  
 Elogio histórico do architecto João Frederico Ludovice. T. inicial (ano  
 1865), pag. 13, 17, 33 e 49.  
 Paços dos Estaos e da Inquisição. Idem, pag. 73, 102 e 142.  
 Introdução ao Tómo I. T. I, pag. 1.  
 Parecer acêrca da obra *Portugal Antigo e Moderno*. T. IV, pag. 9.  
 Parecer para a criação de cursos de archeologia religiosa. T. V, pag. 20.  
 Os monumentos de Portugal históricos, artisticos ou archeológicos. T. V,  
 pag. 63.  
 Carta à Redacção do *Comércio de Portugal*. T. VI, pag. 6.  
 Museus creados em Portugal até ao fim do século XVIII. T. X, pag. 26.  
 Os Monumentos. T. XI, pag. 545, 634, 658.  
 A Vila de Anciães, T. XI, pag. 755.  
 Cidade de Penafiel, T. XI, pag. 759 e T. XII, pag. 49.  
 Várias notícias sôbre a história antiga de Penafiel. T. XII, pag. 183.
- BARREIRA (João) :  
 Pontos do concurso da 13.<sup>a</sup> cadeira da Academia das Belas Artes de Lisboa  
 em Dezembro de 1907. T. XI, pag. 306.
- BARRETO (ANTONIO GOMES) :  
 Antiguidades Romanas no termo de Cintra. T. VI, pag. 9 e 26.
- BENALCANFOR (VISCONDE DE) :  
 Antiguidades Romanas. Napoles. T. I, pag. 166.
- BERENGUER (D. PEDRO A.) :  
 La capilla del marquês de Veler en la cathedral de Murcia. T. VI,  
 pag. 99.

- BERMUDES (A. R. ADÃES) :**  
 Discurso lido na sessão de 24 de Março de 1895. T. VII, pag. 33.  
 Congresso Nacional de Architectos e Archeologia (Proposta). T. VII, pag. 146.  
 Charles Garnier. T. VIII, pag. 54.
- BETTENCOURT (JACINTO DE) :**  
 Actas de sessões de Assembleia Geral. T. XII, pag. 337, 529 e 573.
- BETTENCOURT (LUIZ DE ALBUQUERQUE) :**  
 Actas das sessões da Assembleia Geral. T. XII, pag. 382, 428 e 480.
- BLARKALL (C. H.) :**  
 Architectura Portugueza. T. V, pag. 90 e 119.
- BOTTO (PEREIRA) :**  
 Obras na Sé de Lisboa. T. VI, pag. 25.
- BRANDÃO (MANUEL JOSÉ DA CUNHA) :**  
 Vestígios da civilização romana. Epigrafia lapidária em Coura. T. X, pag. 126 e 187.  
 Ponte Romana de Rubiães. T. X, pag. 462.  
 Memória do Chão Salgado em Belem. T. X, pag. 573.  
 Pelourinho de Paredes de Coura. T. X, pag. 684.  
 As Ruínas do Carmo, T. XI, pag. 147, 236, 316, 389 e 433.  
 Epigrafia. T. XII, pag. 451.  
 Divagando. T. XIII, pag. 61.
- BRITO (FRANCISCO NOGUEIRA DE) :**  
 A Ordem de Calatrava. Um manuscrito interessante. T. XII, pag. 94.  
 O Mosteiro da Sub-Serra da Castanheira. T. XII, pag. 217, 265, 330 e 389.  
 Elogio de Gabriel Pereira, T. XII, pag. 383.  
 Dois documentos para a história do apelido Camões. T. XII, pag. 404.  
 Relatório da excursão a Santarem em 9 de Julho de 1916. T. XIII, pag. 241.
- CALDAS (FERREIRA) :**  
 Igreja de S. Francisco de Guimarães. T. IV, pag. 133.
- CALDAS (PEREIRA) :**  
 Os Talayots (Construções prehistóricas). T. II, pag. 43.
- CARNEIRO (JOSÉ AUGUSTO) :**  
 Vários apontamentos históricos e arqueológicos do Mosteiro de Grijó. T. VIII, pag. 183.  
 Solar dos Pinheiros de Barcelos. T. III, pag. 37.
- CARVALHEIRA (ROZENDO) :**  
 Discurso lido na sessão de 26 de Julho de 1895. T. VII, pag. 65.  
 Architectura. Rápido esboceto na evolução, desde as civilizações primitivas até ao fim do século XIX. T. IX. Boletim n.º 3, pag. 21.  
 Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do turismo no paiz. Memória apresentada pela Real Associação dos Architectos Portuguezes. T. XI, pag. 812.  
 O Mosteiro de Leça do Bailio. Estado ruinoso em que se encontra (Carta). T. XII, pag. 514. Um freixe de saudades. T. XIII, pag. 91.
- CARVALHO (JOÃO CARLOS D'ALMEIDA) :**  
 A Sociedade Archeológica Lusitana. As antiguidades extraídas das ruínas de Troia e onde é que se acham depositadas. T. VII, pag. 70, 82.
- CASCARS (JOAQUIM DA COSTA) :**  
 Elogio histórico do architecto e engenheiro-mór do Reino Manuel da Maia, lida na sessão solene da Associação dos Architectos Civis Portuguezes, em 26 de Março de 1867. T. VIII, pag. 27.
- CASTILHO (JULIO DE) :**  
 Lisboa antiga e moderna. T. IV, pag. 29.  
 Casa onde faleceu o poeta Visconde de Castilho. T. X, pag. 698.

- CASTILHO (VISCONDE DE) :  
Um benemerito apêlo, a respeito do Arco de Santo André. T. XII, pag. 58.
- CASTRO (AUGUSTO MENDES SIMÕES DE) :  
Sinete da Inquisição de Coimbra. T. I, pag. 125.  
Claustro do Silêncio de Santa Cruz de Coimbra. T. I, pag. 134.  
O Conde D. Sessando, governador de Coimbra. T. II, pag. 136.
- CASTRO (D. LUIZ FILIPE DE) :  
Portaria da nomeação da Comissão incumbida pelo Governo de formular regulamentos para construção em terrenos sujeitos a abalos sísmicos. T. XI, pag. 707.
- CAVALEIRO (A. E. DE FREITAS) :  
Mestre Afonso Domingues (Drama). T. III, pag. 89.
- CORDEIRO (LUCIANO) :  
Elogio Histórico do sócio honorário o Sr. D. José Amador de los Rios. T. II, pag. 181.
- CORREIA (JOSÉ AUGUSTO) :  
Museu de S. Petersburgo. T. X, pag. 591.
- CORREIA (VALENTIM JOSÉ) :  
Sinopse dos trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes. T. I, pag. 3.  
Relatório da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes. T. I, pag. 17.  
Sinopse dos trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes em 1874. T. I, pag. 89.  
Sinopse dos trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes, relativa aos anos de 1881 e 1882. T. IV, pag. 17.
- CORVO (JOÃO DE ANDRADE) :  
Antropologia. T. III, pag. 62, 75 e 154.
- COSTA (F. A. PEREIRA DA) :  
Machados de bronze oferecidos à Associação pelo Sr. H. E. de Mendonça T. Inicial (ano 1865), pag. 146.
- COSTA (PAULO JOSÉ FERREIRA DA) :  
Sinopse dos trabalhos da Associação na sessão de assembleia geral do 2.º trimestre, celebrada no dia 2 de Julho de 1864. T. inicial (ano 1865), pag. 23, 44 e 61.  
Sinopse dos trabalhos da Associação, lida em sessão de Assembleia Geral do 3.º trimestre celebrada em 9 de Outubro de 1864. T. inicial (ano 1865), pag. 76, 94 e 106.  
Sinopse dos trabalhos da Associação, lida na Assembleia Geral de 27 de Julho de 1865. T. inicial (ano 1865), pag. 128 e 149.
- COUGNY (G. DE) :  
Carta ao Sr. Possidónio da Silva. T. IV, pag. 37.  
Argola de ouro, encontrada em Penela. T. IV, pag. 70.
- CRISTINO (RIBEIRO) :  
Um brazão arcáico de Lisboa. T. XIII, pag. 70.
- CROIZIER (MARQUIS DE) :  
Société Académique Indo-Chinoise. T. III, pag. 150.
- CUNHA (ALFREDO DA) :  
Joaquim Possidónio Narciso da Silva. T. XIII, pag. 51.
- DIAS (EDUARDO A. DA ROCHA) :  
O Sr. J. P. N. da Silva. Notícias arqueológicas extraídas do Portugal Antigo e Moderno de Pinho Leal, com algmas Notas e indicações. T. III, pag. 171. T. IV, pag. 57, 100, 119, 140, 152 e 191. T. VIII, pag. 15, 51, 87, 104, 155, 171 e 195. T. IX, Bol. n.º 1 pag. 47, Bol. n.º 2 pag. 43, Bol. 3.º pag. 45, Bol. n.º 4 pag. 39, Bol. n.º 5 pag. 41, Bol. n.º 6 pag. 39, Bol. n.º 7 pag. 41, Bol. n.º 8 pag. 44, Bol. n.º 10 pag. 39, Bol. n.º 11 pag. 37,

- Bol. n.º 12 pag. 39, T. X, pag. 39, 87, 133, 483, 557 e 600, T. XI, pag. 16, 158 e 252.
- Monografias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do continente de Portugal. T. XI, pag. 115.
- Apontamentos de Legislação Portugueza. T. IX, Bol. n.º 6 pag. 14, Bol. n.º 7 pag. 36, Bol. n.º 8, pag. 40, Bol. n.º 9, pag. 31, Bol. n.º 10, pag. 36, Bol. n.º 11, pag. 34, Bol. n.º 12, pag. 37.
- Actas das sessões de Assembleia Geral. T. IX, Bol. n.º 1, pag. 5. Bol. n.º 2, pag. 5, Bol. n.º 3, pag. 5, Bol. n.º 4, pag. 5, Bol. n.º 5, pag. 5, Bol. n.º 7, pag. 5, Bol. n.º 11, pag. 11, Bol. n.º 12, pag. 5.
- A Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes desde o 25 anniversário da sua fundação. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 18, Bol. 12, pag. 31, T. X, pag. 33 e 62.
- Principaes assuntos que foram tratados ou referidos em sessões de Assembleia Geral, desde 22 de Novembro de 1863, data da fundação, até 11 de Novembro de 1889. T. XI, pag. 124 e 169.
- Para a História da Associação (Notas remissivas). T. XIII, pag. 72.
- Índice das Estampas do Arquivo de Architectura Civil (*Jornal dos Architectos e Archeólogos*, n.ºs 1 a 10). T. X, pag. 145.
- Índice das Estampas do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes (Tomos I a VI). T. X, pag. 146.
- Descripção ou simples referência a objectos expostos no Museu do Carmo. T. X, pag. 559.
- Transladação dos restos mortaes do Santo Condestável para a Igreja de S. Vicente. T. 9, Bol. n.º 8, pag. 33.
- Elvas. T. VII, pag. 30.
- DORNELLAS (AFFONSO DE) :**  
A heráldica no Museu do Carmo. T. XIII, pag. 122.  
O Brazão da Marinha Grande. T. XIII, pag. 381.  
A cela de Nun'Alvares. T. XIII, pag. 391.
- EÇA (BENTO FORTUNATO DE MOURA COUTINHO ALMEIDA DE) :**  
Nota explicativa que acompanha a coleção de amostras dos materiais de construção que se empregam no Distrito de Vila Real. Tomo inicial (ano 1865), pag. 159.
- EVORA (REV.º ARCEBISPO DE) :**  
O Clero e a Archeologia (Circular). T. VII, pag. 123.  
Discurso aos engenheiros socios da A. dos Engenheiros Civis Portuguezes por ocasião da sua visita a Evora em 5 de Junho de 1897. T. VII, pag. 157.
- FEIJÓ (J. M.) :**  
Considerações sobre o transporte de umas pedras. Tomo inicial (ano 1865), pag. 167.
- FERNANDES (JOÃO RODRIGUES) :**  
Actas das sessões da Assembleia Geral. T. XII, pag. 246.
- FERNANDO II (EL-REI O SR. D.) :**  
O gravador Dük Stoop. T. V, pag. 126.
- FERREIRA (ANTONIO DOMINGUES) :**  
Monografia da Igreja de S. Cristovão de Rio Mau. T. IV, pag. 163 e 188.
- FERREIRA (J. L. DOS SANTOS) :**  
A tenção de D. Duarte no pórtico da entrada das capelas imperfeitas no mosteiro da Batalha. T. XII, pag. 1.
- FERREIRA (JULIO AUGUSTO) :**  
A antiga Igreja dos Anjos e o seu reitor Diogo Méxia Godines. T. XI, pag. 615.  
Publicações entradas na Biblioteca. T. XII, pag. 115, 164, 212 e 261.  
Relatório do movimento da Biblioteca. T. XII, pag. 341.

- FERREIRA (PEDRO AUGUSTO):  
Pontes Romanas em Portugal. T. V, pag. 169 e 181.  
Carvoceiras. T. VI, pag. 182.
- FIGANIÈRE (JORGE CESAR DE):  
Numismática Portugueza. T. I, pag. 26.  
Higiene. Os Cemitérios. T. I, pag. 155.  
Sphragistica Brasileira. T. II, pag. 106.
- FIGUEIREDO (BORGES DE):  
Questionário arqueológico. T. X, pag. 606.  
Modo de tirar calcos de inscrições. T. X, pag. 608.
- FOLQUE (PEDRO ROMANO):  
Circular sobre a Igreja de Sant'Ana. T. VII, pag. 134.
- FONDOUCE (CAZALIS DE):  
Importante descoberta pre-histórica. T. I, pag. 129.
- FONSECA (QUIRINO DA):  
O Brazão da cidade de Lisboa. T. XIII, pag. 331.
- FREITAS (JORDÃO A. DE):  
A Capela Real e a Igreja patriarcal na Ajuda. T. XI, pag. 621.
- FUSCHINI (AUGUSTO):  
Officio da Comissão Executiva dos Monumentos Nacionaes. T. VIII, pag. 183.
- GASPAR (JOSE ANTONIO):  
Elogio histórico do architecto João Pires da Fonte. T. I, pag. 21.
- GOMES (JOAQUIM DA CONCEIÇÃO):  
Igreja de Santo António na Vila de Mafra. T. I, pag. 46.  
Notícia acêrca dos orgãos da Basilica de Mafra. T. I, pag. 157 e 174.  
Os carrilhões de Mafra. T. II, pag. 38.  
A Biblioteca real de Mafra. T. II, pag. 102 e 118.  
A Basilica de Mafra. T. III, pag. 21, 37 e 166.  
O Monumento de Mafra. T. III, pag. 97, T. V, pag. 151, T. VI, pag. 161 e 177.  
Palácio Real de Mafra. T. IV, pag. 51.  
Convento de Mafra. T. IV, pag. 129.  
Nomes dos artistas que trabalharam no edificio Real de Mafra. T. V, pag. 12 e 17.  
Mafra. Convento. Mosteiro. T. VIII, pag. 11.  
Carrilhões. T. VII, pag. 151.  
Os Vieiras. T. VII, pag. 17.
- GONÇALVES (A. AUGUSTO):  
Officio de agradecimento. T. IX, Bol. n.º 7, pag. 20.
- GOOLDOPHIM (COSTA):  
Construções económicas. T. VII, pag. 46.
- GRANDELA (FRANCISCO):  
O Mosteiro de Leça do Bailio. Estado ruinoso em que se encontra (Carta).  
T. XII, pag. 512.
- GUERRA (LUIZ FIGUEIREDO):  
Memória sobre a antiga Viana de Santa Luiza. T. II, pag. 158.  
Relíquias da architectura militar, religiosa e civil. T. IV, pag. 158.  
Memória histórica sobre o Mosteiro de S. Claudio, T. IX, pag. 43.  
Memória histórica sobre a Matriz de Caminha. T. IX, pag. 45.  
Memória histórica sobre a Igreja de Bravões. T. VIII, pag. 46.
- GUERREIRO (J. V. MENDES):  
Notícia sobre a conservação dos monumentos egipcios. T. XI, pag. 200, 217,  
289, 361, 452 e 516.
- GUIMARÃES (J. RIBEIRO):  
O teatro do Bairro Alto (Pateo do Conde de Soure). T. XI, pag. 54, 663 e 744.
- GUSMÃO (FRANCISCO RODRIGUES):  
Apontamentos arqueológicos. Porta da Aramenha. T. I, pag. 25.

- Apontamentos arqueológicos. T. I, pag. 45.  
 Apontamentos arqueológicos (Modobriga). T. I, pag. 70 e 152.  
 Os tempos romanos (capítulo de um livro inédito). T. II, pag. 4.  
 Memória histórica do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição em Portalegre. T. II, pag. 56, 77, 92 e 108.  
 Templo do Espirito Santo em Portalegre. T. III, pag. 24.
- H. (S):  
 O pintor e gravador a água forte Dirk (Rodrigo) Stoop. Tomo inicial (ano 1865), pag. 19.
- IDDERINGE (HOOFT VAN):  
 História portuguesa. Numismática. T. II, pag. 13.
- JANUARIO (VISCONDE DE S.):  
 A architectura Khmer. T. I, pag. 183, T. II, pag. 17 e 33.  
 Ponte dos portugueses em Nagasaki (Japão). T. II, pag. 49.  
 Architectura japonesa. T. II, pag. 67.  
 As ruínas do Perú. T. IV, pag. 142.
- JUROMENHA (VISCONDE DE):  
 Pelourinhos. T. X, pag. 235.
- KARRODI (ERNESTO):  
 Um monumento byzantino em Portugal. T. VIII, pag. 18.
- LAIR (CONDE DE):  
 Société française d'archeologie pour la conservation des monuments. Rapport à la Société Royale des Archéologues Portugais sur le 65 Congrès archeologique. Session de Bourges le 6-12 juillet, 1898. T. VIII, pag. 177.  
 Carta ao Sr. Conde de S. Januario. T. VIII, pag. 183.
- LAMAS (ARTHUR):  
 Catálogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo. T. X, pag. 511 e 712  
 T. XI, pag. 47.
- LAURIERE (JULES DE):  
 Museu Arqueológico do Carmo. T. III, pag. 123.
- LEAL (AUGUSTO D'AZEVEDO P. PINHO):  
 Antiguidades do Concelho de Castelo de Paiva. T. I, pag. 86.
- LEAL (SILVA):  
 Explicação da Estampa. (Uma parte do Museu da Associação). Tomo inicial (ano 1865), pag. 110.  
 O pelourinho de Turquel. T. X, pag. 270.
- LEWIS (HAYTER):  
 Ensino dos nóveis architectos.
- LOUREIRO (ADOLFO FERREIRA):  
 Elogio do Dr. António dos Santos Rocha. T. XII, pag. 73.
- LOUREIRO (ERNESTO):  
 O Padrão de Tomar. (Carta ao Sr. Visconde da Torre da Murta). T. VIII, pag. 187.  
 Convento de Cristo em Tomar. (Carta ao Sr. Visconde da Torre da Murta). T. VIII, pag. 48 e 85.  
 Cartas inéditas de D. Pedro V. (Carta ao Sr. Visconde da Torre da Murta). T. IX, Bol. n.º 1c, pag. 20.  
 Notícia descriptiva e histórica da cidade de Tomar por João Maria de Sousa. T. IX, Bol. n.º 10, pag. 22.
- LOURO (P. ANTÓNIO P. DE):  
 Monografia da Igreja de S. Maria do Castelo, de Abrantes. T. I, pag. 140.
- M. (C.):  
 As madeiras de construção na Índia Ingleza. T. VI, pag. 113.
- MANUEL (CAETANO DA CAMARA):  
 Joaquim Possidónio Narciso da Silva. T. VII, pag. 113.

- MARGIOCHI (FRANCISCO SIMÕES):  
 Monumento a D. Maria I. Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares na sessão de 3o Abril de 1898. T. VIII, pag. 10.
- MARQUES (J. J.):  
 Princípios gerais de ventilação. Tomo inicial (ano 1865), pag. 24.
- MARSY (CONDE DE):  
 La Basilique de Bethlem. T. I, pag. 71.  
 L'Abbé Le Petit. T. III, pag. 15.  
 Exposição de architectura de Bruxelas. T. IV, pag. 49.
- MELO (J. C. A. DE):  
 Antiquidades de S. Martinho dos Mouros. T. I, pag. 62.
- MELO (ANTÓNIO JOSÉ DE):  
 Dissertação do Curso de arqueologia. T. VI, pag. 115.
- MENA JUNIOR (ANTONIO CESAR):  
 Actas das sessões de Assembleia Geral. T. IX, Bol. 11, pag. 5.  
 Um esboceto de Vieira Lusitano. (Notícia e histórica). T. X, pag. 29.  
 O Pelourinho de Cintra. (Notícia histórica). T. X, pag. 149.  
 A Casa onde faleceu Bocage. Notícia histórica comemorativa do 1.º centenário da morte do poeta. T. X, pag. 257.
- MOLINA (TIRSO DE):  
 Uma descripção de Lisboa antiga. T. VIII, pag. 115.
- MOURÃO (JOAQUIM MIGUEL PEREIRA):  
 Mapa dos materiais do Distrito de Leiria. T. I, pag. 55.
- MUNRÓ (CARLOS):  
 Necrológia do architecto inglez Mr. Scott. T. II, pag. 95.
- MURTA (VISCONDE DA TORRE DA MURTA):  
 Relatórios acêrca da Biblioteca da Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes nos annos de 1894 a 1909. T. VII, pag. 22, 106 e 129. T. VIII, pag. 20, 72 e 167. T. IX, Bol. 2, pag. 19, Bol. 5, pag. 13 e Bol. 8, pag. 26. T. X, pag. 49, 285 e 648. T. XI, pag. 266, 552 e 703. T. XII, pag. 60.  
 Relatórios da gerência do Conselho Facultativo, de 1900 a 1905. T. IX, Bol. 1, pag. 17. Bol. 5, pag. 19, Bol. 8, pag. 10 e Bol. 12, pag. 10. T. X, pag. 225 e 421.  
 Relatórios da gerência do Conselho Fiscal em 1906 e 1907. T. XI, pag. 94 e 470.  
 Preito de saudade. T. XII, pag. 378.  
 Possidónio da Silva. T. X, pag. 5.
- NOGUEIRA (JOSÉ MARIA ANTONIO):  
 Arqueologia do teatro portuguez (1588-1762). T. X, pag. 376 e 536.
- ORTIGÃO (RAMALHO):  
 Arqueologia religiosa na Holanda. T. V, pag. 110.  
 A janela da sala do Capitulo do Convento de Cristo em Tomar. T. IX, Bol. 10, pag. 18.  
 Um brado a favor dos monumentos. Parecer apresentado ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, acêrca da projectada destruição do Convento dos Carmelitas em Aveiro. T. X, pag. 369.
- O' SULLIVAN (FRANCISCO SOARES):  
 Pareceres da Commissão Revisora de Contas. T. XII, pag. 63, 259, e 476.
- PEREIRA (DR. FELIX ALVES):  
 Pelourinho de Arcos de Val-de-Vez. T. VIII, pag. 13.  
 Os Deuses igeditanos Arentius e Revelanganitaecus. T. XIII, pag. 1.  
 O presbitério de Azere. (Arcos de Val-de-Vez) T. XIII, pag. 222.
- PEREIRA (GABRIEL):  
 O templo Romano. T. IV, pag. 33.  
 Evora romana. O Museu Cenáculo. T. IV, pag. 73.

- Pelourinhos. Pelourinho do Fundão. T. IV, pag. 76.  
 Os azulejos. T. V, pag. 45.  
 O sátiro da fonte de S. Domingos de Bemfica. T. VII, pag. 7.  
 Vida e milagres de S. António. (Excerptos de um manuscrito do seculo XV.)  
 T. VII, pag. 48.  
 Torre dos Coelheiros. Solar dos Coguminhos. T. VII, pag. 53.  
 Os fragões de S. Pedro de Vale de Nogueiras. T. VII, pag. 51.  
 Ruínas na Zambézia. T. VII, pag. 54.  
 O Colar da Penha Verde. T. VII, pag. 77.  
 Para a memória do architecto Possidónio da Silva. T. VII, pag. 81.  
 As antigualhas na pauta das alfândegas. T. VII, pag. 152.  
 Biblioteca Nacional de Lisboa. Codices em pergaminho com iluminuras. T.  
 VII, pag. 161.  
 Biblioteca Nacional de Lisboa. Livros de Numismática. T. VII, pag. 185.  
 Uma obra de Possidónio da Silva. T. VIII, pag. 83.  
 O Côro de Tomar. T. VIII, pag. 85.  
 O Museu arqueológico do Carmo. T. VIII, pag. 138.  
 Várias noticias. T. VIII, pag. 200.  
 Os sinos da Sé d'Evora. IX, Bol. n.º 3, pag. 35.  
 Retratos de prelados Eborenses. T. IX, Bol. n.º 4, pag. 21.  
 Lisboa e seus arredores. T. IX, Bol. n.º 4, pag. 25.  
 O Paço Real de Cintra. T. IX, Bol. n.º 5, pag. 27.  
 O Campanário de S. Marcos. T. IX, Bol. n.º 5, pag. 31.  
 A Igreja do Menino de Deus. T. IX, Bol. n.º 6, pag. 10.  
 Inscricção rara encontrada em Ostia. Vasos gregos e etruscos e esmaltes de  
 Limoges pertencentes ao Ex.<sup>mo</sup> Duque de Palmela. T. IX, Bol. n.º 6,  
 pag. 27.  
 Os esmaltes da Casa Palmela. T. IX, Bol. n.º 6, pag. 29.  
 O Museu Districtal de Santarem. T. IX, Bol. n.º 8, pag. 5.  
 A coleção de pinturas pertencentes ao Sr. Duque de Palmela. T. IX, Bol.  
 n.º 9, pag. 13.  
 Objectos preciosos da Casa Palmela. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 26.  
 Noticias de Torres Vedras. T. X, pag. 316 e 392.  
 Preito de saude à memória do Augusto Presidente Honorário da Associa-  
 ção, S. M. El-Rei o Sr. D. Carlos I. T. XI, pag. 360.  
 Um Códice interessante. T. XI, pag. 586.  
 Manuscritos com iluminuras. T. XI, pag. 700.  
 O Códice de Gonzaga Pereira. T. XI, pag. 591.  
 A Igreja e o Mosteiro de Santa Joana. T. XI, pag. 688.  
 Inventário dos livros de Numismática da Bibliotheca Nacional de Lisboa.  
 T. XI, pag. 725.
- PESANHA (D. JOSÉ):**  
 O architecto Boytaca. T. VII, pag. 27.  
 A Igreja de N. S. do Populo nas Caldas da Rainha em 1656. T. XI, pag. 820.  
 Arte portugueza primitiva. O pintor Nuno Gonçalves e os paineis de S. Vi-  
 cente. T. XII, pag. 87.  
 A arqueologia. T. XIII, pag. 52.  
 Uma excursão a Evora (9 a 11 de Junho de 1915). T. XIII, pag. 233.
- PINHEIRO (M. M. BORDALO):**  
 O Calvário. T. II, pag. 8.
- PINTO (CESARIO AUGUSTO):**  
 Ara de Trajano. T. I, pag. 28.  
 Iconografia das Caldas das Taipas. T. I, pag. 76.  
 O Dolmen de Gontinhães. T. I, pag. 169.  
 Memória relativa ao projecto de um estabelecimento termal para as Caldas  
 de Vizela. T. II, pag. 184.

- Projecto de um estabelecimento termal. T. III, pag. 4.  
 Mosáico romano. T. III, pag. 145.
- PROENÇA JUNIOR (F. TAVARES) :  
 Cópia de uma inscrição existente no Museu do Instituto de Coimbra. T. X,  
 pag. 125.
- QUEIROZ (JOSÉ) :  
 22 de Novembro de 1923. T. XIII, pag. 59.  
 Azulejos de S. Vicente de Fóra. T. XIII, pag. 115.  
 Uma excursão a Evora (9 a 11 de Junho de 1915). T. XIII, pag. 233.  
 Museu Arqueológico do Carmo. Catálogo da secção de cerâmica. T. XI,  
 pag. 412.
- R. (J. S.) :  
 Introdução ao Tomo IV do Boletim. T. IV, pag. 1.
- RACZYNSKI :  
 Azulejos. T. X, pag. 252 e 502.
- RAPOSO (EDUARDO A.) :  
 A Casa do Arco. T. VIII, pag. 151.
- REIS (RICARDO SIMÕES DOS) :  
 Farol de Penela. T. V, pag. 88, e 104.
- RENAN (ERNESTO) :  
 Opinião sobre restauração de monumentos. T. IX, Bol. n.º 6, pag. 34.
- REZENDE (ANDRÉ DE) :  
 Fala que fez André de Rezende na entrada del Rey. D. Sebastião de Portu-  
 gal a primeira vez na cidade de Evora. T. IX, Bol. n.º 2, pag. 41.
- REYNOLDS (ELMER) :  
 Memória de arqueologia prehistórica da America do Norte. T. V, pag. 184.
- RIBEIRO (AUGUSTO) :  
 Visconde de Alemquer. T. VII, pag. 146.
- RIBEIRO (CARLOS) :  
 A arqueologia. T. I, pag. 5.
- RIBEIRO (JOSÉ DIOGO) :  
 Artigo sobre arqueologia cristã. T. V, pag. 173.  
 O Pelourinho de Torquel. Rectificação. T. XIII, pag. 278.
- RIBEIRO (JOSÉ SILVESTRE) :  
 Introdução. T. II, pag. 65.  
 Secondo Congresso degli architetti ed ingegneri italiani in Firenze. T. II,  
 pag. 69 e 86.  
 O Sr. Conde Arthur de Marsy (Um bom serviço por ele prestado á Asso-  
 ciação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes). T. II, 78 e 109.  
 Exposição Universal de Paris. Portugal. A Real Associação dos Architectos  
 e Arqueólogos Portuguezes. T. II, pag. 82.  
 A Sociedade Real dos Antiquários do Norte, vista á luz d'um notável dis-  
 curso do Sr. Worsaae. T. II, pag. 91.  
 Arqueologia e Belas Artes. T. II, pag. 93.  
 A madeira de construção e a America do Norte. T. II, pag. 104.  
 Um arqueólogo illustre D. Bernardo de Montfaucon. T. II, pag. 120.  
 Notícia da Vita di Michelangelo Buonaroti. T. II, pag. 127.  
 A Empresa editora das obras clássicas e ilustradas do Porto. T. II, pag. 128.  
 Bibliografia. T. II, pag. 138 e 191, T. III, pag. 27.  
 O dia 2 de Maio de 1879. T. II, pag. 145.  
 Inventário das obras de arte. T. II, pag. 177.  
 Introdução ao Tomo III do Boletim. T. III, pag. 1.  
 Epigrafia árabe. T. III, pag. 10.  
 Um merecido tributo de louvor. T. III, pag. 12.  
 O Tricentenário de Camões. T. III, pag. 17.  
 Um viajante francez no século XVII. T. III, pag. 81.

- Um livro do Sr. Joaquim Possidónio da Silva : *Noções elementares de arqueologia*, avaliado lá fóra. T. III, pag. 92.  
 Agradecimento ao Sr. C. Sipièrie. T. III, pag. 96.  
 Pedido ao Governo na Camara dos Dignos Pares. T. III, pag. 158.  
 Elogio histórico de Francisco José de Almeida. T. IV, pag. 181.
- RIBEIRO (VICTOR MAXIMIANO) :**  
 O antigo edificio da Misericórdia de Lisboa e a respectiva porta existente no Museu do Carmo. T. IX, Bol. n.º 4, pag. 11.  
 Actas das sessões de Assembleia Geral. T. IX, Bol. n.º 7, pag. 8. Bol. n.º 9, pag. 5 e Bol. n.º 10, pag. 5.  
 Propostas relativas à restauração da Sé Velha de Coimbra. T. VII, pag. 12.  
 Offício e proposta relativas à comemoração do 4.º centenario do nascimento de Damião de Goes. Garrett e a arqueologia portugueza. T. IX, Bol. n.º 7, pag. 12. Bol. n.º 9, pag. 21 ; Bol. n.º 10, pag. 8.  
 A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz. T. X, pag. 399, 468, 542 e 610. T. XI, pag. 30.  
 Parecer da secção de arqueologia, com respeito á conservação e forma por que devem assignalar-se as casas memoráveis. T. XI, pag. 73.  
 Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do turismo no paiz. Memória apresentada pela Real Associação dos Architectos Portuguezes. T. XI, pag. 812.  
 Feitos d'armas. Braz Pereira. Gaspar Pinto. Ricardo Franco. Notas documentaes sobre a campanha da Restauração no Alemtejo. T. XII, pag. 6, 189 e 225.  
 Herculano e o mestre Gil. T. XII, pag. 169.  
 Sousa Viterbo (Notas biográficas). T. XII, pag. 361.  
 O busto de Sousa Viterbo. T. XII, pag. 364.  
 Gabriel Pereira (Notas Biográficas). T. XII, pag. 377.
- RICHEMOND (LOUIS DE) :**  
 Carta dirigida ao presidente da Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes. T. III, pag. 173.
- RIOS (D. RODRIGO AMADOR DE LOS) :**  
 Tradução de uma inscrição árabe. T. I, pag. 192.  
 Fragmento de lápide sepulcral arábica, descoberto em Mértola (carta ao E.º Sr. J. M. Narciso da Silva). T. II, pag. 58.  
 Decifração das moedas de prata árabes. T. VI, pag. 100.
- RODRIGUES (MANUEL MARIA) :**  
 Memória sobre architectura românica. T. V, pag. 2.
- S.**  
 (Numismatica). T. V, pag. 119.
- SÁ (MANUEL JOSÉ M. DA COSTA E) :**  
 Resumo de arqueologia cristã. T. V, pag. 156.  
 Memória sobre a estatua romana em Beja. T. V, pag. 171.
- SAMPAIO (JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA) :**  
 Notícia sobre a Igreja do Real Colegio dos Jesuitas em Angra do Heroismo, Ilha Terceira dos Açores. T. VIII, pag. 79.
- SANTOS (ALFREDO ELVIRO DOS) :**  
 Ermida de N. S. da Pureza em Lisboa. T. X, pag. 205, 268.  
 Parecer da secção de arqueologia com respeito á conservação e forma por que devem assignalar-se as casas memoráveis. T. XI, pag. 73.
- SANTOS (M. VELOSO Y) :**  
 Enterramentos prehistóricos. T. III, pag. 57.
- SARMENTO (MARTINS) :**  
 Citania-Sabroso. T. II, pag. 56.  
 Inscrições inéditas. T. IV, pag. 58.  
 Epigrafia. T. IV, pag. 69 e 105.

## SÉDILLE (PAUL) :

- Relatório do Congresso dos architectos francezes em Paris, em 1889.  
 Templo de Diana, em Epheso. T. I, pag. 29.  
 Urna de encineração descoberta em Alcacer do Sal. T. I, pag. 91.  
 Epigrafiá. T. IV, pag. 58.  
 Epigrafiá. Inscricção hebráica. Inscricção árabe descoberta em Portugal.  
 T. I, pag. 77.  
 Descoberta de uma vila rústica romana, em Leiria. T. I, pag. 24.  
 Descoberta rara feita no Algarve. T. I, pag. 44.  
 Descobrimto da cidade romana de Nabância, em Portugal. T. III, pag. 152.  
 Relatório acêrca de novas investigações archeológicas. T. II, pag. 40.  
 Relatório acêrca do descobrimto feito no monte de Santa Luiza em Viana  
 do Castelo. T. II, pag. 27.  
 Mémoire sur le signification des signes gravés sur les anciens monuments  
 du Portugal. T. V, pag. 29 e 39.  
 Singular descobrimto e útil advertência. T. VI, pag. 184.  
 Monte de Santa Luzia (Minho). T. II, pag. 52.  
 Archeologia prehistórica (Palafitas de Italia, Suissa, Austria e França). T.  
 II, pag. 75.  
 Archeologia Prehistórica (Introdução). T. III, pag. 58, 69, 108. T. IV, pag.  
 134 e 191.

## SEQUEIRA (GUSTAVO DE MATOS) :

- Naudar. (Notícia histórica). T. XI, pag. 649.  
 Actas das sessões da Assembleia Geral. T. XII, pag. 64, 111, 152, 202, 298 e 369.  
 Elogio histórico de Julio de Castilho (2.º Visconde de Castilho). T. XIII,  
 pag. 372.

## SEQUEIRA (JOSÉ DA COSTA) :

- Sínopse dos trabalhos da Associação, lida na primeira sessão da Assembleia  
 Geral. Tomo inicial (ano 1865), pag. 1.  
 Advertencia Tomo inicial (ano 1865) pag. 5.  
 Prefácio. Ideia geral da architectura. Tomo inicial (ano 1865), pag. 6.  
 Estudos de architectura civil. Tomo inicial (ano 1865), pag. 25, 43, 53, 40,  
 84, 121, 139 e 156.

## SERPA (A. FERREIRA DE) :

- Dois inéditos acêrca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo. T. XII, pag.  
 239.

## SILVA (JOAQUIM POSSIDONIO NARCISO DA) :

- Monumentos célticos. T. VI, pag. 2 e 6.  
 Novos monumentos megalíticos em Portugal. T. II, pag. 90.  
 Montanhas megalíticas na Rússia Meridional. T. V, pag. 93.  
 Quelques considerations sur les haches de bronze trouvées en Portugal. T.  
 IV, pag. 12.  
 Machados pre-históricos de bronze. T. III, pag. 45.  
 Dolmens descobertos em Portugal. T. III, pag. 124.  
 Necropole de Mazzabotto. T. V, pag. 22.  
 Origem da architectura e a influencia que tem sobre as outras artes. T. V,  
 pag. 161.  
 A architectura dos tempos prehistóricos e históricos.  
 A architectura dos povos da antiguidade (Egito). T. II, pag. 82, 97, 103, 129  
 e 168.  
 A architectura dos povos da antiguidade. T. III, pag. 18, 33, 140, 181. T. IV,  
 pag. 2, 134. T. VI, pag. 72 e 84.  
 Architectura monumental da Grécia. T. V, pag. 33.  
 Architectura monumental (Templos da Grécia). T. V, pag. 65 e 81.  
 Architectura monumental (Edificios romanos). T. V, pag. 113, 129.  
 Descrição da antiga e monumental cidade de Roma. T. VI, pag. 163 e 181.

- Máscara romana descoberta em Portugal. T. I, pag. 131.  
 Escultura romana. A pedra formosa. T. I, pag. 136.  
 Arquitectura da idade média. T. IV, pag. 41, 54, 65, 83, 97, 113. T. VI, pag. 145.  
 Segundo periodo da arquitectura da Edade Média. T. V, pag. 70, 84  
 Arquitectura e escultura do Renascimento. T. II, pag. 71.  
 Princípios de arquitectura do século XIII. T. VI, pag. 34.  
 Análise sobre a composição da Ordem Jónica. T. VI, pag. 129.  
 O que significa a arquitectura ogival. T. III, pag. 177.  
 Arquitectura ogival. T. IV, pag. 20. T. V, pag. 97, 132.  
 Origem do estilo ogival na Inglaterra. T. V, pag. 145.  
 Os progressos na construção da arquitectura ogival. T. VI, pag. 49.  
 Arquitectura religiosa em Portugal. T. III, pag. 87.  
 Resumo de arqueologia cristã. T. V, pag. 75, 94, 110, 122, 136, 189. T. VI, pag. 29, 41, 60, 77, 89, 101, 123, 136, 152, 168 e 187.  
 Belas artes. T. IV, pag. 49.  
 Estética. Tomo inicial (ano 1865), pag. 58.  
 Reforma da Academia Real das Belas Artes de Lisboa. T. II, pag. 165.  
 Arte monumental da América. T. IV, pag. 88.  
 Escultura portugueza do século XII (Busto d'El-Rei D. Afonso Heriques). T. II, pag. 162.  
 Monumentos nacionaes. T. IV, pag. 167.  
 Nova reforma dos teatros. T. I, pag. 125.  
 Termas de Portugal, T. I, pag. 75.  
 Os claustros dos conventos. Tomo inicial (ano 1865), pag. 37.  
 Janela conventual do monumento de Belem. T. III, pag. 144.  
 Construção. T. II pag. 26.  
 Materiaes de construção. T. I, pag. 103.  
 Estabelecimento termal em Vizela. T. II, pag. 183.  
 Planta da Igreja abacial do extinto mosteiro de Alcobaca. T. II, pag. 137.  
 Novo projecto para a conclusão do Real Palácio de Ajuda. T. I, pag. 177.  
 Novas salas no Real Palácio de Ajuda. Tomo inicial (ano 1865). pag. 41, 51, 92 e 124.  
 Nova decoração das salas do Palácio Real de Ajuda. T. I, pag. 47.  
 Projecto para uma casa de banhos públicos. Tomo inicial (ano 1865), pag. 60 e 63.  
 Origem das estufas. Descrição das que existem em Lisboa. Tomo inicial (ano 1865), pag. 68.  
 Novo hospital de Macau. T. I, pag. 39.  
 Casa dos Vinte e Quatro. T. III, pag. 184.  
 Iconografia cristã. T. IV, pag. 100.  
 Sarcófago de D. Afonso Sanches. T. III, pag. 169.  
 Túmulo da idade de pedra em Portugal (Lisbôa). T. II, pag. 177.  
 O sarcófago do ilustre D. Gonçalo de Sousa. T. II, pag. 124.  
 Túmulo d'El-Rei D. Fernando I. T. I, pag. 121 e 153.  
 Sarcófago romano descoberto na Extremadura. T. I, pag. 8.  
 Exposição Industrial Portugueza. T. V, pag. 181.  
 Notícia dos architectos antigos e modernos. T. I, pag. 14, 122, 173 192.  
 Monsieur Victor Martin Lafuel. T. III, pag. 76.  
 Paulo José Ferreira. T. III, pag. 16.  
 Biografia do architecto Charles Garnier. T. I, pag. 68.  
 Elogio histórico do architecto Victor Baltard. T. I, pag. 49.  
 Necrologia do architecto Lucas José dos Santos Pereira. T. IV, pag. 127.  
 Necrologia. T. III pag. 45.  
 Necrologia do insigne architecto Mr. Duc. T. II, pag. 144.  
 Necrologia de Francisco José de Almeida. T. III, pag. 126.

- Necrologia. Augusto Filipe Simões. T. IV, pag. 79.  
 Necrologia do Conselheiro João Maria Feijó. T. IV, pag. 112.  
 Necrologia do architecto inglez P. L. Donaldson. T. IV, pag. 176.  
 Necrologia do Conde João Gozzadini, arqueólogo italiano. T. V, pag. 144.  
 Museu do Carmo em Lisboa. T. III, pag. 25.  
 Novo distinctivo scientifico. T. II pag. 66.  
 Boletim do trimestre (Julho a Setembro de 1865). Tomo inicial (ano 1865), pag. 29.  
 Boletim do trimestre (Outubro a Dezembro de 1865). Tomo inicial (ano 1865), pag. 46.  
 Bibliografia. Tomo inicial (ano 1865), pag. 31 e 105.  
 Alocação do Presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes. T. I, pag. 84.  
 Relatório apresentado na sessão solene da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes em 2 de Maio de 1879. T. II, pag. 153.  
 Relatório da Associação, apresentado pelo presidente J. P. Narciso da Silva. T. IV, pag. 178.  
 Relatório da sessão solene em Dezembro de 1888. T. VI, pag. 17.  
 Memória histórica dos progressos e trabalhos da Real Associação, desde a sua instituição até ao ano de 1890. T. VI, pag. 67.  
 Congressos internacionaes na Exposição Universal de Paris em 1889. T. VI, pag. 93, 109.  
 Crónica artística. Tomo inicial (ano 1865), pag. 39.  
 Crónica. T. I, pag. 16, 48, 63, 79, 95, 110, 126, 141, 159, 175 e 193.  
 Explicação da Estampa. (Novas casas para escolas de ensino primário em Portugal). Tomo inicial (ano 1865), pag. 89.  
 Explicação da Estampa (Púlpito da Igreja de Santa Cruz de Coimbra). Tomo inicial (ano 1865), pag. 135.  
 Explicação da Estampa (Escultura em alabastro). T. III, pag. 75.  
 Explicação da Estampa (Planta e projecto da Igreja de Sant'Ana do Campo, em Évora). T. III, pag. 111.  
 Explicação da Estampa (Sámento e as exéquias de El-Rei D. Manuel). T. IV, pag. 8.  
 Explicação da Estampa (Cálices do seculo XII). T. IV, pag. 27.  
 Explicação da Estampa (Inscrição romana descoberta em Alger). T. IV, pag. 40.  
 Explicação da Estampa (Argola de Ouro achada em Penela). T. IV, pag. 62.  
 Explicação da Estampa (Biblioteca da Universidade). T. IV, pag. 77.  
 Explicação da Estampa (Signaes sobre um penhasco no logar de Linares, Provincia do Douro). T. IV, pag. 78.  
 Explicação da Estampa (Instrumentos prehistoricos). T. IV, pag. 94.  
 Explicação da Estampa (Cópia da carta autógrafa da Rainha Isabel de Inglaterra e uma pers. nagem de Lisboa em 1580). T. IV, pag. 106.  
 Explicação da Estampa (Porta Manuelina do Edificio de S. Francisco de Alemquer) T. IV, pag. 125.  
 Explicação da Estampa (Nova classificação das edades de pedra). T. IV, pag. 158.  
 Explicação da Estampa (Instrumentos de pedra pré-históricos). T. IV, pag. 175.  
 Explicação da Estampa (Igreja de Vilarinho de S. Romão, na Provincia do Douro). T. V, pag. 15.  
 Explicação da Estampa (Necropole de Alcaccer do Sal. Idade de Ferro). T. V, pag. 92.  
 Explicação da Estampa (Museu artístico d'El-Rei D. Fernando no Palácio das Necessidades). T. V, pag. 108.

- Explicação da Estampa (Antiguidades Romanas descobertas na Itália). T. V, pag. 124.
- Explicação da Estampa (Distinctivo dos Vice-Reis da Índia). T. V, pag. 142.
- Explicação da Estampa (Edifício religioso do Paço de Sousa). T. V, pag. 157.
- Explicação da Estampa (Gomil do Renascimento). T. V, pag. 173.
- Explicação da Estampa (Sarcófago antigo da Sé da Cidade do Porto). T. V, pag. 188.
- Explicação da Estampa (Monumento da Sé Velha de Coimbra). T. VI, pag. 12.
- Explicação da Estampa (Placas de Schisto da Serra de Ossa). T. VI, pag. 46.
- Explicação da Estampa (Quatro primitivos braços reaes de Portugal). T. VI, pag. 62.
- Explicações da Estampa (Palácio das Belas Artes da Exposição de Paris, em 1889). T. VI, pag. 75.
- Explicação da Estampa (Gravadores e esculptores prehistóricos). T. VI, pag. 93.
- Explicação de Estampa (Capitel Coríntio primitivo itálico). T. VI, pag. 108.
- Explicação da Estampa (Alunos do curso de arqueologia em 1890). T. VI, pag. 126.
- Explicação de Estampa (Maneira de se encabar na epoca prehistórica, as haches de pedra e bronze). T. VI, pag. 135.
- Explicação de Estampa (Pórtico da Casa nobre de arquitectura manuelina, construída em Coimbra, na era de 1514). T. VI, pag. 152.
- Explicação da Estampa (Grutas prehistóricas de Palmela, próximo de Lisboa). T. VI, pag. 167.
- Explicação da Estampa (Escultura em alabastro). T. VI, pag. 191.
- SILVA (JOSÉ D'ALMEIDA E) :**  
Sé de Vizeu. T. IV, pag. 36.
- SIMÕES (FILIPE AUGUSTO) :**  
Alguns passos n'um labirinto. T. I, pag. 105 e 117.
- SOUSA (ABADE ANTONIO D. DE CASTRO E) :**  
Elogio histórico de José da Costa e Silva, architecto portuguez. Tomo inicial (ano 1865), pag. 9.  
Arquitectos nacionaes e estrangeiros que executaram obras em Portugal, desde o século XII até ao século XVIII. Tomo inicial (ano 1865), pag. 39.  
O túmulo de D. Nuno Alvares Pereira. Tomo inicial (ano 1865) pag. 87.  
As ruínas da Igreja do Carmo, em Lisboa. Tomo inicial (ano 1865), pag. 148.  
Resumo histórico da vida de Francisco de Holanda. Tomo inicial (ano 1865), pag. 163.  
Pintura em pergaminho. T. I, pag. 24.  
Monografia da Sé de Lisboa. T. I, pag. 65, 92, 100, 113 e 136.  
Elogio histórico do architecto Eugenio dos Santos e Carvalho. T. I, pag. 81.
- SOUSA (AUGUSTO EUGENIO DE FREITAS CAVALEIRO E) :**  
Ermida de N. S. do Ameal em Torres Vedras. T. I, pag. 115.  
Sessão solene. Relatório. Elogio histórico dos architectos do Convento do Carmo de Lisboa. T. III, pag. 118.  
Arqueologia. Memória oferecida á Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes. T. VII, pag. 188.  
O Pelouro do Convento de Odivelas. T. VIII, pag. 111.  
A Torre de Belem. T. VIII, pag. 183.  
Actas das sessões de Assembleia Geral. T. V, pag. 10.
- SOUSA (D. JOSÉ DE SALDANHA OLIVEIRA E) :**  
A respeito das chaminés das cozinhas. T. IV, pag. 83.  
Construção rural. T. IV, pag. 161.
- TEIXEIRA (F. A. GARCEZ)**  
Cruzeiro do Carmo, em Lisboa. T. XII, pag. 509.

- Cruzeiro da Graça, em Lisboa. T. XII, pag. 510.  
 Libro de la ynclita cavalleria de Cristo en la corona de Portugal. T. XIII, pag. 270.  
 Tomar. T. XIII, pag. 295.  
 Convento do Loreto. T. XIII, pag. 301.  
 Comunicações feitas na sessão de 17 de Maio de 1920. T. XIII, pag. 302.
- TELES (LIBERATO):  
 Azulejos. T. XI, pag. 128.
- V. (S.):  
 Primeiro Congresso de Arqueólogos Portuguezes. T. II, pag. 12.  
 Habitações lacustres (Acros Africa). T. II, pag. 13.  
 Diplomática portuguesa. T. II, pag. 23.  
 Novas descobertas arqueológicas em Portugal. T. II, pag. 26.  
 Citania. T. II, pag. 27.  
 Antiguidades Romanas do Algarve. T. II, pag. 30.  
 Monte Conceição, T. II, pag. 30.  
 Monumentos nacionaes. T. II, pag. 37.  
 Os dolmens são ou não são sepulturas. T. II, pag. 43.  
 Lápide luso-romana. T. II, pag. 52.  
 Monumentos ciclopenses em Portugal. T. II, pag. 56.  
 Congresso de americanistas. T. II, pag. 57.
- VALADA (MARQUEZ DE):  
 Elogio histórico de S. M. El-Rei D. Fernando II. T. V, pag. 51.
- VALDEZ (J. J. ASCENSÃO):  
 Algumas noticias para a descripção histórica do logar e freguezia de Alcobaca. T. VII, pag. 18, 43 e 68.  
 Monumentos arqueológicos de Chelas. Apontamentos para o Catálogo descritivo dos existentes no Museu do Carmo. T. VIII, pag. 55.  
 Parecer da Comissão Revisora de Contas. T. XII, pag. 63, 259 e 476.  
 Campanarios em Portugal. Apontamentos para a História da Arte de fundição de sinos. T. XII, pag. 28, 99, 138, 274, 411, 456 e 539. T. XIII, pag. 201.  
 Descrição da Igreja do Espirito Santo, parochial da Vila de Aldeia Galega do Ribatejo. T. XI, pag. 577.
- VARGAS (M. F. DE):  
 Apenso ao Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo. T. XI, pag. 230.
- VASCONCELOS (A. A. TEIXEIRA DE):  
 Elogio histórico dos Srs. Joaquim da Cunha Lima Junior e Manuel José Carneiro, professores de Belas Artes do Porto. Tomo inicial (ano 1865), pag. 65 e 81.
- VASCONCELOS (FRAZÃO DE):  
 O brazão d'armas da vila de Almeirim. T. XIII, pag. 370. T. II, pag. 146.
- VASCONCELOS (JOAQUIM DE):  
 Retratos de Damião de Goes. T. II, pag. 146.  
 O estado das construções publicas e o ensino profissional. T. III, pag. 3.  
 A ourivesaria portugueza nos seculos XV e XVI. T. III, pag. 113, 129, 146 e 161.  
 A arquitectura manuelina. T. IV, pag. 117, 145.  
 Pontos do concurso da 13.<sup>a</sup> cadeira da Academia das Belas Artes de Lisboa, em Dezembro de 1907. T. XI, pag. 306.
- VASCONCELOS (JOSE LEITE DE):  
 Emilio Hubner e a arquitectura lusitano-romana (Memória lida em sessão da Real Associação dos Arqueólogos e Architectos Portuguezes, a 9 de Março de 1901). Boletim n.º 1, pag. 27.  
 Ex-libris, super-libris e super-libros. T. XIII, pag. 65.

- VEIGA (SEBASTIÃO P. M. ESTACIO DA):**  
 Duas palavras em memória do Príncipe dos arqueólogos, T. I, pag. 97.
- VENTURA (JOSÉ PINTO DA SILVA):**  
 Mosteiro de S. Salvador de Grijó. T. VII, pag. 159, 190, 192. T. VIII, pag. 50, 90, 126 e 170. T. IX, Bol. n.º 6, pag. 5.  
 D. Francisco Gomes de Avelar. T. VII, pag. 184.  
 Digna Comemoração. T. XIII, pag. 63.
- VILELA (SÁ):**  
 Primitivos habitantes da Península Hispanica. T. I, pag. 33.  
 O Convento de Belem e o seu architecto. T. I, pag. 58.  
 Medalha conferida aos trez laureados. T. I, pag. 145.  
 Os dolmens. T. I, pag. 164, 180. T. II, pag. 8 e 23.  
 Um artista portuguez. T. II, pag. 6.  
 Nas bodas de oiro. T. XIII, pag. 60.
- VITERBO (SOUSA):**  
 O tanger dos sinos. Providencias ecclesiasticas adoptadas no século XVI. T. VII, pag. 17.  
 Fr. Braz de Barros ou de Braga (Um documento para a historia da Sé de Leiria). T. XII, pag. 35.  
 Dedicatoria escrita no exemplar especial do Elogio Histórico de Joaquim Possidonio Narciso da Silva, oferecido pela Real Associação ao Ex.<sup>ma</sup> Visconde de Castilho. T. VII, pag. 146.  
 Os artistas da Batalha e o infante D Pedro. T. VIII, pag. 82.  
 Dadias do almirante D. Vasco á Igreja de Jorumenha. T. VIII, pag. 82.  
 Subsídios para a História da Escultura em Portugal. João José de Aguiar e Antonio de Padua. T. VIII, pag. 101 e 135.  
 Cruzeiros Notaveis (Arroios, Campo Grande, Mato, Olhalvo, Lorangeiras, Evora, Loures, Leça do Bailio, Aveiro, Figueira da Foz). T. X, pag. 96.  
 Cruzeiros Notaveis (Lumiar, Paço Velho, Portela, Guimarães, Cruz Quebrada, Cascaes, Coimbra, Setubal). T. X, pag. 159.  
 Cruzeiros Notaveis (Cruz Quebrada, Cascaes). T. X, pag. 272.  
 Cruzeiros Notaveis (Valongo, Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, Alcanede). T. X, pag. 309.  
 Cruzeiros Notaveis (Vaqueiras, S. Pedro na Ericeira). T. X, pag. 397.  
 Cruzeiros Notaveis (Cascaes, Mujães). T. X, pag. 265.  
 Cruzeiros Notaveis (Cintra e Suburbios, Rio de Mouro). T. X, pag. 597.  
 Cruzeiros Notaveis (Ranholas, Vale de Milho, Quinta do Saldanha, Pena, S. Martinho e S. Sebastião, Louzel, Monte das Alviçaras, Ramalhão). T. X, pag. 662.  
 Cruzeiros Notaveis. T. XI, pag. 6, 85, 191, 247, 323, 510 e 738.  
 O ensino da architectura. T. X, pag. 207.  
 A pintura no reinado de D. Afonso V. T. X, pag. 305.  
 Cartas ao Conselheiro Presidente da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes, o sr. Augusto José da Cunha. T. X, pag. 339 e 570.  
 Um artista desconhecido. T. XI, pag. 12.  
 Um desenho de Vieira Lusitano. T. XI, pag. 14.  
 Os Paços Reaes de Alcanhões. T. XI, pag. 145.  
 Classificações dos Monumentos Nacionaes. T. XI, pag. 321.  
 Paços Reaes. Paços de Valada. T. XI, pag. 515.  
 A gravura em Portugal. Breves apontamentos para a sua história. T. XI, pag. 598.  
 Subsídios para a História da musica em Portugal. T. XII, pag. 44 e 122.  
 Lição dos Monumentos. T. XII, pag. 439.  
 Anotações artisticas e archeológicas. T. XII, pag. 439, 489 e 555.  
 O Conselho dos Monumentos e o inventario artistico. T. XII, pag. 442.

- A conservação e a restauração dos monumentos. T. XII, pag. 445.  
 Architectos e Monumentos. T. XII, pag. 447.  
 A Torre de Belem. T. XII, pag. 489.  
 As Ruínas do Carmo. T. XII, pag. 491.  
 Um túmulo histórico. T. XII, pag. 494.  
 Restos da Igreja do noviciado da Cotovia. T. XII, pag. 494.  
 Uma edificação religiosa e artistica (Igreja das Aguas Belas em Tomar). T. XII, pag. 496.  
 A arte de bem construir. T. XII, 498.  
 Reconstrução dos Monumentos. A arte e a politica. T. XII, pag. 500.  
 Lisboa Antiga. A Igreja de Santa Catarina do Monte Sinai. T. XII, pag. 503.  
 Lisboa Antiga. A Igreja de S. Luiz Rei de França. T. XII, pag. 506.  
 A venda e a exportação de objectos artisticos. T. XII, 555.  
 Os amadores de arte em Portugal. T. XII, pag. 558.  
 A Casa Portuguesa. T. XII, pag. 561, 565 e 567.  
 Protecção às Belas Artes. Galeria de Retratos. T. VIII, pag. 570.  
 Anotações artisticas e arqueológicas. T. XIII, pag. 19 e 209.

WHITE (WILLIAM H.):

- Modo de promover os concursos de obras architectónicas aprovadas pelo Real Instituto dos Architectos Britânicos. T. IV, pag. 45.

REDAÇÃO:

- Índice. T. III, pag. 191.  
 Prólogo. T. V, pag. 1.  
 Introdução. T. II, pag. 1.  
 Introdução. T. VI, pag. 1.  
 Biografia do Principe Prisdang. T. IV, pag. 46.  
 A' memória de uma pessoa de notável illustração D. Luiz de Rute. T. VI, pag. 111.  
 Programa para concurso de um vocabolário de termos de architectura. T. IV, pag. 82.  
 Protesto da Sociedade de Geografia. T. VI, pag. 81.  
 Eleição de Sua Magestade o Imperador D. Pedro II. T. VI, pag. 65.  
 Resultado da eleição dos cargos da Sociedade Académica Indo-Chinesa de França. T. VI, pag. 49.  
 Sessão solene sob a presidência de Sua Altesa o Principe D. Carlos. T. IV, pag. 177.  
 Sessão solene da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes. T. V, pag. 49.  
 Sessão, em 1889, para comemorar o vigéssimo quinto anniversário da fundação da Real Associação dos Archeólogos Portuguezes. T. VI, pag. 65.  
 Crónica da Associação. T. 3, pag. 12, 45, 63, 77, 92, 112, 125, 159 e 188. T. IV, pag. 14, 32, 47, 63, 78, 95, 109, 126, 143, 160 e 175. T. V, pag. 15, 31, 47, 64, 80, 95, 111, 127, 142, 158, 174 e 190.  
 Noticiario. T. II, pag. 15, 32, 47, 63, 80, 96, 112, 128, 143, 163, 180 e 195. T. III, pag. 13, 32, 46, 63, 79, 93, 112, 159, 174 e 189. T. IV, pag. 15, 32, 48, 64, 78, 96, 110, 127 e 144. T. V, pag. 16, 16; 32, 48, 64, 80, 96, 112, 128, 143, 175 e 192. T. VI, pag. 16, 32, 48, 63, 80, 96, 111, 127, 144, 159, 175 e 191.

ANÓNIMO:

- Boletim do trimestre (Janeiro a Março). Tômoo inicial (ano de 1866), pag. 77.  
 Boletim do trimestre (Abril a Junho de 1866), Idem pag. 63.  
 Boletim do trimestre (Julho a Setembro de 1866). Idem, pag. 95.  
 Várias Noticias. T. IX, Bol 3, pag. 31.  
 Crónica artística. Tômoo inicial (ano de 1864), pag. 39.  
 Crónica. T. II, pag. 14, 31, 45, 60, 79, 112, 143, 162, 179, 195. T. VI, pag. 13, 31, 47, 61, 79, 96, 111, 127 e 143.

- Lista dos novos sócios nacionaes e estrangeiros. T. I, pag. 31.  
 Presidentes honorários e protectores d'esta Real Associação. T. X, pag. 78.  
 Relação dos sócios laureados pela Real Associação dos Architectos Civis e  
 Arqueólogos Portuguezes. T. X, pag. 501.  
 Relação dos nomes dos sócios que pertencem à Associação dos Architectos  
 Civis e Arqueólogos Portuguezes, desde a sua fundação até fim de De-  
 zembro de 1866. Tômo inicial (ano 1866), pag. 113.  
 Sócios inscritos em 1907. T. XI, pag. 576.  
 Contas da Tesouraria. T. XIII, pag. 35.  
 Expediente. T. II, pag. 164.  
 Explicação de Estampa (Planta térrea do novo edificio do Erário Régio).  
 Tômo inicial (ano 1866), pag. 30.  
 Explicação de Estampa (Planta geral do Convento e Real Palácio de Ma-  
 fra). Idem, pag. 31.  
 Explicação de Estampa (Planta geral do Real Palácio de Ajuda). Idem,  
 pag. 47.  
 Explicação de Estampa (Planta dos cárceres que havia no edificio do Palá-  
 cio da Inquisição). Idem, pag. 79.  
 Explicação de Estampa (Novas casas para escolas de ensino primário em  
 Portugal). Idem, pag. 89.  
 Explicação de Estampa (Púlpito da Igreja de Santa Cruz de Coimbra).  
 Idem, pag. 135.  
 Explicação de Estampa (Monumento de Sua Magestade a Rainha D. Maria I).  
 Idem, pag. 137.  
 Explicação de Estampa (Vista das ruínas do Convento do Carmo). Idem,  
 pag. 187.  
 Breve notícia do Boletim. T. I, pag. 25.  
 Publicações oferecidas nacionaes e estrangeiras. T. I, pag. 31.  
 Bibliografia. T. I, pag. 32.  
 Notícia de Publicações. T. VIII, pag. 80.  
 Actas das sessões de Assembleia Geral. T. VII, pag. 13, 30, 62, 78, 112 e 177.  
 T. VIII, pag. 1, 33, 65, 97, 129 e 161. T. X, pag. 11, 117, 239, 293, 522,  
 414, 488, 562, 628, 686. T. XI, pag. 106, 205, 275, 343, 357, 418, 582, 56.,  
 643, 708, 771, 854.  
 Actas das sessões de Assembleia Geral desde 31 de Janeiro a 8 de Maio de  
 1913. T. XIII, pag. 37.  
 Sessão solene em 23 de Novembro de 1913. (T. XIII, pag. 81.  
 Acta da Comissão nomeada para tratar do monumento a D. Maria I. T.  
 VIII, pag. 66.  
 Relatório da Direcção. T. XII, pag. 254 e 471.  
 Relatório da gerência da Direcção em 1912. T. XIII, pag. 31.  
 Idem em 1913. T. XIII, pag. 187.  
 Idem em 1914. T. XIII, pag. 197.  
 Idem em 1915. T. XIII, pag. 226.  
 Idem em 1916. T. XIII, pag. 256.  
 Idem em 1917. T. XIII, pag. 306.  
 Idem em 1918. T. XIII, pag. 319.  
 Plínio, o naturalista, e a Lusitania. T. IV, pag. 11.  
 D. Francisco Gomes de Avelar. T. VII, pag. 148.  
 O escultor Aguiar. T. VIII, pag. 102.  
 Dr. Francisco Ferraz de Macedo. T. XI, pag. 115.  
 Monsenhor Pereira Boto. T. XI, pag. 115.  
 Joaquim Prieto, T. XI, pag. 118.  
 José Arnaldo Nogueira Molarinho. T. XI, pag. 118.  
 Notas biográficas de Adolfo Ferreira Loureiro. T. XIV, pag. 367.  
 Necrologia. T. I, pag. 32.

- Representação dirigida pela Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses ao Governo de Sua Magestade sobre as construções em Portugal. T. II, pag. 187.
- Representação da mesma Associação ao Governo de Sua Magestade. T. VI, pag. 97.
- Representação sobre o limite das freguesias de Santa Engracia e S. Bartolomeu do Beato, de Lisboa, na Calçada da Cruz da Pedra. Bol. n.º 6, pag. 37; Bol. n.º 7, pag. 29; Bol. n.º 8, pag. 35.
- Representação ao Ministerio das Obras Públicas acêrca dos monumentos nacionaes. T. IX, Bol. n.º 1, pag. 41.
- Representação da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, à presidencia do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes. Bol. n.º 2, pag. 31.
- Representação ao Presidente e vereadores do Município de Lisboa. T. IX, Bol. n.º 2, pag. 33.
- Representação dirigida ao Governo de Sua Magestade. T. X, 58 e 123.
- Representação dirigida ao Governo pela Direcção da Associação dos Arqueólogos sôbre a protecção das descobertas arqueológicas. T. XI, pag. 125.
- Representação acêrca do Museu Nacional. T. XI, pag. 721.
- Representação dirigida ao Governo de Sua Magestade sôbre os monumentos arqueológicos. T. XI, pag. 505.
- Comissão portuguesa de organização do Congresso Internacional d'Antropologia e d'Arqueologia pré-histórica, em Lisboa, em 1880. T. III, pag. 8.
- Congresso internacional em Genève. I. X, pag. 576.
- Congresso internacional de architectos em Madrid. Conclusões. T. X, pag. 194.
- Congresso internacional de architectos em Londres, de 16 a 21 de Julho de 1906. T. X, pag. 506.
- Assainissement et salubrité de l'habitation. 2º Congrès international à Genève, du 4 au 10 Septembre 1906. T. X, pag. 576.
- Société Française d'Archéologie pour la conservation des monuments historiques. Programme du Congrès tenu à Avalon et à Auxerre du 11 au 19 Juni 1907.
- Congrès Préhistorique de France à Autun. T. XI, pag. 144.
- Programa para concurso sôbre assuntos de architectura e de arqueologia. T. IV, pag. 81.
- Programa do Congresso Internacional de Architectura de Bruxelas. T. VII, pag. 137.
- Programa do Congresso Arqueológico e Histórico de Malines. T. IV, pag. 135.
- Programa do Congresso em La Rochele, da Sociedade Franceza de Arqueologia. T. IV, pag. 28.
- Programa do concurso para a Cadeira de História da Arte na Academia das Belas Artes. T. IX, Bol. n.º 2, pag. 15.
- Programa do concurso para um projecto do sanatório de S. Torcato de Guimarães. T. XI, pag. 130.
- Classificação dos Monumentos Nacionaes. T. IV, pag. 153.
- Comissão eleita para a classificação dos monumentos nacionaes. T. III, pag. 83, 100 e 235.
- Comissão de monumentos nacionaes: Questionário geral. Regulamento. Conselho dos monumentos nacionaes. T. VI, pag. 1. T. IX, Bol. n.º 5, pag. 35.
- Portaria relativa à Comissão dos monumentos nacionaes. T. XI, pag. 92.
- Museus Arqueológicos provinciaes. O Museu Eborense. T. IV, pag. 147.
- Museu Arqueológico de Nova Gôa. (Extracto de um Relatório do Sr. Ismael Gracias). T. VII, pag. 39.

- Museu Etnográfico. T. VII, pag. 5.  
 O Museu Social de Paris. T. VII, pag. 47.  
 Apontamentos de Legislação Portuguesa. Anos de 1889, 1890 e 1891. T. VII, pag. 109 e 124.  
 Idem. Ano de 1892. T. VIII, pag. 112.  
 Idem. Ano de 1893. T. VIII, pag. 151.  
 Idem. Anos 1898 e 1899. T. X, pag. 79 e 244.  
 Uma vista antiga da Citania. T. VII, pag. 26.  
 Cetobriga. T. VII, pag. 10.  
 Fundão. T. VII, pag. 11.  
 Vizeu. T. VII, pag. 12.  
 Vila Franca de Xira. T. VII, pag. 11.  
 Vila Viçosa. T. VII, pag. 12.  
 O monumento comemorativo da batalha contra os mouros no campo de Castro Verde. T. VII, pag. 41.  
 A agulha de Cleopatra. T. II, pag. 44.  
 A Sé Velha de Coimbra e a arqueologia histórica. T. VII, pag. 39.  
 A Torre de Menagem do cidade de Beja. T. VII, pag. 41.  
 Portas Romanas de Beja. T. VII, pag. 26.  
 O Monumento de D. Maria I. Documentos. T. VII, pag. 114.  
 O Castelo da Feira (Discrição poetica). T. VII, pag. 27.  
 Antiguidades entre Douro e Minho. T. VII, pag. 10.  
 Antigas fortificações. T. VII, pag. 9.  
 Lâmpada e Capela de Santo António. T. VII, pag. 51.  
 As ruínas do Carmo. Museu arqueológico. T. VIII, pag. 59.  
 Estátua e sarcófago de D. Nuno Alvares Pereira. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 11.  
 Ruínas do Carmo. T. pag. 192. T. XII, pag. 25.  
 Conventos da Ordem do Carmo. T. X, pag. 125.  
 Igreja dos Anjos, em Lisboa. T. X, pag. 697.  
 Pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos. T. X, 437, 509, 581 e 653.  
 Casos memoráveis. T. XI, pag. 1.  
 Monumento da Batalha. Capelas imperfeitas. T. XI, pag. 338.  
 Estátua equestre da Ilha do Corvo. T. XI, pag. 447.  
 Colégio da Companhia de Jesus em Setubal. T. XI, pag. 140.  
 As divisas das Capelas imperfeitas da Batalha. T. XI, pag. 338.  
 Profanação e vandalismo. T. I, pag. 30.  
 Conveniência da vulgarização da arqueologia. T. VI, pag. 133.  
 O trabalho das mulheres na arqueologia artística. T. VI, pag. 149.  
 Conselhos aos arqueólogos para a conservação dos objectos antigos subterrados. T. VI, pag. 14.  
 As antiguidades de Monomotapa nos escritores portugueses. T. VII, pag. 55.  
 Alvará de D. João V sobre os monumentos antigos. T. VII, pag. 156.  
 Riqueza arqueológica de Portugal. Nota de um viajante inglez. T. VII, pag. 8.  
 Os restos mortaes de Vasco da Gama. Providências tomadas em 1845. T. VII, pag. 41.  
 Materiaes de construção. Observação de um antigo viajante em Lisboa. T. VII, pag. 8.  
 Leis da Rumania sobre os achados arqueológicos, conservação dos monumentos públicos. T. VII, pag. 40.  
 Legado de Teodoro da Costa ao Liceu de Lisboa. T. VII, pag. 29.  
 Joias de Leonor de Aragão, filha de D. Affonso IV de Portugal. (Inventário datado de 1317). T. VII, pag. 105.  
 Inventários antigos. Tezouro do infante D. Diniz. Prata de El-Rei D. Afonso III. T. VII, pag. 105.  
 Garcia de Rezende e a Torre de Belem. T. VII, pag. 9.

- A empresa da infanta D. Brites. T. VIII, pag. 26.  
 Descobertas arqueológicas em Bensafrin, concelho de Lagos. T. VII, pag. 38.  
 Contucci «O Sansovino», em Portugal. T. VII, pag. 28.  
 Concurso em Barcelona para um prémio à melhor obra original de arqueologia espanhola. T. VII, pag. 139.  
 Braceletes pre-romanos. T. VII, pag. 6.  
 Extracto dos officios enviados à Comissão que a Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes encarregou de redigir uma representação ao Governo acêrca dos monumentos nacionaes. T. VIII, pag. 32, 60 e 92.  
 Mensagem de agradecimento a Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia pelos auxílios concedidos à restauração artística de monumentos. T. VII, pag. 15.  
 Casa dos vinte e quatro. Decreto da sua extinção. T. IX, Bol. n.º 10, pag. 17.  
 A Cava de Viriato. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 14.  
 Grades do templo de Mafra. Modelos dos pórticos da sala da Camara dos Pares. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 10.  
 Notícia da fundação da freguesia de Santa Isabel. T. IX, Bol. n.º 7, pag. 26, e Bol. n.º 11, pag. 25.  
 Sessão solene para a distribuição das medalhas aos trez laureados, por S. M. El-Rei o Sr. D. Fernando. T. I, pag. 161.  
 Circular às Camaras Municipaes acêrca de pelourinhos, cruzeiros, e outros monumentos históricos e arqueológicos. T. X, pag. 438 e 509.  
 Extractos das respostas às circulares dirigidas pela mesa da Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes, ás Camaras Municipaes do Pais. T. X, pag. 440 e 653.  
 Delegação em Braga da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes. Acta da sua instalação. T. X, pag. 572.  
 Estatutos da Real Associação dos Arqueólogos. T. XI, pag. 793.  
 Pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos. Extractos de officios das Camaras Municipaes. T. XI, pag. 84.  
 Serventia pública municipal junto à porta lateral da Igreja do Carmo, actualmente entrada para o elevador. T. XI, pag. 244.  
 Cópia da escritura de doação do Convento do Carmo. T. XI, pag. 409.  
 Secções da Associação dos Arqueólogos Portuguezes. T. XII, pag. 485.  
 Saudação ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Teofilo Braga, Presidente do Governo Provisório. T. XII, pag. 204.  
 Reorganisação dos serviços artisticos e arqueológicos. Lei de 26 de Maio de 1911. T. XII, pag. 313.  
 Relação das moedas do Brasil Colonial e Brasil Império, oferecidas ao Museu do Carmo pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Augusto de Sousa Lobo. T. XII, pag. 175.  
 Regulamento da Secção de Heraldica. T. XII, pag. 481.  
 Instituto Português de Diplomática. T. XIII, pag. 387.  
 Importante resolução tomada pela Associação dos Arqueólogos para o desenvolvimento das artes industriaes em Portugal. T. XII, pag. 32.

## ÍNDICE ORDENADO POR ASSUNTOS

## ANTIGUIDADES DIVERSAS :

- Noticias sôbre a conservação dos monumentos egípcios (por *J. V. Mendes Guerreiro*). T. XI, pag. 200, 217, 289, 361, 452 e 516.  
 Citania (por *S. V.*). T. II, pag. 27.  
 Uma vista antiga da Citania. T. VII, pag. 26.  
 Cetobriga. T. VII, pag. 10.  
 Monte Conceição. T. II, pag. 20.  
 Necropole de Mozzabotto (por *J. P. N. da Silva*). T. V, pag. 22.  
 Monte Mosinho (por *Vieira de Andrade*). T. XIII, pag. 275.  
 - Notícia da fundação da Freguezia de Santa Izabel. T. VII, pag. 26 ; T. XI, pag. 25.  
 Memoria do Chão Salgado, em Belem (por *Manuel José da Cunha Brandão*). T. X, pag. 573.  
 Citania-Sabroso (por *Martins Sarmiento*). T. II, pag. 56.  
 Monte de Santa Luzia, no Minho (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. II, pag. 52.  
 Relatório acêrca do descobrimento feito no Monte de Santa Luzia em Viana do Castelo (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. II, pag. 27.  
 Novos monumentos megalíticos em Portugal (por *J. da Silva*). T. II, pag. 90.  
 Monumentos ciclópicos em Portugal (por *S. V.*). T. II, pag. 56.  
 Monumentos célticos (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 2 e 23.  
 Arte monumental do povo da antiguidade (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. VI, pag. 72 e 84.  
 Antigas fortificações. T. VII, pag. 9.  
 Os fragões de S. Pedro de Vale de Nogueiras (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 51.  
 Sociedade Arqueológica Lusitana. As antiguidades extraídas das ruínas de Troia e onde é que se acham depositadas (por *João Carlos d'Almeida Carvalho*). T. VII, pag. 70 e 82.  
 Ruínas na Zambézia (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 54.  
 As antigualhas na pauta das Alfândegas (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 152.  
 As antiguidades de Monomotopa nos escritores portuguezes. T. VII, pag. 55.  
 Antiguidades entre Douro e Minho. T. VII, pag. 10.

## ANTIGUIDADES ROMANAS :

- Descoberta de uma vila rústica romana em Leiria (por *J. da Silva*) T. I, pag. 24.  
 Évora romana. O museu Cenáculo. (por *Gabriel Pereira*). T. IV, pag. 73.  
 O Templo romano (por *Gabriel Pereira*). T. IV, pag. 33.  
 Mosaico romano (por *Cesário Augusto Pinto*). T. III, pag. 145.  
 Descobrimto da cidade romana Nabância, em Portugal (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. III, pag. 152.  
 Fortas Romanas de Beja. T. VII, pag. 26.  
 Braceletes pre-romanos. T. VII, pag. 6.  
 Os Templos romanos. Capitulo de um livro inédito (por *F. A. Rodrigues de Gusmão*). T. II, pag. 4.  
 Antiguidades Romanas do Algarve (por *S. V.*) T. II, pag. 30.  
 Máscara romana descoberta em Portugal (por *J. da Silva*) T. I, pag. 131.  
 Escultura romana. A pedra furada (por *J. da Silva*) T. I, pag. 136.  
 Antiguidades romanas. Nápoles (pelo *Visconde de Benalcanfor*) T. I, pag. 166.

Antiguidades romanas nos termos de Cintra (por *Antonio Gomes Barreto*)  
T. VI, pag. 9 e 26.

Memória sobre uma estátua romana em Beja (por *Manuel José M. da Costa e Sá*) T. V, pag. 171.

Ponte romana de Babiães (por *Manuel José da Cunha Brandão*) T. X,  
pag. 462.

Pontes romanas em Portugal (por *Pedro A. Ferreira*) T. V, pag. 169.

ANTROPOLOGIA :

Antropologia (por *J. d'Andrade Corvo*) T. III, pag. 62, 75 e 154.

ARQUEOLOGIA :

Dissertação do aluno do Curso de Arqueologia, galardoado com o primeiro  
premio (por *Antonio José de Melo*). T. VI, pag. 115.

Conselhos aos arqueólogos para a conservação dos objectos antigos sub-  
terrados. T. VI, pag. 14.

O Clero e a arqueologia (pelo Rev.<sup>mo</sup> *Arcebispo de Evora*). T. VII, pag. 123.

Circular do Ministério do Reino a respeito dos monumentos nacionaes (por  
*Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque*). T. IX, Bol. n.º 7, pag. 21.

Apontamentos arqueológicos (por *Francisco Rodrigues Gusmão*). T. I,  
pag. 45.

Riquesa arqueológica de Portugal. Nota de um viajante inglez. T. VII, pag. 8.

Notícias arqueológicas extraídas do «Portugal Antigo e Moderno» de Pinho  
Leal com algumas notas e indicações (por *Eduardo Rocha Dias*). T.  
VII, pag. 57, 100, 119, 140, 152 e 191; T. VIII, pag. 15, 51, 87, 104, 155,  
171 e 195; T. IX, Bol. n.º 1, pag. 42; Bol. n.º 2; pag. 43; Bol. n.º 3,  
pag. 45; Bol. n.º 4, pag. 39; Bol. n.º 5, pag. 41; Bol. n.º 6, pag. 41; Bol.  
n.º 7, pag. 41; Bol. n.º 8, pag. 44; Bol. n.º 10, pag. 39; Bol. n.º 11, pag.  
37; Bol. n.º 12, pag. 39; T. X, pag. 39, 87, 133, 483, 557 e 600; T. XI,  
pag. 16, 158 e 252.

Apontamentos arqueológicos. Medrobriga (por *Francisco Rodrigues Gus-  
mão*). T. 1, pag. 70 e 152.

Resumo de arqueologia cristã (por *Possidónio da Silva*). T. V, pag. 75, 94,  
110, 122, 136, 189; T. VI, pag. 29, 41, 60, 77, 89, 191, 123, 136, 152, 168,  
187.

Resumo de arqueologia cristã (por *Manuel José da Costa e Sá*). T. V, pag.  
156.

Arqueologia cristã (por *José Diogo Ribeiro*). T. V, pag. 173.

Arqueologia religiosa na Holanda (por *Ramalho Ortigão*). T. V, pag. 110.

Parecer para a criação de cursos de arqueologia religiosa (por *Ignacio de  
Vilhena Barbosa*). T. V, pag. 20.

Conveniência da vulgarisação da arqueologia. T. VI, pag. 133.

O trabalho das mulheres na arqueologia artística. T. VI, pag. 149.

Memória de arqueologia prehistórica da América do Norte (por *Elmer Rey-  
nolds*). T. V, pag. 184.

A arqueologia (por *Carlos Ribeiro*). T. I, pag. 5.

A arqueologia (por *D. José Pessanha*). T. XIII, pag. 52.

Arqueologia prehistórica. Palafitas de Italia, Suissa, Austria e França (por  
*J. Possidónio N. da Silva*). T. II, pag. 75.

Arqueologia prehistórica. Introdução (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag.  
58, 69, 108; T. IV, pag. 134, 191; T. IX, Bol. n.º 10, pag. 15; Bol. n.º  
9, pag. 21; Bol. n.º 10, pag. 8.

Arqueologia do teatro portuguez. 1588-1762. (por *José Maria Antonio No-  
gueira*), T. X, pag. 376 e 536.

Questionário arqueológico (por *Borges de Figueiredo*). T. X, pag. 606.

Arqueologia e Belas Artes (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 93.

Relatório acerca de novas investigações arqueológicas (por *J. Possidónio N.  
da Silva*) T. II, pag. 40.

- Novas descobertas arqueológicas em Portugal (por *S. V.*) T. II, pag. 26.  
 Monumentos arqueológicos de Chelas. Apontamentos para o catálogo descriptivo dos existentes no Museu do Carmo (por *J. J. Ascensão Valdez*). T. VIII, pag. 55.  
 Arqueologia. Memória oferecida à Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes (por *Augusto Eugénio de Freitas Cavaleiro e Sousa*). T. VII, pag. 188.  
 Descobertas arqueológicas em Bensafrin, concelho de Lagos. T. VII, pag. 38.  
 Concurso em Barcelona para um prémio pecuniário à melhor obra original de arqueologia hespanhola. T. VII, pag. 139.  
 Mémoire de l'archeologie des signes gravés sur les anciens monuments du Portugal (por *J. Silva*). T. V, pag. 29 e 39.  
 Société Française d'Archeologie pour la conservation des monuments historiques. Programme scientifique du Congrès Archéologique tenu à Avallon et à Auxerre du 11 au 19 juin 1907. T. XI, pag. 143.  
 Lei da Romania sôbre os achados arqueológicos, conservação e restauração dos monumentos públicos. T. VII, pag. 40.

## ARQUITECTURA :

- Arquitectura dos tempos prehistóricos e históricos (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 59.  
 A arquitectura dos povos da antiguidade (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag. 18, 33, 140, 181; T. IV, pag. 2, 134.  
 Arquitectura dos povos da antiguidade. Egipto. (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. II, pag. 82, 97, 113, 129, 168.  
 Arquitectura monumental da Grecia (por *J. P. N. da Silva*). T. V, pag. 33, 65, 81, 113.  
 Arquitectura monumental. Edifícios românos (por *J. P. N. da Silva*). T. V, pag. 113.  
 Memória sôbre arquitectura romanica (por *Manuel Maria Rodrigues*). T. V, pag. 2.  
 Arquitectura da idade média (por *J. P. N. da Silva*). T. IV, pag. 41, 54, 65, 83, 97, 113; T. V, pag. 70, 84; T. VI, pag. 145.  
 Princípios de arquitectura do século XIII (por *J. P. N. da Silva*). T. VI, pag. 34.  
 Análise sôbre a composição da Ordem Jonica (por *J. da Silva*). T. VI, pag. 129.  
 O que significa a arquitectura ogival? (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag. 177.  
 Arquitectura ogival. (por *J. P. N. da Silva*). T. IV, pag. 20; T. V, pag. 97, 132.  
 Os progressos nas construções da arquitectura ogival (por *J. P. N. da Silva*). T. VI, pag. 49.  
 Origem do estilo ogival na Inglaterra (por *Possidónio da Silva*). T. V, pag. 145.  
 Arquitectura e escultura do Renascimento (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. II, pag. 71.  
 Arquitectura portuguesa (por *Joaquim de Vasconcelos*). T. IV, pag. 117 e 145.  
 Arquitectura portuguesa (por *C. H. Blaekall*). T. V, pag. 90, 119.  
 Arquitectura em Portugal (por *Maximiano Aragão*). T. XIII, pag. 135.  
 Arquitectura religiosa em Portugal (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag. 87.  
 Arquitectura japoneza (pelo *Visconde de S. Januário*), T. II, pag. 67.  
 Emilio Hubner e a arquitectura lusitano-romana. Memória lida em sessão da Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes, a 9 de Março de 1901. (por *J. Leite de Vasconcelos*). T. 9, Bol. n.º 1, pag. 27.  
 A arquitectura Khomer (pelo *Visconde de S. Januário*). T. I, pag. 183; T. II, pag. 17 e 33.  
 Estudos de arquitectura civil (por *J. da C. Sequeira*). T. X, pag. 25, 45, 53, 70, 84, 121, 136 e 156.

- Idea geral de Architectura (por *José da Costa Sequeira*). T. X, pag. 6.  
 Architectura. Rápido esboço da sua evolução desde as civilizações primitivas até ao fim do século XIX (por *Rezendo Carneira*). T. IX, Bol. n.º 3, pag. 21.  
 O ensino da architectura (por *Sousa Viterbo*) T. X, pag. 207.  
 Origem da architectura e a influência que tem sobre as outras artes (por *J. da Silva*) T. V, pag. 161.  
 A architectura e a poesia (por *D. José Gonçalez Carvayal Atés*) T. IV, pag. 26.  
 Programa para concurso de um vocabulário de termos de architectura T. IV, pag. 82.  
 Modo de promover os concursos de obras architectónicas aprovada pelo Real Instituto da Architectura Britânica T. IV, pag. 45.  
 Relíquias da architectura militar, religiosa e civil (por *Luíz Figueiredo Guerra*) T. IV, pag. 6.

#### CONSTRUÇÃO :

- Construção (por *J. da Silva*) T.ômo inicial (ano de 1865) pag. 26.  
 Construções económicas (por *Costa Goodelphim*) T. VII, pag. 46.  
 Construção rural (por *D. José de Saldanha Oliveira e Sousa*) T. IV, pag. 161.  
 Construção e mobilisação das escolas (por *Francisco José d'Almeida*) T. III, pag. 49.  
 O estado das construções públicas e o ensino profissional (por *Joaquim de Vasconcelos*) T. III, pag. 3.  
 Principios geraes de ventilação (por *J. J. Marques*) T.ômo inicial (ano de 1865) pag. 24.  
 A respeito das chaminés das cozinhas (por *D. José de Saldanha Oliveira e Sousa*) T. IV, pag. 83.  
 Portaria da nomeação da Comissão incumbida pelo Governo de formular regulamentos para construção em terrenos sujeitos a abalos sísmicos (por *D. Luíz Filipe de Castro*) T. XI, pag. 707.  
 Representação dirigida pela R. A. das A. C. e Archeólogos Portugueses ao Governo de Sua Magestade sobre as construções em Portugal. T. II, pag. 187.

#### MATERIAES DE CONSTRUÇÃO :

- A madeira de construção e a América do Norte (por *José Silvestre Ribeiro*) T. II, pag. 104.  
 As madeiras de construção na Índia Ingleza (por *C. M.*) T. VI, pag. 113.  
 Materiaes de construção. Areia (por *J. da Silva*) T. I, pag. 103.  
 Materiaes de construção. Protoxido de Cálcio (por *F. J. Almeida*) T. II, pag. 122 e 133.  
 Materiaes de construção. Cálcio (por *Francisco José de Almeida*) T. I, pag. 133.  
 Material Cálcio (por *Francisco J. Almeida*). T.ômo I, pag. 156; T.ômo II, pag. 21.  
 Materiaes de construção (por *Francisco J. d'Almeida*) T. I, pag. 191; T. II, pag. 171, 189.  
 Materiaes de construção artificiaes, de pedra (por *J. de Almeida*) T. II, pag. 23.  
 Materiaes de construção. Observação de um antigo viajante em Lisboa. T. VIII, pag. 8.  
 Mapa dos materiaes do Districto de Leiria (por *Joaquim Miguel Pereira Mourão*). T. I, pag. 55, 154.  
 Nota explicativa que acompanha a coleção de amostras dos materiaes de construção que se empregam no Districto de Vila Real (por *Bento Fortunato de Maura Coutinho de Almeida*). T.ômo inicial (ano de 1865) pag. 159.

## EDIFÍCIOS:

- As ruínas do Carmo (por *M. J. Cunha Brandão*). T. XI, pag. 147, 236, 316, 389 e 433.
- As ruínas do Carmo (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 491.
- Ruínas do Carmo. T. IX, Boletim n.º 12, pag. 25.
- Conventos da Ordem do Carmo. T. X, pag. 125.
- As ruínas do Carmo. Museu arqueológico. T. VIII, pag. 59.
- Cópia da escritura de doação do Convento do Carmo. T. XI, pag. 409.
- Serventia pública municipal, junto à porta lateral da Igreja do Carmo, actualmente entrada para o elevador. T. XI, pag. 244.
- As divisas das capelas imperfeitas da Batalha. T. XI, pag. 338.
- A Basílica de Mafra. (por *Joaquim Conceição Gomes*). T. III, pag. 21, 37, 97, 166; T. IV, pag. 51, 129; T. V, pag. 151; T. IV, pag. 161, 177; T. VIII, pag. 11.
- A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz (por *Victor Ribeiro*). T. X, pag. 399, 468, 542 e 610.
- Edifícios religiosos em Portugal (por *Victorino da Silva Araujo*). T. II, pag. 174.
- Programa do concurso para um projecto de Santuário de S. Torcato de Guimarães. T. mo inicial (ano de 1865), pag. 130.
- Um benemérito apelo a respeito do Arco de Santo André (pelo *Visconde de Castilho*). T. XII, pag. 58.
- A cela de Nun'Alvares (por *Afonso de Dornellas*). T. XIII, pag. 391.
- Apontamentos arqueológicos. Porta da Aramenha (por *Francisco Rodrigues Gusmão*). T. I, pag. 25.
- Fr. Braz de Barros ou de Braga. Um documento para a história da Sé de Leiria. (por *F. M. de Sousa Viterbo*). T. VII, pag. 35.
- Proposta relativa à restauração da Sé Velha de Coimbra (por *Victor Ribeiro*). T. IX, Bol. n.º 7, pag. 12.
- Igreja de S. Francisco de Guimarães (por *Ferreira Caldas*). T. IV, pag. 133.
- Monografia da Igreja de S. Cristovão de Rio Mau (por *Antonio Domingos Ferreira*). T. IV, pag. 163.
- Monografia da Igreja de Santa Maria do Castelo, de Abrantes (por *P. Antónino P. de Louro*). T. I, pag. 140.
- Claustro do Silêncio de Santa Cruz de Coimbra (por *Augusto M. Simões de Castro*). T. I, pag. 134.
- A Casa do Arco (por *Eduardo A. Raposo*). T. VIII, pag. 151.
- Convento de Cristo em Tomar. Carta ao Sr. Visconde da Torre da Murta (por *Ernesto Loureiro*). T. VIII, pag. 48.
- O Côro de Tomar (por *Gabriel Pereira*). T. VIII, pag. 85.
- O Côro do Convento de Cristo em Tomar. Carta ao Sr. Visconde da Torre da Murta (por *Ernesto Loureiro*). T. VIII, pag. 85.
- Memória histórica sobre a Igreja de Bravães (por *L. de Figueiredo da Guerra*). T. VII, pag. 46.
- Memória histórica sobre a Matriz de Caminha (por *L. de Figueiredo da Guerra*). T. VIII, pag. 45.
- Memória histórica sobre o Mosteiro de S. Cláudio (por *L. de Figueiredo da Guerra*). T. VIII, pag. 43.
- Castelo de Leiria (por *Victorino da Silva Araujo*). T. I, pag. 10, 42.
- Convento do Loreto (por *Garcez Teixeira*). T. XIII, pag. 301.
- O Presbítero de Azere, Arcos de Val-de-Vez (por *F. A. Pereira*). T. XIII, pag. 222.
- Asilo de Sant'Ana, em Paris. T. mo inicial (ano de 1865), pag. 168.
- As ruínas da Igreja do Carmo em Lisboa (pelo *Abade de Castro*). T. mo inicial (ano de 1865), pag. 148.

- Paços dos Estaos e da Inquisição (por *Ignacio de Vilhena Barbosa*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 73, 102 e 142.
- O Paço Real de Cintra (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 5, pag. 27.
- Solar da Cimbreira de Barcelos (por *Jaime Augusto Carneiro*). T. IX, Bol. n.º 3, pag. 37.
- O antigo edificio da Misericordia de Lisboa e a respectiva porta existente no Museu do Carmo (por *Victor Ribeiro*). T. IX, Bol. n.º 4, pag. 11.
- A Igreja do Menino de Deus (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 6, pag. 10.
- As ruínas da Igreja do Carmo em Lisboa. T. X, pag. 192.
- Ermida de Nossa Senhora ~~dos Prazeres~~ em Lisboa (por *Alfredo Elviro dos Santos*). T. X, pag. 205, 208. H da Pureza  
16
- Igreja dos Anjos em Lisboa. T. X, pag. 697.
- Memória histórica do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição em Portalegre (por *F. A. R. de Gusmão*). T. II, pag. 56, 77, 92, 108.
- Templo do Espirito Santo, em Portalegre (por *F. R. Gusmão*). T. III, pag. 24.
- Planta da Igreja abacial do extincto Mosteiro de Alcobaça (por *J. Possidónio N. da Silva*) T. II, pag. 137.
- Notícia sobre a Igreja do Real Colegio dos Jesuitas em Angra do Heroismo, Ilha Terceira dos Açores (por *José Augusto Nogueira de Sampaio*). T. VIII, pag. 79.
- Mosteiro de S. Salvador de Grijó (por *José Pinto da Silva Ventura*) T. VII, pag. 159, 190 e 192; T. VIII, pag. 50, 90, 126 e 170; T. IX, Bol. n.º 6, pag. 5.
- Vários apontamentos históricos e arqueológicos do Mosteiro de Grijó (por *José Augusto Carneiro*). T. VIII, pag. 183.
- Circular sobre a Igreja de Santarem (por *Pedro Romano Folque*). T. VII, pag. 134.
- O Castelo da Feira. Descrição poética T. VII, pag. 27.
- Sobre deturpações na Igreja de Santa Maria de Silves (por *D. Francisco Gomes do Avelar*). T. VII, pag. 148.
- A Torre de Menagem da cidade de Beja. T. VII; pag. 41.
- Sé de Vizeu (por *José d'Almeida e Silva*). T. VII, pag. 36.
- A Sé Velha de Coimbra e a arqueologia histórica. T. VII, pag. 39.
- Torre das Coelheiras. Solar dos Cogominhos (por *Gabriel Pereira*) T. VII, pag. 53.
- Templo de Diana em Épheso (por *J. da Silva*) T. I, pag. 29.
- Novo Hospital de Macau (por *J. da Silva*). T. I, pag. 39.
- Igreja de Santo André na Vila de Mafra (por *Joaquim da Conceição Gomes*). T. I, pag. 46.
- O Convento de Belem e o seu architecto (por *Sa Vilela*) T. I, pag. 58.
- La Basilique de Bethlem (pelo *Conde de Harry*). T. I, pag. 91.
- Monografia da Sé de Lisboa (pelo *Abade A. D. de Castro e Sousa*). T. I, pags. 65, 92, 100, 113 e 136.
- Obras na Sé de Lisboa, (por *Pereira Botto*). T. IX, Bol. n.º 6, pag. 25.
- Ermida de Nossa Senhora do Ameal em Torres Vedras (por *A. E. de Freitas Cavaleiro e Sousa*). T. I, pag. 115.
- O Mosteiro da Sub-Serra da Castanheira (por *Nogueira de Brito*). T. XII, pags. 217, 265, 330 e 389.
- A Igreja de Nossa Senhora do Populo nas Caldas da Rainha em 1656 (por *D. José Pessanha*). T. XI, pag. 820.
- A Igreja e o Mosteiro de Santa Joana (por *Gabriel Pereira*). T. XI, pag. 688.
- Descrição da Igreja do Espirito Santo, paroquial da Vila de Aldeia Galega (por *J. J. d'Ascensão Valdez*). T. XI, pag. 577.
- Colégio da Companhia de Jesus, em Setubal. T. XI, pag. 140.
- × A Capela Real e a Igreja patriarcal na Ajuda (por *Jordão A. de Freitas*). T. XI, pag. 621.

- A antiga Igreja dos Anjos e o seu reitor Diogo Mexia Godines (por *Júlio A. Ferreira*). T. XI, pag. 615.
- Uma edificação religiosa e artística. Igreja de Aguas Belas em Tomar (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 496.
- Restos da Igreja do Noviciado da Cotovia (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 494.
- O Mosteiro de Leça da Bailio. Estado ruinoso em que se encontra. Carta (por *Rezendo Carvalheira*). T. XII, pag. 514.
- Idem (por *Francisco Grandela*). T. XII, pag. 512.
- Os Paços Reaes em Alcanhões (por *Sousa Viterbo*). T. XI, pag. 144.
- Paços Reaes. Paços de Valada (por *Sousa Viterbo*). T. XI, pag. 515.
- Monumento da Batalha. Capelas imperfeitas. T. XI, pag. 338.
- Monografia da Igreja de S. Cristovão (por *António Domingos Ferreira*). T. IV, pag. 188.
- A Torre de Belem (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 498.
- Garcia de Rezende e a Torre de Belem. T. VII, pag. 9.
- A Torre de Belem (por *A. E. F. Cavaleiro e Sousa*). T. VIII, pag. 183.
- Farol de Penela (por *Ricardo Simões dos Reis*). T. V, pag. 88 e 104.
- Os Claustros dos Conventos (por *J. da Silva*). T. I, pag. 37.
- Grades do Templo de Mafra. Modelos dos porticos da sala da Camara dos Pares. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 10.
- As grades da sala do Capitulo do Convento de Cristo em Tomar (por *Ramalho Ortigão*). T. IX, Bol. n.º 10, pag. 18.
- A Biblioteca Real de Mafra (por *Joaquim da Conceição Gomes*). T. 11, pag. 102 e 118.
- + Novas salas no Real Paço da Ajuda (por *J. da S.*). T. I, pag. 47.
- + Nova decoração das salas do Palácio da Ajuda (por *J. da Silva*). T. I, pag. 47.
- Janela conventual do monumento de Belem (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag. 144.
- A Casa portuguesa (por *Sousa Viterbo*). T. XIII, pag. 561, 565 e 567.
- Parecer da Secção de Arqueologia com respeito à conservação e forma porque devem assinalar-se as casas memoráveis (por *Victor Ribeiro e Elviro dos Santos*). T. XI, pag. 73.
- Casas memoráveis. T. XI, pag. 1.
- Casa onde faleceu o poeta Visconde de Castilho (por *Júlio de Castilho*). T. X, pag. 698.
- A casa onde faleceu Bocage. Noticia histórica comemorativa do 1.º centenario da morte do poeta (por *Antonio Cesar de Mena Junior*). T. X, pag. 257.
- MONUMENTOS DIVERSOS :**
- + Monumento da Senhora D. Maria I. Relatório à Assembleia pela Comissão nomeada em sessão de 5 de Novembro de 1867. T. I, pag. 153.
- + O Monumento de D. Maria I. Documentos. T. VIII, pag. 114.
- Acta da Comissão nomeada para tratar do Monumento a D. Maria I. T. VIII, pag. 66, 3840
- + Monumento a D. Maria I. Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares, na sessão de 30 de Abril de 1898 (por *Francisco Simões Margiochi*). T. VIII, pag. 10.
- Ponte dos Portuguezes em Nagasaki (pelo *Visconde de S. Januario*). T. II, pag. 49.
- A Agulha de Cleopatra. T. I, pag. 44.
- La Capilla del Marquis de Velez en la Catedral de Murcia (por *D. Pedro A. Berenger*). T. VI, pag. 99.

- Ara de Trajano (por *Cesar Augusto Pinto*) T. I, pag. 28.  
 O Padrão de Tomar. Carta ao sr. Visconde da Torre da Murta (por *Ernesto Loureiro*). T. VIII, pag. 187.  
 Um monumento bizantino em Portugal (por *Ernesto Korrodi*). T. VIII, pag. 18.  
 O monumento comemorativo da batalha contra os mouros nos campos de Castro Verde. T. VII, pag. 41.

## PELOURINHOS E CRUZEIROS :

- Pelourinhos, Cruzeiros e outros monumentos. Extractos de officios das Câmaras Municipaes. T. XI, pag. 84.  
 Cruzeiros notáveis (por *Sousa Viterbo*). T. XI, pags. 6, 85, 191, 247, 323, 510 e 738.  
 Cruzeiros notáveis. Banhalar, Vale de Milho, Quinta do Saldanha, Bena, S. Martinho e S. Sebastião, Laurel, Monte das Alviças, Ramalhão (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 662.  
 Cruzeiros notáveis. Arroios, Campo Grande, Mato, Olhalvo, Larangeiras, Évora, Loures, Leça do Bailio, Aveiro, Figueira da Foz (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 96.  
 Cruzeiros notáveis. Lumiar, Paço Velho, Portela, Guimarães, Cruz Quebrada, Cascaes, Coimbra, Setubal (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 159.  
 Cruzeiros notáveis. Cintra e subúrbios. Rio de Mouro (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 597.  
 Cruzeiros notáveis. Cruz Quebrada, Cascaes (por *Sousa Viterbo*). T. 10, pag. 272.  
 Cruzeiros notáveis. Valongo, N. S. da Oliveira em Guimarães e Alcanede (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 309.  
 Cruzeiros notáveis. Vaqueiros, S. Pedro na Ericeira (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 397.  
 Cruzeiros notáveis. Cascaes, Mujães (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 465.  
 Pelourinhos, Cruzeiros e outros monumentos. T. X, pag. 437, 509, 581 e 653.  
 Pelourinhos (pelo *Visconde de Jerumenha*). T. X, pag. 235.  
 A Cruz de Vilar de Frades. Officio à Direção Geral da Instrução Pública (por *Abel de Andrade*) T. IX, Bol. n.º 10, pag. 24.  
 Pelourinho de Arcos de Val de Vez (por *Felix R. da C. Alves Pereira*) T. VIII, pag. 13.  
 Cruzeiro do Carmo, em Lisboa (por *F. A. Garcez Teixeira*). T. XII, pag. 509.  
 Cruzeiro da Graça, em Lisboa (por *F. A. Garcez Teixeira*). T. XII, pag. 510.  
 O Pelourinho de Torquel (por *Silva Leal*). T. X, pag. 270.  
 O Pelourinho de Torquel. Rectificação (por *José Diogo Ribeiro*). T. XIII, pag. 278.  
 Pelourinho de Paredes de Coura (por *M. J. da Cunha Brandão*) T. X, pag. 684.  
 O Pelourinho de Cintra. Notícia histórica (por *Antonio Cesar Maia Junior*) T. X, pag. 149.

## CAMPANÁRIOS, CARRILHÕES E SINOS :

- Campanários de Portugal. Apontamentos para a História da arte de fundição de sinos (por *J. J. Ascensão Valdez*). T. XII, pags. 28, 99, 138, 274, 411, 456, 529; T. XIII, pag. 201.  
 O campanário de S. Marcos (por *Gabriel Pereira*) T. IX, Bol. n.º 5, pag. 31.  
 Carrilhões (por *Joaquim da Conceição Gomes*). T. VII, pag. 151.  
 Os carrilhões de Mafra (por *Joaquim da Conceição Gomes*). T. II, pag. 38.  
 Os sinos da Sé de Évora (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 3, pag. 35.

## MONUMENTOS, EM GERAL :

- Monumentos nacionaes (por *S. V.*). T. II, pag. 37.  
 Monumentos nacionaes. Comissão eleita. T. III, pag. 100.

- Monumentos nacionaes (por *J. P. N. da Silva*). T. IV, pag. 167.  
 Conselho dos monumentos nacionaes. T. IX, Bol. n.º 5, pag. 35.  
 O Conselho dos Monumentos Nacionaes e o inventário artistico (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 442.  
 Comissão dos monumentos nacionaes. Questionário geral. Regulamento. T. VII, pag. 1.  
 Portaria relativa à Comissão dos Monumentos Nacionaes. T. XI, pag. 92.  
 Parecer da Secção de Arqueologia, com-respeito à conservação e fôrma por que devem assinalar-se as casas memoráveis (por *Victor Ribeiro*). T. XI, pag. 73.  
 Opinião sobre restauração de monumentos (por *Ernesto Renan*) T. IX, Bol. n.º 6, pag. 34.  
 A conservação e a restauração dos monumentos (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 445.  
 Reconstrução dos monumentos. A arte e a politica (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 500.  
 Classificação dos monumentos nacionaes. T. IV, pag. 135.  
 Idem (por *Sousa Viterbo*). T. XI, pag. 321.  
 A lição dos monumentos (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 349.  
 Architectos e monumentos (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 447.  
 Um brado a favor dos monumentos. Parecer apresentado ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes acêra da projectada destruição do Convento das Carmelitas de Aveiro (por *Ramalho Ortigão*). T. X, pag. 369.  
 Extracto dos officios enviados à Comissão que a Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses encarregou de redigir uma representação ao Governo acêra dos monumentos nacionaes. T. VIII, pag. 32, 60 e 92.  
 Alvará de D. João V sobre os monumentos antigos. T. VII, pag. 156.  
 Os monumentos de Portugal históricos, artisticos ou archeológicos (por *Ignácio de Vilhena Barbosa*). T. V, pag. 63.  
 Os monumentos (por *I. de Vilhena Barbosa*). T. XI, pag. 545, 634 e 658.  
 Société française d'archeologie pour la conservation des monuments. Rapport à la Société Royale des Archeologues Portugais sur le 65<sup>me</sup> Congrès Archeologie. Session de Bourges le 6 à 12 juillet, 1898 (por *le Comte de Lair*). T. VIII, pag. 177.  
 Arte monumental da América (por *J. P. N. da Silva*) T. IV, pag. 88.
- OBJECTOS DE VALOR HISTÓRICO OU ARQUEOLÓGICO :
- Notícia acêra dos orgãos da Basílica de Mafra (por *Joaquim da Conceição Gomes*). T. I, pag. 157 e 171.  
 Sinete da Inquisição de Coimbra (por *Augusto Mendes Simões de Castro*). T. I, pag. 125.  
 O pelouro do Convento de Odivelas (por *A. E. F. Cavaleiro e Sousa*). T. VIII, pag. 111.  
 O colar da Penha Verde (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 77.  
 Lampada e Capela de Santo António. T. VII, pag. 51.  
 Tesouro do Infante D. Diniz. Prata de El-Rei D. Afonso III. T. VII, pag. 105.  
 Joia de D. Leonor de Aragão, filha de D. Afonso IV de Portugal. Inventário datado de 1317. T. VII, pag. 104.  
 A ourivesaria portuguesa nos séculos xv e xvi (por *Joaquim de Vasconcelos*). T. III, pag. 113.  
 Machados pré-históricos, de bronze (por *J. P. da Silva*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 45.  
 Argola de ouro encontrada em Penela (por *G. de Caugny*). T. IV, pag. 70.

- Machados de bronze oferecidos à Associação dos Arqueólogos pelo Sr. H. de Mendonça (por *F. A. Pereira da Costa*) Tómo inicial (ano de 1865), pag. 146.
- Quelques considerations sur les haches de bronze trouvées en Portugal (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 12.
- PREHISTÓRIA:**
- Os Talayots. Construções prehistóricas (por *Pereira Caldas*). T. II, pag. 43.
- Habitacões lacustres. Across Africa (por *S. V.*). T. II, pag. 13.
- Importante descoberta prehistórica (por *Casalis de Fondouce*). T. I, pag. 129.
- A Agricultura prehistórica (por *Francisco José de Almeida*). T. III, pag. 108.
- Enterramentos prehistóricos (por *M. Velasco y Santos*) T. III, pag. 57.
- PROJECTOS:**
- Memória relativa ao projecto de um estabelecimento termal para as Caldas de Vizela (por *Cesário Augusto Pinto*). T. II, pag. 184.
- Projecto de um estabelecimento termal (por *Cesário Augusto Pinto*) T. III, pag. 4.
- Novo projecto para a conclusão do Real Palácio d'Ajuda. T. I, pag. 177.
- Projecto para uma casa de banhos em Lisboa. Explicação da estampa (por *J. S. N. da Silva*). Tómo inicial (ano 1865) pag. 63.
- Projecto para uma casa de banho pública (por *J. da S.*) Tomo inicial (ano 1865) pag. 60.
- SARCÓFAGOS E TÚMULOS:**
- Sarcófago de D. Afonso Sanches (por *J. G. N. da Silva*). T. III, pag. 169.
- Estátua e sarcófago de D. Nuno Alvares Pereira. T. IX, Bl. n.º 11, pag. 11.
- O sarcófago do illustre D. Gonçalo de Sousa (por *J. da Silva*) T. II, pag. 124.
- Sarcófago de El-Rei D. Fernando I (por *J. da Silva*). T. I, pag. 121 e 153.
- Sarcófago romano descoberto na Estremadura (por *J. da Silva*). T. I, pag. 8.
- Urna de encineração descoberta em Alcacer do Sal (por *J. da Silva*). T. I, pag. 91.
- Um túmulo histórico (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 494.
- Túmulo da idade de pedra em Portugal, Lisboa (por *J. da Silva*). T. II, pag. 177.
- Túmulo de D. Nuno Alvares Pereira (pelo *Abade de Castro*). Tomo inicial (ano 1865) pag. 87.
- DÓLMENS:**
- Os dólmenes (por *Sá de Vilela*). T. I pag. 164, 180; T. II, pag. 8, 23.
- Os dólmenes são ou não são sepulturas? (por *S. V.*). T. II, pag. 43.
- Os dólmenes descobertos em Portugal (por *J. da Silva*). T. III, pag. 13, 56 e 43.
- O dólmen de Gatinhões (por *Cesario Augusto Pinto*). T. I, pag. 169.
- MÚMIAS:**
- As múmias americanas (por *Luíz Jose Baldy*). T. IV, pag. 190; T. V., pag. 13, 26 e 43.
- As múmias do Peru (pelo *Visconde de S. Januário*) T. IV, pag. 142.
- BIBLIOGRAFIA:**
- Um códice interessante (por *Gabriel Pereira*) T. XI, pag. 586.
- O códice de Gonzaga Pereira (por *Gabriel Pereira*). T. XI, pag. 591.
- A Empreza editora das obras clássicas e ilustradas do Porto (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 128.
- Monografias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do Continente de Portugal (por *Rocha Dias*). T. XI, pag. 115.
- Parecer acêrca da obra artística «Portugal Antigo e Moderno» (por *Ignácio de Vilhena Barbosa*). T. IV, pag. 9.
- Vida e milagres de Santo António. Excertos de um manuscrito do século XV. T. IV, pag. 48.
- O livro do Sr. Joaquim Possidónio da Silva, «Noções Elementares de Arqueologia» analisado lá fora (por *Jose Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 92.

- Ex-libris, super-libris e super-libros (por *José Leite de Vasconcelos*). T. XII, pag. 65.
- Biblioteca Nacional de Lisboa. Livros de Numismática (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 185.
- Biblioteca Nacional de Lisboa. Códices em pergaminho com iluminuras (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 161.
- Bibliografia (por *S. da Silva*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 31 e 105.
- Bibliografia (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 138, 191; T. III, pag. 27.
- Bibliografia. T. I, pag. 32.
- Relatórios acêrca da Biblioteca da R. A. dos A. C. e Arqueólogos Portuguezes. Anos 1894, 1895, 1896 e 1897. T. VII, pag. 22, 106 e 129.
- Idem dos anos de 1897, 1898 e 1899. T. VIII, pag. 20, 72 e 167.
- Idem dos anos de 1900 a 1901 (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. IX, Bol. n.º 2, pag. 19; Bol. n.º 5, pag. 13; Bol. n.º 8, pag. 26.
- Idem dos anos de 1903 a 1905 (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. X, pag. 49, 285 e 648.
- Publicações, entradas na Biblioteca (por *Julio Augusto Ferreira*). T. XII, pag. 115, 164, 212 e 261.

## EPIGRAFIA :

- Cópia de uma inscrição existente no Museu do Instituto de Coimbra (por *F. Tavares Proença Junior*). T. X, pag. 125.
- Epigrafia Romana em Leiria (por *Victorino da Silva Araujo*). T. I, pag. 148, 169 e 185.
- Inscrição árabe descoberta em Portugal (por *J. da Silva*). T. I, pag. 174.
- Epigrafia (por *Francisco Martins Sarmiento*). T. IV, pag. 69 e 105.
- Epigrafia (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 58.
- Inscrições inéditas (por *Francisco Martins Sarmiento*). T. IV, pag. 58.
- Epigrafia (por *M. J. Cunha Brandão*). T. XII, pag. 451.
- Epigrafia. Inscrição hebráica (por *J. da Silva*). T. I, pag. 77.
- Lápide Luzo-romana (por *S. V.*). T. II, pag. 52.
- Fragmento de lápide sepulcral arábica descoberto em Mértola. Carta ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. J. P. Narciso da Silva (por *D. Rodrigo Amador de los Rios*). T. II, pag. 58.
- Inscrição romana encontrada em Ostia, vasos gregos e etruscos e esmaltes de Limoges pertencentes aos Ex.<sup>mos</sup> Duques de Palmela (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 6, pag. 27.
- Vestígios de civilização romana. Epigrafia lapidária em Évora (por *Manuel José da Cunha Brandão*). T. X, pag. 126 e 187.
- Modo de tirar calcos de inscrições (por *Borges de Figueiredo*). T. X, pag. 608.
- Epigrafia arábica (por *José Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 10.
- Tradução de uma inscrição árabe (por *D. Rodrigo Amador de los Rios*) T. I, pag. 192.

## NUMISMÁTICA :

- Relação de moedas do Brasil colonial e Brasil Império, oferecidas ao Museu do Carmo pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Augusto de Sousa Lobo. T. XII, pag. 175.
- Catálogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo (por *Artur Lamas*). T. X, pag. 511 e 712; T. XI, pag. 47.
- Apenso ao Catálogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo (por *M. F. de Vargas*). T. XI, pag. 230.
- Decifração das moedas de prata árabes (por *D. Rodrigo Amador de los Rios*). T. VI, pag. 100.
- Inventário dos livros de numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa (por *Gabriel Pereira*). T. XI, pag. 725.
- Numismática (por *S.*). T. V, pag. 119.
- Numismática portuguesa (por *Jorge Cesar de Figanière*). T. I, pag. 26.

- Inventário dos livros de numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa (por *Gabriel Pereira*). T. XI, pag. 725.
- História Portuguesa. Numismática (por *Hooft Van Bdekinge*). T. II, pag. 13.
- HERÁLDICA :
- Brazões Riaes Portugueses (por *Francisco José de Almeida*). T. I, pag. 12.
- A heráldica no Museu do Carmo (por *Afonso de Dornellas*). T. XIII, pag. 122.
- Memória premiada pelo R. A. da A. C. e Arqueólogos Portugueses. Divisa usada nos escudos do Conde D. Henrique de Borgonha e de seu filho D. Afonso Henriques. Alterações porque teem passado e escudo de armas do Reino de Portugal (por *A. Antonio Ferreira Barata*). T. VI, pag. 56.
- Um bração arcáico de Lisboa (por *Ribeiro Cristino*) T. XIII, pag. 70.
- O bração da cidade de Lisboa (por *Quirino da Fonseca*). T. XIII, pag. 331.
- O bração d'armas da vila de Almeirim (por *Fração de Vasconcelos*). T. XIII, pag. 370.
- O bração da Marinha Grande (por *Afonso de Dornellas*). T. XIII, pag. 381.
- Regulamento da Secção de Heráldica. T. XII, pag. 481.
- BELAS ARTES :
- O busto de Sousa Viterbo (por *Victor Ribeiro*). T. XII, pag. 364.
- O sátiro da fonte de S. Domingos de Bemfica (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 7.
- Arte portuguesa (por *Francisco Nogueira de Brito*). T. XIII, pag. 396.
- Crónica artística (por *J. da Silva*). T.ômo inicial (ano de 1865) pag. 39
- X A coleção de pinturas pertencentes aos srs. Duques de Palmella (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º, pag. 13.
- Belas Artes (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 49.
- A pintura no reinado de D. Afonso V (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 305.
- Arte portuguesa primitiva. O pintor Nuno Gonçalves e os paineis de S. Vicente (por *D. José Pessanha*) T. XII, pag. 87.
- X Protecção às belas artes. Galeria de retratos. T. XII, pag. 570.
- Subsídios para a história da música em Portugal (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 44 e 122.
- Programa do concurso para a cadeira de História da Arte na Academia das Belas Artes. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 15.
- Pontos do concurso da 13.ª cadeira da Academia das Belas Artes de Lisboa, em Dezembro de 1907 (por *Joaquim de Vasconcelos*). T. XI, pag. 306.
- Idem (por *João Barreira*) T. XI, pag. 306.
- Subsídios para a História da escultura em Portugal. João José d'Aguiar e António de Pádua (por *Sousa Viterbo*). T. VIII, pag. 101 e 135.
- Inventário das obras de arte (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 177.
- Manuscritos com iluminuras (por *Gabriel Pereira*). T. XI, pag. 700.
- Pintura em pergaminho (pelo abade *António D. de Castro e Sousa*). T. I, pag. 24.
- A ourivesaria portuguesa (por *Joaquim de Vasconcelos*). T. III, pag. 129, 146, 161.
- Estética (por *J. da Silva*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 58.
- X Objectos preciosos da Casa Palmella (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 2, pag. 26.
- Um esboceto de Vieira Lusitano. Notícia histórica. (por *António César Mena Junior*). T. X, pag. 59.
- A venda e exportação de objectos artísticos (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 555.
- Os amadores da arte em Portugal (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 558.
- Um desenho de Vieira Lusitano (por *Sousa Viterbo*). T. XI, pag. 14.
- A gravura em Portugal. Breves apontamentos para a sua história (por *Sousa Viterbo*) T. XI, pag. 598.

Escultura portuguesa do século XII. Busto d'El-Rei D. Afonso Henriques (por *J. da Silva*). T. II, pag. 162.

Reforma da Academia Real de Belas Artes de Lisboa (por *J. da Silva*) T. II, pag. 165.

A arte de bem construir (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 498.

#### AZULEJOS :

Os azulejos (por *Gabriel Pereira*). T. V, pag. 45.

Azulejos de S. Vicente de Fóra (por *José Queiroz*). T. XIII, pag. 115.

Azulejos (por *Raczyński*). T. X, pag. 252 e 502.

Azulejos (por *Liberato Teles*). T. XI, pag. 128.

#### HIGIENE DAS CONSTRUÇÕES :

Considerações acêrca da hygiene das construcções civis e públicas (por *F. J. d'Almeida*). T. II, pag. 50, 72, 88, 103, 120, 132, 156; T. III, pag. 42, 65.

Higiene. Os Cemitérios (por *Jorge Cesar Figanière*). T. I, pag. 155.

L'assainissement et salubrité de l'habitation. 2<sup>me</sup> Congrès Internationale à Genève du 4 à 10 Septembre 1906. T. X, pag. 576.

#### LEGISLAÇÃO :

Apontamentos de Legislação Portuguesa. Anos 1889 e 1891. T. VII, pag. 109.

Ané 1891, T. VII, pag. 124. Ano 1892, T. VIII, pag. 112. Ano 1893, T.

VIII, pag. 151. Anos 1894 a 1897, T. IX, Bol. n.º 6, pag. 14; Bol. n.º 7,

pag. 36; Bol. n.º 8, pag. 40; Bol. n.º 9, pag. 31; Bol. n.º 10, pag. 36;

Bol. n.º 11, pag. 14; Bol. n.º 12, pag. 37; Anos 1898 e 1899, T. X, pag. 79 e 244.

Polícia de andaimes e bailéus (por *Francisco José de Almeida*). T. III, pag. 23.

#### ASSUNTOS RELATIVOS A LISBOA :

Uma descrição de Lisboa antiga (por *Tirso de Molina*). T. VIII, pag. 115.

Arredores de Lisboa (por *António Alvarez*). T. VIII, pag. 91 e 117.

Lisboa e seus arredores (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 4, pag. 25.

Lisboa antiga e moderna (por *Júlio de Castilho*). T. IV, pag. 29.

Lisboa antiga. A Igreja de S. Luis Rei de França (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 506.

Lisboa antiga. A imagem de Santa Catarina de Monte Sinai (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 503.

#### ASSUNTOS RELATIVOS A DIVERSAS LOCALIDADES :

Corvaceiras (por *Pedro Augusto Ferreira*). T. VI, pag. 182.

Descrição da antiga e monumental cidade de Roma (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 163 e 181.

Tomar (por *Garcez Teixeira*). T. XIII, pag. 295.

Notícia descritiva e histórica da cidade de Tomar (por *João Maria de Sousa e Ernesto Loureiro*). T. IX, Bol. n.º 10, pag. 22.

Notícia de Torres Vedras (por *Gabriel Pereira*). T. X, pag. 316 e 392.

Memória sobre a antiga Viana de Santa Luíza (por *Luiz Figueiredo Guerra*). T. II, pag. 158.

Algumas notícias para a descrição histórica do logar e freguezia de Alcaniça (por *J. J. Ascensão Valdez*). T. VII, pag. 18, 43 e 68.

Elvas (por *Rocha Dias*). T. VII, pag. 30.

Uma excursão a Évora de 9 a 11 de Junho de 1915 (por *D. José Pessanha e José Queiroz*). T. XIII, pag. 233.

Fundão. T. VII, pag. 11.

Vila Franca de Xira. T. IV, pag. 11.

Vila Viçosa. T. VII, pag. 12.

Vizeu. T. IV, pag. 12.

Antiguidades de S. Martinho dos Mouros (por *J. C. A. de Melo*). T. I, pag. 62.

Scenografia das Caldas das Taipas (por *Cesário Augusto Pinto*). T. I, pag. 76.

Antiguidades do Concelho de Castelo de Paiva (por *Augusto d'Azevedo P. Pinto*). T. VII, pag. 86.

- Cidade de Penafiel (por *J. de Vilhena Barbosa*). T. XI, pag. 759; T. XII, pag. 49.
- Várias notícias sobre a história antiga de Penafiel (por *Ignácio de Vilhena Barbosa*). T. XII, pag. 183.
- A Vila de Anciães (por *J. de Vilhena Barbosa*). T. XI, pag. 755.
- Noudar. Notícia histórica (por *Gustavo de Matos Sequeira*). T. XI, pag. 649.
- EXPOSIÇÕES :
- Exposição Industrial Portuguesa (por *J. P. N. da Silva*). T. V, pag. 181.
- Exposição Universal de Paris. Portugal. A R. A. dos A. C. e Arqueólogos Portugueses (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 82.
- Exposição de Architectura de Bruxelas (pelo *Conde de Marsy*). T. IV, pag. 49.
- CONGRESSOS :
- Congresso nacional de architectura e de arqueologia. Proposta (por *Adães Bermudes*). T. VII, pag. 146.
- Primeiro congresso de arqueólogos portugueses. Citania (por *S. V.*). T. II, pag. 12.
- Congresso de Americanistas (por *S. V.*). T. II, pag. 57.
- Congrès international d'antropologie et d'archeologie préhistorique à Lisbonne, 1880. T. III, pag. 8.
- Septième Congrès international des architectes à Londres 16 a 21 de Julho de 1906. T. X, pag. 506.
- Congrès international à Genève. T. X, pag. 576.
- Congresso internacional de architectos em Madrid. Conclusões. T. X, pag. 194.
- Congressos internacionaes na Exposição Universal de Paris em 1889. T. VI, pag. 93.
- Congresso internacional na Exposição de Paris em 1890 (por *Possidonio da Silva*). T. VI, pag. 109.
- Programa do Congresso Internacional de Architectura em Bruxelas. T. VII, pag. 137.
- Congrès préhistorique de France à Autun. T. XI, pag. 144.
- Programa do Congresso arqueológico e histórico de Malines. T. VII, pag. 135.
- Programa do Congresso em La Rochelle, da Sociedade Francesa de Arqueologia. T. VII, pag. 28.
- Secondo congresso degli architetti ed ingegneri italiani in Firenze (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 69.
- BOLETINS DE TRIMESTRES :
- Boletim de trimestre. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 16.
- Idem. Julho a setembro de 1865 (por *J. da Silva*). Tômo inicial (ano de 1865), pag. 2.
- Idem. Outubro a Dezembro de 1865 (por *J. da Silva*). Tômo inicial (ano de 1865), pag. 46.
- Idem. Janeiro a Março de 1866. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 63.
- Idem. Abril a Julho de 1866. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 77.
- Idem. Julho a Setembro de 1866. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 108.
- CRÓNICAS :
- (por *J. da Silva*). T. I, pags. 16, 29, 48, 63, 95, 110, 126, 141, 159, 175, 193.
- (pela Redação). T. II, pags. 14, 31, 45, 60, 79, 112, 143, 162, 179, 195; T. III, pags. 12, 45, 63, 77, 92, 112, 125, 139, 188; T. IV, pags. 14, 32, 47, 63, 78, 95, 109, 126, 143, 160, 175; T. V, pags. 15, 31, 47, 64, 80, 95, 111, 127, 142, 158, 174, 190; T. VI, pags. 15, 31, 47, 61, 79, 96, 111, 127, 143.

## NOTICIÁRIO :

Tômo inicial (ano de 1865) pags. 111 e 150 ; T. II, pags. 15, 32, 47, 63, 80, 96, 112, 128, 143, 163, 180, 195 ; T. III, pags. 13, 32, 46, 63, 79, 93, 112, 159, 174, 189 ; T. IV, pags. 15, 32, 48, 64, 78, 96, 110, 127, 144 ; T. V, pags. 16, 32, 48, 64, 80, 96, 112, 128, 143, 159, 175, 192 ; T. VI, pags. 16, 32, 48, 63, 80, 96, 127, 144, 159, 175, 191.

Notícia de Publicações. T. VIII, pag. 80.

Várias notícias (por *Gabriel Pereira*). T. VIII, pag. 200.

Breve notícia do Boletim. T. IX, Bol. n.º 1, pag. 25.

Várias notícias. T. IX, Bol. n.º 3, pag. 31.

## EXPLICAÇÃO DE ESTAMPAS :

Planta térrea do novo edificio para o Correio Régio. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 30.

Planta geral do Convento e Real Palácio de Mafra. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 31.

Planta geral do Real Palácio de Ajuda. Tômo inicial (ano de 1865), pag. 47.

Projecto para uma casa de banhos em Lisboa (por *J. O. N. da Silva*). Tômo inicial (ano de 1865) pag. 63.

Planta dos cárceres que havia no edificio do Palácio da Inquisição. Tômo inicial (ano de 1865) pag. 79.

Novas casas para escolas de ensino primário em Portugal (por *J. da Silva*). Tômo inicial (ano de 1865) pag. 89.

Uma parte do Museu da Associação (por *Silva Leal*). Tômo inicial (ano de 1865). pag. 110.

Púlpito da Igreja de Santa Cruz de Coimbra (por *J. da Silva*). Tômo inicial (ano de 1865) pag. 135.

Monumento de S. M. a Rainha Snr.ª D. Maria I. Tômo inicial (ano de 1865) pag. 137.

Escultura em alabastro (por *J. da Silva*) T. III, pag. 75.

Planta e projecto da Igreja de Santarem do Campo, em Evora (por *J. da Silva*) T. III, pag. 111.

Vista das ruínas do Convento do Carmo T. III, pag. 18.

Biblioteca da Universidade (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 77.

Instrumentos prehistóricos (por *J. O. N. da Silva*). T. IV, pag. 94.

Cópia da carta autógrafa da rainha Izabel de Inglaterra a um personagem de Lisboa, em 1580 (por *J. O. N. da Silva*). T. IV, pag. 106.

Porta manuelina do edificio de S. Francisco de Alemquer (por *J. O. N. da Silva*). T. IV, pag. 125.

Instrumentos de pedra prehistóricos (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 175.

Argola de ouro achada em Penela (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 62.

Inscrição romana descoberta em Alger (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 40.

Cálices do século XII (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 27.

Estampa representando o saimento e as exéquias d'El-Rei D. Manuel, (por *J. O. N. da Silva*). T. IV, pag. 8

Nova classificação das edades de pedra (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 158.

Museu artístico d'El-Rei D. Fernando no Palácio das Necessidades (por *J. da Silva*). T. V, pag. 108.

Antiguidades Romanas descobertas na Itália (por *J. da Silva*). T. V, pag. 120.

Distinctivo dos Vice-Reis da Índia (por *J. da Silva*). T. V, pag. 142.

Edificio religioso do Paço de Sousa (por *J. da Silva*). T. V, pag. 157.

Gomil do Renascimento (por *J. da Silva*). T. V, pag. 173.

Sarcófago antigo da Sé da Cidade do Porto (por *Possidónio da Silva*). T. V, pag. 188.

Necrópole de Alcarcer do Sal. Idade de Ferro (por *J. da Silva*). T. V, pag. 92.

Sinaes sobre um penhasco no lugar de Linhares na Província do Douro (por *Possidónio da Silva*). T. V, pag. 78.

- Igreja de Vilarinho de S. Romão, na Província do Douro (por *J. da Silva*). T. V, pag. 15.
- Grutas pré-históricas de Palmela, próximo a Lisboa. (por *Possidónio da Silva*). T. XI, pag. 167.
- Pórtico da casa nóbre de arquitectura manuelina construída em Coimbra na era de 1514 (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 152.
- Maneira de se encavar na época pré-histórica, as haches de pedra e de bronze (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 135.
- Alunos do curso de arqueologia em 1890 (por *Possidónio da Silva*) T. VI, pag. 126.
- Quatro primitivos brazões reaes de Portugal (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 61.
- Escultura em alabastro (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 191.
- Palácio das Belas Artes da Exposição Universal de Paris em 1889 (por *J. da Silva*). T. VI, pag. 75.
- Gravadores e esculptores pré-históricos (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 93.
- Capitel Coríntio primitivo itálico (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 108.
- Placas de schisto da Serra de Ossa (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 46.
- Monumento da Sé Velha de Coimbra (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 12.
- Índice das Estampas do Arquivo de Architectura Civil, jornal dos architectos e arqueólogos, T. X, pag. 145.
- Índice das Estampas do Boletim da R. A. e dos A. C. e Arqueólogos Portuguezes. T. I a VI T. X, pag. 146.

ELOGIOS HISTÓRICOS, NOTAS BIOGRÁFICAS, NECROLOGIA :

- Elogio histórico dos Snrs. Joaquim da Cunha Lima Junior e Manuel José Carneiro, professor da Academia das Belas Artes do Porto (por *A. A. Teixeira de Vasconcelos*). Tômoo inicial (ano de 1865) pag. 65 e 81.
- Elogio histórico do architecto João Frederico Ludovice (por *J. Vilhena Barbosa*). Tômoo inicial (ano de 1865), pag. 13, 17, 33 e 49.
- Resumo histórico da vida de Francisco de Holanda (por *A. D. de Castro e Sousa*). Tômoo inicial (ano de 1865) pag. 163.
- Elogio histórico do Conselheiro Frederico Augusto Stuber, architecto de S. M. o Rei da Prússia (por *Francisco José d'Almeida*). Tômoo inicial (ano de 1865) pag. 97.
- Elogio histórico de José da Costa e Silva, architecto português (por *A. D. de Castro e Sousa*). Tômoo inicial (ano de 1865) pag. 9.
- Elogio histórico do sócio honorário o sr. D. José Amador de los Rios (por *Luciano Cordeiro*). T. II, pag. 181.
- Elogio histórico do architecto João Pires da Fonte (por *José Antonio Gaspar*). T. I, pag. 21.
- Elogio histórico do architecto Victor Baltard (por *J. da Silva*). T. I, pag. 49.
- Elogio histórico do architecto Eugenio dos Santos e Carvalho (pelo *abade Antonio D. de Castro e Sousa*). T. I, pag. 81.
- Elogio histórico do architecto e engenheiro mór do Reino, Manuel da Maia, lido na sessão solene da A. dos A. C. Portuguezes em 26 de Março de 1817 (por *Joaquim da Costa Cascaes*). T. VIII, pag. 27.
- Elogio histórico de S. M. El-Rei D. Fernando II (pelo *Marquez de Valada*). T. V, pag. 51.
- Elogio histórico de Julio de Castilho, 2.º Visconde de Castilho (por *Matos Sequeira*). T. XIII, pag. 372.
- Elogio de Gabriel Pereira (por *Nogueira de Brito*). T. XII, pag. 383.
- Elogio do dr. Antonio dos Santos Rocha (por *Adolfo Ferreira Loureiro*). T. XII, pag. 73.

- Elogio histórico do architecto Lucas José dos Santos Pereira (por *Brito Aranha*). T. IV, pag. 184.
- Elogio histórico do dr. Augusto Filipe Simões (pelo *Visconde de Alemquer*). T. IV, pag. 182.
- Elogio histórico de Francisco José de Almeida (por *José Silvestre Ribeiro*). T. IV, pag. 181.
- Elogio histórico do general João Maria Feijó (por *Antonio Pedro de Azevedo*). T. IV, pag. 179.
- O sr. J. O. N. da Silva (por *Eduardo Dias*). T. III, pag. 171.
- Uma obra de Possidónio da Silva (por *Gabriel Pereira*). T. VIII, pag. 83.
- Dedicatória escrita no exemplar especial do Elogio histórico de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, oferecida pela Real Associação da A. C. e Arqueólogos Portuguezes ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Visconde de Castilho (por *Sousa Viterbo*). T. VII, pag. 146.
- Possidónio da Silva (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. X, pag. 5.
- Joaquim Possidónio Narciso da Silva (por *Caetano da Camara Manuel*). T. VII, pag. 113.
- Para a memória do architecto Possidónio da Silva, (por *Gabriel Pereira*). T. VII, pag. 81.
- Possidónio (1806 a 1916) (por *E. B.*). T. XIII, pag. 56.
- Joaquim Possidónio Narciso da Silva (por *Alfredo da Cunha*). T. XIII, pag. 51.
- Gabriel Pereira. Notas biográficas (por *Victor Ribeiro*). T. XII, pag. 377.
- A comemoração do dr. Sousa Viterbo. Notas biográficas (por *Victor Ribeiro*). T. XII, pag. 361.
- Notas biográficas de Adolfo Ferreira Loureiro. T. XII, pag. 367.
- Biografia do architecto Charles Garnier. T. I, pag. 68.
- Sousa Viterbo. Notas biográficas (por *Victor Ribeiro*). T. XII, pag. 361.
- Biografia do Principe Prisdang. T. IV, pag. 46.
- O sr. Conde Arthur de Marsy. Um bom serviço por ele prestado á A. dos A. e Arqueólogos Portuguezes (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 78 e 109.
- Officio e proposta relativa à comemoração do 4.<sup>o</sup> centenario do nascimento de Damião de Goes. T. IX, Bol. n.<sup>o</sup> 7, pag. 12.
- Digna comemoração (por *José Pinto da Silva Ventura*). T. XIII, pag. 63.
- Agradecimento ao sr. C. Sipièrre (por *José Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 96.
- Um merecido tributo de louvor (por *José Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 12.
- Feitos d'armas. Braz Pereira, Gaspar Pinto, Ricardo Franco. Notas documentaes sôbre a campanha da restauração no Alemtejo (por *Victor Ribeiro*). T. XII, pag. 6, 189 e 225.
- Um artista português (por *Sá Vilela*). T. II, pag. 6.
- Duas palavras em memória do Principe dos archeólogos (por *Sebastião P. M. Estácio da Veiga*). T. I, pag. 94.
- Um monarca português, protector da Archeologia (por *Pedro de Azevedo*). T. XIII, pag. 67.
- O escultor Aguiar. T. VIII, pag. 102.
- Visconde de Alemquer (por *Augusto Ribeiro*). T. VII, pag. 146.
- Monsieur Victor Martin Lafuel (por *J. Possidónio da Silva*). T. III, pag. 76.
- Monsenhor Pereira Boto. T. XI, pag. 115.
- Dr. Francisco Ferraz de Macedo. T. XI, pag. 115.
- Joaquim Prieto. T. XI, pag. 118.
- José Arnaldo Nogueira Molarinho. T. XI, pag. 118.
- L'Abbé Le Petit (por *le Conte De Marsy*). T. III, pag. 15.
- Paulo José Ferreira (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. III, pag. 16.
- Necrologia do Conde João Gozzadini, archeólogo italiano (por *J. Possidónio Narciso da Silva*). T. V, pag. 144.
- O Gravador Dirk Stroop (por *El-Rei D. Fernando II*). T. V, pag. 126.
- Charles Garnier (*A. R. Adões Bermudes*). T. VIII, pag. 54.

- D. Francisco Gomes de Avelar por (*José Pinto da Silva Ventura*). T. VII, pag. 184.
- D. Francisco Gomes de Avelar. T. VII, pag. 148.
- O architecto Boytaca (por *D. José Pessanha*). T. VII, pag. 27.
- O Conde D. Sesnando, governador de Coimbra (por *A. M. Simões de Castro*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 136.
- Notícia da Vita de Michelangelo Buonarroti (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 127.
- Um archeólogo illustre D. Bernardo de Montfaucon (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 126.
- O pintor e gravador a água forte Dirk Stroop (por *S. U.*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 19.
- Necrologia (por *J. da Silva*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 45.
- Necrologia. T. I, pag. 32.
- Necrologia do architecto inglez Mr. Scott (por *Carlos Munró*). T. II, pag. 95.
- Necrologia do insigne architecto Mr. Duc (por *J. da Silva*). T. II, pag. 144.
- Necrologia de Francisco José d'Almeida (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag. 126.
- Necrologia do architecto inglez Donaldson (por *J. P. N. da Silva*). T. IV, pag. 176.
- Necrologia de Augusto Filipe Simões (por *J. P. N. da Silva*). T. VI, pag. 79.
- Necrologia do Conselheiro João Maria Feijó (por *J. Possidónio da Silva*). T. IV, pag. 112.
- Necrologia do architecto Lucas José dos Santos Pereira (por *Possidónio da Silva*). T. IV, pag. 127.
- A' memória de pessoa de notável illustração D. Luiz de Rute. T. VI, pag. 111.
- Um feixe de saudades (por *Rosendo Carnevalheira*). T. XIII, pag. 91.
- Preito de saudade (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. XII, pag. 378.
- Preito de saudade à memória do Augusto Presidente Honorário da Associação, S. M. El-Rei o Sr. D. Carlos I (por *G. T.*). T. XI, pag. 360.
- NOTÍCIA DE VÁRIOS ARQUITECTOS :**
- Arquitectos nacionaes e estrangeiros que executaram obras em Portugal desde o século XII até ao século XVIII (pelo *Abade de Castro*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 39.
- Mestre Afonso Domingues. Drama (por *A. E. de Freitas*). T. III, pag. 89.
- Nomes dos artistas que trabalharam no edificio Real de Mafra (por *Joaquim da Conceição Gama*). T. V, pag. 12 e 17.
- Os artistas da Batalha e o infante D. Pedro (por *Sousa Viterbo*). T. VIII, pag. 82.
- Notícia dos architectos antigos e modernos (por *J. da Silva*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 141 ; T. I, pag. 122, 173 e 192.
- RETRATOS :**
- Retratos de Damião de Goes (por *Joaquim de Vasconcelos*). T. II, pag. 146.
- Retratos de prelados Eborenses (por *Gabriel Pereira*). T. IV, pag. 21.
- MUSEUS :**
- O Museu districtal de Santarem (por *Gabriel Pereira*). T. IX, Bol. n.º 8, pag. 5.
- Museus creados em Portugal até ao fim do século XVIII (por *I. de Vilhena Barbosa*). T. IX, Bol. n.º 10, pag. 26.
- Representação acêrca do Museu Nacional. T. XI, pag. 721.
- Museus archeológicos provinciaes. O Museu Eborense. T. VII, pag. 147.
- O Museu Etnográfico. T. VII, pag. 5.
- Museu Archeológico de Nova Gôa (*Extrato de um relatório do Sr. Ismael Gracias*). T. VII, pag. 39.
- O Museu social de Paris. T. VII, pag. 47.
- Museu de S. Petersburg (por *José Augusto Correia*). T. X, pag. 591.

H Gomes

## ASSUNTOS DIVERSOS :

- Casa dos Vinte e Quatro (por *J. P. N. da Silva*). T. III, pag. 184.  
 Casa dos Vinte e Quatro. Decreto da extinção. T. IX, Bol. n.º 10, pag. 17.  
 A cava de Viriato. T. IX, Bol. n.º 11, pag. 14.  
 Instituto Português de diplomática. T. XIII, pag. 387.  
 Diplomática portuguesa (por *S. V.*). T. II, pag. 23.  
 Dádivas do almirante D. Vasco da Gama, à Igreja de Juromenha (por *Sousa Viterbo*). T. VIII, pag. 82.  
 A Empresa da infanta D. Brites. T. VII, pag. 26.  
 A tenção de D. Duarte no pórtico da entrada das Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha (por *G. L. dos Santos Ferreira*). T. XII, pag. 1.  
 Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos. Lei de 26 de Maio de 1911. T. XII, pag. 313.  
 Excerpto histórico acêrca da Península Ibérica (por *Gabriel Pereira*). T. IV, pag. 107.  
 Iconografia cristã (por *J. da Silva*). T. IV, pag. 100.  
 O Calvário (por *M. M. Bordalo Pinheiro*). T. II, pag. 3.  
 O dia 2 de Maio de 1879 (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 145.  
 Contucci «O Sansovino» em Portugal. T. VII, pag. 28.  
 Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas (por *D. Francisco Gomes de Avelar*). T. VII, pag. 148.  
 Legado de Teodoro da Mota ao Liceu de Lisboa. T. VII, pag. 29.  
 Plínio, o Naturalista, e a Lusitania. T. VII, pag. 21.  
 Os restos mortaes de Vasco da Gama. Providências tomadas em 1845. T. VII, pag. 41.  
 O tanger dos sinos. Providências eclesiásticas adoptadas no século XVI (por *F. M. de Sousa Viterbo*). T. VII, pag. 17.  
 Os Vieiras (por *Joaquim Conceição Gomes*). T. VII, pag. 150.  
 Profanação e vandalismo. T. I, pag. 30.  
 Primitivos habitantes da Península Hispânica (por *Sá de Vilela*). T. I, pag. 33.  
 Descoberta rara feita no Algarve (por *J. da Silva*). T. I, pag. 44.  
 Considerações geraes acêrca dos banhos públicos em Portugal (por *Francisco José Almeida*). Tomo inicial, (ano de 1865) pag. 56.  
 Estabelecimento termal em Vizela (por *J. da Silva*). T. II, pag. 183.  
 Termas de Portugal (por *J. da Silva*). T. I, pag. 76.  
 Alguns passos num labirinto (por *F. Augusto Simões*). T. I, pag. 105, 117.  
 Ensino dos nóveis architectos (por *Hayter Lewis*). T. I, pag. 109.  
 A Sociedade Real dos Antiquarios do Norte, vista á luz dum notável discurso do sr. Worsaae (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 91.  
 Societé Académique Indo-Chinoise (pelo *Marquês de Croizier*). T. III, pag. 150.  
 A Ordem de Calatrava. Um monumento interessante (por *Nogueira de Brito*). T. XII, pag. 94.  
 O teatro do Bairro Alto. O Pateo do Conde de Soure (por *J. Ribeiro Guimarães*). T. XI, pag. 541, 663 e 774.  
 Nova reforma dos teatros (por *J. da Silva*). T. I, pag. 125.  
 Resultado da eleição dos cargos da Sociedade Academica Indo Chinesa, de França. T. VI, pag. 49.  
 Artigo de um novo dicionário geográfico histórico (por *Victorino Almada*). T. VI, pag. 101.  
 Singular descobrimento e útil advertência (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 184.  
 Montanhas megalithicas na Rússia Meridional (por *J. da Silva*). T. V, pag. 93.  
 Divagando (por *M. J. Cunha Brandão*). T. XIII, pag. 61.  
 Anotações artisticas e arqueológicas (por *Sousa Viterbo*). T. XIII, pag. 19 e 209.

- Os Deuses igeditanos Arentins e Revelauganilaecus (por *F. Alves Pereira*). T. XIII, pag. 1.
- Libro de la ynclita cavalleria de Cristo en la corona de Portugal (por *Garcez Teixeira*). T. XIII, pag. 279.
- Um viajante francez no século XVII (por *José Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 81.
- O tricentenário de Camões (por *José Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 17.
- Considerações sôbre o transporte de uma pedra (por *J. M. Feijó*). Tomo inicial (ano de 1865) pag. 167.
- Origem das estufas. Descrição das que existem em Lisboa (por *J. da S.*). Tomo inicial (ano de 1865) pag. 68.
- Importante resolução tomada pela Associação dos Arqueólogos para o desenvolvimento das artes e indústrias em Portugal. Tomo inicial (ano de 1865) pag. 32.
- Trasladação dos restos mortaes do Santo Condestavel para a Igreja de S. Vicente (por *Rocha Dias*). T. IX, Bol. n.º 8, pag. 33.
- Fala que fez André de Rezende, na entrada del Rey D. Sebastião, de Portugal, a primeira vez na cidade de Evora (por *André de Rezende*). T. IX, Bol. n.º 2, pag. 41.
- As inscrições de Diu. Continua a obra do sr. Rivara. Uma portaria valiosa. A Comissão arqueológica (por *D. d'Anaya*). T. IX, Bol. n.º 7, pag. 22.
- Sphragistica brasileira (por *Jorge Cesar de Figanière*). T. II, pag. 106.
- Um artista desconhecido (por *Sousa Viterbo*). T. XI, pag. 12.
- Sobre a estatua equestre da Ilha do Corvo. T. XI, pag. 447.
- Estatua equestre da Ilha do Corvo. T. XI, pag. 447.
- Herculano e o mestre Gil (por *Victor Ribeiro*). T. XII, pag. 169.
- Dois inéditos acêrca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo (por *A. Ferreira de Serpa*). T. XII, pag. 239.
- Dois documentos para a História do apelido Camões (por *Nogueira de Brito*). T. XII, pag. 404.
- Anotações artisticas e arqueológicas (por *Sousa Viterbo*). T. XII, pag. 439, 489 e 555.
- Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do turismo no País. Memória apresentada pela Real Associação dos Arqueólogos Portugueses (por *Rosendo Carnevalheira*). T. XI, pag. 812.
- A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz (por *Victor Ribeiro*). T. XI, pag. 30.

## ASSUNTOS RELATIVOS À ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS

### EXPEDIENTE DIVERSO RELATIVO À ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS :

- Expediente. T. II, pag. 164.
- Estatutos da Real Associação dos Arqueólogos. T. 12, pag. 793.
- Secções da Associação dos Arqueólogos Portugueses. T. 12, pag. 483.
- Novo distintivo científico (por *J. da Silva*). T. II, pag. 66.
- Eleição de S. M. o Imperador D. Pedro II. T. VI, pag. 65.
- Saudação ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Teófilo Braga, Presidente do Govêrno Provisório. T. XII, pag. 204.
- Mensagem de agradecimento a S. M. a Rainha Sr.<sup>a</sup> D. Amélia pelos auxílios concedidos à restauração de monumentos. T. IX, Bol. n.º 7, pag. 15.
- Circular às Câmaras Municipais, acêrca de pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos históricos e arqueológicos. T. X, pag. 438 e 509.
- Extractos das respostas às circulares dirigidas pela mesa da R. A. dos A. C. e Arqueólogos Portugueses, às Câmaras Municipais do País. T. X, pag. 440 e 653.

- Delegação em Braga da R. A. da A. C. e Arqueólogos Portugueses. Acta da sua instalação. T. X, pag. 571.
- Programa para o concurso sôbre assuntos de architectura e arqueologia. T. IV, pag. 81.
- Contas da tesouraria. T. VIII, pag. 35.
- Parecer da Comissão Revisôra de Contas (por *J. J. d'Assenção Valdez*). T. XII, pag. 63, 259 e 476.
- Idem (por *Francisco Soares O'Sulivand*). T. XII, pag. 63, 259 e 476.
- Memória histórica dos progressos e trabalhos da R. A. da A. C. e Arqueólogos Portugueses desde a sua instituição até ao ano de 1890 (por *Joaquim Possidónio Narciso da Silva*). T. VI, pag. 67.
- Principais assuntos que foram tratados ou referidos em sessões de assemblea geral desde 22 de Novembro de 1863, data da sua fundação, até 11 de Novembro de 1889 (por *E. Rocha Dias*) T. XI, pag. 124 e 169.
- A. R. A. da A. C. e Arqueólogos Portugueses desde o 25 anniversário da sua fundação (por *Rocha Dias*). T. X, pag. 33 e 62, T. XI, pag. 18 e T. XII, pag. 31.
- A Associação dos Arqueólogos Portugueses no seu 59 anniversário (por *Brito Aranha*). T. XIII, pag. 53.
- Nas bodas de oiro (por *Sá Vilela*). T. XIII, pag. 60.
- 22 de Novembro de 1913 (por *José Queirós*) T. XIII, pag. 303.
- Para a história da Associação. Notas remissivas (por *Rocha Dias*). T. XIII, pag. 72.
- Sessão em 1889 para comemorar o 25 anniversário da Fundação da R. A. da A. C. e Arqueólogos Portugueses. T. VI, pag. 65.
- Sessão solene da R. A. dos Arqueólogos Portugueses. T. V, pag. 49.
- Sessão solene em 23 de Novembro de 1913. T. XIII, pag. 81.
- Sessão solene para a distribuição das medalhas aos tres laureados, por S. M. El-Rei o Sr. D. Fernando. T. V, pag. 161.
- Sessão solene sôbre a presidência de S. A. o Principe Real o Sr. D. Carlos. T. IV, pag. 177.
- Relação dos novos sócios que pertencem à R. A. dos A. C. e Arqueólogos Portugueses desde a sua fundação até fim de Dezembro de 1866. T. I, pag. 113.
- Sócios inscritos em 1907. T. XI, pag. 576.
- Relação dos sócios laureados pela R. A. dos A. C. e Arqueólogos Portugueses. T. X, pag. 501.
- Presidentes honorários e protetôres desta Associação, T. X, pag. 78.
- Lista de Sócios nacionais e estrangeiros. T. I, pag. 31.
- SINOPSE DOS TRABALHOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS :**
- Sinopse dos trabalhos da Associação, lida na 1.<sup>a</sup> sessão de Assembleia Geral (por *José Sequeira do Costa*). T.ômo inicial (ano 1865) pag. 1, 23.
- Sinopse dos trabalhos da Associação, lida na sessão de Assembleia Geral do 2.<sup>o</sup> trimestre, celebrada no dia 3 de Julho de 1864 (por *Paulo José Ferreira da Costa*). T.ômo inicial (ano 1865) pag. 23, 44 e 61.
- Sinopse dos trabalhos da Associação, lida em sessão da assemblea geral do 3.<sup>o</sup> semestre, celebrada em 9 de Outubro de 1864 (por *Paulo José Ferreira da Costa*) T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 76, 94 e 706.
- Sinopse dos trabalhos da Associação, lida na assemblea geral de 27 de Julho de 1865 (por *P. J. Ferreira da Costa*). T.ômo inicial (ano de 1865), pag. 128 e 149.
- Sinopse dos trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses. T. I, pag. 3.
- Sinopse dos trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1874 (por *Valentim José Correia*). T. I, pag. 89.

Sinopse dos trabalhos da Real Associação relativa aos anos de 1881 e 1882  
(por *Valentim José Correia*). T. IV, pag. 17.

ACTAS DAS SESSÕES DE ASSEMBLEA GERAL :

(por *Victor Maximiano Ribeiro*). T. IX, Bol. n.º 7, pag. 8 ; Bol. n.º 9, pag. 5 ; Bol. n.º 10, pag. 5.

(por *Augusto E. de Freitas Cavaleiro e Sousa*). T. IX, Bol. n.º 5, pag. 10.

(por *Eduardo A. da Rocha Dias*). T. IX, Bol. n.º 1, pag. 5 ; Bol. n.º 2, pag. 5 ; Bol. n.º 3, pag. 5 ; Bol. n.º 4, pag. 5 ; Bol. n.º 5, pag. 5 ; Bol. n.º 7, pag. 5 ; Bol. n.º 11, pag. 11 ; Bol. n.º 12, pag. 5.

(por *Antonio Cesar Mena Junior*). T. IX, Bol. n.º 11, pag. 5.

(por *Gustavo de Matos Sequeira*). T. XII, pag. 64, 111, 152, 202, 298 e 369.

(por *João Rodrigues Fernandes*) T. XII, pag. 264.

(por *Nogueira de Brito*). T. XII, pag. 304.

(por *Luiz de Albuquerque Bettencourt*). T. XII, pag. 382, 428 e 480.

(por *Jacinto Bettencourt*). T. XII, pag. 337, 529 e 573.

(por anónimos).

T. IV, pag. 13, 30, 62, 78, 112 e 177.

T. VIII, pag. 1, 33, 65, 87, 129 e 161.

T. X, pag. 11, 117, 239, 293, 322, 414, 488, 562, 628 e 686.

T. XI, pag. 106, 205, 275, 343, 357, 418, 482, 569, 643, 708, 771 e 854.

T. XIII, pag. 37.

RELATÓRIOS :

Relatório da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (por *Valentim José Correia*). T. I, pag. 17.

Relatório apresentado na sessão solene da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 2 de Maio de 1879 (por *J. Possidónio N. da Silva*). T. II, pag. 153.

Relatório da classificação dos monumentos (pela *comissão eleita*). T. III, pag. 83.

Sessão solene. Relatório. Elogio histórico dos architectos do Convento do Carmo em Lisboa (por *A. Eugénio de Freitas Cavaleiro e Sousa*). T. III, pag. 118.

Relatório da Associação (apresentado pelo presidente *J. Possidónio Narciso da Silva*). T. IV, pag. 178.

Relatório do Congresso dos architectos francezes em Paris, em 1889) por *Paul Sédille*). T. VI, pag. 178.

Relatório da sessão solene, em Dezembro de 1888 (por *Possidónio da Silva*). T. VI, pag. 17.

Relatórios da gerência do Conselho Facultativo de 1900 a 1903 (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. IX, Bol. n.º 4 pag. 17 ; Bol. n.º 5, pag. 19 ; Bol. n.º 8, pag. 10 ; Bol. n.º 12, pag. 10.

Relatório da gerência do Conselho Facultativo em 1904 e 1905 (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. X, 225 e 421.

Relatório da Direcção. T. XII, pag. 254 e 471.

Relatório da Gerência da Direcção em 1912. T. XIII, pag. 31.

Idem em 1913. T. XIII, pag. 187.

Idem em 1914. T. XIII, pag. 197.

Idem em 1915. T. XIII, pag. 226.

Idem em 1916. T. XIII, pag. 256.

Idem em 1917. T. XIII, pag. 306.

Idem em 1918. T. XIII, pag. 319.

Relatório do movimento da Biblioteca da Associação em 1906 a 1908 (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. XI, pags. 266, 552 e 703.

Relatório do movimento da Biblioteca (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. XII, pag. 60.

- Relatório do movimento da Biblioteca (por *Julio Augusto Ferreira*). T. XII, pag. 341.
- Relatório da gerência do Conselho Fiscal em 1906 e 1907 (pelo *Visconde da Torre da Murta*). T. XI, pag. 94 e 470.
- Relatório da excursão a Santarem, em 9 de Julho de 1916 (por *Francisco Nogueira de Brito*). T. XIII, pag. 241.
- ALOCUÇÕES. DISCURSOS.**
- Alocução do Presidente da R. A. dos A. C. e Arqueólogos Portuguezes (por *J da Silva*). T. I, pag. 84.
- Discurso aos engenheiros civis, socios da A. dos E. C. Portuguezes, por ocasião da visita a Evora, em 5 de Junho de 1897 (pelo Rev.<sup>mo</sup> Arcebispo de Evora). T. VII, pag. 157.
- Discurso lido na sessão de 26 de Julho de 1895 (por *Rosendo Carvalho*). T. VII, pag. 65.
- Discurso lido na sessão de 24 de Março de 1895 (por *Adães Bermudes*). T. VII, pag. 33.
- OFÍCIOS. CARTAS. CORRESPONDÊNCIA DIVERSA.**
- Officio de agradecimento (por *A. Augusto Gonçalves*). T. IX, Bol. n.º 7, pag. 20.
- Officio da Comissão Executiva dos Monumentos Nacionaes (por *Augusto Fuschini*). T. VIII, pag. 183.
- Correspondência diversa. T. VII, pag. 13, 30, 61, 78, 128, 134, 139 e 186.
- Carta dirigida ao Presidente da A. dos A. e Arqueólogos Portuguezes (por *Louis de Richemond*). T. III, pag. 173.
- Carta ao sr. Conde de S. Januário (pelo *Conde de Lair*). T. VIII, pag. 183.
- Cartas inéditas de D. Pedro V. Carta ao sr. Visconde da Torre da Murta (por *Ernesto Loureiro*). T. IX, Bol. n.º, pag. 20.
- Cartas ao Conselheiro Presidente da R. A. da A. C. e Arqueólogos Portuguezes, o sr. Augusto José da Cunha (por *Sousa Viterbo*). T. X, pag. 339 e 570.
- Carta ao sr. Possidónio da Silva (por *G. de Caugny*). T. IV, pag. 37.
- Carta à Redacção do Comércio de Portugal (por *Ignacio de Vilhena Barbosa*). T. VI, pag. 6.
- REPRESENTAÇÕES.**
- Representação dirigida ao Governo pela Direcção da Associação dos Arqueólogos sôbre a pretensão das descobertas arqueológicas. T.ômo inicial (ano de 1865) pag. 125.
- Representação da Associação dos Arqueólogos ao Governo de Sua Magestade. T. VI, pag. 97.
- Protesto da Sociedade de Geografia. T. VI, pag. 81.
- Pedido ao Governo, na Camara dos Dignos Pares (por *Jose Silvestre Ribeiro*). T. III, pag. 158.
- Representação sôbre o limite das freguesias de Santa Engracia e S. Bartolomeu do Beato, de Lisboa, na Calçada da Cruz da Pedra. T. IX, Bol. n.º 6, pag. 37; Bol. n.º 7, pag. 29; Bol. n.º 8, pag. 35.
- Representação dirigida ao Governo de Sua Magestade. T. X, pag. 58 e 123.
- Representação ao Presidente e Vereadores do Municipio de Lisboa. T. IX, Bol. n.º 2, pag. 33.
- Representação da Associação dos Arqueólogos à Presidência do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes. T. IX, Bol. n.º 2, pag. 31.
- PRÓLOGOS, ADVERTENCIA, INTRODUÇÃO DOS BOLETINS.**
- Prólogo. T. V, pag. 1.
- Proémio (por *Joaquim de Araujo*). T. VI, pag. 34.
- Advertência (por *José da Costa Sequeira*). Tomo inicial (ano de 1865) pag. 5.
- Introdução. T. II, pag. 1; T. VI pag. 1.
- Introdução (por *J. de Vilhena Barbosa*). T. I, pag. 1.

Introdução (por *José Silvestre Ribeiro*). T. II, pag. 65;  
T. III, pag. 1; T. IV, pag. 1.

MUSEU DO CARMO :

Museu Arqueológico do Carmo. Catálogo da secção de Cerâmica (por *José Queirós*). T. XI, pag. 412.

Descrição ou simples referência a objectos expostos no Museu do Carmo (por *R. D.*). T. XI, pag. 529.

Monumentos arqueológicos. Museu do Carmo. Representação dirigida ao Governo de Sua Magestade em 1866 pela A. da A. C. e Arqueólogos Portugueses. T. XI, pag. 505.

O Museu Arqueológico do Carmo (por *Gabriel Pereira*). T. VIII, pag. 138.

Museu Arqueológico do Carmo (por *Juler de Lauzière*) T. III, pag. 123.

Museu do Carmo em Lisboa (por *J. da Silva*). T. III, pag. 25.

# A PONTE DA JUNQUEIRA

COMUNICAÇÃO LIDA EM SESSÃO DE 31 DE MARÇO DE 1923  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES

---

Quando tive conhecimento de que na Junqueira existiu uma ponte logo conjecturei que podia ter sido :

1.º — Uma ponte de passagem para o forte de S. João ;

2.º — Uma ponte de embarque e desembarque na praia. A favor desta hipótese havia os seguintes argumentos : *a)* o ser a praia da Junqueira, como consta do livro do nosso antigo e saudoso presidente, o sr. Adolfo Loureiro (1), um dos únicos três pontos onde, desde Belém até Sacavém, se podia antigamente embarcar e desembarcar na meia vasante da maré ; *b)* o ter, a 2 de Agosto de 1666, desembarcado a Rainha D. Maria Francisca de Saboia numa «ponte, que magnifica, e custosamente estava levantada na praia da Junqueira, digna de hum tal recebimento, e nella esperava toda a Nobreza, e Grandes da Corte com ricas, e luzidissimas galas» (2) ; e, finalmente, *c)* o repetir-se em vários avisos, que encontrei num arquivo, dirigidos ao juiz de fóra de Almada, por ocasião das ídas da Família Real à Outra-Banda, para que tivesse os barcos em que ela havia de conduzir-se : *na praia da Junqueira, na praia da Junqueira, onde se costumam embarcar as equipagens de S. M., na praia do forte da Junqueira, e na ponte da Junqueira ;*

3.º — Uma ponte sôbre o Rio Sêco.

---

(1) *Os Portos Marítimos de Portugal*, vol. III, parte III, pag. 278.

(2) D. Antonio C. de Sousa, *História Genealógica*, VII, pag. 396.

Depois de estudar o assunto averigui: que a ponte existiu sobre a embocadura do Rio Sêco, que era muito extensa, e que, perpendicularmente a éla, havia uma outra para serventia do forte.

\*

O aspecto da rua da Junqueira, antes de se fazer a alamêda e de se construir a Cordoaria, não era dos mais asseados: o caminho era poeirento (defeito que ainda tem), enchia-se de lama com as chuvas, e tinha covas e pedregulhos que muito haviam de torturar a quem por êle passasse de sége ou de carro.

O Rio Sêco era o principal causador do mau estado de uma grande parte dêsse caminho.

Este rio, que hoje está desde certo ponto transformado num simples cano abobadado, vem da Serra de Monsanto, atravessa a calçada da Boa-Hora, segue depois entre os muros das quintas do Almargem e de Diogo de Mendonça Corte Real (modernamente denominada das Águias ou da Condessa da Junqueira), atravessa, por baixo, a rua da Junqueira e a Cordoaria, e vai, por fim, desaguar no Tejo. Só em 1905 se concluíram, com a colocação da abobada, os arranjos que nêle se fizeram para o transformar num cano higiênico. Até então exalava um cheiro nauseabundo, que se sentia a grande distancia.

Por ocasião de cheias, a corrente das suas aguas era violentissima e arrastava enormes pedras, juntamente com areiã de duas qualidades, uma branca e fina, muito afamada e utilizada para construções, e outra grossa e escura, que o entulhavam.

Na célebre cheia de 1876, a fôrça da agua derrubou primeiramente o espesso muro que o separava da quinta das Aguias e depois arremessou a grade da frente da quinta de encontro à parede da Cordoaria! Era, portanto, um rio de certo respeito.

Antes de se fazerem as obras da Cordoaria, isto é, antes de 1786, o Rio Sêco, depois de atravessar a rua da Junqueira, como não podia seguir em linha recta para o Tejo, por encontrar na frente um grande areal, seguia na direcção do Nascente, paralelamente à rua, por meio de um lodaçal, e ia desaguar numa língua de agua, que se metia pela areia, mesmo em frente da casa de D. José da Silva Pessanha (ilustre diplomata, ascendente do nosso presado consocio que tem igual nome), a qual pertenceu até há pouco tempo à senhora Condessa

de Porto Brandão e pertence hoje ao Doutor Antonio Soares Franco.

Do estado em que o caminho público ficava por ocasião das chuvas, devido ao Rio Sêco, pôde avaliar-se pela seguinte passagem de Gramosa (1):

«Para maior nobreza do Edificio (a Cordoaria), converteo-se em «rua calçada todo o espaço de terreno, que lhe fica fronteiro ao «Norte athé ás frentes das cazas, que estão daquela banda : formam-se varias Pontes, que dão expedição ás agoas, que vem do Rio «Seco, *as quais de Inverno, antes desta obra, se estagnavão naquêlê «sitio, que o fazião invadiavel, o que não sucede agora; e para «maior comodidade daquele belo passeio se formou hum lagedo «desde o principio da calçada athe ao fim do Apozeno; justamente «no sitio, em que estava antigamente a Ponte da Junqueira.*»

Apesar de um tanto confusa, prova esta passagem que, durante o inverno, ou melhor, por ocasião de chuvas, a rua da Junqueira, junto do Rio Sêco, era *invadiavel*, e que, para se passar por ela, havia uma ponte — *a ponte da Junqueira* — que ia *desde o principio da Calçada até ao fim do Apozeno.*

Quando o mesmo autor se refere (a pag. 111), ao terreno destinado à Cordoaria, diz que êle *discorria*, de Nascente a Poente, desde o forte da Junqueira (isto é, o de S. João), até ao do Marquês de Angeja (isto é, o de S. Pedro, ou, vulgarmente, da Estrela), e de Norte a Sul, desde a ponte antiga da Junqueira até ao mar.

Estas passagens de Gramosa dão-nos ideia aproximada, mas não exacta, dos limites da ponte.

Vou, por isso, recorrer a outras fontes para os fixar.

Na lista dos enviados e plenipotenciários dos soberanos estrangeiros residentes nesta Corte, publicada nos almanáques de Lisboa, de 1782 a 1786, diz-se que o Cavalheiro de Lebzelttern, enviado do Imperador-Rei, da Hungria e da Boemia, morava ao principio da Ponte da Junqueira (2).

Procurando nos livros dos arruamentos para as décimas da freguesia da Ajuda, em que casa morou o referido ministro, encontrei

(1) *Sucessos de Portugal*, II, pag. 111 in fine e 112.

(2) Conf. Rodrigo Vicente de Almeida: *Belem* (apontamentos publicados depois da sua morte), in *Arqueologo Português*, XVIII, p. 59. segg. Notou o autor

nêles indicado que foi na do diplomata D. José da Silva Pessanha, que lhe estava arrendada por 550.000 reis (1).

Era, portanto, ao pé da casa dêste diplomata que começava a ponte.

Numa escritura que possuo, feita em 1734, numa passagem em que se faz referência a certa casa, que existia no local onde hoje está situada a casa-nobre que foi de Lazaro Leitão, pertencente hoje ao sr. Visconde do Marco, diz-se: *morada de casas... á Junqueira... ao diante da ponte.*

Isto é, a ponte terminava um pouco antes da referida casa.

A confirmarem os testemunhos de Gramosa, dos almanaques e da escritura, existem as plantas da margem da cidade, feitas, uma em 1727 e outra, baseada nesta, feita por Carlos Mardel alguns anos depois, aonde a ponte (evidentemente a ponte), com os limites que lhe fixei, vem indicada com duas linhas quebradas e paralelas até quasi aos extremos. (2) Na estampa anexa a êste estudo fiz reproduzir a parte da planta de 1727 em que está indicada a ponte, tendo-lhe, porém, mandado colocar alguns letreiros que não existem no original. A ponte vai, como no original, indicada com traços vermelhos.

Para se ir para o forte de S. João, havia, como se verifica na planta, uma outra ponte, perpendicular à grande.

A ponte devia ser tosca e muitas vezes devia estar apodrecida.

Num mapa das obras e mais objectos em que se despenderam certos fundos no mês de Março de 1827, feito em 10 de Abril seguinte e

que nos almanaques posteriores ao de 1786 se diz sómente: na Junqueira, sem referência á ponte. E' porque esta deixara de existir pouco tempo antes em virtude das obras da Cordoaria.

(1) No livro dos arruamentos de 1776, por exemplo, fol. 68.

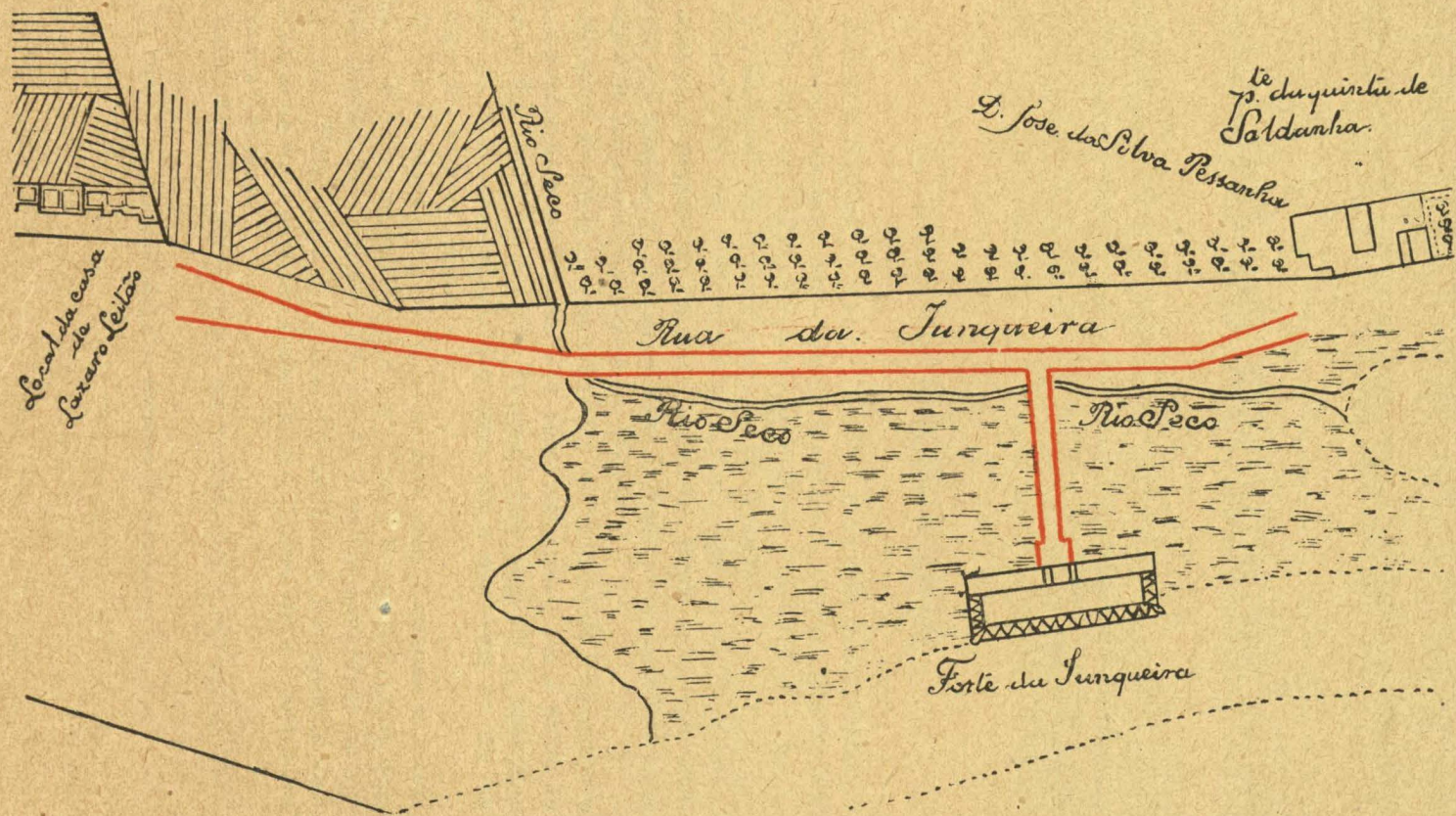
(2) *Planta topografica da marinha das Cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S. Joséph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727.* Tenho uma copia da parte referente á Junqueira, tirada de uma outra copia pertencente ao sr. Matos de Sequeira e feita pelo nosso consocio o sr. Jesuino Artur Ganhado. A respeito desta planta vid. o notavel estudo do nosso illustre consocio A. Vieira da Silva: *Noticia historica sobre o levantamento da planta topografica de Lisboa*, publicado na *Revista de Obras Publicas e Minas*, tomo 44, Julho e Agosto de 1913 — N.ºs 523 e 524.

A planta modificada por Carlos Mardel, encontra-se reproduzida por Adolfo Loureiro: *Os Portos Maritimos de Portugal*, III — Atlas, Est. I, fig. 2ª.

publicado na *Caçeta de Lisboa* de 16 do mesmo mês e ano, consta que nessa data se construiu uma «Ponte do Rio Sêco». Nenhuma relação tem essa ponte com a antiga da Junqueira. Ou era uma que existiu na calçada da Boa-Hora, ou outra que existe na calçada de Santa Ana.

Junqueira, Março de 1923.

*Arthur Lamas.*



PARTE DA PLANTA TOPOGRAFICA DA MARINHA DAS CIDADES DE LISBOA, OCIDENTAL E ORIENTAL, FEITA EM 1727, EM QUE ESTÁ INDICADA A PONTE DA JUNQUEIRA

# NOTAS DO RENASCIMENTO

---

...C'est à dire un grand développement de la prospérité, de la richesse, et de l'esprit.

TAINÉ, «Philosophie de l'Art.» (13.<sup>a</sup> ed.) II, 2.

## I

### SETUBAL NO RENASCIMENTO

Deixemos Florian del Campo, Garibai e o nosso bem sympathico Fr. Bernardo de Brito com a lenda de Thubal, terceiro filho de Noé e quinto neto de Japhet, a aportar á Lusitania pelo anno de 2.204 A. de C., fundando na Troia a povoação de Sethubalo.

Ficam para trás Ptolemeu Alexandrino, Mariano de Heracleia e o anonymo Ravenate com a sua Caetobriga. Perde-se na escuridão. Cansar-nos-hiamos, se fossemos com Hübner atrás do Roteiro em procura de Equabona, Castroleucos, Malececa.

No areal de Troia só vejo a Ermida da Senhora de Troia, com o seu alpendre tam português, e o culto milagroso, que a gente de Setubal lhe votou. Os azulejos da capella-mór seguiam os episodios sacros da vida da Virgem, que tinha alli a sua festa no dia da Assumpção, a 15 de Agosto.

Diviso ao longe o bairro velho de hoje, loução quando se movia nelle a turba dos mareantes, que é o *Troino*. Berço de Setubal, hoje a sua *Alfama* de tradição, nelle reside o melhor mostruario da historia local. Fosse terra de Godos, que os Mouros fortificassem com a fortaleza de Albarquel, em arabe «forte», (1) breve teria crescido nas mãos dos Cristãos.

Entre Alcacer, que perdeu o seu poderio com a derrota da Mou-

---

(1) Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, IX (1880), 219.

rama, e Palmella, onde se firmou a cabeça da Ordem de Sant'Iago da Espada (1) em 1482, o velho *Troino* ou *Trouno* — Setubal já em 1343 — desenvolveu-se rapidamente. A dois passos de Lisboa e resguardada do Norte pela formosa Serra da Arrabida, pelas de S. Luís e Palmella, abre-se para o mar como num abraço alado de dois braços da terra (2).

Um dia, teve D. João II predilecção por ella, e, desde ahi, muitas vezes foi residência da côrte, que se movia, num rasto de grandesas, no largo triangulo formado por Evora, Setubal e Santarém.

Este seculo do Renascimento, que começa com o periodo aureo de luxo competido, da ostentação da Côrte e Nobresa do *Príncipe Perfeito*, foi a edade de ouro de Setubal. Abrange os reinados d'este Rei, de D. Manuel I, e vae extinguir-se nas obras do engenheiro Felippe Terzo, ás ordens de D. Felippe II, no castello do mesmo nome do Monarcha.

\*

D. João II viveu no meio de tragedias a que o seu interesse *pola ley e pola grey* intemeratamente o guiava. O Duque de Bragança, D. Fernando, recusa menagens e jurisdicção ao Rei, e depois de ciladas e tramas, entendido com Castella, conspirador contra o interesse nacional na solução do Tratado das Terçarias, foi justicado em Evora, no cadafalso erguido em frente da igreja de Santo Antão, em 1484.

A conspiração immediata urdiu-se em Setubal, aonde o Rei ia a

(1) D. Affonso Henriques concedeu as villas de Alcacer, Almada, Cezimbra, Palmella, todo o extincto concelho de Azeitão (*pelourinho* em Villa Fresca), toda a região de Entre-Tejo-e-Sado, e, depois da conquista, muitas terras de Alemtejo e Algarve, á *Ordem de Sant'Iago da Espada*.

A primeira cabeça da Ordem foi em Santos-o-Velho (Lisboa); no tempo de D. Affonso, II, mudou para Alcacer; no de D. Sancho II, para Mertola, e em 1482 para Palmella.

(2) Ahi, junto ao mar, Setubal tem no seu sector marinho a séde de três milagres da tradição catholica: a *Senhora da Agua* ou *Senhora Pequenina*, que foi recolhida na Praia do Troino (sec. XIII), em Setubal; a *Senhora da Arrabida*, que um naufrágio, a que acudiu, fez apparecer nas rochas, vindo a imagem a bordo, na posse de Haildebrant, mercador inglês, frade ermitão após o milagre (sec. XVI); por ultimo a *Senhora do Cabo*, no Cabo de Espichel, que segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional (Cod. Pombal, 98) tem culto desde 1430.

miudo. D. Diogo, Duque de Viseu, é o chefe. Censura frente a frente D. João II, pela morte do irmão. Num dos planos da acção devia de ser assassinado o Rei, quando, atrás do palio, seguisse a Procissão de Corpus-Christi: a emboscada teria lugar na Rua Direita do Troino, e o Duque seria o primeiro a ferir. Baldou-o a delação de Diogo Tinoco, vingando-se da mancebia a que levára sua irmã, Margarida Tinoco, o Bispo de Evora D. Garcia de Meneses. Outra tentativa se deu num passeio de D. João a Alcacer do Sal; prevenido a tempo, elle, que tinha ido por mar, desembarcou fóra do lugar costumado.

E isto durou até que o Rei se resolveu a fazer justiça, matando *pola grey*, para não ser morto *contra a grey*, e apunhalou o Duque no Paço Real, indo o sangue da familia, misturado com o seu, mais forte de todos, cair do seu peito sobre o gente da Nação. E' em Setubal, ás vezes Setuval, como diziam os chronistas, que decorre esse acto da tragedia, em que se debateu o Rei contra a Nobresa, que D. Affonso V, esbanjador émérito, deixára senhora do reino, deixando-o a elle, seu filho, «senhor das estradas». — «Foi uma noite de muito grande terror e espanto, e sobretudo muito grande tristeza», — refere o chronista do Rei.

\*

No tempo de D. João II se iniciaram as obras do *Convento de Jesus*, para as capuchas cristãs, no *Sapal do Troino*, <sup>(1)</sup> que era terreno da Corôa ou do Município, e D. Affonso V concedeu a Alvaro Dias, do qual por doação coube á Confraria da Annunciada. Após o Breve de Innocencio VIII, em que o Papa auctorizava a fundação, o Rei assignou a lincença em Evora, a sua luxuosa e artistica cidade, verdadeira capital de eleição, no dia 16 de Maio de 1490. Foi lançada a primeira pedra em 17 de Agosto immediato, e ha quem affirme que foi em 22 de igual mês de 1489, pelo Bispo de Seuta, D. Justo ou D. Diogo Hortez, Confessor do Rei, assistindo D. João II. <sup>(2)</sup> A fundadora era Justa Roiz Pereira, ama de D. Manuel, que, depois de

(1) «Sapal» é aqui, como no Algarve, a terra alagadiça na costa, lodaçal a descoberto na baixa-mar.

(2) Brito Rebello, «O Convento de Jesus», em *O Occidente*, IV 1881.

heroína, se fez monja. (1) O modelo de madeira, que serviu á construção, é attribuido a Boytaca, Boutaca ou Butaca. Por uma Carta Regia de D. Manuel, vê-se que trabalhava nos *feitos do seu officio em Setubal*, antes de 1498. D. João II, após a visita, que fez ás obras do Convento de Jesus, em 1491, mandou ampliar o templo.

Como a Côrte parava muito por Setubal, certo deviam de ser muitas e características as obras de particulares que, como pensa Haupt, e com carradas de razão, seriam executadas principalmente por operarios mouriscos, os mesmos talvez que trabalharam em Evora e Sintra para D. João II e D. Manuel. (2)

\*

Por morte de D. João II, em 1495, despresado, hostilizado pelos grandes do Reino, chorado apenas pelo povo e pela Rainha, sua mulher, a bondosa D. Leonor das Misericordias e Hospitais, subiu ao throno D. Manuel, que manteve a estima por Setubal. Deu-lhe *foral* em 27 de Junho de 1514.

Foi no seu reinado, por 1509, que se fundou na cidade a terceira typographia de Portugal, quarenta e seis annos depois da officina de Leiria, vinte e quatro da de Lisboa. (3)

D. Manuel foi protector do *Convento de Jesus*, cujas obras completou, fazendo todas as vontades a sua ama Justa Roiz Pereira. Ordenou que a igreja do Convento tivesse três naves, com um lindo e esbelto portal duplo, ao estylo da epoca, e substituiu os tectos de madeira por abobada de artesões e bocetes, sobre columnas duplas, com a capella-mór de marmore da Arrabida. Deu-lhe muitas e ricas alfaias, entre ellas a rica opa de brocado de ouro, que lhe servira na cerimonia da aclamação e fez dois paramentos magnificos, e a celebre serie dos dezassete quadros gothicos talvez de Mestre Andloi (Raczynski, *Diccion.* 8).

A *Egreja de S. Julião*, fundada no fim do seculo XV, foi primitivamente uma linda capella de pescadores, com um alpendre sobre

---

(1) Tratado da Fundação do Convento, da Abbadessa sor Leonor de S. João, in Raczynski, *Lettres*.

(2) Albrecht Haupt, *Die Baukunst in der Renaissance*, 128.

(3) Antonio Rebello dos Santos, *Memorias de Litteratura*, VII.

a porta, e parece que então ligada com o Paço dos Duques de Aveiro. Arruinada, D. Manuel mandou reconstruí-la por Carta Regia, assignada em Evora, a 2 de Fevereiro de 1513. Tem um lindo portico «manuelino» de columnellos, arcos trilobados e bellas molduras.

A *Egreja da Annunciada*, cuja imagem foi encontrada milagrosamente na Praia do Troino (sec. XIII), e se chamou a *Senhora da Agua* ou *Senhora Pequenina*, (1) de duas pollegadas, foi protegida tambem por D. Manuel. O Rei fez-se irmão da Contraria nella erecta; com ele foram os fidalgos da Côrte, e depois D. João III e D. Sebastião.

A *Torre de Outão*, — Torre de Sant'Iago, principiada por D. João I em 1390, foi ampliada por D. Manuel. Antes de este Rei, já D. João II fizera em Setubal, e talvez aqui, experiências de applicação de artilharia ás naus, com as baterias ao rés da agua. (2)

\*

D. João III deu a Setubal o titulo de *notavel*, em 26 de Outubro de 1525, e concedeu-lhe assento no quarto banco em Côrtes da Nação, no anno de 1530.

São de este período: — o *Convento dos Grillos*, fundado por Jacintho de Mello; o dos *Capuchos* franciscanos da Serra da Arrabida; obra no dos *Paulistas* da mesma Serra; o *Cruzeiro*, em frente do Convento de Jesus, de marmore vermelho da Arrabida, mandado construir por D. Jorge, Duque de Coimbra, Mestre da Ordem de

(1) Diz a tradição, e Pinho Leal (*Portugal Antigo e Moderno*, IX, 238) attribui o facto ao anno de 1260, ter uma velha encontrado na praia do Troino uma linda imagem da Virgem; em attenção ao lugar do encontro, chamou-se *Senhora da Agua*; a reduzida estatura da imagem trouxe-lhe o nome da *Senhora Pequenina*; porque, pela sua belleza e pela perfeição do trabalho, se acreditou que fosse obra maravilhosa dos Anjos, foi conhecida tambem por *Senhora Angelical* e por ultimo *Senhora da Annunciada*. A velha, que a encontrou, levou-a para casa, entre a lenha apanhada, e sem a distinguir; mettida no forno com essa lenha, três vezes saltou para fóra, «annunciando-se», e só então a mulher comprehendeu que tinha encontrado a imagem da Virgem com o Menino ao Colo.

(2) Artelhamento ao rez da agua, de caravellas miudas e muito moveis; «e poucas «caravellas destes grandes tiros fazem amainar muitas naos grossas. . . E ellas com «eles (tiros), e por serem muito ligeiras e pequenas, que as naos grossas lhe não «podião fazer nojo com seus tiros, forão tão temidas no mar as Carcavellas de «Portugal muito tempo.» Garcia de Resende, *Chronica de D. João II*, cap. 181.

Sant'Iago, filho bastardo de D. João II, que fundou o *Convento dos Frades Dominicanos*, mais sua mulher D. Brites.

\*

D. Sebastião reedificou a *Egreja de Nossa Senhora da Graça*, confirmando a concessão da capella-mór para jazigo dos Cabedos de Setubal. Protegeu a Confraria da Egreja da Annunciada; presenteou o *Convento de Jesus* com tapeçarias e preciosidades, mandando fazer á sua custa uma boa casa de ante-côro, de duas naves, a quatro arcos, de tecto pintado.

Na sua menoridade, o Cardeal D. Henrique, regente do reino, fundou o *Convento dos Dominicanos*, prègadores.

Tambem D. Sebastião ampliou a fortaleza da *Torre Outhão*, que resistiu ao exercito do Duque de Alba, já dentro de Setubal por traição; era governador da Torre o fidalgo Mendo da Cunha, pelo que D. Luisa de Gusmão, sendo regente do reino, por menoridade de D. Affonso VI, outorgou aos habitantes de Setubal o titulo de *leaes vassallos*, em Carta Regia de 23 de Maio de 1657.

E ahí está o que, num rapido descobrir de um artigo, se pode evocar dos tempos doirados da velha cidade. O bairro do Troino, com a tradição dos seculos, perpassa a história de Setubal.

— «Dos grandes edificios — dizia D. Francisco Manuel de Mello<sup>(1)</sup>, — ainda depois de arruinados, sempre se vem descobrindo alguns vestigios, que informão da sua primitiva grandeza».

---

(1) D. Francisco Manuel de Mello, *Epanaphoras*, «Epanaphora Politica», (1676), I, 78.

## II

## DUAS «EMPRESAS» REGIAS

(SECULOS XV-XVI)

O «PELICANO» DE D. JOÃO II — O PRINCIPE PERFEITO

E

A «ESFHERA» DE D. MANUEL I — O VENTUROSO

## PRIMEIRA PARTE

## I — ONDE SE JUSTIFICA O PRESENTE ESTUDO

Em monumentos do reinado intensamente nacionalista de El-Rei D. João II, em textos e gravuras a esse reinado referentes, encontra-se a, cada passo, menção ou figura do *pelicano* da «empresa» real. Por vezes, a seu lado, vê-se também a «empresa» da Rainha D. Leonor, — o camaroeiro das egrejas do hospital de Caldas da Rainha e do convento da Madre de Deos, em Lisboa, de ambos os quaes ella fôra fundadora piedosa e munificente (1)

Chronistas, historiographos, archeologos, apologistas do nacionalismo expresso na obra do Rei, a quem a historia cognominou de *Principe Perfeito*, referem-se com louvor, estimulo e sympathia, á «divisa» por elle adoptada. Ainda recentemente o Conde de Sabugosa, em seu livro de apologia e historia de *A Rainha D. Leonor*, fez menção repetida e justificativa do *pelicano* e do *camaroeiro* (2).

Esse reinado tem uma alta significação politica, e a poderosa lição artistica de um renascimento nacional. O factor psychologico d'este duplo conceito social de um periodo sob todos os aspectos interessantissimo, define-se lapidarmente no pensamento de D. João II com a sua chancellia do *pelicano* e a «tenção» simultanea de essa «emprêsa».

(1) Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*; «planhs» á morte prematura do Principe D. Affonso, de Alvaro de Brito e D. João Manuel; a par do *pelicano* figurava como divisa real a da Rainha D. Leonor, — a *rede*.

(2) C. de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor, 1458-1525*, Lisboa 1921; o capitulo XIX tem a epigraphe: — *Resurgimento — O Pelicano*, p. 127-132; e o XXV — *A tragedia no Campo do Alfange. — O Camaroeiro da Rainha*, 169-178.

Outrotanto succede com a «empresa» de D. Manuel I — a *esphera armillar*, que D. João II lhe concedeu, em testemunho de uma fortuna venturosa, que para si sonhava e lhe fugio, e ao descendente era uma herança de gloria, que lhe foi um vaticinio de *Rei Venturoso*. E' ainda mais por esta visão de um futuro admiravel, adivinhado e sentido na logica mysteriosa dos homens e dos factos, para a sua patria, é mais por isso do que pela tenacidade inflexivel na administração nacional, que o seu vulto de Rei, sem par na nossa historia, se engrandece, nobilita e absorve.

Nos monumentos de arte do periodo aureo dos descobrimentos, das conquistas, do commercio emporial, da riqueza caseira, de esse brilho e luxo do Renascimento «manuelino», surge constantemente a *esphera heraldica*. E' na architectura sumptuosa da Batalha, dos Jeronymos, do Convento de Christo, é onde ha um portico ou um templo de esse periodo, na capella universitaria de Coimbra, na Conceição Velha de Lisboa; na matriz da Gollegã ou de Vianna do Alentejo; na corôa das picotas ou pelourinhos de municipios creados ou reformados e com foral novo; nos brasões das fortalezas do Rei, nos escudos heraldicos de suas cidades e villas ou de aquellas que se honraram de a tomar do Rei de Portugal, fosse por submissão de franca e leal vassallagem, fosse por signa de seu foral; e então estava só ou entre Cruzes de Christo, ou emparelhada com uma de essas cruzes, a ladear com ella as armas reaes; de outras vezes eram duas as espheras, com as armas reaes entre si.

Na joalharia religiosa e profana; na illuminura, no typo decorado a decoração dourada ou a fogo nas capas coriáceas dos livros; na arte do ferro; em bordados e lhamagens; nas bandeiras e pavilhões do Rei e dos seus navios; por toda a parte, onde o feliz reinado tem seus padrões, a *esphera* apparece gloriosa na eterna magestade e altos mysterios de seus arcos.

Sendo duas «empresas», que dois Reis usaram e classificam ou contribuem para classificar os monumentos das epochas respectivas, não é superfluo definir as epochas e historiar os emblemas correspondentes. Tudo que faça sobressahir os monumentos antigos no esplendor do ambiente e no pormenor historico é obra bella para o espirito nacional. Quanto seja caracteriza los, collocando-os em esse ambiente proprio e necessario, deve de nos merecer superior interesse.

Para aquellas duas epochas accresce ainda o sentimento portugûes

pelo melhor e maior fastigio da nossa raça, que nellas teve o cumulo da sua missão historica de descobrir e patentear o mundo.

II — A «DIVISA» DE D. JOÃO II — O «PELICANO»

D. João II tomou *divisa* sua. A ella se refere Henrique de Barros Gomes no «Prefacio» ao *Principe Perfeito* de Oliveira Martins: «aquelle (D. João II) que para *divisa* adoptara o pelicano rasgando «o peitopara com o proprio «sangue alimentar os filhos, e que por mote escolhera e seguira na pratica o conceito tão bello: *Pela lei e pela grei*». (1)

A «*divisa*» é uma sentença, que recorda um nome ou uma acção memoravel, o conjuncto de actos brilhantes ou o que incita a pratica-los.

Era uma *divisa pessoal* e não hereditaria a de D. João II; compõe-se da figura, que a symboliza e se chama *corpo da divisa*, e da sentença ou *alma da divisa*. A' figura chamam outros *emprêsa*, e á sentença, mote, ou legenda: *tenção*.

Na *divisa pessoal* de D. João II, o *corpo da divisa* ou a *emprêsa* é o *pelicano*. Por *alma da divisa* ou *tenção* tem a lettra: *Pola ley e pola Grey*.

Na interpretação heraldica, a «*emprêsa*» é o proposito ou designios do cavalleiro que a usava, as normas e aspirações da sua vida. A «*tenção*» é a expressão verbal de aquella «*emprêsa*» ou aspirações.

Ora, em heraldica, o *pelicano* é uma das figuras allegoricas. Representa-se dentro do ninho, de pé, asas erguidas, a descobrir o peito, e a entranhar nelle o bico; escorrem gottas de sangue, que formam o que se chama a sua « *piedade*»; os filhos, em numero variavel, abrem os bicos para o sangue maternal e nutrem-se d'elle. O peli-



O Pelicano de um «registro de Santo» do S. S.

(1) Henrique de Barros Gomes, *Prefacio*, p. 184 do *Principe Perfeito*, de Oliveira Martins, ed. da Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1896.

cano está ora de perfil ou a três quartos (Caldas da Rainha, Madre de Deus, Batalha), ora de frente (Evora).

Tomando em estes termos a sua «divisa», o Rei queria dizer aos homens-bons do seu reino : — «verterei o meu sangue pela lei e em favor da grey, como por seus filhos o faz o pelicano do meu brasão». E, por isso, em momento difficil de crise, Sá de Miranda se dirigiu a El-Rei D. João III, reclamando *obras ! que palavras não !*

Do nosso nome um gram rei  
Neste reino lusitano  
Se pôs esta mesma lei ;  
Que diz o seu pelicano  
*Pela lei e pela grei.*

\*

\*      \*

Qual é porém a significação historica ou lendaria do sacrificio paternal do pelicano ?

Nas *Prosas Portuguesas*, Bluteau apresentou a seguinte these de uma conferencia : — *These : «se he verdade, que o Pelicano abre com o bico o peito, para com o sangue sustentar os filhos ?* (1)

Espraia-se em considerações. Já na antiguidade era corrente que o pelicano sustentava os filhos á custa do seu sangue. De terem no peito uma bolsa que enchem de agua, e de dobrarem o collo para a expellir e a dar aos filhos, sahiu a lenda antiga de os alimentar com o seu sangue. Passou essa crença ao symbolismo christão, onde representa Jesus Christo, que deu o sangue pela salvação do genero humano, em a tragedia cruenta do Calvario, e alimenta o homem no mysterio sagrado da Eucharistia, com o seu corpo e o seu sangue. (2)

(1) Bluteau, *Prosas Portuguesas*, p. 51, — 2.ª c.

(2) Em «registos de santos» encontram-se gravuras, onde o pelicano, a alimentar os filhos, representa o S. Sacramento, juntamente com um calix. No *Catalogo de Arte Ornamental Portuguêsa*, da exposição de 1822 em Lisboa, Sala G. pag. 131, n.º 32, ha menção de uma pyxide de prata, sobrepujada de um crucifixo ou simples cruz sobre um pelicano ; uma cruz processional de prata dourada com um pelicano de pé (liv. CXV) veja-se em Blansó, *Metalisteria, Ceramica, Vidrios, «Ceramica»* 57 ; cfr. as fontes baptismaes de Malines, Baelen-sur-Nethe, na Exposição de Malines, 1911, n.º 516 etc.

Da fabula moral veio a adoptar-se o pelicano para figura de brasão, onde exprimiu o sacrificio do pae ou do chefe pelos seus filhos ou subordinados, servindo-os com o proprio sangue. Foi esta a ale vantada aspiração de D. João II, quando tomou para si essa figura por «divisa».

Um novellista chamou, ao reinado de este Rei, o *Reinado Tragico* (1). Tragedia foi a vida do soberano; contra tudo e contra todos, contra a propria familia, elle sacrificou-se pela justiça e pela boa ordem do seu reino — a *Grey* — preparando-lhe ao mesmo tempo, em uma sábia, intelligente e inspirada politica, o advento do imperio portuguez na Peninsula e no mundo, descoberto e a descobrir.

\*  
\*   \*  
\*

Referindo-se á mudança que o Rei fez no brasão, diz Ruy de Pina: com o titulo de «Mudança que El Rey fez, no Escudo Real», em 1485: — «El-Rey em sendo Principe, tomou por divisa polla «Princeza sua mulher hũ Pelicano. Ave rompente, sangue no peito, «pera sustentamento e criação de seus filhos que no ninho tem com-«sigo. E tanto foy do seu contentamento, que a nom mudou depois «que foy Rey, e com ella trouxe por letra correspondente na piedosa «morte do Pelicano que dizia: Por tua ley e por tua grey» (2).

Por isto se prova que a divisa do Rei foi uma divisa pessoal, voluntaria e intencionalmente por elle tomada, ao vê-la adoptada pela Princesa, sua mulher, depois Rainha D. Leonor, que nella figurava o modo de ser da sua alma e das suas intenções e espirito de sacrificio.

### III — O «REINADO TRAGICO» — O REI DO PELICANO

E' D. João II o Rei a quem André Falcão de Resende, seu apolo gista, se referiu nestes termos: — «o segundo em nome e a nin guem igual» (3). Em uma das notas a lapis de Oliveira Martins, que Barros Gomes mencionou em seu «Prefacio» ao *Principe Per-*

(1) João Grave, *Reinado Tragico*, Porto 1915.

(2) Ruy de Pina, *Chronica d'El-Rei D. João II*.

(3) Garcia de Resende, *Chronica d'El-Rei D. João II*, 1.º verso da 2.ª quadra do *Soneto* de André Falcão de Resende.

feito, diz-se : — «com D. João II acabou a politica de guerra e principiou a epoca da arte de governar, — diplomacia e trabalho de gabinete (1)». Assim fica de esta maneira classificado o alto sentido nacional da politica do soberano.

Para ver o apreço da obra, através do escripto de três chronistas e historiadores, detenhâmo-nos um pouco a observar as considerações que de ella fazem.

Garcia de Resende, o chronista de El-Rei, falla primeiro. — «E porque sempre seus pensamentos e cuidados eram em servir bem e cumprir seus mandamentos com grande fervor de fé, esperança e caridade, e em amar muito seus povos, que pela lei e pelos seus dizia que derramaria seu sangue como pelicano por seus filhos, Jesus Christo Nosso Senhor»... (2)

A seguir, eis o testemunho de D. Francisco Manuel de Mello : — «Principe excessivamente zeloso da justiça, & duramente oposto á grandeza dos Vassallos, acordou de mudar o estilo antigo (q̃ todavia se cõserva em o resto da Espanha) & introduzir nas correições homens, professores de letras civis : gente que por meam entre os grandes, & os pequenos, pudesse moderar a autoridade dos Senhores, & cortejar a insolencia do vulgo. Este modo de regimento, por ser mais em favor da Monarquia, que o passado, foi tam aprazível a tados os Reys sucessores de D. João, que nenhum se lembrou de restituir á nobreza estas dignidades, que D. João lhe alheára» (3).

Finalmente na resenha apologistica da *Dissertação a favor da Monarchia*, assim se refere ao Rei o Marquês de Penalva : — «a Nação seguia [o Plano] de se unir ao seu Rei com hum amor, e respeito verdadeiramente filial, ao qual correspondêrão sempre os nossos Principes, mostrando-se pais de seus Vassallos. Bem o mostrou assim por hum modo energico o Senhor Rei D. João o Segundo, mandando esculpir na moeda o mesmo que tomára por Empreza, que era hum Pelicano derramando o proprio sangue, com esta letra : «Pela Lei, e pela Grei; dando a entender nesta allusão da Monar-

(1) Barrós Gomes, em o *Principe Perfeito*, de Oliveira Martins, p. 59, n.º 1.

(2) Garcia de Rezende, *Chronica*, cit. cap. CCXVII (III, 83).

(3) D. Francisco Manoel de Mello, *Epanaphoras*, «Epanaphora politica», Lisboa, 1876, I, 26.

«quia, que o Rei daria o sangue pela fé, e pelos subditos, que são «verdadeiramente filhos» (1).

\*

\* \*

O pensamento soberano do Rei era o engrandecimento da Nação. O sonho do império colonial tinha a sua base metropolitana, essencial, na união das monarchias peninsulares no throno portuguez, pelo casamento de seu filho D. Affonso com a Princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos; e a base colonial consistia nos descobrimentos maritimos. Ainda hoje um escritor espanhol, Blasco Ibañez, aprecia a grandesa da unidade peninsular, cujo poder teria sido bem maior e duradouro, sobre tudo duradouro, nestes termos seguintes: — «*De ser Barcelona la capital de España, ella habria conservado la dominación mediterranea. De serlo Lisboa el imperio colonial español habria resultado algo organico, solido, com vida robusta*». (2) Onde está «español» dê-se-lhe o significado mais amplo, correspondente a «hispanico» — do latim Hispania — ou «ibérico» — de Ibéria — em consideração geographica e étnica, e assim a affirmação é em verdade certa.

Era o engrandecimento da *Grei* que D. João queria — *pro-grege*. Quando subiu ao throno, tudo se perdia na prodigalidade paterna. As prerogativas de casta da Nobresa abafavam as liberdades do Povo, e reduziam o poder da Corôa. O Rei suspendeu aquellas regalias, obrigando os Nobres a restituir quanto não tivesse competente sanção, assim como os obrigava á Justiça equalitaria do Rei nos dominios d'elles — *pro-lege* — *pela Ley*.

Precisava elle, porém, de um apoio á sua obra. Só podia ser o do Povo, a unica classe social a ganhar com os designios equalitarios do Rei, em prejuizo das classes privilegiadas. Buscou-o. A elle recorreu, para reduzir os grandes senhores a authentica vassallagem, protegendo-o a ele simultâneamente das prepotências do Clero, da Nobresa, e de juizes e inquisidores.

O Povo, conscio da verdadeira missão do Rei, reclamava o seu auxilio justiceiro. E dizia-lhe, por intermédio dos seus representantes:

(1) Marquês de Penalva, *Dissertação a favor da Monarquia*, Lisboa 1799, p. 111-112.

(2) Blasco Ibañez, *Mare Nostrum*, 1.<sup>a</sup> ed., p. 54.

«reveja os forais, faça-se absoluto, avoque a si os padroados das egrejas, tome o mestrado das ordens, etc.» (1).

Esse pacto do Rei com o Povo efectuou-se nas Côrtes de Evora, de 1481, que fôram para ambas as partes um verdadeiro «pacto de alliança» (Oliveira Martins).

Obrigando a Nobresa á humilhação das homenagens e jurisdições, D. João II iniciou a lucta de vida e morte. Começaram de ahi as cildadas e attentados contra o Rei. A primeira conspiração levou ao cadafalso, em Evora, o seu chefe, o Duque de Bragança, D. Fernando, (2) cunhado da Rainha e primo do Rei, pelo crime de desobediencia e traição (3). Das tentativas de Setubal conseguiu o Rei escapar, tambem, até que elle próprio em ultima instancia, decidiu apunhalar o Duque de Viseu, D. Jaime, irmão da Rainha, e chefe da conspiração (4).

Por outro lado, o imperialismo de D. João II derrocava. O tratado de Tordesillas limitava as conquistas portuguezas, que não podiam estender-se para Occidente. O sonho peninsular desfez-se, quando em Santarem um desastre, que commoveu o Reino, victimou, em 1489, o Principe D. Affonso, a morrer entre lágrimas e lamentos das populações de Santarem, Almeirim, Coruche, Alvito e Lisbôa, logo apresadas em acudir ao local.

Viveu assim o Rei no meio das tragedias de Evora, Setubal e Santarem, minado pelas angustias da lucta, em que elle próprio se via obrigado a matar os parentes, em defesa da grei e da lei. Sob a

(1) Oliveira Martins, *Principe Perfeito*, p. 72.

(2) «Titere para fomentar a desordem interna,» lhe chamou Oliveira Martins, *Principe Perfeito*, 43, nota.

(3) Um filho de João Affonso, Védor da Fazenda do Rei, e Lopo de Figueiredo, official da fazenda dos Duques de Bragança, encontraram em Villa Viçosa e remeteram ao Rei, papeis que indicavam entendimentos com os Reis de Castella, que «tocavam muito contra ho estado, honra e serviço d'El-Rey». Serviram a parte no libello accusatorio do Duque.

(4) A conspiração de Setubal, como a de Evora, tinha largas ramificações no país, sobretudo no Alto Alemtejo. A de Setubal tinha feição especial em Santarem, onde vivia enclausurada a viuva de D. Afonso V, a *Excellent Senhora*, que no taboleiro politico da Peninsula convinha estar na mão dos Reis Catholicos, mas D. João II mantinha em seu poder. Clausulas secretas entenderam os conspiradores e os Reis Catholicos, para a entrega da infeliz senhora.

suspeita de envenenamento, que a sciencia médica hoje repudia, que baste informada pela precisão descriptiva dos chronistas, que pormenorizam a doença do monarcha, morreu em Alvor, aonde fôra de Monchique, em cujas caldas procurava curativo á sua hydropisia. Era o anno de 1495, em 25 de Outubro, hora do occaso do dia, e do occaso dos quarenta annos e seis meses do Rei. (1)

Meia duzia de leaes amigos o acompanhou até final e o não abandonou na morte. O povo chorou-o e cobriu-se de dó. Vive a eternidade no Mosteiro da Batalha o maior Rei de Portugal, personificação effectiva do genuino espirito democratico. «Rei excellente e cruel por necessidade e fatalidade histórica,» — lhe chamou o autor do *Reinado Tragico* (2)

Após esse martyrio da vida pela grandêsa da Nação, o povo affirmou que elle fizera milagres, quando D. Manuel lhe trasladou o cadaver para a Sé de Silves, a curiosa e esbelta cidade mourisca, e de ahi para a Batalha em 1499. (3) Todo o reino se vestiu de burel, almafega e vaso, e apregooou-se em Lisbôa que nenhum barbeiro fizesse barbas nem cortasse cabellos até seis meses, o que por outro soberano se não fêz.

Tamanho era o espirito de paz e de boa politica nacional, que, á hora da morte, D. João II, em nome dos altos interesses invocados, afim de evitar a lucta civil, infallivel, legou o throno ao seu natural inimigo, D. Manuel, Duque de Beja, irmão de D. Jayme, Duque de Viseu, que elle próprio apunhalára em Setubal. E fê-lo em prejuizo do seu filho bastardo D. Jorge, a quem muito queria e tivêra do seu maior e mais constante, mais sincero amor de sua vida, a bella D. Anna de Mendonça, aia de D. Joana, a Excelente Senhora, por casamento com D. Affonso V madrastra de D. João II. Até na hora da morte, no testamento que Antão de Faria escreveu, elle foi Rei, sacrificando pela

---

(1) Fundando-se nas informações precisas de Ruy de Pina, o médico D. António de Lancastre descreveu, nas phases do seu desenvolvimento, a doença de D. João II. O envenenamento do Rei foi uma fábula dos chronistas, alimentada por historiadores romancistas, como Oliveira Martins e Camillo Castelo Branco. «D. João II em plena anasarca, morre de uremia (p. 235)». Conde de Sabugosa *A Rainha D. Leonor*, p. 232 e ss.

(2) João Grave, *op. cit.*, p. 21.

(3) Garcia de Resende *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. CCXVII (III, 82 e 85).

sua grei os mais intimos interesses do seu espirito e da sua vontade, sempre a honrar a divisa, que tomára.

IV — ÉVORA, CIDADE DE D. JOÃO II. — A CIDADE DO PELICANO

A Cidade de Évora foi a capital predilecta de D. João II. Ahi viveu de preferencia. Ahi fôram as Côrtes que decidiram da sua política e da sua vida. Ahi celebrou o casamento do filho com a Princesa D. Isabel, herdeira dos Reis Catholicos, enlace em que elle sonhava a unidade peninsular. Nessa cidade começou a tragedia do Rei do Pelicano.

Evora-Cidade, como o povo lhe chama ainda hoje em contraste com a sua Evora-Monte, era um luxo. Lá convergiam os fidalgos que viviam em redor do Paço do Rei, entre elles os opulentos senhores dos solares alemtejanos. A vida de grandêsa enchia de movimento e de esplendôres a Côrte, onde todos se entregavam aos velhos jogos e a divertimentos de arte e dextrêsa, em que D. João II se comprazia, tomando nêlles parte primacial

Festas retumbantes, de um exagero intencional de grandiosidade, foram as do casamento do Principe D. Affonso. Permanentemente, só no Paço de Evora havia quatro mil e quinhentos moradôres, ao serviço do Rei, o que demonstra as proporções e bulício d'essa Côrte. Eram muitas as ceremonias de que Ruy de Pina, depois de as assegurar «muy bem guardadas», gaba o brilho, «porque El-Rey era d'ellas muito amigo e n'ellas mui sutil e prudente inventor». (1) A qualquer pretexto se realizavam touradas e soláos no Paço, completados por banquetes, em que «El-Rey foi homem que comeo bem» na expressão de Ruy de Pina. Nas festas do Corpo de Deus, recepções de personagens de estado, progressos da Côrte, qualquer data ou episodio festivo, era certo haver no Terreiro do Paço touradas, torneios, justas e jogos de cannas, representações theatraes em salões armados; em tudo o Rei entrava, dando o tom do luxo e da habilidade.

Era homem de «muy altos pensamentos, e muy desejoso de cousas grandes» (2). Os nobres sentiam necessidade (*noblesse oblige*) de corresponder á grandêsa theatral e pomposa do Rei. Elle os impelliria

(1) Ruy de Pina, Chronica de D. João II.

(2) Garcia de Resende. Chronica, cit., P. XV.

pelo exemplo e pela emulação, quiçá pelo conselho astuto, a ostentar as riquezas da sua capital. Garcia de Resende vem defini-lo sob êste aspecto, quando diz: — «dava muyto poucas coizas da Corôa, e sendo tam liberal e gastador, era tambem muy grande astucioso» (1). As Côrtes de 1481 e 1482, já depois de outras tentarem o assumpto, reclamavam contra o luxo da côrte, que contaminava a «gente mean e meuda» (2).

Nas festas que dava, o Rei vestia ricamente, e com grande estado real guardava os tradições e antigos costumes dos Reis, seus antecessores. A essas festas se referia Garcia de Resende emphaticamente:

«Vimos as festas reaes,  
que em Evora foram feitas,  
não se viram outras taes,  
tam ricas, nem tam perfeitas,  
nem gastos tam desiguaes;  
que multidão de borcados,  
chaparias e borlados,  
que justas, momos, torneos?  
que touros, canas, que arreos?  
que banquetes esmerados?

Para completar o quadro do autor da *Miscelanea*, (3), veja-se o que elle dizia da compita dos nobres á concorrência palaciana do luxo e das festas:

— «Que Raynha, que gram Rey?  
que Principe singular?  
Princesas, damas sem par?  
e dos nobles que direi?  
do seu amor, do gastar,  
das mercês que El Rey fazia?  
dos povos quanta alegria?

Eram as corridas de touros, os torneios, as riquissimas cavalgadas com profusão de xaireis e brocados de fama, caçadas cheias de bulicio ao javardo e ao veado, as danças e representações, animavam

(1) Garcia de Resende, Id. P. XIX.

(2) Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, p. 398 e ss.

(3) Garcia de Resende, *Miscelanea*, p. 340 (2ª c) 340.

a vida na cidade de Evora. Foi neste ambiente de luxo e mundanidade, que se iniciou e desenvolveu o Renascimento em Evora, mixto galante e garrido de mourisco e de gothico, em uma terra onde a tradição arabiga mantivera a architectura do tejôlo e a archivolta em forma de ferradura. A combinação do granito e do marmore branco parallelizava os coloridos dos trajes e dos brocados.

A affluencia acudia a Evora e no phrenesi das construcções empregavam-se activamente esses alvaneos mouriscos, a que no mesmo espirito de tradição local e harmonica se juntavam os de fóra. A cidade enchia-se de palácios. Os conventos não fugiam á regra, faziam obras de aparato. Construíam-se templos monumentaes.

Dos altaneiros paços dos Mellos, encastellados na alta collina que fóra o castro dos Mouros, ao opulento mosteiro de S. Francisco, em baixo, fora da cêrca moura, a cidade desenvolvia-se! Das Alarcovas, das Freirias, pelo arco Romano de D. Isabel, das torres dispersas e erectas como a Torre Moucha (que ficava junto do angulo da actual rua do Collegio), a de Sisebuto, as que ladeiam as Portas de Moura, os da Rua da Selaria, do Convento do Salvador, do Palacio Cadaval (que são de altas torres) e dos velhos Paços do Concelho, de êsses apertos e empecilhos das muralhas medievaes, Evora sahia triumphante aos terreiros e rossios.

Elle era o convento de Santa Clara, fundado pelo Bispo D. Vasco Perdigão e continuado pelo Cardeal de Alpedrinha D. Jorge da Costa, (1) elle era a igreja e Mosteiro do Espinheiro, (2) de Monges Jeronymos, do mesmo Bispo D. Vasco Perdigão, e de que foi primeiro prior fr. Fernando de Evora, mosteiro que teve a protecção de D. Affonso V, D. João II e D. Manuel; eram os revestimentos luxuosos de azulejos do tempo de D. João II, cujo pelicano se vê nos claustros em relevos de barro, no mesmo convento do Espinheiro; (3) era o convento de S. Bento, que iria por ahí fóra até principios do seculo immediato, em construcção; (4) eram conventos como o dos Loyos, que, embora

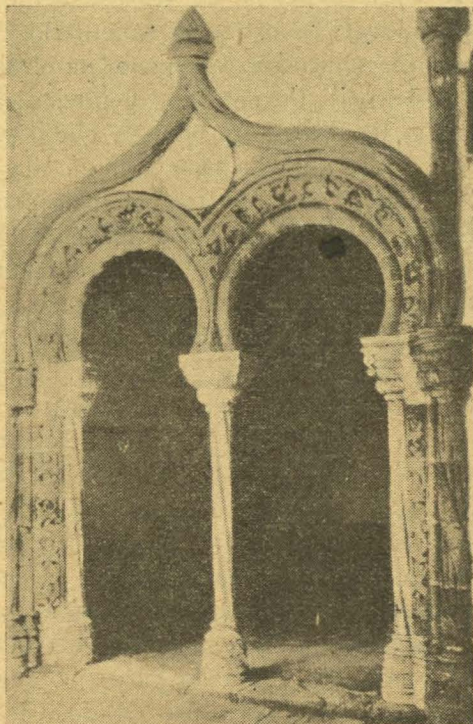
(1) Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, «Conventos de freiras», 1.ª parte, 1886 p. 8-14.

(2) E' conhecido o milagre do Espinheiro: um pastor, que encontra em um sitio ermo uma imagem de Nossa Senhora, em cima de um espinheiro (1400).

(3) Gabriel Pereira, *loc. cit.*, «o Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro», 2.ª ed., 1916, 16 pags.

(4) Gabriel Pereira, *loc. cit.*, «Conventos de freiras», 1.ª parte, 1886, p. 14 e ss.

fundado em 1485 (1), ao desenvolvimento de Evora com D. João II deve a sua criação, com as suas riquezas que vão do portico, de molduras ogivais successivas, até o da Casa do Capitulo e as campas de Mellos e Vilhenas; elle é ainda essa bella serie de janellas geminadas, que se vêem em Evora, nos primitivos locaes, mais ou menos modificados, em outros, hoje adaptados, ou no museu; janellas vulgarmente chamadas «manuelinas» e que, mais que nenhum outro monumental manuelino, são egualmente attribuiveis ao periodo renascente de D. João II, e de elle em especial e sobretudo procedentes em espirito, obra e technica. (2) Mas, a grande obra de D. João II foi a igreja de S. Francisco e o Palacio do mesmo nome, que provinha do convento de franciscanos, por elle usurpado em boa porção de commodos. (3)



Exemplo de arcos mouriscos em «manuelino» de Evora:  
porta geminada  
na Casa do Capitulo do Convento dos Loyos

(1) Gabriel Pereira, *loc. cit.*, «Loios», 1886, 23 pag.

(2) Entre outras encontram-se janellas geminadas do periodo dos sec. xv-xvi. Renascimento, em: Rua da Moeda (uma), Portas da Lagôa (duas e restos de terceira), Rua dos Condes da Serra da Tourega (uma), Torre Oriental do Palacio Cadaval (duas, encobertas), Torre das Cinco Quinas (uma), Torre do Sul do Palacio Cadaval (uma), Rua de Miguel Bombarda (duas), Casa chamada de Garcia de Resende (três); na casa do sr. Visconde da Esperança (uma), nas ruinas do Jardim Publico (cinco, pelo menos), no que resta do Palacio de D. Manuel, no Museu de Evora, as janellas da antiga Casa da Camara, com as espheras, demolida, etc..

(3) Ruy de Pina, *Chronica*, cap. LXX. D. Agostinho de Vasconcellos, *Vida e acciones*, p. 238.

Foi este o palacio que D. Manuel concluiu e embellezou dentro da regra marcada no Renascimento local. Foi aquelle o templo «formidavel e estranho sanctuario, uma das maravilhas d'arrojo «architectonico em Portugal», na phrase admirativa do pintor fogoso do Alemtejo, (1) que foi o alemtejano Fialho de Almeida. Diz a velha lenda, ligada a este templo, que o povo de Evora trucidou o architecto, para que em parte alguma elle fizesse maravilha assim.

S. Francisco é o templo mais precioso, mais de Evora, mais do Renascimento tradicional. Nelle ficaram duas vezes insculpidos os emblemas do Rei do Pelicano e do Imperio do mando portuguez na Peninsula e no Mundo — o *pelicano* e a *esphera armillar*; a primeira vez sob a galilé, de encanto portuguez, encimando o portico geminado; outra vez no arco do triumpho, lá dentro, as armas brazonaes do Rei entre os dois emblemas moraes.

No convento do Espinheiro, onde se reuniram os conjurados da conspiração do Duque de Bragança e onde passaram a noite de nupcias, antes da entrada solemne em Evora, o Principe D. Affonso e a sua noiva, a Princesa D. Isabel, ficou tambem o pelicano, que tudo diz ter tido em Evora a apparição architectonica, alli na cidade capital do Rei, que o tomou por emblema.

Ahi residiu D. Leonor em casa de seus paes, na Rua dos Infantes; ahi teria elle adoptado para si o pelicano, como divisa de vida; tivesse-o ou não, ahi soffreu D. João II os seus primeiros pezares pela lei e pela grei, desde as Côrtes de Evora ás conspirações de fidalgos, capitaneados por parentes do Rei. Ahi apparece primeiro o pelicano nos monumentos de D. João II, antes das egrejas das Caldas da Rainha e da Madre de Deos.

O Rei do Renascimento portuguez foi D. João II, o iniciador da politica de paz e de engrandecimento interno. A sua cidade foi Evora. O ambiente de luxo e grandêsa, necessario ao progresso das letras e das artes, creou-o elle. Os conventos, os palacios, os portaes, os balcões geminados attestam hoje ainda a opulencia de Evora e o espirito de principe italiano, que foi D. João II, como rei do periodo

---

(1) Fialho de Almeida, *Os Gatos*, 1916, v vol., pag. 257; «formidavel e estranho sanctuario», repete elle depois nas *Estancias d'Arte e de Saudade*, 1921, p. 174; «mais veneravel sanctuario que Evora possui, depois da cathedral», id. p. 229.

constructivo do Renascimento, com os Medicis, os Sforza, e essa pleiade brilhante da Alta Italia.

D. Manuel aproveitou o ambiente creado, que a India veio enriquecer num sonho das «Mil e uma noites», que desnor-teou e defraudou a Nação.

V — MONUMENTOS DO PELICANO

Na galilé da *Egreja de S. Francisco de Evora*, sobre o portico geminado, que como os outros porticos e balcões geminados, do mesmo periodo, é uma linda combinação de granito cinzento nas voltas e enchimentos, e marmore branco em columnellos e maineis, — o *pelicano* está posto á esquerda do brasão nacional, em symetria com a esphera armillar. Sobre o «arco do altar môr» repete-se a disposição. Em ambos, está o pelicano de frente.

No *convento do Espinheiro*, da mesma cidade, o mosteiro de artistas como Frey Carlos, affirma Gabriel Pereira ter visto o *pelicano*, em esculptura de barro de alto relevo, em uma parede; avultou no claustro do *convento do Paraiso*, na capellinha com imagens de barro de rara perfeição, entre as quaes salienta as que representavam a fuga para o Egipto. D. João II ia penitenciar-se ás tardes no Convento do Espinheiro (1).

Elle lá está no *Convento da Batalha*, a attestar a passagem do Rei forte, cujo espirito esvoaça com as asas do *pelicano*, pelas *Capellas Imperfeitas* (2) Ahi dorme o somno eterno sob o emblema acariciador do *pelicano* perfilado, emblema eterno do genio da raça, alimentando os filhos.

No *castello de Monsão*, que D. João II mandou reedificar, acrescentando-lhe uma nova cinta de muralhas com barbacã, vê-se o pelicano do Rei, na porta do baluarte (3).

Na *Egreja do hospital das Caldas da Rainha D. Leonor*, tambem

(1) Espinheiro: Gabriel Pereira, *loc. cit.*, «O Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro», 2.<sup>a</sup> ed. 1916, 16 p.; Fialho de Almeida, *Estancias d'Arte e de Saudade*, 1921, p. 184; — Paraiso: Gabriel Pereira, *loc. cit.*, «Conventos de Freiras» — 1.<sup>a</sup> Parte — «O Paraiso», 1886, p. 7.

(2) Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor*, 1921, p. 289 e ss.

(3) Vilhena Barbosa, *Cidades e Villas de Portugal*... II, 69.

ficou o emblema do Rei. Proximo, Obidos era, nas muralhas hirtas, e na alcaçova da corôa do outeiro, sobre o valle que é a Varzea da Rainha, a estancia preferida de D. Leonor. Foi talvez ahi que ella, na desolação da perda irreparavel do filho, no desastre das margens do Tejo na Ribeira de Santarem, tomou para seu emblema o *camaroeiro*,



Pelourinho de Obidos

que lhe lembrava a rede em que os pescadores humilimos levaram o Principe á barraca onde morreu. Na *torre da igreja do hospital das Caldas*, bem ao pé dos sinos, está o *pelicano*. Lá dentro, na nave pequenina <sup>(1)</sup>, repete-se em dois bocetes da abobada, symetricamente com o *camaroeiro* da Rainha, «divisa» que tomou em «tenção», da eterna memoria do Principe seu filho. O *pelourinho de Obidos* é um curioso exemplar de granito, com as armas reaes do Reino, e, opposto no fuste cylindrico, junto do corucheo, conico, o *camaroeiro* de D. Leonor, senhora da villa. Com o *camaroeiro* está tambem o *pelicano* do Rei, no brasão das Caldas da Rainha, a cujos moradores concedeu o Rei amplos privilegios e deu auxilios <sup>(2)</sup>.

Na Egreja da *Madre de Deos*, em Lisboa, fundação da mesma Princesa <sup>(3)</sup>, vê-se á esquerda o *pelicano* em symetria com o *camaroeiro* no portico; esse mesmo se divisa no quadro da sa-

christia da Egreja da *Madre de Deos*, que representa o *Prestito de Santa Auta*. <sup>(4)</sup> Em uma pia de agua benta, onde a tradição diz que se aspergia a Rainha, ha um *pelicano* de perfil, em relevo; como ahi

(1) Conde de Sabugosa, *loc. cit.*, p. 355, Est. xi.

(2) Braamcamp Freire, *Critica e Historia*, p. 99.

(3) Conde de Sabugosa, *loc. cit.* p. 281 e 19.

(4) Conde de Sabugosa, *loc. cit.* p. 369. Est. xiv.

se vê também o *camaroeiro*. Os emblemas repetem-se na mesma igreja, acompanhados. Em uma carta do sr. Joaquim de Vasconcellos, (1) inserta no *Paço de Cintra* do sr. Conde de Sabugosa, lê-se: «nos tectos de madeira da Madre de Deus, fundação da Rainha «D. Leonor, da 2.<sup>a</sup> metade do século XV, ha entre arabescos azues, «a ouro e branco — o *camaroeiro*, emblema que a Rainha adoptou «após a morte do Príncipe D. Affonso».

\*  
\*   \*  
\*

Nos *contos de contar*, attribuidos ao reinado de D. João II, está o *pelicano* a abrir o peito aos bicos famintos dos filhos. (2) Por exemplo :

ANV. + DINEI + ROS D + E CON + TVS + D + — armas coroadas.

REV. + CONTVS : CONTVS : CONTVS : CONTVS + — pelicano sobre o ninho.

No *Catalogo*, organizado pelo Dr. José Zeferino de Menezes Brum, das *estampas gravadas por Gabriel F. L. Debrie*, gravador do século XVIII, existentes na Bibliotheca do Rio de Janeiro, vem esta descripção da estampa n.º 165 : — «Empreza d'el-rei Dom João 2.º «de Portugal. Um pelicano, cercado de quatro filhotes, em seu ninho, «ferindo o proprio peito, em uma paizagem. A composição está mettida «em uma cercadura oval com enfeites aos lados. No alto e no meio «da estampa, a seguintê estampa ou lettra e empreza em uma fita : «— *pro lege, et pro grege*, com subscripção do gravador (Debrie) e «sem data (1742). Altura da chapa 57 mm. Largura 115 mm. Occorre «em Manuel Monteiro, *Joannes Portugalliae Reges*, pag. 31 e tra- «dução portuguesa p. 25» (3).

As duas primeiras edições de *Os Lusíadas*, de 1572, qual de ellas a primeira, tem o *pelicano* gravado na portada : em uma, está o pelicano de perfil esquerdo, na outra apresenta-se de perfil direito.

A *Vita Christi* de Lundolfo ou Ludolfo Carturiano, concluida em 1445 e composta pelos dois allemães Valentino ou Valentim de Mo-

(1) Conde de Sabugosa, *Paço de Cintra*, p. 16.

(2) Cesar Famin. «Jettons (Contos)», em *O Archeologo Português*, xix, 44. Cfr. Meili, *Contos*, n.º 14.

(3) Dr. J. Zeferino de Menezes Brum, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, xxviii, 1906.

ravia ou Valentim Fernandes e Nicolau de Saxonia, e publicada em 1495, é um precioso incunabulo, que D. Leonor mandou imprimir (1). Na ultima pagina do primeiro livro tem os dois emblemas dos reaes consortes: — o *pelicano* com a legenda respectiva, e o *camaroeiro*, preito e memoria da Rainha ao seu defuncto marido, como o foram as repetições das Caldas, da Madre de Deos e das Capellas Imperfeitas.

Ainda no seculo XVIII, como Débrie, se vulgarizou o gravador francês *Louis Simoneau*; deixou-nos uma vinheta, que representa o *pelicano*, a picar o peito e a dar o seu sangue a quatro filhos, e com a legenda latina: — *pro lege et grege*.

## SEGUNDA PARTE

### I — A «DIVISA» DE D. MANUEL I

#### A «ESPHERA»

Depois da fallencia do imperialismo, D. João II voltou-se para o mar. Cosmographos, mareantes, guerreiros, eram estimados acima dos cortezaos de maior linhagem.

Quem o prova mais é o chronista (2) que narrou aquelle episodio de um guerreiro, que no Paço de Evora levava ao Rei uma bandeja com um pucaro de agua, que o Rei lhe pedira. Tremeu-lhe a mão, entornou agua e os cortezaos riram. D. João II, irado, vae e diz-lhes: — «De que vos mofais? Treme-lhe a mão, mas nunca lhe tremeu a lança!»

A Junta dos Cosmographos, as taboas de declinação do sol, o descobrimento do astrolabio, de tão discutida invenção, o aperfeiçoamento da navegação, succedem-se. Diogo de Azambuja funda lá em baixo o Castello de S. Jorge da Mina, a 12 de Dezembro de 1481, e Diogo Cão attinge a latitude de 26.º, 35'.

Antes do regresso de Bartholomeu Dias, enviado a procurar a

(1) Innocencio, *Diccionario Bibliographico*, I, 366; III, 695; VII, 397; Figanière, *Bibliographia Historica Portugueza*, 177; Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor*, 300 e ss.

(2) «De que vos rides, senhores? Ainda que agora lhe caisse o pucaro, olhai «que nunca lhe cahiu a lança da mão». João Grave, *Reinado Tragico*, Porto, 1915, p. 217.

India pela passagem de Sudoeste, D. João mandou duas missões à procura do *Prestes João*, a primeira de Fr. Antonio de Lisboa e de Pedro de Montarroyo, que não chegaram ao terreno por falta de conhecimento da lingua arabe, e a segunda de Pero da Covilhã e Affonso de Paiva. Pero da Covilhã, ao regressar á cidade do Cairo, encontrou nova missão, constituida pelos judeus José de Lamego e Abrahão de Beja. O que prova a resolução de chegar á India. O Rei preparava a frota que lá iria e á qual estava entregue o encargo final de ligar o termo da viagem de Bartholomeu Dias, ao *Cabo das Tormentas*, com as investigações e o termo do itinerario de Pero da Covilhã nos reinos do *Prestes João* (1).

O proprio rei, na ansia de bem levar a cabo a sua ideia, entrou no rol dos *Inventores Portugueses*, de Sousa Viterbo (2); estudou o artelhamento, ao rez da agua, de caravellas miudas e muito moveis. «E proveo caravellas destes grandes tiros... E ellas com elles (tiros), e por serem muito ligeiras e pequenas, que as naos grossas lhe não podião fazer nojo com seus tiros, forão tão temidas no mar as caravellas de Portugal muito tempo...» Fizeram-se as experiências no porto de Setubal.

Era então a esphera dos seus cosmographos o emblema das congeminações do Rei. E, deixando o sonho culminante ao seu successor, legou-lhe com o reino a *esphera*, que D. Manuel, a conselho d'elle, tomou por «divisa».

Assim falla o seu chronista, o douto Damião de Goes: «Neste tempo Dom Emanuel nam era casado, nem tinha tomado divisa segundo costume dos Principes, pelo que *el Rei dom João lhe deu por divisa a figura da Sphera*, porque hos Mathematicos representão ha forma de toda ha machina do ceo e terra, como todolos outros elementos, cousa despantar, e que parece que não careceo de misterio prophetico, porque assi quomo estava ordenado por Deos, que elle houvesse de ser herdeiro del Rei dom João, assi quis que ho mesmo Rei a quem havia de succeder, lhe desse huma tal divisa, per cuja

(1) Cfr. Manuel de Oliveira Ramos, prefacio e notas á *História da Epoca dos Descobrimentos pelo Dr. Sophus Ruge* sep. da *História Universal*, vol. XIII, fl. p, 10-11.

(2) Sousa Viterbo, «*Inventores Portugueses*», no *Instituto* vols. 48-4., sep. p. 52 (Coimbra 1902): Garcia de Rêsende, *Chron. de D. João II*, esp. 181.

«figura se demonstrasse ha entrega, e cessam que lhe já fazia, pera «quomo seu herdeiro proseguir depois de sua morte, na verdadeira «aução, que tinha na conquista, e dominio da Asia e Africa, quomo «fez com muito louvor seu, e honra destes Reynos.» (1)

Estava imposta a «divisa» como um dever a cumprir. Se o Rei que ameaçava D. Manuel, irmão do Duque de Viseu, dando-lhe Avis e Viseu (aviso-vos-eu), lhe legava essa «divisa», é que o obrigava a continuar o alargamento de Portugal, por esse mundo fóra. E — «era rezam, — dizia D. João II, referindo-se á Madeira, — que «por ser cousa tamanha se tornasse á coroa, e aos Reys destes Reynos «que os socedessem». (2) O que, dizendo-o o Rei àcerca do dominio da Ilha da Madeira, bem no applicaria ao conceito geral da sua obra de engrandecimento da corôa.

Garcia de Resende na *Miscelanea* (3) refere-se á «divisa» manuelina, a que deu trocadilho:

El Rei dom Manuel era  
filho mais moço do Iffante,  
teue por divisa esphera,  
esperou, foi tanto auante,  
quanto sua honra prospera.

Não fóra D. Manuel senhor de escolher a sua «divisa». Não era como a de D. João II uma *divisa pessoal*, para o que faltava tomá-la para si livremente. Foi-lhe imposta por uma razão de estado, é certo, mas imposta, muito embora. Para elle foi *divisa hereditaria*, mas não familiar; e se, de facto, a recebeu em legado de D. João II, não a legaria nem legou a seu successor, a quem ella não significava já o mesmo intuito.

A *esphera* não foi uma sentença, mas um emblema que «incitava a praticar actos brilhantes» (cfr. Parte I, cap. II). Esses actos, o que sejam, di-lo a vontade de D. João II, que os apontou ao seu successor, dando lhe a «divisa», que para si mesmo e no mesmo espirito criára: «prosequir depois da sua morte (de D. João), na verda-

(1) Damião de Goes, *Chronica do felicissimo rei D. Emmanuel*, parte I, cap. V.

(2) Garcia de Resende, *Chron. de D. João II*, cap. LIII, 82.

(3) G. de Resende, *Miscelanea*, p. 343, 1.ª c.

«deira aução, que tinha na conquista, e dominio da Asia e Africa...»  
na apologia de Damião de Goes.

II — A OBRA DE D. MANUEL

O REI DA ESPHERA

D. João II aproveitou as camadas vivas da sua grei, para a obra, que formava. Foi buscá-las, adaptou-as e ellas orientaram-se e amadureceram ao lado do Rei. Procurou-as em toda a parte, onde podia encontrá-las e ellas servir-lhe. Sahiu do ambiente estreito da côrte e da roda hostile da alta Nobrêsa; a todo o país foi attrahir as individualidades dispersas. Com essa gente iria cumprir e começou a cumprir a sua obra de expansão, como realizou a de administração (1) e estabeleceu definitiva e solidamente a soberania portugêsa.

D. Manuel não teve mais que aproveitar a situação creada. Por vezes manifestava a sua má vontade, sobre tudo para com as pessoas que D. João II posêra em realce, ou os que por sua obra e orientação conseguiram cumprir a vontade do *Principe Perfeito*. O ambiente, que se criára e se desenvolveu, cahia bem na vaidade faustosa do Rei, que a história cognominou de *Venturoso*, e foi o mais feliz de todos os nossos monarchas.

A epoca de Renascimento, iniciada por D. João II, que attrahia artistas e enchia o país de monumentos e quadros, de brocados, ourivesaria e tapeçames, desenvolveu-se com o luxo da India. Trouxe-nos o Oriente o luxo ostentoso e a riqueza fácil, em cujo ouro a raça abastardou a melhor das suas virtudes, o brio altivo, para a cobrir no peor dos seus defeitos, o mercadejar de pilhagem. A ostentação converteu a fidalguia em caravanas de piratas, onde os mais celebres e atilados não eram os subalternos. Portugal despovoava-se para ir roubar. Abandonavam-se os campos, onde o trabalho, que até então enchia os celeiros, passava a deshonra, e em troca vinham-nos inundações de ouro, joias, louças, especiarias e lacas, vi-

---

(1) Oliveira Martins, *Principe Perfeito*, pref. de A. Barros Gomes, p. 60.

vendo cada um, dos que voltavam facilmente opulentos, no regalo da opulencia sem character.

O fundo do mar encheu-se das riquêzas das caravellas afundadas, nessa gloriosa via-sacra da nossa história trogico-marítima, gloriosa ainda nos embates e nos lances de heroismos.

Os navios estrangeiros até D. João II vinham encher o Tejo com as suas vellas commerciaes. Buscavam os thesouros da agricultura, que nos sobravam da nossa abastança, dando o pão e o dinheiro ao português, rude, humilde, mas valente e forte nas suas qualidades de raça. A India veio trocar no Tejo o commércio do pão para a bocca pelo das especiarias e joias do luxo.

A India foi obra de muitas gerações solidarias. Não seria a que D. João II sonhava, mas com elle ou com D. Manuel ou outro, os resultados seriam identicos. Não foi esse o lado heroico, nem o aspecto essencial na importancia scientifica, civilizadora e commercial da nossa penetração no Oriente. Esse foi o padrão maior da gente portugueza. E se o não conservámos, não deixando d'elle mais que um poema e um capitulo brilhantissimo, não foi a culpa das gerações que a prepararam, e a conseguiram, mas, por um lado, a desproporção do numero com a extensão e intensidade de obra, pelo outro a falta organica de qualidades necessarias para o conservar.

Quanto de arrojo, de heroismo, de sacrificio foi necessário, appareceu, e a obra conseguiu-se. O marujo, o aventureiro, o soldado, venceram, e D. João II teve razão no apello á grey. O colonizador, o politico, falhou, como, salvas rarissimas excepções, falhou sempre e sempre falhará nessa mesma grey de bellas quaildades e tremendos defeitos, na qual, pode hoje dizer-se houve um militar, que lhe deu autonomia, dirigindo os seus guerreiros, e houve só um politico = D. João II =, que lhe deu consistencia e forma juridica, impondo-a ao mundo.

A falta de politicos fez da conquista um mercado de judeus, e da patria uma agencia de negocios. Salvam a honra da nação os soldados, que iam á India e se batiam sempre, em novos lances, caminhando successivamente, para quem a India foi a base de operações, e chegaram ao Golfo Persico por um lado, e ao mar da China para o Nascente; aos soldados junte-se a pleiade dos exploradores ao Tibet, á Tartaria, á China e Japão e, acima de todos, os missionários da fé e do nome português, que morriam em toda a parte e, mais que ne-

nhuns, deixaram nas linguas do Oriente a crença do martyrio e boas influencias da lingua portuguesa (1).

\*

\*      \*

Pelo que diz respeito aos descobrimentos e conquistas, D. Manuel bem mereceu o cognome de Venturoso, que a historia patria lhe outorgou. A ventura, que o protegeu, trouxe-lhe a corôa do reino. Como Rei, presidiu aos destinos de um povo, que no seu reinado attingiu as culminancias da fama e da gloria, conseguindo para a civilização o fim dos mysterios dos mares e o conhecimento do Oriente, essa Eurasia de contos fantasticos.

As galés e fustas, caravellas e galeões, sahiam dos estaleiros para a guarda das costas, segurança dos roteiros, e para as longas paragens de onde frequentemente não tinham regresso.

Como D. João II, tambem D. Manuel se interessou pelo poder offensivo dos seus navios. Assim, applicou-lhes umas peças de artilharia de sua invenção, que um habilissimo official, chamado João Góterez fundiu. As experiências balísticas fizeram-se com exito em 1515, em Lisbôa, entre Cataquefarás e o Pontal de Almada (2).

A esquadra aparelhada por D. João II vae com Vasco da Gama (3), e traz a D. Manuel a India. Pedro Alvares Cabral, a provar mais a ventura do Rei, põe pé no Brasil, vá de animo feito a cortar ao Poente, ou surja a providencial tempestade. De posição na India, os nossos alargam por o Nascente o imperio colonial português, sobre o

---

(1) Gonçalves Viana, *Influencia do português no malaio*; Adolfo Coelho, *Os dialectos românicos ou neo-latinos na Asia, Africa e America*, 1881; Mgr. Rodolfo Dalgado, *Influencia do vocabulario português em linguas asiaticas*, 1913, e *Contribuições para a lexicologia luso-oriental no Boletim da 2.ª Classe, da Academia das Sciencias*.

(2) Sousa Viterbo, *Inventores Portugueses, no Instituto*, Coimbra, 1902, vols. 48-49, sep., pag. 57.

(3) É contestavel a data da sahida de Vasco da Gama, para a India. Apesar da importancia do facto, os chronistas discordam; Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, marca-lhe o dia 8 de Julho de 1497 (*Liv.ª Imp. N.ª 1898*); a data do regresso offerece iguais se não maiores difficuldades, pois não ha chronista que a aponte ou documento que se lhe refira; apenas se sabe que D. Manuel informou os Reis Catholicos, e seria por isso anterior a 28 de Agosto de 1499.

continente, e de ilha em ilha até a Coreia, o Japão, a Austrália. Os guerreiros de Affonso de Albuquerque firmam na conquista a posse do descobrimento.

D. Manuel assim teve a dita de vêr cumprir a ordem que de alem-túmulo D. João II lhe lembrava constantemente na «divisa» doada. O globo terrestre ia entrando nos arcos da sua esphera armillar. E não fôra o tratado de Tordesillas e a cominação papal, o mundo teria sido português. Mais rapida seria a queda, se maior rapidez podia haver. Mas era de Portugal que os futuros imperios coloniaes haviam de recolher a herança, e d'elle sahirem, ao seu impulso, todas as futuras nacionalidades estrangeiras. Assim mesmo, sendo d'elle toda a Africa, estendendo-se por todo o Oriente e pela America do Sul, nessa colonia dourada do Brasil, a civilização do Renascimento recebeu de D. Manuel a *esphera*, e Portugal deu ao mundo a terra desconhecida, em que sobre os destroços portugueses se ergueram os grandes imperios de hoje.

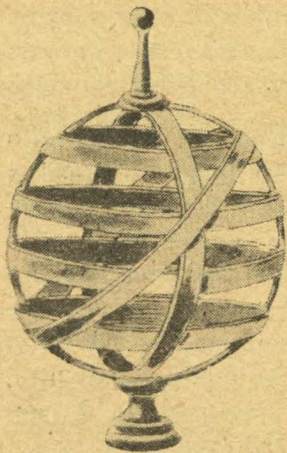
Razão teve, pois, o bom do Damião de Gois para dizer que D. Manuel, recebida de D. João II a rota a seguir, o «fez com muito louvor seu e honra destes Reynos». E ao titulo de «Rey de Portugal e dos Algarves de áquem e alem-mar em Africa e senhor da Guiné», «acrescentou os «da conquista, comercio e navegação da Etiopia, Arabia, Persia e India».

### III — A ESPHERA E A CRUZ DE CHRISTO

A *esphera*, que surgia por toda a parte, andava na architectura como na joalheria de feição architectural, no alçado e no decorativo; em fachadas sahia-lhe o relêvo forte na ornamentação pujante, enchia os lisos, emmoldurava-se em molduras rectas ou de escudos brasonantes, era corôa nos pelourinhos, pilastras, columnellos de galerias, elemento decorante em series de friso, etc.

De marmore ou granito, ou era macissa com os grandes arcos reduzidos ao número mínimo e necessario, marcados em relêvo, ou era cavada, e os dois meridianos, o equador, os tropicos, os paralelos polares e a ecliptica sobressahiam fundamente, bem recortados no bloco, que ficava macisso no eixo vertical. O desenho completava-se quasi sempre com uma base escolar e com remate conico ou espherico, simplesmente ornamental.

As vellas das naus das conquistas levavam na pureza do branco a enorme Cruz de Christo, em vivas côres de sangue. Assim iam os Portugêses sob o estandarte ou signo da *Ordem de Christo*.



Esphera de ferro de um catavento de Evora

O Infante D Henrique, governador da Ordem, e com cujos cabedaes fômos á ventura, deu-lhe todas as terras além do Cabo de Não. D. Manuel reconheceu-lhe depois esta posse. Por fim, porém, ficou á Ordem o poder espiritual de todas as conquistas, enquanto o temporal pertencia aos reis.

Todas as esquadras reaes, que ultrapassavam o Cabo de Não, levavam as armas reaes assentes sobre a *Cruz de Christo*, só assim as não tendo as armadas de Marrocos e as guardas das costas do reino <sup>(1)</sup>.

Por estes motivos e tambem porque o rei D. Manuel foi o 11.º Mestre e governador da Ordem, a *esphera* real era quasi sempre acompanhada da *Cruz de Christo* <sup>(2)</sup>, lado a lado, symetricamente, ou a esphera entre duas cruzes, ou ainda sobrepujada pela cruz quasi sempre equilatera. Assim se vê esse grupo emblematico em os monumentos *manuelinos* de Lisbôa (Jeronymos, Torre de Belem, Conceição Velha), de Tomar (Convento de Christo, igreja de S. João Baptista, etc.), de Coimbra (Santa Cruz, capella universitaria), etc.

(1) Barbosa Machado, *Monarchia Lusitana*, parte VI, L.º XIX, cap. XIV-XV.

(2) Em geral a Cruz de Christo é representada com os braços eguaes: rectilíneos, curvilíneos (v. g. Tomar: actual edificio da C. M. e na porta do castello do convento), ora cheia, ora aberta, e tambem com os braços triangulares, no desenho do templo e da Cruz de Malta mas sem as extremidades bipartidas d'esta (Coimbra: tumulos e bocetas de Santa Cruz, palacio de Sub-ripas). Dá-se o mesmo na ferraria ornamental: espelhos de fechaduras, grimpas, etc. A associação da esphera e da Cruz é tão natural que em todos os monumentos se encontram em agrupamento, ou em elementos decorativos dispersos.

Era a mesma Cruz, que nos levava á propagação da fé e do Imperio; foi então tambem a força de todo o heroismo da evangelização, como tinha sido o segredo libertador do jugo sarraceno, «contra os perros dos mouros» do romance da *Dona Infante* :

— «Levava um cavallo branco,  
Com uma sella bordada.  
Na ponta da sua lança  
A Cruz de Christo levava». — (1)

\*

Se a esphera armillar para D. João II e depois D. Manuel foi o symbolo do imperialismo, que lhes deu um dia a India e o Brasil, e pareceu por instantes dar ao Principe-Perfeito o dominio peninsular (2), a Cruz de Christo associou-se no mesmo symbolismo, quando o Rei *Venturoso* a levou nas caravellas e galeões pelo mar fóra. Ao symbolo do imperialismo de uma monarchia universal, depois partida ao meio, juntou-se a Cruz da Ordem poderosa, de que o Rei era mestre e em cujas proprias armas reaes se impôs, como antes, com a de Aviz, fez o seu antepassado D. João I, mestre desta Ordem, que lhe deu o cognome historico, a si e á sua dynastia.

E a associação fez-se claramente no grupo, que com a maxima frequencia se encontra, das *armas reaes de Portugal entre a Cruz e a esphera*.

#### IV — RENASCIMENTO MANUELINO

«O meu [reino] é dos manificos e largos», dizia Francisco de Olanda no tratado *Da Pintura Antigua* (3).

O gosto do luxo deixado por D. João II, com cujo reinado o de D. Manuel se tem de considerar solidario e complementar, foi-se desenvolvendo até a loucura na epoca brilhante do *Rei Venturoso*; a côrte, rica, ostentava as suas riquezas, a fidalguia não se deixava suplantiar pelo fausto do rei, feliz e opulento.

(1) Fernandes Thomaz, *Velhas Canções*... p. 25.

(2) Oliveira Martins, *Principe Perfeito*, cap. VI, p. 60-63; VIII, 45-51; XI, 13-14.

(3) Francisco de Olanda, *Da Pintura Antigua*, 2.º livro, Dialogo, 193.

As artes tiveram um periodo aureo, como succede sempre, quando o commercio desenvolve a opulencia, e o luxo absorve as atencões. A côrte encheu-se dessa mysteriosa serie de Arrás — os pannos ou tapetes da India, que o terramoto de 1755 trago. Os ourives, que sempre tiveram muita fama, não paravam sob as encommendas, e a ourivesaria de esse periodo é soberba no aparato architectonico e na riqueza esculptural e decorativa. A architectura, mixto de gothico flammejante e de Renascimento, produziu, com a exuberancia ornamental e com a variedade de traça, o *manuelino*, proprio e caracterizado, mais peninsular do que exclusivamente portuguez, que já no reinado de D. João III o classico supplantou.

O país cobriu-se de monumentos. Evora, tambem da eleição de D. Manuel, como o fôra do *Principe-Perfeito*, enriqueceu. O thesouro da India, a arte do Renascimento, a predilecção da côrte pelos bellos Paços de S. Francisco, entre jardins, fizeram de Evora um monumento, e é uma cidade singular nos restos abundantes, que nos patenteia hoje ainda.

A unidade artistica é frisante; predomina sempre e é assimilado no *manuelino* local o arco mourisco, de tão clara evidencia, na sua belleza esbelta, que Haupt<sup>(1)</sup> suppõe os trabalhos do Paço de Sintra feitos principalmente pelos mesmos operarios mosarabes, que trabalharam em Evora para os Reis, que fizeram essas obras (D. João I a D. Manuel). Vae mesmo até affirmar que as abobadas de Evora, em geral, até 1520 e mesmo depois, talvez, sahiram mais ou menos das mãos dos mouros.

Fialho de Almeida, referindo-se á cidade, que D. Francisco Manuel de Mello dizia «o segundo Povo de Portugal, em grandeza, & não inferior a nenhũ de Espanha, no esplendor, & antiguidade...»<sup>(2)</sup> escreveu: «por toda a parte ha coisas d'album, fachadas d'estranhos estylos, baldaquinos de granito por cima de porticos, ruinas com ar d'opera, janellas manuelinas<sup>(3)</sup> embutidas em paredes de casas modernas,

(1) Haupt, *Die Baukunst in der Renaissance*, p. 123.

(2) D. Francisco Manuel de Mello, *Epanaphoras*, 1.<sup>a</sup>, 31.

(3) Além das janellas geminadas, tam D. João II como D. Manuel, que podem ver-se no Museu da Cidade e entre ellas as do demolido edificio da Camara (Descripção nos Registos do Archivo Municipal, fl. 35), encontram-se outras, collocadas em paredes primitivas, novas, ou em ruinas artificiaes: R. da Moeda, Portas da Lagôa, R. do Conde da Serra de Tourega, Torre das Cinco Quinas e nas outras torres do Palacio Cadaval, Jardim Publico...

«claustrós d'ogiva, torrellas, palacios brazonados, fortalezas romanas, «murallas fernandinas, inscripções, arcos, passagens medievas que é «um nunca acabar de surpresas historicas». E' positivamente, como o mesmo dizia : «a historia portugueza escripta em obras d'arte». (1)

O *manuelino*, principalmente nas vergas de portas e janellas, popularizou-se em Evora e Coimbra em graciosas linhas, que irradiaram d'esses dois centros, que a influencia da côrte muito intensificou pela sua permanencia.

Em ligação com o convento de S. Francisco de Evora, foi D. Manuel acabar de construir, ampliando-os, os Paços Reaes, conhecidos pelo nome de Paços de S. Francisco, já começados por D. Affonso V. Gabriel Pereira falla-nos do foral novo de Evora; está encadernado em táboas forradas de velludo verde com ornatos de cobre dourado, espheras nos cantos, e ao meio as armas reaes. Nas costas da antiga guarda do foral, collada agora á táboa da encadernação, ha uma vista da cidade. Vê-se nella o convento de S. Francisco em obras, e num torreão, talvez no que ainda hoje resta dessas construcções de typico mourisco, uma bandeira quadrada, partida em diagonal de branco e vermelho, com a *esphera armillar* dourada. Indicava evidentemente os *Paços Reaes*. Esta pintura, que é grosseira, tem na parte superior as armas reaes, ladeadas de *espheras*. (2)

#### V — MONUMENTOS DA ESPHERA

Albrecht Haupt, em *A Architectura da Renascença em Portugal*, (3) reconhece na igreja de S. Francisco de Evora «uma das mais «vastas edificações religiosas dos fins da Edade Média». Iniciada por D. João II, foi concluida por D. Manuel, que lhe acrescentou o adro e a torre, quer dizer, teve nella o pormenor. Nesse templo, faustoso e elegante, ficou duas vezes a *esphera armillar* em symetria com o *pelicano*, ao centro o brasão real: uma sob a galilé graciososa, outra no topo da nave, sobre o arco do triumpho. Aparece a *esphera* em S. Bento de Castris e nos bocetes do claustro do *Convento do Es-*

(1) Fialho de Almeida, *Os Gatos*, V, 254 (1916) e 260.

(2) Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, O Archivo Municipal, 1887, p. 17.

(3) Em *Os Serões*. «A Archit. da Renascença em Portugal, Parte II; País; Alemtejo».

*pinheiro*, (1) que teve a protecção real de D. Affonso V, D. João II e D. Manuel, tendo sido fundado o mosteiro com a igreja em 1458, com o Bispo de Evora D. Vasco Perdigão, e reconstruido e ampliado em 1566; a quadra do claustro é anterior a 1520, na apreciação de Gabriel Pereira, e tem nos fechos dos arcos a *esphera* armillar em uns, o brasão do periodo de D. Manuel em outros.

Por esse país fóra os monumentos *manuelinos* tem geralmente a «divisa» do Rei, a *esphera*: — isolada, agrupada, emergente ou em moldura. Ella ahi está repetida nos *Jeronymos*, no portico sumptuoso da *Conceição Velha*, na modesta porta central, de verga truncada, da igreja da *Magdalena*, no balcão aberto para o mar e nos columnellos cantonaes da platibanda do terraço baixo para o pateo central, na *Torre de Belem*, — todos estes monumentos em Lisboa.

Em Santarem, no convento de *S. Francisco*, apparece-nos pelo claustro precioso em portas esbeltas, uma das *espheras* coroada pela Cruz de Christo. — Em Tomar, no «arco do triumpho», na igreja do bello *Convento da Ordem de Christo*, nas ameias do seu claustro, nos tumulos, no friso externo do Côro, na janella opulenta da Casa do Capitulo; no edificio da actual *Camara Municipal*, (2) antigos paços do Mestrado da Ordem; nos porticos central e lateral da igreja, de singular perfil, de *S. João Baptista*, assim como na face fronteira da sua torre octogonal; (3) e em grande vulto nas casas abarracadas, ainda hoje conhecidas, em razão do velho uso, pelo nome de *Lagar* ou *Lagares de El-Rei*. — Em Coimbra repete-se nos tumulos de D. Affonso Henriques e de D. Sancho I, (4) no mosteiro saudoso de *Santa Cruz*, vae aos fechos da abobada, doura-se na talha do espaldar da segunda serie de assentos do cadeirado, no côro; decora o portico «manuelino» da *capella da Universidade*; no *palacio dos Condes do Ameal*, lá está a meio do friso do notavel e curiosamente

(1) Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, «O mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro», 2.ª ed. 1916.

(2) Ao lado de uma janella, que não é primitiva, em symetria com as armas do Rei.

(3) No portico principal a *esphera* é sobrepujada pela *Cruz de Christo*; na torre emparelha com as armas reaes.

(4) A *esphera* está no centro da edicula, entre duas *Cruzes de Christo*; sobre o arco, symetricamente a *esphera* e a cruz.

inharmonico mas esbelto portal do Renascimento. (1) — Na *Batalha*, espalha-se pelas capellas manuelinas. — Em Alcobaça vê-se nos porticos quincentistas do *mosteiro de Cister*. — Em Sintra, até mesmo ficou em azulejos como os do capitulo e côro da *Pena*. — Nos porticos imponentes da matriz da *Gollegã* e de *Vianna do Alemtejo*, solemniza a epoca. — E vae apparecer na *Sé do Funchal*, «magnifico e sumptuoso templo», no dizer caricioso de Gaspar Fructuoso. (2)

Em Braga, na capella-mór da Sé Primaz, vê-se externamente o escudo de D. Diogo de Sousa e o de D. Manuel, este repetido no alto do edificio, nos botaréos e no interior da capella.

Em fortalezas e cidades, em obras da Corôa, era sempre aposta como sello a *esphera* do Rei, ou porque de facto pertencessem umas a compromissos da Corôa, ou em homenagem ao Rei, de quem era «divisa», além de marcar a obra na epoca de D. Manuel.

O *brasão de Evora*, que esteve no edificio quincentista dos *Paços do Concelho*, perfilado no topo da característica praça medieval, hoje amputada e conhecida pelo nome de Praça de Geraldo, tinha dois florões, ambos elles com a *esphera* pendente, e sobre ellas as cabeças emblematicas da historia local da tomada da cidade pelos Christãos. Este edificio está hoje destruido, apesar do seu valor artistico e historico; tanto o brasão como as janellas geminadas, que de arco mourisco abriam as paredes, estão hoje no Museu de Cenaculo.

As *armas de Villa Franca de Xira* são o brazão do Rei, entre a *esphera* á sua direita, e uma torre á esquerda. Tem a *esphera* os brazões de *Almeida*, *Arcos de Valdevez*, *Monsanto*, *Idanha-a-Nova* (3). Os da capitania de *Machico*, confirmados no foral de D. Manuel em 1515, são a *esphera*, como os de *Ponta Delgada*, com a Cruz de Christo, povoação que D. Manuel fez villa em 1499.

(1) Este palacio é em parte minima (claustro e portico) resto do antigo collegio universitario de S. Thomás, da Ordem de S. Domingos.

(2) Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, pag 178; referindo-se á Sé, diz: «tem huma fermosa torre, muito alta de cantaria, com um fermoso corochéo de azulejos, que quando lhes dá o sol, parecem prata e ouro», pag. 86. Foi elevada a Sé em 1514, pela creação da Diocese do Funchal; a edificação foi principiada em 1493, sendo ainda D. Manuel simples Duque de Bragança, e á custa da sua fazenda, applicando-lhe o rendimento da imposição do vinho. (Archivo da Camara Municipal do Funchal, tomo I, fls. 174.)

(3) Vilhena Barbosa, *Cidades e Villas*, I, 23, 63, 204, II, 76, etc.

A *ponte de Santa Clara*, de Coimbra, tinha um grande padrão com a *esphera* armillar, que pode hoje ver-se no Museu de Machado de Castro, na mesma cidade.

Viu-se e vê-se hoje ainda em muralhas e fortificações, como a entrada do *castello de Torres Vedras*, no *torreão do palacio* do governador do Funchal, antiga fortaleza de S. Lourenço, etc.

Os municipios, quando não foram creados, reformou-os D. Manuel, dando-lhes foral novo. A autonomia das justiças e das jurisdicções municipaes era publicamente attestada pelos *pelourinhos*. Reformaram-se *pelourinhos* como se reformaram *foraes*; estes *pelourinhos* e muitos outros dos municipios novos, ficaram encimados da *esphera*, como os de *Extremoz* ou dos *Arcos de Valdevez*, etc.



Corocheo do pelourinho de Estremoz (Luis Chaves, «O pelourinho de Estremoz» na Rev. «Terra Nova» n.º 3, 1915)



Parte superior do fuste, capitel e corocheo do pelourinho dos Arcos de Valdevez (Felix Alves Pereira, no Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses)

Como se vê, a *esphera* apparece em quasi todos os monumentos em que teve influencia directa ou indirecta o Rei. E' o sello authenticante de uma epoca. O lugar da collocação varia com o geito dos architectos: nos frontões, nos porticos, nos claustros, nas columnas e pilastras, entre a riqueza prodigiosa e nervosa dos pormenores decorativos, em outros elementos de decoração architectonica; ora isolada em um panno de muralhas ou simples parede, ora com a Cruz de Christo ou com o brasão real, ou com ambos estes symbolos.

Duas *espheras* e ao meio o brasão real na janella da Casa do Capitulo do Convento de Christo; em symetria com o brasão, na fachada da Camara de Tomar; emparelhada com elle, na torre da igreja de S. João Baptista, da mesma cidade; em symetria com a Cruz de

Christo, nos tumulos reaes de Santa Cruz de Coimbra; ladeada por duas de essas cruces, nos mesmos tumulos; em fiadas e decorações parallelas, no friso e ameias do côro do Convento de Christo; e em symbolismo ornamental, constante, na Torre de Belem, nos Jeronymos, etc. Vimos duas vezes em Evora a symetria da *esphera* com o *pelicanto*, á entrada e no arco do altaz-mór do Convento de S. Francisco.

\*  
\*      \*

No *cadeirado de Santa Cruz* de Coimbra, a *esphera* lá está, no espaldar das 36 cadeiras da 2.<sup>a</sup> serie, em relevos de talha dourada, — como esteve tambem no *Convento de Tomar*, no *cadeirado* que os Franceses reduziram a lenha.

Nas ferragens (fechos, fechaduras, cantos de grades, grimpas), em azulejos (*Sintra*, capella do Palacio Real), pinturas, bordados, gravura em coiro e madeira, capas e resguardos pergaminaceos ou de madeira com applicações metallicas (foral novo de Evora), ahí apparece frequentemente a *esphera*.

Na ourivesaria tambem ha especimens apreciaveis, na architectura gothica das custodias e outras peças de vulto, em que a *esphera* manuelina entra como decoração. Basta visitar o Museu de Arte Antiga, em Lisboa (Janellas Verdes), na secção de ourivesaria, e compulsar os catalogos da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, que se realizou em Lisboa no anno feliz de 1882, e *A Arte Religiosa em Portugal*, de Joaquim de Vasconcellos.

Os illuminadores, de essa arte hierarchica de Quinhentos, não deixaram aos architectos a *esphera* ornamental. E' verdade que a architectura era ainda essencialmente a arte-mãe, a que todas as mais se cingiam em função integrante; como tambem os illuminadores, a par dos pintores, decoravam com elementos decorativos da architectura, com porticos e perspectivas, a sua obra. E' vêr, por exemplo, a primeira pagina do 4.<sup>o</sup> Livro (de «Além-Douro») dos Registros de D. Manuel, um dos codices chamados da «Leitura Nova», no alto com uma galeria de aquinhos floridos de gothico, ao centro anjos voantes, e aos lados duas *espheras* de ferro, supportadas em equilibrio por grupos de dois anjos nus.



Nos *contos de contar*, fabricados em Nuremberg para serem usados durante o reinado de D. Manuel, figura a *esphera* emblematica do Rei (Cesar Famin, *Jettons*)<sup>(1)</sup>:

— Peça n.º 2.

*Rev.* — *la sphère et pour légende: Devisa d[e]. E[mmanuel]: R[ey]: De Portugal.* (p. 44).

— Peça n.º 3.

*Rev.* — com uma *esphera* e a legenda, repetida quatro vezes: *Cotus* (p. 45).

— Peça n.º 4.

*Rev.* — com a *esphera* e a palavra *Contus*, quatro vezes, invertida na leitura e nas letras.

— Peça n.º 5.

*Anv* — a *esphera* e *Contus De[mmanuel]. R[ex]. P[ortugaliae]. et A[lgarbiorun]. D[omi]nus Guinée;*  
*Rev.* *Devisa D[o]. R[ey]. [De] P[ortugal].* (pag. 45).

Ainda se conservaram assim, como continuação dos anteriores, e sendo feitos nas mesmas officinas, os *Contos* de D. João III.

— Peça n.º 6 e 7 — *esphera* e *Devise: D: R: P: . . .*

— Peça n.º 8 — *esphera* e a legenda *Omnis spes ejus in Deo:*

— Peça n.º 9 — *esphera* e *Conto pera verda[de];*

— Peça n.º 10 — a *esphera* e a legenda *Contos bonos Reges* <sup>(2)</sup>  
*P[ortugaliae]. D[ei]. G[ratia];* (pag. 45).

O mesmo se dá com os de D. Sebastião:

— Peça n.º 11 — *esphera* e a palavra *Contos* quatro vezes.

*Luis Chaves*

(1) Cesar Famin, *Jettons (Contos)*, em *O Archeologo Português*, XIX, 44-46;  
II. grav.

(2) *Reges — Regis.*

ALGUMAS  
INSCRIÇÕES PORTUGUESAS  
DO  
MUSEU DO CARMO

(CONTRIBUIÇÕES PARA O CATÁLOGO DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEOLÓGOS PORTUGUESES)

POR

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

A' parte as raras tentativas isoladas de um ou outro investigador paciente, não existe, e creio mesmo que nunca se pensou em o organizar, um inventário das inscrições dispersas pelo País.

Julgo desnecessário, por ventura ofensivo até para os estudiosos que compõem a Associação dos Arqueólogos Portugueses, demonstrar a utilidade de se proceder um dia a essa vasta catalogação. Bastará lembrar que se em tempo se tivesse pensado a sério no assunto, não estariam para sempre perdidos tantos, e por vêzes tão valiosos elementos de estudo que, de alguns ânos para cá, se têm criminosamente deixado desaparecer, quasi sempre a pretexto de uma ridícula receita de alguns míseros cobres. Veja-se o número das igrejas postas em almoeda ou que se têm mandado derrubar.

E não é necessário sair da capital para o espectáculo ser desolador <sup>(1)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> Dessa carcassa, que outrora foi a igreja do convento de Telheiras, não escapou uma única lápide sepulcral! As ossadas dispersas pelo chão, foram piedosa-

Comecêmos pois por nós, arquivando umas ligeiras notas sobre algumas inscrições que se encontram no modesto museu da nossa Associação.

## I

## AQUI IAZ DO.....M.SANC.....

Fragmento da inscrição gravada no túmulo do infante dom Fernando Sanches, filho do Rei dom Diniz.

No volume 3.º do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, encontra-se um artigo assinado por J. P. N. da Silva, acêrca deste interessantissimo túmulo, sem contudo nêle se fazer a mais ligeira referencia aos caracteres que lhe ornã, numa das faces, o rebordo da tampa.

Apenas Pinho Leal nos diz que «teve uma inscrição ha muitos annos illegivel por gasta...» (1). Efectivamente parte dela parece ter sido apagada, talvez quando da mutilação do curioso alto relêvo em que, Silva Leal e Possidonio da Silva, julgaram vêr representado o desastre de Almeirim que teria causado a morte ao infante; successo a que, no entanto, se não referem nem o conde dom Pedro, como êle filho de dom Diniz; nem Rui de Pina, na crónica desse Rei; nem Sylva, no seu Catalogo Real y Genealogico; nem Brandão, na Monarchia Lusitana; nem Caetano de Sousa, na Historia Genealogica; nem tantos outros; havendo até quem o dê por morto em Recardães, de que fôra senhor.

Este precioso sarcófago bem merecia ser cuidadosamente estudado por quem, mais competente, o podesse fazer. Como contribuição aqui fica apresentado apenas o fragmento da inscrição, que outrora nos

---

mente recolhidas pelo ferreiro que ali tem a sua officina. Das *Francesinhas*, nem as paredes ficaram de pé. A igreja do Salvador, que algum respeito devia merecer, é hoje um centro político. Santo António da Convalescença... Mas para que recordar essa longa série de vandalismos?

(1) *Port. Ant. e Mod.*, vol. VIII

dizia quem ali repousava e que julgo poder completar-se da forma seguinte :

*Aqi iaz de(m Ferna)m Sanc(hes.....)*

## II

- 1) — (AQI IAZ : O)MUY : NOBRE : REY : DON FERNANDO :  
FILHO DU MUI NOBRE : REY : DON PEDRO : E DA ( : )  
YNFANTE : DON
- 2) — A COSTANCA : FILHA : DE DON YOHAN MANUHEL :
- 3) — :QE FYNOU EN LIXBOA : NO ABYTO DE SAN  
FRANCISCO : FERIA QYNTA : XXII DYAS DE  
OBTUBRO : ERA DE MYL : E CCCC E XXY ANOS :

Inscrição em elegantes caracteres góticos, em relevo, esculpida no túmulo do Rei dom Fernando I.

Esta inscrição tem sido já publicada, mas sempre com inexactidões, posto que seja de muito fácil leitura.

Por isso e por ser uma das mais interessantes do nosso museu, aqui fica arquivada.

O *fermoso e grande caixão* <sup>(1)</sup> em que está esculpida, bem merecia também um estudo mais completo que os curtos e imperfeitos artigos que lhe têm dedicado.

## III

ESTA SEPULTURA HE DE  
Yº DE GUIMARÃS ALFAGEME

Diz o erudito arqueólogo sr. Gabriel Pereira <sup>(2)</sup> que era do «famoso alfageme de Santarem que corregeu a espada do condestavel».

<sup>(1)</sup> Hist. de Santarem Edificada, cap. XIX.

<sup>(2)</sup> O Museu Archeologico do Carmo, pag. 8.

## IV

- 1) — AQ<sup>I</sup> · JAZ · OMUY · HÕRADO ·  
 2) — SENHÕ · DÕ · JOHÃ · ÀRCBPÕ · DE LIXBOA · E · CÃDEAL ·  
 DE ROMA · BARÕ SABEDÕ · E B<sup>I</sup>TUOSÕ  
 3) — ESTE SOLEMNIZOU · È BOLO<sup>NHA</sup>  
 4) — A SÊPLTU<sup>RA</sup> · D · SÃ · DÕS · È · ROMA · HO · MO · D · SÃ ·  
 JÕYMO È · LIXBOA · ESTE · È · Q̃ · SE MÃDOU · DEITAR

Inscrição em caracteres góticos gravada na bordadura da tampa do tumulo do cardeal dom João da Azambuja. (1)

Dom João Afonso ou dom João Esteves da Azambuja, *barõ sabedor e virtuoso*, foi um dos grandes amigos do Rei dom João I.

Bateu-se bravamente na guerra com Castela, e ao tratar-se da paz, foi por sua muita prudencia e vasto saber, escolhido para ir a Segovia discutir as condições e assentar os tratos, honra que bem mostra a confiança que o Rei depositava na sua lealdade.

Já anteriormente, quando o Mestre de Aviz, querendo consolidar a aliança inglêsa e garantir a sucessão ao Reino que o aclamára, decidira casar com a virtuosa filha de João de Gaunt, foi o amigo fiel que enviou a Roma a solicitar de Bonifacio IX, as dispensas necessarias.

Depois fê-lo Bispo do Porto e de Coimbra e em 1402 Arcebispo de Lisboa.

Foi durante uma das suas estadas na Cidade Eterna que fundou o mosteiro de São Jeronimo.

Em 1409 assiste ao concilio de Pisa e em 1411, pelos muitos serviços prestados á Religião e á Patria, João XXIII fê-lo Cardeal.

---

(1) O túmulo é uma simples arca de pedra lioz, tendo em volta esculpidos cinco escudos com as armas dos Azambujas — em campo de oiro quatro bandas de vermelho. Outr'ora os escudos eram oito; hoje faltam tres de uma das faces laterais. Na tampa vê-se tambem em relevo, mas de menores dimensões, o mesmo brazão da familia, encimado por um curioso chapeu cardinalicio e ladeado da direita por um báculo e da esquerda por uma cruz floreada sobre um cajado ou bastão ferrado no conto. Talvez o bordão de romeiro. A estas duas insignias, que ocupam todo o comprimento do túmulo, estão pregadas umas pequenas flamulas ou bandeirolas.

Vai ainda ao concilio de Constança, mas no regresso, cansado e desgostoso, morre em Bruges, a 23 de Janeiro de 1415, sendo transportado para Lisbôa e sepultado no mosteiro do Salvador que fundára vinte e quatro ânos antes. (1)

Era filho de Afonso Esteves da Azambuja, valido que fôra do Rei dom Pedro e mais tarde reposteiro mór de dom João I, por quem se batera no cêrco de Lisboa e o fizera senhor do Sardoal; neto de Estevão Rodrigues de Azambuja; bisneto do orgulhoso Rui Fernandes, senhor da Azambuja; terceiro neto de Fernão Gonçalves e de dona Ouroana Godins; quarto neto de dona Maria Rol, Rool, ou Rolim e quinto neto do cruzado Childe, Chil, ou Gil de Rolim (2), que foi o primeiro senhor de *Vila Franca da Azambuja*.

## V

NESTE CHORO DE SIMA ESTA SEPVLTADO DOM IOÃO  
ESTEVES PRIVADO, SEG.<sup>DO</sup> ARCEBISPO DE LX.<sup>A</sup>  
CARDEAL DA S. IGREIA RÔA DO TT.<sup>O</sup> DE S PEDRO  
AD VINCVLA DE S. EVDOXIA FVNDADOR DESTE  
MOSTR.<sup>O</sup> E PADROEIRO DELLE Q̃ EM BOLONHA SOLEM-  
NIZOV A SEPVLTURA DE S. DOS EM RÔA O MOSTR.<sup>O</sup> DE S  
HM<sup>O</sup>, E NESTA CIDADE ESTE EM Q̃ SE MANDOV SEPVLT-  
TAR FALEÇEO NO ANNO DE 1413 A 23 DE IANEIRO

«Acontece no mundo haver homens que nem a morte basta para lhes trocar os estilos da vida. Peregrinou muito vivendo: não acabarão de socegar seus ossos morrendo». (3)

(1) Quando em 1918, ao ser removido para o Museu Arqueológico, se abriu este túmulo, foi encontrado dentro dêle um pequeno caixão de madeira pintado de vermelho, medindo 0,55 × 0,31 × 0,30, com a seguinte inscrição: *D. João Arcebispo de Lisboa*, tendo na tampa pintada a mitra sobre uma almofada e cruzando-se o báculo e a cruz. Este pequeno caixão que contem apenas uns papeis manchados de amarelo, foi de novo encerrado no tumulo no dia 17 de Setembro do dito âno. Informações amavelmente fornecidas pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Antonio Cesar Mena Junior

(2) Luciano Cordeiro, *Diogo da Azambuja*.

(3) Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*.

Efectivamente, «Navegaram de Burges para Lisboa. Em Lisboa foram recebidos na Igreja do Salvador. Da Igreja passarão ao Choro e nelle andaram alguns annos em deposito e em fim tornaram para a Igreja, onde forão collocados na capella mór em sitio alto, e decente na parede á parte do Evangelho». (1) Mais tarde levaram-n'os para o côro alto, onde provavelmente se conservaram até o terramoto grande, em que o mosteiro muito soffreu, perdendo-se talvez então, ao quebrar-se o tumulo. Este, porê, parece condenado a seguir o destino dos ossos que encerrára. Em 1918 quando qualquer influente eleitoral consegue transformar a historica fundação do valente servidor do Mestre de Avis num democrático centro político, aqui vem parar ao Carmo, onde Deus sabe se o deixarão em socêgo.

Ao levarem-no as monjas para o côro alto, collocaram «sobre a grade baixa do choro da banda de fora», esta inscrição que repetia, pouco mais ou menos, os dizeres da antiga.

## VI

ESTA : SEPUL  
TURA : HE : D...  
.....  
.....E CCCC : E

Fragmento de uma inscrição sepulcral de caracteres unciais.

Dá a impressão de ter sido esculpida antes do falecimento da pessoa a quem a campa era destinada, pois não se vê vestigio dos caracteres que deveriam designar o âno exacto da morte.

## VII

(EST)A SEPULTURA HE DE MES  
(TR)E JERONIMO YLLUMINA  
DOR E DE SEUS HERDEIROS

(1) Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*.

Quem tenha sido este *mestre Jeronimo, ylluminador*, é por emquanto um mistério. Viterbo, não deve ter tido conhecimento da lapide que no antigo catálogo do Museu Arqueologico parece que figurava como indecifrável. (1)

## VIII

ESTA SA HE DE UCO GYLL DE LEMOS

.....  
 .....  
 ....SUA MOLHER.....D YO.

Talvez desde 1865 que se encontra no Museu Arqueologico do Carmo a pedra onde está gravada esta inscrição. No entanto até hoje não tinha sido decifrada a parte ainda legível dela, que é a primeira linha, correspondente á cabeceira da sepultura, e parte da quarta, onde a inscrição devia terminar. A terceira linha, esculpida na parte inferior da campa, já não existe por a pedra ter sido cortada, provavelmente para lhe ser dada outra aplicação. O mesmo succede do lado direito de quem olha, onde apenas resta a parte inferior dos caracteres, o que, dada a sua forma, torna a leitura da segunda linha impossível de ser feita com rigôr.

Ao centro desta grande pedra, vê-se, relativamente bem conservado, um escudo com as armas dos Lemos e dos Montarroyos.

Quem tenha sido Vasco Gil de Lemos, nas breves investigações que tentei na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, não o consegui saber. Suponho-o, porém, irmão de Diogo Vaz de Lemos «*que jaz com seu pae na igreja de S. Mamede de Lix.ª á mão esquerda da porta principal em jazigo proprio com as armas dos Lemos e Montarroyos*» (2), o que coincide com o achado da lapide numas escavações feitas em frente do palácio dos marquezes de Penafiel (3),

(1) Foi lida pela primeira vez pelo distinto arqueólogo sr. Coronel Garcez Teixeira. \*

(2) Bibl. N., Col. Pomb.

(3) Boletim da R. A. dos A. C. e A. P., vol. XI.

onde justamente ficava situada a igreja de São Mamede-o-Velho, que, como se sabe, era no actual largo do Correio Mór; e com o facto do nome de *Vasco* poder vir-lhe do pae Vasco Gonçalves de Lemos, e o de *Gil* do avô materno, Gil Fernandes de Montarroio. Os dois nomes ligados não eram unicos nesta familia. Logo o primeiro membro dela, que veio para Portugal, era Vasco Gil de Montarroio.

Note-se que pelo gasto da pedra se vê que a passagem era feita por cima da campa, do lado esquerdo para a cabeceira. Devia, portanto, esta sepultura ficar fronteira á outra, isto é: á mão direita da porta principal.

## IX

- 1) — SYMAO COREA SENDO CAPYTAM E GOVERNADOR.  
DA CYDADE.DAZAMOR, ESTA PYA.QUE FOY.ACHA-  
DA: ANTRE OS MOUROS
- 2) — MANDOU TRAZER A ESTE MOSTEYRO QUELE FEZ  
(TODO) <sup>(1)</sup> A SUA PROPYA CUSTA

Inscrição, em caracteres góticos, esculpida no rebordo da face interna da elegante pia mandada trazer de Azamor pelo governador Simão Correia.

Desta pia trata Viterbo, nos seus *trabalhos nauticos dos portugueses nos seculos XVI e XVII*.

## X

(S.) DE A M INES DE I M  
IVZEPH COND DE  
(A)RCOS E DA GAL(H)  
ETA DEPOIS FO(I)  
RELIG<sup>A</sup> DESTA CA(SA)  
(F) A 2... DE AB DE 6...

---

(1) A palavra *todo* de cujos caracteres julgo ainda distinguir a parte superior, parece ter sido propositadamente apagada talvez por quem tenha acrescentado

Entre as numerosas lápides sepulcrais provenientes do antigo convento de Santo Alberto de Lisbôa, todas referentes a *madres e irmãs*, cujos nomes se encobrem sob o de outros tantos santos e santas de maior devoção (1), depara-se-nos uma que, por menos lacónica e pelos vestígios de certas palavras, logo chama a atenção do observador.

Refere-se á madre Inês de Jesus Maria José, que no século foi possuidora de dois titulos dos mais illustres e *depois foi religiosa desta casa*.

Com effeito, dona Inês Maria de Noronha, filha de dom Antonio de Menezes, terceiro neto do primeiro conde de Linhares, e de dona Francisca ou Brites de Noronha, filha de Pedro Vaz Côrte-Real e de dona Inês de Noronha, casou com o segundo conde dos Arcos, dom Lourenço Filipe de Lima Brito e Noronha. (2) Ficando viuva e sem filhos, casou segunda vez com João Gonçalves da Camara, oitavo capitão donatario da ilha da Madeira e quarto conde da Calheta.

Foi por morte de seu segundo marido, em 27 de março de 1656, que esta nobilissima senhora, depois de tomar o padroado do Convento da Anunciada Nova em Tomar, «*p<sup>a</sup> sj e jasido dos ossos do conde seu marido e o dotov cõ sessenta mil rs cada anno p.<sup>a</sup> q̄ assj alma do conde como a suc<sup>ç</sup> gozem das missas e sofragios q̄ em toda provincia se applicão pelos padroeiros dos conventos dellas* (3), abandona a côrte e o mundo para ir amortallar-se no burél humilde das carmelitas descalças.

---

qualquer nova edificação ao primitivo mosteiro. Sempre a vaidade dos homens «que destas fantesias recebem folganças e sandeu prazer...» — Leal Conselheiro, Capitulo XII.

(1) Só o acaso poderá hoje desvendar o segredo desses nomes que o pavoroso incendio da ála oriental do Terreiro do Paço nos roubou com todo o velho Cartório do Convento das Albertas.

(2) Estes apontamentos genealogicos foram-me gentilmente fornecidos pelo actual herdeiro da nobre Casa dos Arcos, que expontaneamente me procurou ao ter conhecimento da decifração desta lapide.

(3) De uma inscrição que está na parede do lado da Epístola da capela mór do referido mosteiro e me foi amavelmente indicada pelo distinto archeólogo sr. Coronel Garcez Teixeira.

## XI

AQVI (I)AS O M.<sup>TO</sup> R P M (F)  
 IOÃO COELHO PAL QVE FO(I)  
 DESTA PROV DVAS VEZE(S)  
 E VÍG<sup>RO</sup> G<sup>A</sup> DELLA VIZÍ(A)  
 DOR E REFORMADOR DA(S)  
 DE CASTELLA RENVNC(ÍOV)  
 O BÍSPADO DE COCHÍ(M)  
 EM Q̄ FOÍ ELEITO PELL(A)  
 MAG<sup>DE</sup> DEL REY D IOA (O)  
 O 4.<sup>o</sup> FALLECEO EM 2(9)  
 DEZEMBRO DE 166(8)

O muito reverendo padre mestre frei João Coelho, filho legitimo de Feliciano Coelho de Carvalho e de dona Maria Monteiro, «nasceo na Villa de Gouvêa, Bispado de Coimbra e foi batizado na Freguesia de S. Pedro da mesma Villa». (1) A 23 de abril de 1606 professou no Collegio de Coimbra, estudando ali e em Lisboa filosofia e teologia em que se doutorou. Em 1628, a 13 de Maio, foi eleito prior do convento do Carmo, em Lisboa, e tres ânos depois, a 10 de Maio de 1631, provincial da Ordem.

Em 1635, foi a Castela como visitador e reformador geral e a 18 de outubro de 1650 é eleito bispo de Cochim (2), cargo que renunciou, indo ante dom João IV. «não se levantou de seus pés sem lhe aceitar a escusa». (1)

A 29 de dezembro do âno de 1668, morre santamente em Lisboa abraçado a um crucifixo, «repetindo aquelas palavras do Himno de Santo Ambrosio e Santo Agostinho: Aeterna fac cum Sanctis tuis: in gloria numerari» (1), sendo o seu corpo levado á sepultura, «que he no cemiterio novo». (1)

Como se vê, esta lapide é das poucas que nos restam do velho Convento do Carmo.

(1) Sá, *Mem. hist. dos Ill. Arceb. Bisp. e Escr. Port. da Ord. de N. S. do Carmo, etc.*

(2) *Col. de doc. e Mem. da Acad. Real da Hist. Portugêza.*

## XII

(AQV)I JAZ DONA ÍZA  
 (BEL) DA SÍLVA FÍLHA  
 (DE JO)AO GOMES DA SÍL  
 (VA E) DONA CATHERINA  
 (DE MO)VRA A QVAL VÍVEO  
 (...AN)NOS NESTE MO  
 (STEÍRO).....

Recordo-me duma dona Isabel da Silva, filha de João Gomes da Silva e neta de Diogo Gomes da Silva, dos Silvas senhores da Chamusca. Era, porem, bastarda e creio que não consta o nome da mãe. Seria dona Catarina de Moura?

E' possível que após a morte do marido, um João Nunes de Albuquerque, se recolhesse ao convento onde tinha uma irmã, dona Brites da Silva, igualmente bastarda porque o pai não fôra casado.

Isto, é claro, é uma simples hipotese. Deixo a averiguação do caso á paciencia dos meus illustres consocios genealogistas se entenderem que lhes paga a pena.

## XIII

NO ANNO DE 1668 SENDO AN.<sup>TO</sup>  
 LVIS RIBEIRO, SR. DAS CAZAS D  
 ESTA SERCA E TENDO NELLAS  
 POR HOSPEDE AO EX.<sup>O</sup> MARQVES  
 DE HELICHE DVQVE DE MONTORO  
 CONDE DVQVE DE OLÍVARES E MARQ  
 VES DEL CARPIÓ SENDO PLENÍPO  
 TENSÍARIO DA MONARCHIA DE CA  
 STELLA P.<sup>A</sup> A FVNÇÃO DAS PAZES Q̃  
 SE P(V)BVLÍCARAM NESTA CORTE A DES  
 DE MARCO DO MESMO ANNO LHE PE

DIV MANDASSE FAZER ESTA PORTA P.<sup>A</sup>  
 IREN POR ELLA AO REAL CONVENTO  
 DE S. VICENTE DONDE FORAM A PR.<sup>A</sup> VES  
 QVARTA FEIRA DE CINZA E VESPORA DE  
 PASCHOA DE RESVRREICÃO SE PAR  
 TIV P.<sup>A</sup> A CORTE DE MADRÍDEL  
 E COMO NO MVRO DA SERCA ESTA  
 OVTRA PORTA Q̃ (S)E FES P.<sup>A</sup> A SNAË. RAI  
 NHA DONA CATHERINA PASSAR COM  
 SEV NETO O SË REI D. SEBASTIÃO P.<sup>(A)</sup>  
 O DITO CONVENTO QVANDO FO  
 RAM SERVÍDOS DE MORAR NAS MES  
 MAS CAZAS POR CAVZA DE DOENCAS  
 Q̃. HAVIA NA CORTE ESCOLHENDO  
 O SÍTIO POR MAIS. SADIÓ E SERVE  
 A PORTA DESTA MEMORIA T(A)MBE  
 M ESTA DE HELIÇHE O FÍQVA SENDO  
 DO (A)NNO  
 EM Q̃. SE FÍZERAM AS PAZES  
 DE CASTELLA COM PORTVGAL

Esta inscrição foi transcrita e largamente comentada por Castilho, a paginas 275 e seguintes do volume IV da *Lisboa Antiga*, ao tratar da travessa das Bruxas.

## XIV

AQUI ÍAS D ANNA  
 ARMANDA  
 COM LICENCA  
 DE SA M<sup>DE</sup>

1707

E' dona Ana Armanda du Vergé, filha do capitão Pedro Pastre du Vergé e de Catarina Teresa Bocar, açafata da Rainha dona Maria Francisca Isabel.

Foi, como se sabe, esta senhora a mãe do senhor infante dom Miguel, pae do primeiro duque de Lafões. (1)

Era neta paterna de Pedro Pastre du Vergé e de Ana Morin e materna de João Bocar e de Ana de Claremon.

Esta inscrição, gravada numa pequena lapide triangular, veio das *Francezinhas*, com os ossos que cobria e que assim foram salvos, depois de profanada a sepultura pelas mãos cubiçosas dumas feras que trabalhavam na demolição do convento. (2)

---

(1) *Mem. Historico Genealogicas dos Duques Portugueses.*

(2) Facto narrado pelo distincto investigador sr. Matos Sequeira numa conferencia realisada na Ass. dos Archeologos Portugueses

DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA  
DESENHADOR DE MEDALHAS

SEGUNDA COMUNICAÇÃO

FEITA À ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
EM SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL DE 3 DE NOVEMBRO DE 1923

POR

LUIZ XAVIER DA COSTA

---

*Ao Dr. Arthur Lamas.*

---

Pouco depois de haver apresentado á Secção de Numismática e Bibliologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses a minha precedente comunicação sobre o mesmo assunto <sup>(1)</sup> e de a ter publicado em separata do boletim associativo <sup>(2)</sup>, pude coligir novos elementos que ampliam a relação numérica dos trabalhos feitos na especialidade pelo grande artista que foi Sequeira e permitem avaliar mais fundamentadamente, portanto com mais criteriosa segurança, o alto merecimento das suas excepcionais aptidões.

Tardiamente veio ao meu conhecimento a interessante documentação a que me refiro. Perdida assim a oportunidade de a incluir e aproveitar nos estudos já publicados <sup>(3)</sup>, tento remediar o percalço,

---

(1) Realizada em 16 de fevereiro de 1923.

(2) *Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano desenhadores de medalhas — Lisboa 1923*—In 4.º de 20 pag. Separata de *Arqueologia e Historia — Volume I — Proprietaria e editora a Associação dos Arqueólogos Portugueses — M.DCCCC.XXII.* — Pag. 169.

(3) Veja também *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira — Lisboa 1922.*

mesmo correndo o risco de provocar o cansaço pela repetição do tema, comunicando agora êsses novos subsídios e descrevendo-os com o cuidado que merecem. Divulgados dêste modo, poderão utilizar-se, depois de reunidos aos que já fôram descritos e a outros que possivelmente venham a descobrir-se, em uma narração única e sintética, que as circunstâncias em que fui forçado a organizar os meus trabalhos não me permitiram realizar.

\*  
\*   \*  
\*

Podemos atribuir á comemoração da assistência ou do ensino, ministrados em qualquer estabelecimento instituído, reformado, ou protegido durante a regência de D. João VI, dois desenhos para uma face de medalha dedicada a este príncipe e absolutamente desconhecida, que encontrei entre os outros de Sequeira, ainda hoje na posse da família e aos quais me referirei no decurso dêste estudo.

Se não fôsse a idade já um pouco avançada que parece apresentar a figura do homenageado e que aliás é difícil de avaliar pelo pouco acabado dos esboços, até lembraria que se trata de outra idea, não adoptada em seguimento, para o reverso da medalha depois gravada por H. Vassalo, destinada a servir de prémio aos alunos da «Aula de Debuxo e Desenho do Porto» e executada em 1801 ou 1802, que estudei e reproduzi em estampa na minha anterior comunicação.

Assim não posso determinar o assunto a que se refere. Pelo simbolismo que apresenta, quer manifestar evidentemente a gratidão e a fidelidade infantis para com o personagem cuja effigie é transmitida á posteridade sob a forma estatúaria de busto.

Não desejando aprofundar o caso, limito-me a descrever os desenhos.

O primeiro, que constitue um estudo preparatório para o segundo, encontra-se em meia folha de papel almasso acinzentado e esteirado, juntamente com dois esboços alegóricos, rectangulares, um a lápis, outro á pena e a carvão, de difícil interpretação; e com mais dois ou três apontamentos, a lápis, de cães tirados do natural, certamente destinados a serem aproveitados no projecto medalhístico.

Apresenta contôrno circular com 0<sup>m</sup>,057 de diâmetro, feito a lápis por meio de compasso; e o campo occupado pelo esboço a lápis e nankin, em traços finos de pincel: Na metade esquerda, sôbre um

plinto de secção poligonal, o busto de D. João VI, com gran-cruz traçada no peito e virado de perfil á direita; por detrás do plinto, á esquerda, mal desenhada, a figura de um cão sentado. Na metade da direita, pela frente do plinto, um menino completamente nu, tres quartos á esquerda, com o joelho direito em terra, levanta a cabeça contemplando a face do busto e, com o braço esquerdo estendido, sustenta na mão um coração que lhe oferece; o braço direito tem o antebraço flectido, com a mão sobre o peito. O fundo do campo é preenchido por traços e contornos indistintos. Não ha exergo.

O segundo desenho (EST. I — FIG. 1), mais correcto que o anterior apesar de feito só a lápis, encontra-se em um oitavo de papel almasso branco, esteirado. Apresenta duplo contôrno circular, tendo o externo 0<sup>m</sup>,059 de diâmetro; e no centro do campo, sôbre simples base quadrangular, o mesmo busto de D. João VI virado de perfil á direita, cabêlo atado e caído atrás, gran-cruz ao peito. Na parte da direita, um menino ajoelhado oferece-lhe o coração com a mão esquerda e apoia a direita sobre o peito, como no desenho precedente; mas o movimento é mais natural e graciôso em toda a figura, cuja fisionomia é também mais estudada e definida. Na parte da esquerda, outro menino, igualmente nu, sentado no chão, contempla o gesto do oferente e segura uma chave na mão direita apoiada sobre a côxa do mesmo lado, ao mesmo tempo que aconchêga sob o braço esquerdo, contra o próprio regaço, um cão deitado. O fundo é todo tracejado por igual. Não ha exergo.

Sem de modo algum querer aproximar os assuntos ou as técnicas, devem os desenhos descritos ser comparados, na sua concepção, com a de outros dois do mesmo autor expostos no Museu Nacional de Arte Antiga e mencionados no respectivo «Catalogo»<sup>(1)</sup> sob os números e rubricas: «56. (1:921) *Allegoria a D. João VI(?)*» e «58. (1:396) *Assunto allegorico*». Em todos aparece o busto estatuario de D. João VI, sôbre pedestal e cercado pelos deuses, génios, ou personagens que lhe prestam homenagem e simbolisam a acção. A estampa, desenhada por Sequeira e gravada por Queiroz para ante rôsto do primeiro volume das «Obras posthumas de Manoel de Figueire-

(1) *Catalogo da collecção de desenhos da [sic] Museu Nacional de Bellas Artes*  
— Lisboa 1905 — Pags. 23 e 24.

do» (1), repete ainda mais semelhantemente o mesmo motivo, com a variante da effigie, representada em busto, ser a do falecido escritor; mas são análogos os génios infantís que a cercam, sustentando attributos e um dêles oferecendo também o coração em chamas.

Refiro-me sómente a êstes desenhos porque, estando públicos, fácilmente se pode verificar pelo seu exame a aproximação indicada. Lembro porêem que idêntica concepção, aliás banal como meio de expressão artística, se acha repetida com insistência na obra do pintor. Em mais desenhos e quadros seus a tenho encontrado, comemorando factos variados e sucedidos em épocas diversas.

A explanação dêste reparo, já feito com certêza por aqueles que conhecem as produções do artista, arrastar-me-ia para fora dos limites que desejo mantêr na actual comunicação.

\*

\*      \*

A propósito da medalha desenhada por Sequeira e destinada a servir de prémio aos alunos da «Aula de Debuxo e Desenho do Porto», esbocei no meu trabalho precedente a história coordenada e completa, se bem que resumida, dessa instituição docente, assim como a da «Academia de Desenho e Pintura» que a substituiu e aonde ela foi incorporada quando da criação da «Academia Real de Marinha e Commercio», da qual fazia parte.

Não está, porêem, feita ainda a história da acção do pintor lisboense na «Academia» do Pôrto, limitando-se os dados, a tal respeito fornecidos pelos seus biógrafos, apenas aos que também já expús, coligidos nessas fontes. Sabia-se, por exemplo, que ao tomar posse do logar de director da aula, em 1806, reorganisara o ensino. Mas, a confirmar esta notícia, encontrei entre vários papeis que pertencêram ao 1.º marquês de Funchal, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, um exemplar do respectivo «Regulamento», com a declaração final de ser feito pelo artista «aos 15 d'Agosto de 1806», isto é, algum tempo depois da sua nomeação, pela carta régia de 8 de maio do mesmo ano;

---

(1) *Obras posthumas de Manoel de Figueiredo, official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, e da guerra, entre os arcades de Lisboa Lycidas Cynthio — Lisboa, M. DCCC. IV.*

e provavelmente em coincidência com a ida para o Pôrto a iniciar o exercício escolar, se é que não antecedendo-a.

Esses papeis, pertencentes ao notável diplomata de D. João VI, datados quasi todos de 1824 a 1827 e adquiridos pelo conde do Ameal no leilão da biblioteca dos condes de Linhares (1), fôram confiados ao meu exame por Gustavo de Matos Sequeira em junho passado, durante a catalogação, a que o nosso querido e erudito consócio andava procedendo, da riquíssima livraria do falecido coleccionador conimbricense. Novamente manifesto a Matos Sequeira o agradecimento que lhe dêvo pela sua prova de deferência e de confiança, que tão proveitosa foi ao meu estudo.

O exemplar a que me refiro do «Regulamento / Para a Regia Aula de Dezenho, de Historia, / e Pintura, Architectura Civil, Paizagem, e / Marinhas, mandada estabelecer pelo Principe / Regente Nosso Senhor, na Cidade do Porto, à / instancia da Ill.<sup>ma</sup> Junta da Administração da / Companhia Geral da Agricultura das Vinhas / do Alto Douro, e Inspector da Real Academia / na mesma Cidade, creada no Anno de 1803», manuscrito com ótima caligrafia em quatro fôlhas de papel de linho branco de grande formato, esteirado e com a marca de água «D & C BLAW», cerzidas em fascículo a fitilho de sêda, compõe-se de quatro páginas em branco, que servem de guardas no principio e no fim do caderno; e de mais dôze, não numeradas, contendo o texto, o qual no alto da primeira destas se inicia pelo título transcrito e, na duodécima, termina com o fecho seguinte: «Por Domingos Antonio de Sequeira: / Cavalleiro Professo na Ordem de Christo: / Primeiro Pintor da Camara, e Côte: Mestre / de Dezenho, e Pintura dos Serenissimos / Principes, e Infantes, Augustos Filhos do / Principe Regente Nosso Senhor: Lente / da Academia de S. Lucas, em Rôma, e das / principaes da Italia: Directôr da Aula / Regia de Dezenho, e Pintura da Cidade do / Porto. Feito aos 15 d'Agosto de 1806.»

O manuscrito deve ser uma das cópias officiais destinadas ás entidades que tinham interferência ou que dar parecêr sôbre o assunto. Se recordarmos as relações que ligaram o artista á família Sousa

(1) Catalogo da importante livraria dos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Condes de Linhares que será vendida em leilão no dia 1 de dezembro e seguintes no seu palacio da calçada de Arryos, 38, ... — Lisboa... 1895

Coutinho, originadas talvez em Itália cêrca de 1795, quando o primeiro lá estudava e D. Rodrigo era plenipotenciário em Turim, firmadas decerto em Lisbôa pela intervenção eficaz e magnífica, em 1802, do então presidente do Real Erario na carreira artística do pintor e adquirindo depois o grau de constância e de amizade que manifestaram, fâcilmente se explicaria o encontrar-se tal documento entre os papeis dêsse grande protector de Sequeira.

Mas, se atendêrmos a que o futuro 1.º conde de Linhares tinha sido também, em 1803, o ministro que sancionara a criação da «Academia Real de Marinha e Commercio da Cidade do Porto», com a transformação da «Aula de Debuxo e Desenho» na «Academia de Desenho e Pintura» que o artista era chamado a dirigir e de nôvo regulamentava, melhor se compreênde que o inteligente estadista, apesar de demissionário dos seus cargos e retirado temporariamente da vida pública, se interessasse em 1806 pela obra que fomentara no Pôrto e pelo trabalho do seu amigo e protegido, entregando-lhe êste como homenagem um exemplar do «Regulamento», talvez para que o magnate mais fâcilmente obtivesse a necessária aprovação.

Depois da morte do conde de Linhares, sucedida no Rio em janeiro de 1812, os seus papeis, juntamente com os de seu irmão D. Domingos, feito conde de Funchal em junho do mesmo ano e falecido solteiro em Inglaterra em dezembro de 1834, ficaram arquivados, assim como os de outros Sousas Coutinhos, na riquíssima biblioteca da família, até á dispersão de 1895.

O «Regulamento» da «Academia» do Pôrto é, além de tudo o mais, importante para o conhecimento histórico do ensino das belas-artes em Portugal e interessantíssimo para quem a tais pesquisas se dedica; porque, nas disposições que apresenta, liberais e algumas criteriosas, expõe desenvolvidamente minúcias de natureza técnica que retratam fielmente o modo como êsse ensino foi ministrado na capital do norte: Os estudos eram progressivos, diferenciados conforme a finalidade artística a que se destinavam os alunos e iam até ao da pintura, incluindo o da anatomia artística humana e o «*Estudo do natural do homem nú*». A publicação do respectivo texto (1), já por mim apresentado na sessão de assemblea geral da Associação dos Arqueólogos de 30 de junho do corrente ano, dispensa-me de uma

(1) Veja «Apenso A».

análise pormenorizada e de expôr todas as considerações que desperta a sua leitura.

Chamo apesar disso a atenção para as determinações do artigo «6.º», no qual os processos pedagógicos decretados são dos mais próprios; e até avançados para a época em que fôram estatuídos. Não se afastam muito dos que ainda hoje consideramos melhores e mais proveitosos para promovêr, ao mesmo tempo individual e coletivamente, o aperfeiçoamento dos alunos; cultivando não só a personalidade de cada um e respeitando a independência e a integridade da sua obra de arte, por modesta que seja, mas guiando e corrigindo simultâneamente o desenvolvimento das diversas aptidões, aproveitadas para base das demonstrações didáticas em que participa o curso todo, como lição geral.

Também a doutrina do artigo «13.» se torna notável pela maneira como organiza os prêmios pecuniários sob a forma de mensalidades permanentes que, sendo relativamente elevadas, eram ralmente proficuas como estímulo de aplicação, uteis e vantajosas como auxílio para o trabalho e demonstram da parte das entidades que instituíram, mantinham e dirigiam o ensino, o maior desejo da sua eficiência.

Do modo como seriam executados os concursos, elaborados os respectivos programas e ordenados os julgamentos, tratam muitos dos subseqüentes artigos, codificando até determinarem a publicidade «na Gazêta» dos nomes dos alunos premiados e a exposição dos trabalhos que haviam merecido essa classificação, devidamente emoldurados, «na Aula, para emulação dos mais Estudantes».

Depois das férias de setembro, quando da abertura do nôvo ano escolar, é que se fazia a exposição. E Sequeira parece que dedicou ao cumprimento de tal disposição regulamentar um certo entusiasmo, actuando para que se realizasse com brilho; pelo mênos no ano de 1807, como prova o raríssimo opúsculo, de que existe um exemplar na livreria do nosso consócio Henrique de Campos Ferreira Lima, adquirido ha anos em um livreiro alfarrabista do Porto e que tem por título: «Os Genios premiados. / Cantata / para se executar / na Real Academia do Porto, / apresentando-se nella / os dezenhos, e pinturas, / com que / suas altezas reaes se digná rão honra-la; / no dia 5 de outubro de 1807, / dia do concurso dos alumnos. / Composta / por / Antonio Soares de Azevedo. / [Enfeite tipográfico quadrado] / Porto,

/ Na typographia de Pedro Ribeiro França. / Impressor da Relação. / [Linha tipográfica] / 1807» (1).

A página «13», em notas de chamada, explica que as expositôras a quem é dedicado o encomiástico e festivo preito de homenagem são: «(1) *A Princesa Nossa Senhora* / (2) *A Senhora Princesa D. MARIA TEREZA*. / (3) *A Senhora D. MARIA FRANCISCA BENEDICTA, Princesa do Brazil*. / (4) *A Senhora Infanta D. MARIANNA*.»

Aos esforços, influência pessoal e provávelmente á iniciativa do director da «Academia», que em Lisboa era o mestre de desenho e pintura das princesas e infantes, se deve attribuir o facto das riais discípulas abrilhantarem o certâmen portuense com a exposição das suas produções artísticas, atraindo para êle maior interêsse e nomeada e dando pretexto para mais espectaculosos festejos. E a exposição deve ter sido a mesma que é mencionada da seguinte forma, na noticia sôbre as medalhas destinadas a sêem distribuidas como prémio aos estudantes, mandada em «4 de Julho de 1867» por Eduardo Augusto Allen a Manuel Bernardo Lopes Fernandes e que foi fornecida por João Baptista Ribeiro (2): «*O provedor da Companhia Geral de agricultura das vinhas do alto Douro, Dominges Martins Gonçalves, sendo esta Companhia a protectora da mesma Academia, foi quem juntamente com o Sequeira, e alguns outros professores e cidadãos entusiastas, planearam um grande concurso artistico que havia de ter logar, mas não chegaram a distribuir-se.*»

Afinal todos lucravam: Sequeira demonstrava o seu valôr, a competência para o ensino e a influência de que dispunha na côrte. As

(1) É um folhêto, com capa de papel de côr sem dizêres, formado por duas e meia folhas de impressão, dobradas in 4.º e apresentando: duas páginas brancas; uma com o frontespício; uma com «*Advertencia*»; uma com «*Personagens*»; uma, numerada «(4)», com «*I Geni premiati*» (texto em versos italianos); e outra, em face, numerada «(5)», com «*Os Genios premiados*» (texto em versos portugueses); seguindo depois até página «(16)» com «*Fine*»; página «(17)» com «*Fim*»; e uma última em branco.

Sôbre o autôr, que não deve sêr confundido com outro literato portuêense coevo, João Antonio Monteiro e Azevedo, morgado de Pinheiro, consulte-se o *Diccionario bibliographico portuguez — Estudos de Innocencio Francisco da Silva* — Tomo primeiro — Lisboa MDCCCLVIII — Pag. 274. *Idem* — Tomo oitavo (Primeiro do supplemento) — Lisboa MDCCCLXVII — Pag. 311.

(2) *Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano desenhadores de medalhas* — Pag. 10.

aristocráticas amadôras tinham ocasião para triunfo lisongeiro e de popularidade, em um grande centro distante. Os alunos, os mantenedôres da «Academia» do Porto e até a população culta da cidade, sentiam-se honrados com a colaboração de tão ilustres cultôras das belas-artes, que assim manifestavam publicamente reconhecêr a importância da florescente instituição. É um quadro vivo da época.

A infanta D. Maria Anna e não «Marianna» como se encontra impresso nos folhêtos da época, 2.<sup>a</sup> filha de D. José I e de D. Marianna Victoria, tinha 71 anos em 1807, pois nascêra a 7 de outubro de 1736, quando os pais ainda eram príncipes do Brazil. A princesa viuva do Brazil, D. Maria Francisca Benedicta, irmã da anterior e dez anos mais nova que ela, nascêra em 25 de julho de 1746. Ambas, como é sabido, se dedicaram com certo êxito ao desenho e á pintura, sendo discípulas de Carneiro da Silva.

Cyrillo Volkmar Machado escreve em um dos seus livros<sup>(1)</sup>: «O estudo da Pintura foi hum dos principaes objectos, na educação das Augustas Princezas suas filhas [de D. José I]; e os progressos que fizerão se deixão vêr em muitas estampas da Invenção das Senerissimas [sic] Senhoras, Princeza do Brazil viuva, e D. Marianna [sic], que forão abertas em cobre por Carmona, e Carneiro, e nos seus quadros collocados nas Igrejas do SS. Coração de Jesus, e do Des-agravo, a Santa Engracia». Tudo isto é conhecido<sup>(2)</sup>.

A «Princeza Nossa Senhora», que era D. Carlota Joaquina, es-pôsa do regente D. João VI, assim como sua filha mais velha D. Maria Thereza, princesa da Beira, que contava 14 anos de idade, tendo nascido em 29 de abril de 1793, também se dedicavam ás belas-artes e merecêram a Cyrillo frases laudatórias, nas quais a adulação do áulico altera lamentavelmente, com disparatado exagêro, a justeza da apreciação<sup>(3)</sup>:

«A Serenissima Senhora D. Carlotta Joaquina, Princeza do Brazil N. S.,... reparte o tempo entre o oratorio, e a Educação das Serenissimas Senhoras Princezas Suas filhas:... O dia he quasi todo

(1) *As honras da pintura, esculptura, e architectura: Discurso de João Pedro Bellori, ... Traduzido... por hum dos Pintores de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor. — Lisboa, 1815. — Pag. 109.*

(2) Veja «Apenso B».

(3) *As honras da pintura...* — Pags. 112-113.

empregado em occupações diversas aonde o Desenho tem hum dos primeiros lugares: Tendo alguma vez a honra de ser admittido na Real Camara, vi com pasmo algum destes sorprendentes e Magestosos *Tableaux* mais dignos de serem admirados, e imitados, que os do mesmo Raphael. Vi desenhos, e paineis a oleo e a pastel, executados por Esta Senhora, com a maior franqueza e habilidade, e lindos ramos e paisagens, inventados, e cortados á tisoira com grande magisterio e facilidade, pela Senhora Princeza D. Maria Theresa; sendo para admirar a elegancia, e presteza com que os fazia».

Sequeira foi, como sabemos, o professor de desenho e pintura de D. Carlota Joaquina e das infantas suas filhas. Pelo menos das duas mais velhas; pois havendo-o sido também de D. Pedro de Alcantara, o futuro D. Pedro IV, mais nôvo um ano que a segunda das irmãs e nascido em 12 de outubro de 1798, é natural que tivesse lecionado esta princesa. Devemos aceitar como producente a influência do mestre na cultura artistica das riais discípulas, porque ambas manifestaram competência e provado amôr pela pintura. A D. Maria Isabel, quando rainha de Espanha pelo seu casamento com Fernando VII, deve aquêlê país a fundação do Museu do Prado, em Madrid, tendo sido ela a inspiradôra e dedicada promotôra da criação do notabilissimo estabelecimento, glória da nação visinha.

Mas esta infanta contava em 1807 apenas dez anos, havendo nascido em 19 de maio de 1797; e menos idade tinham D. Maria Francisca de Assis, nascida a 22 de abril de 1800 e D. Isabel Maria, nascida a 4 de julho de 1801, para não falar em D. Maria da Assumpção, criancinha de dois anos, que nascêra em 23 de julho de 1805. Vê-se portanto a razão pela qual sómente a princesa da Beira, D. Maria Thereza, concorreu ao certâmen do Pôrto com sua mãe e suas tias: a idade não permitia ainda ás irmãs produções suscetiveis de exposição pública.

Quanto aos motivos pelos quais não chegaram a distribuir-se as medalhas de prémio no mencionado concurso artistico, conforme narava João Baptista Ribeiro, são êles óbvios, se recordarmos os graves acontecimentos da época, que tanto perturbaram a vida da nação. Em 8 de novembro ordenava D. João VI o sequestro aos bens dos subditos britânicos residentes em Portugal, completando assim o decreto de 20 de outubro que fechara os portos do reino aos ingleses. O Pôrto, cidade essencialmente comercial e onde êstes exerciam pre-

ponderância por causa do negócio, sofreu muito, social e economicamente, sendo enorme o abalo causado por tais medidas na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cujas transações se faziam principalmente com a Inglaterra.

Não admira pois que o êxito da exposição dos alunos da «Academia de Desenho e Pintura», que Sequeira dirigia e que fazia parte da «Academia Real de Commercio e Marinha» fundada e mantida por aquela agremiação mercantil, se ressentisse e apoucasse, encerrando-se, decerto prematuramente, o certâmen planeado.

Teria agora cabimento recordar também os factos e datas que precedêram e assinalaram a terrível invasão francesa, desde a concentração em Tuy das tropas espanholas, que deviam ocupar o reino da Lusitânia Setentrional e que tanto aterrou a população do norte do país, até á marcha rápida do exército de Junot, saindo de Salamanca a 12 de novembro, passando em Aicântara a 17, e cuja vanguarda chegou a Segura, em território português, a 19, a Abrantes em 23, e a Sacavem a 29, á tarde. A embaixada inglesa abandonara Lisbôa em 11 do mês, retirando-se para bordo da esquadra, que logo encetou o bloqueio, efectivando-o a 17; a 26 era publicado o decreto no qual o príncipe regente declarava a resolução tomada de se retirar para o Brasil; e em 27, reatadas as relações com a Inglaterra, embarcava a família real na esquadra portuguesa, que pôde levantar ferro em 29 e singrava fora da barra a 30. Nêste dia pela manhã entrava Junot na capital, á frente de 1500 granadeiros estropiados, restos de quatro batalhões!

Sequeira chegou a Lisbôa, de regresso do ensino na «Academia» duriense, em 16 de janeiro de 1808 (1).

O artista não permaneceu sempre no Pôrto durante as idas ao norte do país. Hoje tenho como averiguada a veracidade da tradição antiga, corrente na região, da sua estada em S. Jeronymo de Real, subúrbios de Braga e terra da naturalidade de Pedro José da Silva,

---

(1) «Quando o exercito francez invadiu a capital, achava-me eu na cidade do Porto com licença do príncipe, meu augusto senhor e meu amo. Recolhi-me a Lisboa em 16 de janeiro...» (*Memoria justificativa de Sequeira para o juiso da Inconfidencia*). *Summario de varia historia por J. Ribeiro Guimarães* — IV — 1874 — Pag. 104.

o grande entusiasta da construção do santuário do Bom Jesus do Monte (1). Ficava próximo do opulento e acolhedor mosteiro de Tibães, onde existia a rica e célebre galeria de pinturas (2) que conhecemos através das enumerações do erudito D. Fr. Francisco de S. Luiz (3), professo no convento, ainda que, por essa época, já lente da Universidade de Coimbra e, mais tarde, amigo pessoal e político do pintor.

Na colecção do Dr. Luiz Augusto de Oliveira, de Viana do Castelo, em um acabado e minucioso desenho feito a lápis, com sombreado de traços cruzados muito regulares, como cópia de finíssimo talho-dôce, representando a morte de Hercules sobre a pira ardente e a apoteose do heroi no Olimpo, recebido pelos deuses, encontram-se os seguintes dizêres, escritos a tinta no papel de côr que margina o desenho sobre o cartão em que está colado: «*Domingos Ant.º de Sequeira / desenhou em S. Jeronymo de Real (Braga)*» (4).

Proveniente da mesma colecção, outro desenho que actualmente me pertence, por dádiva daquele meu Ex.<sup>mo</sup> amigo e que já mostrei em assemblea geral da Associação dos Arqueólogos (5), reproduz, em trabalhosa águarela a duas côres, uma grande e formosa peça triangular semelhando bordado ou tecido opulento, ricamente composta de flôres e laçaria, com profusa aplicação de pérolas. Na parte inferior, dentro da cercadura linear e águarelada que contorna o papel branco de linho, em que está executado o trabalho, lê-se também, escrito a lápis: «*Feito por Sequeira, quando residente em S. Jeronymo de Real / em Braga*». No canto da direita, perpendicularmente e junto á nota anterior, repete-se pela mesma letra: «*Sequeira / Desenho feito em / S. Jeronymo de Real*».

(1) Veja *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* — «Apenso R» — Pag. 202.

(2) *Obras completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) ... publicadas por Antonio Correia Caldeira — Tomo I — Lisboa 1872* — «Noticia necrológica...» por João da Cunha Neves e Carvalho Portugal — Pag. XVI.

(3) *Lista de alguns artistas portuguezes pelo Bispo Conde, D. Francisco — Lisboa 1839.*

(4) Disse-me o seu possuidor que esta nota se achava escrita nas costas do mesmo cartão. Mas que, tendo-a destruído para emoldurar o desenho, a reproduzira no logar onde presentemente se vê.

(5) Em 30 de junho de 1923.

Torna-se justificável fazer a ligação do facto apontado, com a história dos quadros existentes no santuário bracarense; e com a idea de falhas prováveis na assiduidade prestada ao ensino da «Academia de Desenho e Pintura».

Fica porê m manifesta a competência docente do pintor, entrevista já na sua eleição por unanimidade, em 6 de outubro de 1793 (1), para a Academia de S. Lucas, em Roma; e reconhecida oficialmente na pátria, pela sua escôlha, juntamente com Vieira Portuense, para a direcção das obras de pintura do paço da Ajuda, creada pelo decreto de 28 de julho de 1802 com a «escola que se haja de instituir» (2). A esta foi dada existência real, em 1 de abril de 1803, com o aluguer das casas destinadas para «academia da pintura»; sendo as chaves entregues a Sequeira como primeiro pintor da Camara e Côrte (3).

Conforme Trigôso declarou em sessão das côrtes de 16 de janeiro de 1823, quando Vieira e Sequeira voltaram de Itália «havia o pensamento de formar uma verdadeira escola de pintura, de sôrte que lhes foi arbitrado logo um bom vencimento, como devendo elles ser os mestres. Começaram por esse tempo as obras do palacio da Ajuda, e lá se estabeleceu a aula; mas ignorava Trigoso o como ella acabara...» (4).

Sequeira nunca se applicou com persistência a tais obrigações, «prestando sempre pouca attenção a esta aula creada sob seus auspícios», «academia» cuja «vida foi debil e ephemera» (5). Do mesmo modo a atencção e efectividade dedicadas ao ensino na «Academia» do Pôrto cessaram ao fim de dois anos, não mais voltando o artista ali a exercê-lo depois de 1807, como ficou expôsto em precedentes estudos.

(1) Vergílio Correia — *Sequeira em Roma. Duas épocas (1788-1795 — 1826-1837)* — Coimbra 1923 — Pag. 34.

(2) *Artes e Letras* — 3.ª serie — 1874 — N.º 9 — «Domingos Antonio de Sequeira» por Marquez de Souza Holstein — Pag. 138.

(3) *Idem* — N.º 10 — Pag. 151.

(4) *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* — «Apenso P» — Pag. 193.

(5) *Artes e Letras* — 3.ª serie — 1874 — N.º 10 — «Domingos Antonio de Sequeira» por Marquez de Souza Holstein — Pag. 151.

Sómente decorridos quinze anos, acompanhado e talvez impulsionado por valiosos amigos e admiradores que desejavam promover o fomento de todos os ramos da actividade nacional, nó decorrer de uma época movimentada e de renovação política e social, em cujos acontecimentos tomou parte apaixonada, tornou Sequeira a trabalhar com interêsse na creação e funcionamento de uma nova instituição de ensino, propagação e culto das belas-artes, constituída em bases ainda mais largas e arrojadas que as das anteriores e inspirada em nobres ideais.

Refiro me á fundação do «Atheneo das Bellas Artes» em Lisbôa. O respectivo projecto de «Estatutos», impresso (1), e bem conhecido dos bibliófilos, deixando entrevêr a acção preponderante que nela têve o pintor, declarado «Socio fundador... ao qual tocará a Presidencia perpetua do Concelho de Direcção» (2), dá idea completa da natureza da instituição, sem comtudo bastar para ficarmos conhecendo a marcha dos trabalhos prévios na organização da empresa.

Porêem, entre os papeis com desenhos desta época pertencentes ao artista, que êle deixou em podêr da familia quando emigrou para o estrangeiro e quási todos actualmente dispersos (3), encontrei vários que contêem apontamentos referentes a estas fases preparatórias da formação do «Atheneo» e, confirmando a acção do fundador, são ao mesmo tempo elucidativos da cronologia e dos factos.

Assim, em um papel ha poucos anos cedido ao Estado pelas sobrinhas e existente na colecção de desenhos de Sequeira do Museu Nacional de Arte Antiga com o numero 1926, acha se escrito á pena, no reverso da face que tem os esboços, pela letra do pintor: «*Fim das Assinaturas dos Illustres Socios / Instituidores, com [que riscado] os quaes se instalou / o Atheneo das Bellas Artes em Lisboa / aos 26 de Janeiro de 1823*». E por baixo, depois de um traço de tinta a tôda a largura da página, estoutra indicação a lápis, não pela mesma letra: «*Lisboa 27 de janeiro de 1823*».

(1) *Estatutos [do] Atheneo [das] bellas artes. / ... / Lisboa, / Na Typographia Rollandiana. / — / Anno de 1823.* — In 4.º compôsto de frontespício, reverso em branco, vinte e nove pags. numeradas até (31), além de mais uma final em branco.

(2) *Idem* — Pag. (4) — «Capitulo II. Do Fundador.»

(3) Tenho reunido elementos que permitem fazer a história dêstes papeis e a identificação de grande parte dêles.

Combinando datas, é lícito supor esta sessão instaladôra, e provavelmente a criação do novo instituto, como originadas pela violenta discussão travada na sessão das côrtes de 16 do mesmo mês, sôbre o parágrafo intitulado «*Pintores da Camara*» da verba orçamental relativa ao palácio da Ajuda, discussão em que os merecimentos de Sequeira fôram reconhecidos, mas a sua pouca dedicação ao ensino e o abandono a que o votara também rudemente apreciados, produzindo-se moções e insinuações várias para que o realizasse em escola adequada que deveria estabelecer, afim de continuar a receber os vencimentos, que aliás lhe ficaram cerceados <sup>(1)</sup>.

É curiôso notar que fôram elementos conservadores do Congresso os que mais atacaram o pintor e elementos avançados os que o defendêram, protegendo a sua situação financeira e opinando porque fôsse o Estado quem organizasse o respectivo estabelecimento de ensino artístico, fazendo a reunião das aulas existentes em um centro unico e colocando Sequeira á testa dêle, «afim de se adeantarem as bellas artes». Seguindo esta orientação, promulgou mais tarde o ministro do reino, Felippe Ferreira de Araujo e Castro, os quatro decretos datados do «*Paço de Queluz em 9 de maio de 1823*» e publicados no «*Diario do Governo — N.º 114 — Lisboa 14 de maio de 1823*», que efectivaram os votos das côrtes <sup>(2)</sup>.

Como quer que sêja, os trabalhos de organização do «*Atheneo*» haviam continuado antes. Em uma das faces de meia fôlha de papel almasso, que apresenta na outra face nove esboços á pena de projectos para um túmulo destinado a Manuel Fernandes Thomaz <sup>(3)</sup> e que

(1) *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* — Pag. 80 e «*Apenso P*» pag. 192.

(2) «*Log. cit.*» — Pag. 195.

(3) Manuel Fernandes Thomaz faleceu em 19 de novembro de 1822. A respeito da sua morte e das homenagens prestadas á sua memória, veja-se: *José d'Arriaga — Historia da revolução portugueza de 1820 — Quarto volume. — Porto 1889* — Livro XII, cap. III, pags. 129 a 149; e Livro XIV, cap. IV, pags. 234 a 246. Acêrca do túmulo que as côrtes determinaram que a nação erigisse para guardar os seus restos, veja-se: *Documentos para a historia das côrtes geraes da nação portugueza — Tomo I, 1820-1825 — Lisboa 1882* — Pags. 493, 494, 572 e 586; ou *Diario do Governo — N.º 285 de Terça-feira 3 de dezembro de 1822* — Pag. 2122-2123 e *N.º 289 de Sabado 7 de dezembro de 1822* — Pags. 2146-2147; assim como outros jornais da época.

Sôbre desenhos feitos por Sequeira com alegorias á morte de Fernandes Tho-

existe ainda na posse da família Sequeira, entre vinte semelhantes, tratando do mesmo monumento funerário, lêem-se as seguintes minutas, todas escritas a tinta pela letra do artista :

«O Concelho de Direção do Atheneo das Bellas-Artes me em- /  
carrega de participar a VS.<sup>a</sup> q̄ tendo os Illustres membros da /  
comissão da redação dos Estatutos concluidos os seus trabalhos /  
p.<sup>a</sup> a sanção da Assembleia Geral, roga a V.<sup>a</sup>-S.<sup>a</sup> de /  
comparsser na Cassa do Atheneo no dia [23 riscado] terssa feira /  
25 do corrente pelas 11  
óras da manhã, [em riscado] /

Ill.<sup>mo</sup> Sr f. Atheneo das Bellas Artes 22 de Março de 1823. /»

«O Concelho [sublinhado] Em consequncia da deliberaçãõ tomada  
ontem / pellos Ex.<sup>mos</sup> Membros / da Comissãõ [em entrelinha] /  
da redaçãõ dos Estatutos, se faz per- / cizo q. V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> hoje [25 em entre-  
linha, riscado] comparessa no Atheneo as 6 oras da tarde / para ha-  
ver hu.<sup>a</sup> reuniaõ dos socios do Concelho de Direçãõ /»

«Em consequncia da deliberaçãõ tomada hontem pelos Ex.<sup>mos</sup> /  
membros da Comiçãõ da redaçãõ dos Estatutos, se faz pricizo /  
haver hoje as 6 horas da tarde a reuniaõ do Concelho de Direãõ [sic] /  
oq.<sup>o</sup>. participo a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> comparcer no Atheneo a ora indicada /

Atheneo das Bellas Artes 20 de Março de 1823 /

Ill.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> f. — F. —»

As datas e as notícias transcritas combinam perfeitamente com as que se encontram no projecto impresso dos «Estatutos do Atheneo», de facto datado de «25 de Março de 1823» (1). A convocação dos sócios para a assembleia geral de «27... d'Abril ao meio dia», que havia de sancionar a lei, tem a data de 16 dêste ultimo mês e vem exarada no frontespício do folhêto. Êste termina pelas assinaturas da comissão de redacção, tornando-se significativo que o nome de

maz, veja-se a separata dos *Elementos para a historia do concelho da Figueira* intitulada : *Manuel Fernandes Thomaz iniciador da revolução portugueza de 1820. Notas bibliographicas e iconographicas — Figueira, 1899* — [por Anibal Fernandes Thomaz] — «Terceira parte — Iconographia — II Estampas e Desenhos» — Pags. 41-42 — N.<sup>os</sup> 107, 108 e 109. A família Sequeira possui um belo exemplar da gravura e alguns estudos parciais dos três numeros.

(1) *Estatutos...* — Pag. (31).

Domingos Antonio de Sequeira aparêça em primeiro lugar, antes dos de Fr. Francisco Bispo Conde, José Liberato Freire de Carvalho. Candido José Xavier e Filippe Ferreira de Araujo e Castro, o qual sendo, como já vimos, ministro do reino, é o último que assina.

Conserva a família do pintor um outro papel, totalmente cheio de contas e de desenhos á pena nas duas faces, entre as quais Sequeira esboçou o seguinte orçamento para a instituição que se fundava :

«Cazas — 400\$—
Azeite — 264\$—
Contino — 144\$—
Modelo — 144\$—
Mosso — 100\$—
Modelo — 100\$—
Modelo — 60\$—
meudas [?] — 100\$—
1:312\$...
506\$...»

No mesmo rascunho, depois de outras combinações em que avalia prêços de medalhas de ouro e prata, estudando números e quantias, escreve o seguinte : «O Valor dos premios [palavras riscadas] para se destribuïrem / por todas as Classes, q̄ terão Cabimento logo q̄. hajaõ 200 socios do Atheneo /

Premio p. <sup>a</sup> a 1. <sup>a</sup> Classe em Pintura.....	150 000
d. <sup>o</sup> — p. <sup>a</sup> a 1. <sup>a</sup> d. <sup>a</sup> — em Escultura.....	150 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> a 1. <sup>a</sup> d. <sup>a</sup> — Arch. ....	150 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> C. em Pintura.....	100 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> 2 C. em Escultura.....	100 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> 2 C. em Architetura.....	100 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> a Classe entremedia.....	100 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> as Classes referidas de 7 M de ouro	140 000
d. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> a 3. <sup>a</sup> Classe p. <sup>a</sup> as Aulas, 30 M.....	72 000
	1:062 000»

O «Atheneo das Bellas Artes» teve curtíssima existência, porque terminou com a queda do regimen liberal, sucedida um mês depois

da data marcada para a sanção dos «Estatutos» pela assemblea geral dos sócios, dispersando-se os organizadores. Domingos Antonio de Sequeira saiu do reino em 7 de setembro do mesmo ano, para não mais voltar.

Em todo o caso algumas notícias ficaram de trabalhos artisticos executados no efêmero instituto, pelo seu director: Na «*Relação Total dos Objectos...*» que deixou em Lisbôa, feita por sua ordem e assinada pelo sobrinho José da Costa Sequeira, lista que o pintor, em carta de Paris datada de «*3 de Novembro*» e dirigida a seu cunhado João Baptista Verde, pede para lhe ser enviada e cuja cópia possuo, figuram: Na enumeração do conteúdo da «*— Pasta 3.<sup>a</sup> —*», «*Hum desenho do Modelo do Atheneo visto do lado das Costas*»; e no da «*— Pasta 4.<sup>a</sup> —*», «*Quatro Dezenhos do Modelo do Atheneo, em diversa [sic] Aptitudes, e posições [sic]*».

E havendo desaparecido quasi por completo as memórias do notável estabelecimento, que occupou a actividade de homens importantes na sua época, ficou-nos contudo a notícia de um modesto funciário que nêle serviu, fornecida por Sequeira no apontamento autógrafo que vou transcrever e que também nos dá a aproveitável indicação de mais uma data: «*1823 / «Março 3» Neste dia prencepiou ater Exerçio no Atheneu / Como moso — Fran.<sup>co</sup> M.<sup>el</sup> Gomes, Sendo Justo p.<sup>r</sup> 3600 / Cada mes. Vindo a finalizar dois mezes no dia 3 de Maio / ep.<sup>r</sup> Conçiquencia deveselhe Só dois mezes — R.<sup>s</sup> 7<sup>00</sup>200».*

Aqui está como o obscuro serviçal entra na história agarrado ao prestígio do grande artista. O facto não é nôvo.

Quanto á tentativa da reunião das belas-artes e da centralisação do seu ensino em um estabelecimento único, só mais tarde pôde ser repetida, com a promulgação do decreto de 18 de setembro de 1826, durante a regência de D. Isabel Maria.

\*

\*      \*

Voltêmos porém a tratar do que mais directamente se prende com o título desta comunicação.

Dois desenhos de Sequeira, que se acham entre os outros existentes na posse da família, são feitos para a frente e reverso da medalha a que já me tenho referido em trabalhos anterior-

res (1), destinada para prémios da «Sociedade Promotôra da Indústria Nacional» e descrita por Lopes Fernandes no texto da sua «Memoria» (2), reproduzindo as duas fâces na «Est. 34» (3).

Êsses desenhos, esboçados a lápis sobre fragmentos separados de papel almasso, branco e liso, vêem comprovar que o artista não só dirigiu a cunhagem, conforme o abridor Augusto Fernando Gerard comunicou a Lopes Fernandes, mas também que foi o autor do modelo executado.

Se compararmos a reprodução do desenho original, que publico agora (EST. I. — FIG. 2), com o desenho definitivo da frente da medalha, publicado pelo erudito tratadista, nota-se imediatamente a analogia de ambos, diferenciados apenas em pormenores e acessórios: Assim, a figura de Minerva, que no primeiro se apôia pelo antebraço esquerdo sobre um alto e volumoso feixe de varas e, com o braço direito estendido, espargue flôres (?) sobre os símbolos das sciências e das letras que tem á sua direita, apresentando resplandecente a cimeira do capacete, no segundo não está apoiada, ficando-lhe por detrás e do lado esquerdo uma grande colmeia de que saem abelhas voando pelo espaço; são corôas de louros o que espargue sobre os símbolos das indústrias, ofícios e agricultura; e a cimeira do capacete, representando um cisne, não é resplandecente. Também o scetro alado que empunha, é terminado, no segundo dos desenhos, por um olho que não existe no primeiro; entanto que os dois pequenos navios voando, que neste aparecem por detrás e á esquerda da figura, com velame reduzido, são substituídos naquêle por um volumoso navio de alta mastreação, visto de pôpa e hasteando nesta a bandeira nacional.

Como succede com outras obras de Sequeira, acho mais gracioso e bem composto o projecto desenhado, que a rialização definitiva. De certo as modificações introduzidas fôrão impostas pela necessi-

(1) *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* — Pag. 79.

*Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano desenhadores de medalhas* — Pag. 7 — Nota (2).

(2) *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas, e das estrangeiras com relação a Portugal por Manuel Bernardo Lopes Fernandes* — Pag. 97.

(3) *Collecção das medalhas e condecorações portuguezas... coordenadas...* — «Est. 34» — 106.

dade de melhor adaptar a medalha á índole da «Sociedade» que era destinada a simbolizar.

Entre os desenhos do reverso é que se pode dizêr que ha identidade, aparecendo a mais no original um pequeno insecto de ásas abertas, abelha ou o que quer que é, occupando o espaço que no modelo executado fica pela parte de baixo do letreiro e forma um falso exergo que nada contém. Até as palavras epigráficas, de difficil leitura no esbôço, por estarem fracamente apontadas, são sensivelmente as mesmas e igualmente dispostas.

Não diferem também em mais de um milimetro as dimensões dos diâmetros dos contornos, quer exteriores quer dos campos, entre os desenhos e a execução. Assim, apresentando nos primeiros respectivamente 0<sup>m</sup>,052 e 0<sup>m</sup>,058, mostram na segunda 0<sup>m</sup>,053 e 0<sup>m</sup>,059, conforme as reproduções de Lopes Fernandes.

A história da «Sociedade Promotôra da Industria Nacional», instituida em Lisbôa em abril de 1822, pode vêr-se na «Historia dos Estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal... por José Silvestre Ribeiro» (1). Ai se encontra a razão pela qual lhe dedicou Sequeira o trabalho de desenhar a medalha e de dirigir a respectiva cunhagem. O artista era sócio da prestimosa agremiação e dela faziam parte os seus amigos pessoais e políticos (2). Logo na primeira reunião geral, a 16 de maio de 1822, em que fôram eleitos os corpos gerentes, aparece escolhido o nome de Domingos Antonio de Sequeira, juntamente com os de Francisco de Paula Travassos e de José Maria Dantas Pereira, para formarem a «Commissão de artes mechanicas». E na «Commissão de fabricas e commercio», além de José Ferreira Borges, de José Ferreira Pinto Bastos e de Francisco Vanzeller, figura o seu grande e íntimo amigo José Ignacio de Andrade, autor das «Cartas escriptas da India e da China» e cujas relações com o artista são já do nosso conhecimento (3).

Foi também em 1822 que a «Sociedade» deliberou mandar cunhar

(1) Tomo IV — Lisboa 1874 — Pags. 142 a 156. Tomo V — Lisboa 1876 — Pags. 281 a 288. Tomo VIII — Lisboa 1879 — Pags. 391 a 403.

(2) Idem — Tomo IV — Lisboa 1874 — Pag. 146.

(3) Veja *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* — «Apenso T» — Pag. 207.

medalhas para galardoar os industriais distintos (1). Portanto dêse ano devem datar os projectos de Sequeira.

Depois das vicissitudes pelas quais passou, suspensa por ordem do governo em maio de 1824 e restabelecida em 1826, publicava a benemérita associação, em 1827, um extenso programa de questões e concursos a prêmio, para concessão de medalhas (2). Dissolvida em outubro de 1828, só em 1834 tornou a reaparecer, mandando imediatamente cunhar, pelo mesmo padrão, as medalhas destinadas a premiar os serviços relevantes feitos á indústria nacional (3) e que distribuiu nas suas exposições.

Em época posterior aproveitou novamente Gerard a concepção de Sequeira, modificando porém o desenho, com os acessórios nêle figurados, e diminuindo as dimensões do módulo, para a frente de outra medalha, que gravou e assinou, destinada aos prêmios da exposição aberta solenemente em 30 de julho de 1863 e organizada pela «Associação Promotora da Industria Fabril em Lisboa», cujos estatutos tinham sido aprovados por decreto de 20 de março de 1860 (4). Esta espécie acha-se também descrita e reproduzida na «Memoria» de Lopes Fernandes (5), podendo aí fazêr-se a comparação e verificar-se a minha afirmativa.

\*

\*      \*

São mais numerosos os desenhos que tenho visto, feitos por Sequeira e destinados a medalhas comemorativas dos acontecimentos que se ligam com a revolução liberal de 1820. Dos que se acham expostos no Museu Nacional de Arte Antiga ocupei-me já na precedente comunicação, descrevendo-os e reproduzindo-os pela estampa (6). Depois encontrei outros, entre os papeis que possui a familia do artista; e é dêses que vou agora tratar resumidamente.

Encabeçados pelos referidos cartões das Janelas Vêrdes, podemos

(1) *Historia dos Estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos...* por José Silvestre Ribeiro — Tomo IV — Lisboa 1874 — Pag. 153.

(2) *Idem* — Tomo V — Lisboa 1876 — Pag. 284.

(3) *Idem* — Tomo VIII — Lisboa 1879 — Pag. 391.

(4) *Idem* — Tomo X — Lisboa 1882 — Pags. 221 a 227.

(5) *Memoria...* — Pag. 143. *Collecção...* — «Est. 51» — 147.

(6) *Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano desenhadores de medalhas* — Pag. 8.

agrupá-los em duas séries: a primeira contendo os que se referem ao juramento prestado, perante as côrtes constituintes de 1821, por D. João VI; e a segunda os que dizem respeito a outros factos do movimento nacional vintista.

Com respeito a alguns, é difficil attribuir-lhes uma significação exacta; ou mesmo afirmar que se trata realmente de concepções para medalhas e não de esboços de baixos relêvos circulares, destinados a outros fins. Assim, por exemplo, está nestas condições uma série de desenhos sumários, mas muito interessantes, feitos á pena



em um quarto de papel almasso, contendo também contas, apontamentos e a rubrica de Sequeira muitas vêzes repetida.

Evidentemente representam a ofrenda votiva ou o juramento que rializa sôbre uma ara, quer um personagem masculino, quer um génio alado pousado no solo ou esvoaçando sôbre êste. Tal representação sofre contudo variantes, pela duplicação dos vultos figurados, substituída a ara por uma personagem sentada, sustentando um grande livro no regaço.

Compreendidos na primeira série acima definida, aparecem, em outros papeis, desenhos a lápis para medalhas, acompanhados por estudos para a figura da Liberdade, que empunha alto scetro e se apôia na tábua da lei; e para um monumento que a sustenta em estátua, o qual supponho sêr o que começou a erigir-se no Rocio, em 15 de setembro de 1821, sob a direcção do pintor (1).

Como disse, exprim em aquêles desenhos o tema da fidelidade jurada pelo rei. Mas estão pouco esboçados; e alguns, que difficilmente se identificam, só pela mútua comparação se interpretam. Nêles predominam os que mostram a seguinte composição (Est. I. — FIG. 3): o monarca, de pé, vestindo manto roçagante, estende o braço sôbre um livro aberto e seguro, em cima de alto plinto, por outra figura erecta do lado opôsto e que ora representa também a Liberdade, ou a Lei, ora um personagem masculino vestido á época. Alguma vez é múltiplo êste segundo personagem, simbolizando decerto os representantes da nação.

A Liberdade, ou a Lei, é sempre figurada por uma mulher de feições severas, ligeiramente estilizadas, que veste longas roupagens á moda grêga e ostenta diadêma de pontas múltiplas, muito acuminadas, formando estrêla em volta da fronte. Existem esboços de medalhas, nos quais aparece sómente esta imagem feminina segurando uma grande lápide colocada sôbre alto plinto, ou apoiando as mãos em um avantajado feixe de varas; e outros em que a figuração é indistinta.

É o artista em busca da melhor fórmula para a rialização da idéa.

Em meia fôlha de papel almasso, encontra-se isolado outro desenho circular, com o diâmetro de 0<sup>m</sup>,070, feito também a lápis, no qual o tema se mantêm, entanto que a composição se modifica (Est. I. —

(1) Veja *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* — Pag. 76.

FIG. 4): o rei, de pé, com manto sôbre os hombros e corôa na cabeça, virado á direita, estende o braço para um livro aberto; mas êste é enorme, está apoiado em uma almofada e colocado sobre uma espécie de altar ou pedestal, alongado transversalmente. Repetidas orlas circulares, sem exergo, contornam o esbôço, em uma das quaes se lê o seguinte lema, apontado com maiúsculas: «*Nao fora portugues se assim não fora*».

Os círculos concêntricos limitantes repetem-se porêm e alargam-se tanto, até adquirirem o diâmetro enorme de  $0^m,197$ , são tracejados radialmente e sombreados de tal maneira, que sugerem a idea de não se tratar de um projecto para medalha, mas ser êste destinado a qualquer monumento de outra espécie. A confirmar esta impressão, uma última cercadura quadrangular, mal definida, em um canto da qual se esboça um florão, limita todo o desenho. Da parte de fora dela, escrito a lápiz pela letra corrente de Sequeira, repete-se o lema apontado dentro dos contornos referidos, que aliás podem ter sido traçados eventualmente, depois de feito o projecto medalhístico.

Entre os desenhos agrupados na segunda série e destinados á comemoração de outros factos ligados ao movimento vintista, dois encontram-se em um grande quarto de papel almasso branco e esteirado, destinados para a frente e reverso da mesma medalha (EST. II. — FIGS. 1 e 2). São a lápiz; e, apesar de se limitarem a esboços pouco acabados, as suas dimensões repetem as do belo projecto expôsto sob o numero «63. (1:470)» no Museu Nacional de Arte Antiga e que parece sêr o definitivo, tendo todos  $0^m,072$  como diâmetro dos contornos.

Também as frentes são rigorosamente iguais, quer na figuração quer na execução dela, apesar de, no projecto que me ocupa agora, os vultos femininos não apresentarem ainda na cabeça as corôas muraes que mostram no das Janelas Vêrdes. Em compensação, ao fundo do campo esboçam-se quaisquer acessórios indeterminados, que no último não se encontram, lendo-se no exergo: «*24 de A<sup>to</sup> 15 de 7<sup>bro</sup> / de 1820*».

Os reversos, êsses são absolutamente diferentes, pois o feixe de varas, cercado pela corôa de carvalho e louro, do desenho do museu, é substituído por outra alegoria: a parte inferior ocupada por uma aglomeração confusa que parece arder, formando o fumo que daí

provêm uma grande corôa de nuvens que ocupa todo o campo da medalha e é rasgada ao centro pelo disco do sol e por dois astros radiantes, dispostos em triângulo. Em um dos ultimos lê-se «24»; no outro «15»; e por baixo, nas nuvens, «1820».

As orlas dos dois desenhos nada contêm. Mas as datas transcritas elucidam suficientemente sôbre o destino da medalha projectada, que evidentemente era o de comemorar as eclosões do movimento revolucionário no Pôrto e em Lisbôa.

São projectos para outra medalha desconhecida, quatro desenhos a lápis que se apresentam em um quarto e dois oitavos de papel inglês, amarelado, esteirado, fragmentos do mesmo todo. Dois dêles constituem os estudos preparatórios para os outros, que têm idêntica composição e as mesmas dimensões — 0<sup>m</sup>,072 de diâmetro nos contornos circulares — não diferindo senão em pormenores de execução e no acabamento do trabalho (Est. II. — Figs. 3 e 4):

A frente mostra uma figura feminina, coroada de tôrres, nua de tronco e coberto o resto do côrpo com ligeiras roupagens, colocada de pé ao lado direito de um altar, sôbre um degrau que forma o exergo. Um pouco dobrada pela cintura, segura na mão direita, com o braço estendido, uma grossa cadeia quebrada; na mão esquerda, que apôia sobre o altar, sustenta um ramo e deixa desenrolar pela face anterior da ara um grande papel, onde se lê: «*O governo / intrino / instalado / em Lisboa / em 15 de / setembro*». Na orla está apontado com maiúsculas: «*O eroismo da Lissia*»; e no exergo: «*Setembro 15 / de 1820*».

O reverso repete o já conhecido emblêma da corôa formada por um ramo de carvalho e outro de louro, atados nos pés por uma longa fita e circundando grôsso feixe de varas. Mas aqui, êste é sobrepujado por dupla corôa votiva. Na orla está apontado com maiúsculas: «*A' união e concordia dos Lisbonenses*».

Difere o primeiro esbôço em alguns pormenores, como já fiz notar, dêste que acabo de descrevêr: Na frente, a figura feminina, completamente vestida á grêga, está em attitude mais hierática e erecta. O altar, que lhe fica ao lado e a que apôia o braço esquerdo, é muito mais alto e menos volumoso. A orla diz: «*A' eroica energia da Lissia*»; o papel que se desdobra pela frente da ara: «*Governo / intrino / estatu / em Lisboa / 15 de 7<sup>bro</sup> / 1820*»; e o exergo nada contêm.

No reverso, pouco esboçado ainda, o feixe de varas é sobrepujado por uma corôa votiva simples.

Finalmente dois outros desenhos, também esboçados a lápis sobre fragmentos de papel esteirado, análogo ao dos anteriormente descritos, mostram a frente e reverso de mais uma medalha da série e que, como as outras, não passou do projecto (Est. II. — Figs. 5 e 6):

Os diâmetros dos contornos são os 0<sup>m</sup>,072 de tôdas elas. A frente, bastante acabada na execução, apresenta a mesma figura feminina semivestida de longas roupagens, com diadêma de tôrres, em pé sobre o exergo e virada á direita. Está tocando uma trombêta, que sustenta com a mão direita; e, apoiando o antebraço esquerdo, envolvido numa grande ponta do manto, sobre alto feixe de varas, segura na mão dêste lado um ramo de verdura. No segundo plano, á direita, outra figura feminina, sentada e apoiada pelo braço direito a um grifo alado, levanta a cabeça e o braço esquerdo em atitude de quem escuta e corresponde. Da trombêta pende uma bandeira franjada e com inscrição ilegivel, mas que começa pela palavra «*Religiam*». E' completamente impossivel decifrar a epigrafe que se esboça na orla. No exergo lê-se a data «1820».

O reverso, muito mais sumariamente esboçado, repete o motivo da corôa de carvalho e louro, que circunda, não um feixe de varas como nos outros projectos, mas um grande estandarte romano, cujo panejamento é sobrepujado por dois bustos saindo da mesma base. Na orla consegue lêr-se, apontada com maiúsculas, a epigrafe: «*Vniao da Beira e Tras os Montes*». O mesmo lema encontra-se escrito a lápis, pela letra corrente de Sequeira, na parte superior do papel que contêm o desenho.

Conforme expressei já na minha precedente comunicação, a propósito dos desenhos expostos no Museu Nacional de Arte Antiga, todas estas medalhas, se fôssem executadas, constituiriam espécies notáveis, e mais um título honroso para o artista que as concebeu e desenhou. Seriam monumentos que aumentavam a glória prometida por tantas e tão grandiosas obras de arte, projectadas ou encetadas durante o período de intensa actividade e entusiasmo que decorreu na sua vida desde 1820 a 1823 e cuja realização foi impedida pela queda do regimen liberal, fazendo abortar projectos, para-

lisar inícios e destruir esperanças. Percebe-se a tristeza e o desalento de Sequeira, que o levaram a emigrar do país.

\*  
\*   \*

Existem mais trabalhos do pintor, além dos descritos, que indirectamente se ligam com o assunto enunciado.

Assim, entre os papeis que tenho examinado, encontram-se projectos extremamente minuciosos e acabados, desenhados á pena ou a lápis, para condecorações; umas que supponho dedicadas a galardoar os feitos militares das campanhas contra os franceses, outras cuja determinação não fiz ainda. Pacientes desenhos á pena para uma comenda da Tôrre e Espada, tôda cravejada de brilhantes e destinada a ser oferecida a lord Wellington, constituem verdadeiros modêlos de joalheria. Dois bustos do mesmo general, primorosamente sombreados a lapis, contidos dentro de cercaduras circulares, e idênticos, apesar da escala um pouco aumentada em que estão feitos, á effigie da conhecida medalha de Halliday, descrita e figurada pelo dr. J. Leite de Vasconcellos e pelo Dr. Arthur Lamas <sup>(1)</sup>, podem considerar-se como boas miniaturas.

Numerosos e interessantes estudos, êstes ainda pouco acabados, destinavam-se aos carimbos, sêlos ou emblêmas do Banco de Lisboa (Est. I. — FIG. 5). Fácilmente se explica que fôssem incumbidos a Sequeira, dadas as suas relações de grande e íntima amizade com João Rufino Alves Basto, com Pedro de Sousa e talvez com outros dos nomeados, em 2 de fevereiro de 1822, para a primeira direcção daquêle estabelecimento financeiro, creado por carta de lei de 31 de dezembro de 1821, depois de demorada discussão em côrtes <sup>(2)</sup>. Essas relações de amizade estão patentes na correspondência que o artista dirigiu a seu cunhado J. B. Verde, quando emigrou para Paris.

Não dêvo alongar mais esta comunicação. Unicamente para a fazer completa exarei a resumida notícia das produções mencionadas

---

<sup>(1)</sup> Arthur Lamas — *Medalhas portuguezas e estrangeiras referentes a Portugal. Memória histórica e descritiva...* — Volume I Parte I: *Medalhas Comemorativeas* — 1916 Lisboa — Pag. 123 — N.º 94. — Est. 25-94.

<sup>(2)</sup> Portugal. *Diccionario historico, biographico...* por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues — Vol. II — B-C — Pag. 54 — «Banco de Lisboa».

em último lugar, pois a obra do seu extraordinário desenhador aparece tanto mais admirável, quanto melhor se revela ao nosso conhecimento.

Terminando, desejo manifestar publicamente o meu profundo reconhecimento á Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Mariana Nobre de Carvalho da Costa Sequeira, respeitavel viuva de Augusto Victor da Costa Sequeira e a seus Ex.<sup>mos</sup> Filhos, sobrinhos de Domingos Antonio de Sequeira, pela gentileza e boa vontade com que me deixaram examinar e depois confiaram á minha guarda os preciosos desenhos de seu glorioso tio, que possuem, com outros documentos que se lhe referem. O conhecimento e o estudo de todos originou o trabalho que apresento.

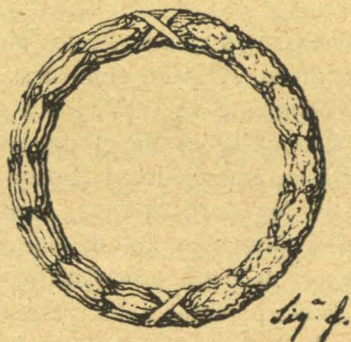




FIG. 1



FIG. 2



FIG. 5



FIG. 3



FIG. 4



FIG. 1

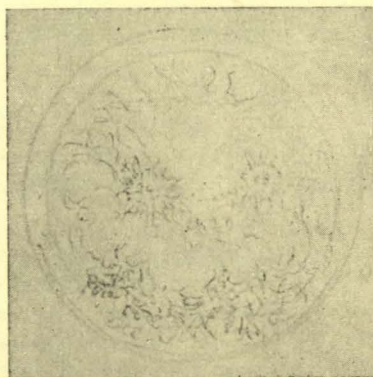


FIG. 2



FIG. 3



FIG. 4



FIG. 5

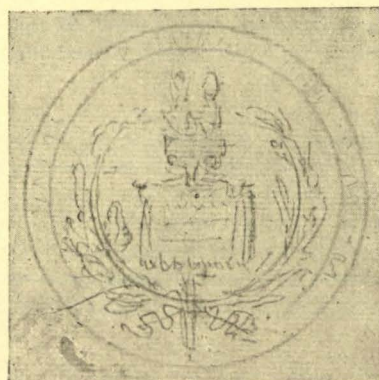


FIG. 6

## APENSO A

### «REGULAMENTO

Para a Regia Aula de Dezenho, de Historia, / e Pintura, Architectura Civil, Paizágem, e / Marinhas, mandada estabelecêr pelo Principe / Regente Nosso Senhor, na Cidade do Porto, à / instancia da Ill.<sup>ma</sup> Junta da Administração da / Companhia Geral da Agricultura das Vinhas / do Alto Douro, e Inspectôra da Real Academia / na mesma Cidade, creada no Anno de 1803.

Pelo Alvará, e Estatutos do Anno de 1803, com q/. o Principe Regente Nosso Senhor foi Servido, taó amplamente, dár o Seu Real Beneplacito para a Creação de huma Aula de Dezenho, e Pintura, na Cidade do Porto, annuindo á Representação, que lhe fêz a Ill.<sup>ma</sup> Junta da Administração da Companhia Geral do Alto Douro, para fins taó uteis, de muita gloria para a Nação, e para os Ill.<sup>mas</sup> Promotores; e sendo a Generóza Intenção da Ill.<sup>ma</sup> Junta crear Sujeitos, que fiquem habilitados a pár das Naçoens mais illuminadas, e áptos tanto para a Pintura, e seus Ramos, como para a Architectura Civil, e com especialidade, e positivamente para tudo o que diz respeito às Mathematicas e Nautica, como se obsérva nos Estatutos da dita Aula §§-31, e 35, convem estabelecêr o método, que dêvem praticar o Lente, e Substituto de Dezenho, e Pintura, e igualmente os Discipulos que concorrêrem à dita Aula, conformando-se em tudo ás Intenções da Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, e uniformando-se, no possível, ao Regulamento das mais Aulas de Dezenho, com particularidade à de Lisboa, creada por Sua Magestade Fidelissima, em o anno de 1801.

1.<sup>o</sup>

O Lente se empregará na Lição de tarde, e o Substituto na Lição de manham; tendo cada hum quatro horas de Lição no tempo de Verão, e tres horas no tempo de Inverno, excépto nos mêzes de Dezembro, e Janeiro, que somente teráó duas horas.

2.<sup>o</sup>

Acontecêndo, que o Lente, ou Substituto, hajaó de adoecêr, e naó havendo quem substitúa a falta, tem generózamente prevenido a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra a habitação para ambos na mesma Aula, afim de lhes ser mais suáve o incommodo, que poderiaó ter para assistirem, tanto de Verão, como de Invérno, a tantas horas de Lição, e para que na falta de hum (sendo de grave incommodo) possa substituir o outro, a fim de se naó perdêr o precioso tempo dos Estudos; e isto interinamente, emquanto a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra naó determinar o contrario, confôrme os cazos occorrentes.

3.º

O Lente, terá hum Livro de Matricula, no qual escreverá os nomes dos Discipulos ordinarios, e os Extraordinarios, o dia da sua admissáo, e o da sua Pátria; como tambem escreverá depois, se completou o tempo dos Estudos, que deveráo ser seis annos, e os seus progressos, ou se foi excluido.

4.º

O Lente, naó admittirá para Discipulo ordinario, se naó os que se acharem approvados nos Estudos do Primeiro Anno Mathematico, segundo os Estatutos da dita Aula, §. 28, para lhe apropriar as Liçoens análogas as suas profissoens, e deve o Lente positivamente explicar a prespectiva, ensinando o modo como dévem copiar Cóstas, Bahias, Enseadas, e Pórtos; e outro sim ensinando o módo de Dezenhar as Cartas Geográficas, fazendo-lhes conhecer o methodo de Dezenhar os Rios, e Estradas, Montes, e Terras cultivadas, até ao ponto de ficarem áptos para Dezenhar qual quer Terrêno do Natural, com aptidaó, e clarêza; e todo o Estudante, que se dedicar á Mathematica, e Nautica, naó será approvedo pelo Lente de Dezenho, sem que pratique o referido.

5.º

## DOS DISCIPULOS

As pessoas, que quizérem ser admittidas na Aula Regia do Dezenho, dirigiráó à Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, húa Petiçaó para obtêrem Licença, declarando se he para Discipulo Ordinario, ou Extraordinario, e a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, remetendo ao Lente para informar, o Lente deverá informar a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, depois de ter feito exame de oito dias, declarando se tem os praticados necessarios, para sêrem admittidos: por esta informaçáo se regulará a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, para deferir, ou escuzar a Licença pedida.

6.º

Para que os Discipulos, tanto ordinarios, como extraordinarios, que concorrêrem á Aula, póssaó adeantar-se, e para melhor instruçáo delles, o Lente observará exactamente o methodo de nunca já mais emendar os Dezenhos dos Discipulos, nos mesmos Dezenhos; e todas as vêzes que os Discipulos lhes apresentarem os Dezenhos, para a Correcçaó, deverá o Lente fazer-lhe huma explicaçáo, em hum papel separado do Dezenho, explicando-lhe com palavras, e demonstrando-lhe com o lápis, ou aguádas, as regras, e o methodo mais facil, e claro, até que conheça, que o Discipulo comprehendeu; e naó o deixará continuar com o mesmo Dezenho, sem que o Discipulo comprehenda a Liçaó; e todas as vêzes que fizer estas demonstraçoens, chamará o Discipulo da Classe a que pertencêrem as Liçoens, para que ouçaó as demonstraçoens; e querendo os que estudaó outras Classes, ouvirem as Liçoens sobreditas, deve o Lente ter toda a satisfaçáo em os consentir, e nunca impugnar a que se levantem dos Estudos, que estiverem fazendo, e o Substituto observará o mesmo methodo.

7.º

Para que desta utilissima Arte de Dezenho se póssaó geralmente aproveitar quaes quer outras pessoas, que tendo-se destinado a outra qualquer Sciencia, ou Arte, e naó póssaó frequentar quotidianamente a Aula será muito conveniente que se admittaó na mesma Aula, como Discipulos extraordinarios, para o que reque-

reraó á Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra para sêrem admittidos, e matriculados, do mesmo módo, que os Discipulos ordinarios, para constar em todo o tempo aonde estudaráo.

8.º

Os Discipulos extraordinarios, poderáo concorrer com Dezenhos no Concurso, que se fizer todos os annos, para os Premios, porém como naó tem direito para os conseguir, teráo simplesmente a honra de sêrem munidos com huma Attestação do Lente, assignada pelo Directôr da Aula, e approvada pela Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, declarando-lhe, que mereceu a distincão entre os mais Concorrentes extraordinarios.

9.º

Os Discipulos extraordinarios, naó teráo obrigação de frequentar a Aula, mas achando-se nella, estaráo sujeitos em tudo ás mesmas obrigaçoens dos Discipulos ordinarios.

10.

Os Discipulos ordinarios seráo obrigados a frequentar a Aula, todos os dias, que a houver, e faltando a ella (sem q' lhe haja obstado grave, e manífesta cauza, o que dévem mostrar por Certidão digna de crédito) será multado na fórma dos Estatutos da dita Aula §. 37: Os Discipulos ordinarios, occuparáo na Aula os melhores Lugares.

11.

O Lente deve ter o maior cuidado em que na Aula naó haja conversação alguma, nem que sai-haó dos seus Lugares, sem cauza urgente; e se qualquer Discipulo, ou por incapacidade, ou por falta de applicação, naó tem adeantamento algum, informará ao Directôr da Aula, para elle, com Beneplacito da Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, o poder despedir: Da mesma sórte, se algum Discipulo estiver na Aula, sem decencia, e perturbar aos mais com palavras, acçoens, ou gestos, pela primeira vêz será admoestado, pela segunda asperamente reprehendido, e pela terceira, informando o Directôr, para elle, com Beneplacito da Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, o despedir.

12.

O Lente será obrigado a apresentar ao Director da Aula todos os annos, os melhores Dezenhos de todas as Classes dos Discipulos ordinarios, que naó merecêraó os Prémios, como os que naó concorrêraó, e igualmente dos extraordinarios.

13.

#### DO CONCURSO

Para excitar a louvavel emulação entre os Discipulos da Aula, tem a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra destinado quatro Premios, cada hum do valôr de seis mil reis por mêz, fazendo o valôr do total de 288,000 rs. dos quaes Prémios se dividiráo em duas Classes, cada huma com dous Premios, que seráo primeiro, e segundo Premio por Classe: o primeiro Prémio será do valôr de sete mil reis por mêz, e o segundo de cinco mil reis, para se distinguirem do primeiro ao segundo, e ser este o módo mais efficáz para a emulação dos Discipulos; e esta alteraçao pode a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra fazer, segundo o §. 7.º do Alvará da dita Aula da Real Academia.

14.

Dividir-se-haó as Classes do modo seguinte

Todos os que se destinarem só para dezenhar Figuras, com o destino de sêrem

Pintôres, Escultôres, e Abridôres, formarão uma Classe, e a outra Classe, he a dos outros Discipulos, que se destinão á Architectura Paizagem, com todos os seus Ramos, Marinhas &ª: estes formarão a outra classe.

15.

No ultimo dia do mêz de Maio escreverá o Lente os nomes dos Discipulos, que quizerem entrar no Concurso, e lhes distribuirá os Exemplares, segundo aquelle género em que quizerem concorrer; franqueando-lhe aos Discipulos a liberdade de escolhêrem as Estampas, ou Modéllos, que mais gôsto fizerem, afim de desempenharem, com mais satisfação, as Obras do Concurso.

16.

Os Papeis dos Discipulos Concorrentes, deveráo ser sellados, e assignados no Réverso delles pelo Lente da dita Aula, e não poderáo ser extrahidos, nem por brevissimo tempo della; mas antes o Lente, ou Substituto, terá todo o cuidado de assistir á arrecadação, que todos os dias se ha de fazer dos Dezenhos, ao sahir da Aula; e o Guarda da dita Aula, arrecadará todos os Dezenhos, de baixo de chave, cuja a dará ao Lente, ou ao Substituto; e na entrada da Aula farse-ha a mesma cerimónia em o Lente dár a chave ao Guarda, para se distribuirem os Dezenhos.

17.

No primeiro dia de Junho, principiará o Concurso, e durará até ao dia ultimo de Agosto; e no cazo que algum Discipulo ordinario; que por falta de saude não podêsse em tempo competente entrar no Concurso; queira concorrer depois de se ter dado principio ao Concurso, o Lente o admitirá, e lhe dará o Exemplar, que lhe competir.

18.

No fim do mêz de Agôsto, o Lente ajuntará todos os Dezenhos dos Concorrentes, para no primeiro de Setembro, com o Substituto, decidirem do merecimento dos Concorrentes, escrevendo em papel separado dos Dezenhos, os que julgaó dignos de Premios, e será apresentado o dito papel ao Director da Aula, com os Dezenhos, para que elle assigne nos Dezenhos dos Concorrentes, a qualidade do Prémio, que merecêraó.

19.

Depois de assignados os Dezenhos dignos de Prémios, seraó apresentad s ao Ill.<sup>mo</sup> Inspectôr da Real Academia, e deste modo se fáz constar á Ill.<sup>ma</sup> Junta o merecimento, e adeantamento dos Estudantes

20.

A Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectôra, approvando a decizaó do Director da Aula, mandará pôr em molduras, com Vidros, os Dezenhos dos Premiados, para ficarem expostos na Aula, para emulaçáo dos mais Estudantes; ficando deste modo patente a Justiça Récta, que se fêz do merecimento dos Concorrentes; e para mais animar os Estudantes, a Ill.<sup>ma</sup> Junta Inspectora mandará pôr na Gazêta, e fazer publico quaes fôraó os Estudantes que merecêraó os primeiros, e segundos Premios.

21.

Todo o tempo, durante o Concurso, os Discipulos extraordinarios, não poderáo estudar ao pé dos ordinarios, para evitar, que algum mais habil, emende o Dezenho do Concorrente.

22.

METHODO, QUE DEVERÁ TÊR O LENTE P.<sup>3</sup> INSTRUIR  
OS DISCIPULOS, QUE SE DEDICAREM Á PINTURA

Quando principiarem a Dezenhar os Gêssos, falos-ha dezenhar sobre papel de côr, a dous lâpis, gessêlo, e lâpis prêto, ou encarnado, isto com esfomínho, e passados dez dias, falos-ha copiar o gêsso sobre papel aparelhado a Óleo, e copiará o gêsso com tintas a Óleo, para se acostumarem a pintar, e conhecendo o Lente habilidade no Discipulo, o fará passar a copiar quadros coloridos, e igualmente o Estudo do Nu, colorido, para ficarem habilitados a podêrem seguir os Estudos, que convem fazer na Pintura, e os que quizérem estudar a Escultura, o Lente falos-ha Copiar os Baixos Relêvos em bárro, e o Nu igualmente o copiará em bárro; e os que se applicarem para Abridores, dar-lhes-ha Estampas do melhor Boril, para as copiárem com pênas de Côrvo, e tinta de Nenquim.

23.

Os Discipulos ordinarios, que se applicarem a Dezenhar Figuras, para se habilitarem para Pintôres, Escultôres, e Abridôres, passados os Seis annos de Estudo, poderão pedir ao Lente huma Attestação assignada pelo Directôr, que constará, que completou o tempo do seu Estudo, e dos Premios, que obtêve.

24.

Na vacancia do Lente, ou do Substituto desta Aula, deveráo ser preferidos os Discipulos da Aula, estando em iguaes circumstancias, que os Concorrentes de fóra, os quaes seráo promovidos ao Pôsto vagante, sendo examinados pelo Directôr.

25.

DA HORA EM QUE DÉVEM ENTRAR P.<sup>3</sup> A AULA

Os Discipulos, dévem no Veráo entrar; de manhã ás oito horas, e sahir ao meio dia, e de tarde entrar ás trez horas, e sahir ás sete: de Inverno, de manhã entraráo ás nove horas, e sahiráo ao meio dia; e de tarde, entrarem ás duas horas, e sahirem as cinco; e no mêz de Dezembro, e Janeiro; de manhã entraráo ás dez horas, e sahiráo ao meio dia, e de tarde entraráo ás duas, e sahiráo as quatro.

26.

As Férias duraráo somente todo o mêz de Setembro, por sêrem identicas ás que se obsérvaó na Real Aula de Lişbôa.

27.

O Porteiro, ou Guarda da Aula, deve saber lêr, e escrevêr, e que seja homem de probidade; deverá têr a Lista dos Estudantes ordinarios, e todos os dias, passado a primeira hora de Aula, dará conta ao Lente (e o mesmo fará com o Substituto) dos que faltaó, e o Lente fará assento da falta à margem do nome do Discipulo, que a tiver comettido; e no fim de todos os mêzes o Lente dará huma Relação ao Ill.<sup>mo</sup> Inspector da Aula, das faltas que os Discipulos ordinarios fizeraó; como igualm.<sup>te</sup> conhecendo o Lente, que o Porteiro da Aula falta, em couzas notaveis às suas obrigaçoens, representa-las-ha ao Ill.<sup>mo</sup> Inspector.

28.

Deverá haver na Aula hum Esquelêto de homem, e huma Caveirá, para o Estudo da organizaçoó dos Óssos: será igualmente fornecida de todas as Estampas proprias de todos os Ramos, que na Aula se devem estudar.

29.

Para completar-se huma Aula taó util para a Naçaó, deve haver o Estudo do natural do homem nũ, cujo homem deverá ter a seu cuidado (fóra do tempo em q' está servindo de modêllo) a limpêza da Aula de Dezenho do Nũ, e em têr todas as luzes promptas, e em ordem.

30.

Este estudo do Nũ, naó deve interrompêr as horas estabelecidas da Aula : de Verão, dêve-se abrir a Aula do Nũ as cinco horas e meia, para acabar às sete, e meia ; e de Invêrno, ébre-se a Aula as sete horas da noite, e acaba-se as nove.

Por Domingos Antonio de Sequeira: / Cavalleiro Professo na Ordem de Christo : / Primeiro Pintôr da Camara, e Côrte: Mestre / de Dezenho, e Pintura dos Serenissimos / Príncipes, e Infantes, Augustos Filhos do / Príncipe Regente Nosso Senhor : Lente / da Academiá de S. Lucas, em Rôma, e das / principaes da Italia : Directôr da Aula / Regia de Dezenho, e Pintura da Cidade do / Porto. Feito aos 15 d'Agosto de 1806.»

\*

\* \*

## APENSO B

Não são conhecidos os trabalhos que as princesas e infantas enviaram á exposição da «Academia do Porto» em 1807, compostos por «dezenhos e pinturas», no dizer do frontespício do folhêto impresso com a cantata «Os genios premiados». Das segundas nada sabemos. Dos primeiros ajuizamos talvez por duas obras de arte que a familia Sequeira ainda conserva e que, sendo da autoria de uma das rias amadôras e datadas de época pouco anterior ao certâmen do norte, têm probabilidades de se parecêrem com as que fôram expostas.

Trata-se de belos pasteis a côres, sôbre papel, ricamente encaixilhados em largas molduras douradas e cobertos por vidros ornados de margens a preto, com filêtes e grandes tabuletas a ouro. São os retratos da princesa D. Maria Thereza e da infanta D. Maria Francisca de Assis, tirados do natural em 1804 por sua tia a princesa viuva do Brasil, D. Maria Benedicta e muito bem executados. A influência de Sequeira é manifesta ; e tão pronunciada que, se não fôssem os letreiros explicativos que apresentam, seriam tomados como produções originais do artista, apesar de certas incorrecções no desenho e na exuberância das côres.

O retrato da princesa D. Maria Thereza figura uma menina aparentando três anos, sentada, cõrpo visto até aos joelhos, de perfil á direita ; mas o rôsto a três quartos, quasi de frente e olhando de frente. Expressão levemente sorridente; bõca pequena, com o canto da direita um pouco levantado pelo sorriso e o lábio inferior bastante espêso. Olhos castanhos. Cabêlos da mesma côr, penteados em pôpa para a direita, com muitos frisados na testa e caracois aos lados, que tapam as orelhas, deixando entrevêr uma cõifa ou larga fita castanha mais clara, pela parte

de trás. Veste casaquinho curto, vermelho vivo, guarnecido de fitilho nêgro, com lacinho dianteiro na cintura e fechado no pescôço por uma farta gola de tule branco, muito pagueado; as mangas justas e compridas, debruadas do mesmo fitilho preto nos punhos. As mãos juntas sôbre o regaço, á direita, seguram uma flôr azul, levemente esboçada. Saia branca. Sôbre a anca esquerda, vista de frente, uma grande laçada rósea e nela suspensas duas condecorações, uma de contôrno oval, outra em forma de cruz de Malta. Fundo unido, azulado, mostrando para a esquerda, por detrás da figura, vegetação esboçada. O pastel tem as côres vivas e bem conservadas.

No grande rectângulo dourado que ocupa a parte inferior da margem, no vidro, encontra-se aberto, em grandes letras pretas caligráficas: «*Prinçesa D. Maria The-reza / Prinçesa do Brazil invenit. ed Pinxit. anno 1804*». Dimensões da abertura útil, pela frente, no vidro: 0<sup>m</sup>, 391 × 0<sup>m</sup>, 263. Maiores dimensões da cabeça retratada: 0<sup>m</sup>, 11 × 0<sup>m</sup>, 08. Dimensões da grade de madeira com pano, que forra as costas do desenho: 0<sup>m</sup>, 515 × 0<sup>m</sup>, 375.

O retrato da princesa D. Maria Francisca de Assis, figura uma menina aparentando oito anos, sentada, côrpo visto até aos joelhos, virada tres quartos á esquerda; mas o rôsto quasi de frente e olhando de frente. Expressão muito infantil. Grandes olhos castanhos; sobranceiras e pestanas castanho-arruivadas. Bôca pequena de lábios grossos. Cabelos arruivados, penteados em cima, com farripas frisadas nas fontes e duas longas madeixas encaracoladas caíndo pelos hombros, para a frente do busto, até muito abaixo dos sovacos. Cútis mais que rosada. Vestido inteiro em fazenda de furta-côres, azul acinzentada, com grandes bandas escuras no peito; cinto e vivos dos punhos nesta última côr; ligeiro decote, de onde sai uma gola de cambraia branca debruada de renda. Apôia a mão direita, fechada, na côxa do mesmo lado e com o antebraço esquerdo segura a cabeça de um coelho branco, visto de frente. No segundo plano, do lado direito, grande vaso decorativo, de onde brotam vigorosas plantas com flôres vermelhas e azues; do lado esquerdo sobresaem altas fôlhas azues em forma de espadanas. O resto do fundo em tons quentes, como num poente. Lindo pastel de côres muito vivas e com ótimo desenho.

No grande rectângulo dourado que ocupa a parte inferior da margem, no vidro, encontra-se aberto, em grandes letras pretas caligráficas: «*Infanta D. Maria Francisca / Prinçesa do Brazil invenit ed Pinxit anno 1804*». Dimensões da abertura útil, pela frente, no vidro: 0<sup>m</sup>, 290 × 0<sup>m</sup>, 235. Maiores dimensões da cabeça retratada: 0<sup>m</sup>, 10 × 0<sup>m</sup>, 08. Dimensões da grade de madeira com pano, que forra as costas do desenho: 0<sup>m</sup>, 395 × 0<sup>m</sup>, 303.

Raczynski fez a crítica das obras de pintura executadas pela princesa D. Maria Benedicta, que têve ocasião de examinar (*Les arts en Portugal. Lettres...* — Pags. 269 e 293. *Dictionnaire historico-artistique* — Pag. 26). A beleza dos pasteis que acabo de descrevêr e a influência, se não a colaboração, de Sequeira, que nêles é manifesta, condizem perfeitamente com a maliciosa observação daquêle historiô-grafo, quando se refere ao quadro «O coração de Jesus em chamas», que vira no palácio da Ajuda: «Il arrive quelquefois aux amateurs et surtout aux princesses, d'avoir recours à des aides».

# A ILHA DE FERNANDO NORONHA

## É ERRADAMENTE ASSIM DESIGNADA

A ilha de Fernando Noronha, ponto de escala na gloriosa travessia aérea do Atlântico — realizada pelos senhores Gago Coutinho e Sacadura Cabral — foi, por aquela simples circunstância, muito falada nessa ocasião e motivo de alguns artigos publicados em revistas e jornais.

Também nós contribuimos, então, para a sua bibliografia, divulgando um facto que não vimos ainda apontado em obra impressa: *que a referida ilha é erradamente chamada de Fernando Noronha* (1), e documentámos a nossa afirmativa publicando, por extracto, um documento do ano de 1504, no qual el Rei D. Manuel I concede a *Fernão de Loronha* o senhorio da ilha de S. João «que ele hora novamente achou e descubryo cinquenta legoas a ela mar da nossa terra de Santa Cruz» (sic).

A ilha de S. João, assim baptizada pelo seu descobridor, passou depois a ser conhecida pelo nome dêste. Uma vez demonstrado que o seu descobridor se chamava Fernando ou Fernão de *Loronha*, e

---

(1) — A ilha de Fernando Noronha é a principal do arquipélago que tem o seu nome, que se compõe mais das ilhas Raso, Selz, Gineta, Meio e Rata. O resto são ilhotes sem valor.

Não é nosso intuito occuparmo-nos da história da ilha, mas, a quem o quizer fazer, indicamos os interessantes documentos existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, secção da Biblioteca Nacional de Lisboa, entre os quais os publicados pelo sr. Castro e Almeida no *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil*, existentes no dito Arquivo, vol. IV (Bahia) — Rio de Janeiro, 1916. E' também curioso o documento existente na Torre do Tombo, no Corpo Cronológico, Parte III, maço 30, doc. 88 — Consulta, de 7 de abril de 1630, para Matias de Albuquerque ir desalojar os holandeses da referida ilha.

não de *Noronha*, demonstrado fica que a actual designação é errónea, embora o êrro venha já de longa data.

Loronha não é corruptela de Noronha. São famílias diferentes. A dos Noronhas é de régia prosápia e antiquíssima. A dos Loronhas é de mais recente nobreza, mas também distinta e com heráldicas alianças.

O ser pouco vulgar êste apelido e facilmente confundível com o de Noronha deu origem ao êrro, que certamente se não corrigirá agora.

Embora se tenha dito que se ignora quem foi o descobridor da ilha, «conhecendo-se, porém, a sua doação a Fernão de Noronha em 1504» (*O Século*, ed. da noute, de 6-6-22), o certo é que da carta de doação citada consta, como vimos da transcrição acima, que Fernão de Loronha «novamente a achou e descubryo».

No documento não se diz que a ilha fôsse descoberta a primeira vez por Fernão de Loronha. Contudo, é presumível que a primeira vez a descobrisse por acaso, arrastado pelas correntes ou pelo temporal, a que parece aludir António Soares de Albergaria quando, referindo-se à pomba que figura no brasão de Fernão de Loronha, diz, no seus *Triunfos de la Nobreza Lusitana* (ano de 1631): «símbolo es de la misericordia... y assi aviendo la despedido Noe bolvio al arca anunciando pas y bonança, qual este que descubriendo aquella tierra fue nuncio de buenas nuevas guiado por el spirit.s.<sup>to</sup>» (sic) — B. N. de L., Fundo antigo, C. 5. 1. — e que, quando «novamente a achou e descubryo», propositadamente a tivesse ido procurar.

Fernão de Loronha é mencionado em vários documentos e em algumas obras manuscritas como sendo o descobridor da ilha de S. João.

\*

¿Quando foi descoberta a ilha? Não o dizem os documentos. O Brasil foi descoberto em 22 de Abril de 1500. A carta de doação da ilha de S. João a Fernão de Loronha tem a data de 24 de janeiro de 1504. O descobrimento fez-se num dia de S. João (24 de junho). Não sendo crível que a primeira viagem de Loronha se fizesse no próprio ano do descobrimento do Brasil, temos de collocar o descobrimento

da ilha de S. João em 1501 ou 1502, e quem sabe se em consequência do feito de Pedro Álvares Cabral?

Em 1503 deve Fernão de Loronha ter feito a segunda viagem.

\*

Antes de reproduzirmos o documento da doação, devemos notar que quem o registou na Chancelaria Real se enganou uma vez es crevendo Noronha em lugar de Loronha. E não há dúvida que se enganou quando escreveu Noronha, porque três vezes escreveu bem, uma antes e duas depois dêste engano, como se pode verificar no respectivo livro existente na Tôrre do Tombo.

Na carta de brasão de Fernão de Loronha, integralmente publicada pelo erudito investigador Braamcamp Freire na sua obra «Armarmaria Portuguesa», separata do «Archivo Histórico», se vê sempre a mesma grafia, com excepção de uma vez, em que o copista escreveu *lorolha*.

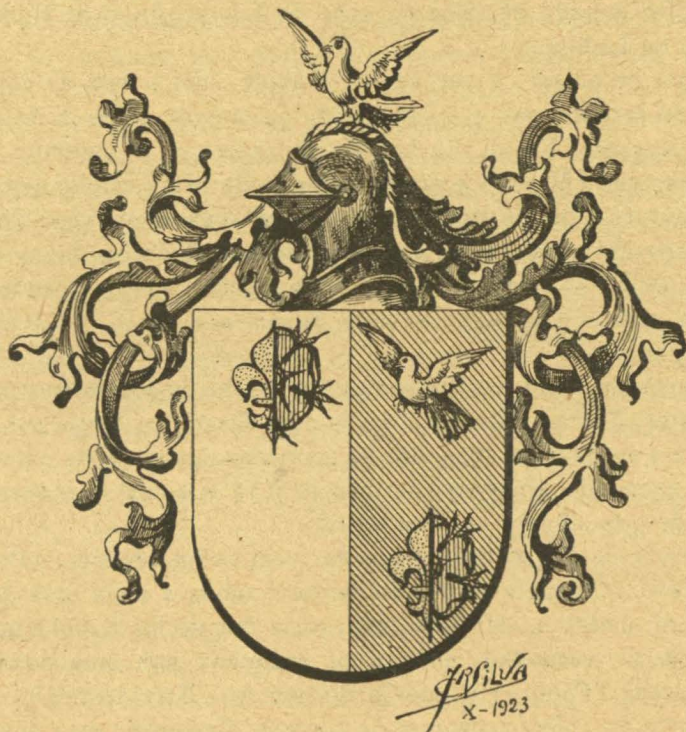
De que se trata de Fernão de Loronha não há a menor dúvida. Se a houvesse, muitos outros documentos a tirariam.

Segue a carta de doação:

«Dom Joham etc. fazemos saber que por parte de Fernão de Loronha (*sic*) cavaleyro de nosa casa nos foy apresentada huma carta del Rey meu senhor e padre que santa goria aja de que ho teor he. Dom Manuell per graça de Deos rrey de Portugall e dos algarves daquem e dalem mar em Afryca Senhor da Guyné e da conquista navegaçam comercyo tyopia arabia persya e da India, a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que havendo nós rrespeito aos serviços que Fernão de Noronha (*sic*) cavaleyro de nossa casa nos tem feytos e esperamos dele ao diamte rreceber e queremdolhe fazer graça e merce temos por bem e lhe fazemos doaçam e merce daquy em diamte pera em todollos dias de sua vida e de hum seu filho barão lidimo mais velho que dele ficar ao tempo de seu falecymmento da nosa *Ilha de sam Joham que ele hora novamemte achou e descubryto cinquenta legoas a ela mar da nossa terra de Santa Crus* que lhe temos arremdada a qual Ilha lhe asy damos para nella lançar gado e a rromper e aproveitar segumdo lhe mais aprouver com tall entemdimento e decraração que de todo proveyto que na dita Ilha ouver asy agora como ao diamte per quallquer modo e maneira que seja tirando especiaria drogaria e cousas de tintas que pera nós rreservamos de todo o mais nos dará e pagará e asy ho dito seu filho o quarto e dizimo somente sem mais outro nenhum direyto. E porem mamdamos aos veadores de nossa fazemda, officiais de nossa casa de Guyné e India que hora sam e ao diamte forem e a quaesquer outros nossos officiais e juizes e justiças a que esta nosa carta for mos-

trada e o conhecimento dela pertencer que inteiramente lha cumpram e guardem e façam cumprir e guardar sem lhe niso em nenhum tempo que seja a ele Fernam de Loronha (*sic*) nem ao dito seu filho em suas vydas ser a ello posto duvida nem outro embargo algum por que asy he nosa merce e por firmeza delo lhe mandamos dar esta por nos asynada e aselada do noso selo pendamte, dada em a nosa cydade de Lixboa a xxiiij dias de janeiro Francisco de Matos a fez ano do nacymento de nosso senhor Jesus Christo de mill.b.ºmij. E pedimdonos o dito Fernam de Loronha (*sic*) por merce que lha confirmassemos a dita carta e visto nos seu dizer querendo lhe fazer graça e merce temos por bem que lha confirmarmos e havemos por confirmada queremos e mandamos que asy se lhe cumpra e guarde dada em a cidade de Lixboa a tres dias de março. Pero Fargozo a fez ano do nacymento de noso senhor Jesus Christo de mill.b.ºxxij anos.»

(*Chanc. de D. João III — Liv.º 37 — fol. 152 v.*)



Brasão de armas de Ferrão de Loronha

## NÓTULA GENEALÓGICA

I. FERNÃO DE LORONHA. «Foi cavaleiro da casa del Rei D. João III que no ano de 1532 lhe passou brasão de armas novas e o fêz fidalgo de cota de armas, dizendo lhe faz as ditas mercês pelo bem que havia servido a el Rei D. Manuel, em serviços de muita valia e com muita fidelidade e verdade e o mesmo a ele, fazendo sempre como homem de bem e virtuoso, palavras do dito brasão.

.....  
*Descobrio a ilha que hoje se chama do seu nome e éle lhe pôs o de S. João Baptista por a descobrir em o seu dia, de que el Rei D. Manoel lhe fez mercê». (Codice n.º 1001 do Fundo antigo da Biblioteca Nacional de Lisboa).*

A carta de brasão, a que acima se alude, tem a data de 23 de setembro do referido ano e foi publicada na íntegra, como já dissemos, por Braamcamp Freire. O brasão concedido é o seguinte: «huu escudo partydo em palla a prymeira parte de prata e nella na cabeça huua mea froll de lis douro pegada com mea Rosa vermelha e a outra parte de verde com a mesma mea froll de lys douro e mea Rosa vermelha no pee e na cabeça huua pomba de prata voando elmo de prata sarado (*cerrado*) paquife de prata e verde por tymbre a mesma pomba».

Propositadamente transcrevemos êste trecho do documento, porque Braamcamp Freire, achando confusa esta descrição, optou por outra que não é a verdadeira. Aqui não há confusão alguma. Êste é o brasão que foi esculpido em pedra no seculo XVI e ainda se conserva no edificio de que adiante nos ocupamos.

No moderno «Armorial Português» vem assim descrito: «Partido; 1, de prata, com meia flor de lis de ouro unida a meia rosa de vermelho, em chefe; 2, de verde, com meia flor de lis de ouro unida a meia rosa de vermelho, em ponta, encimada por uma pomba de prata, voante. Timbre: a pomba do escudo». Esta descrição, que é a da carta de 1532, nada tem de confusa. Conforme esta descrição está a gravura que acompanha êste estudo.

Nos «Índices e Sumários dos Livros e Documentos, etc.» da Câmara Municipal de Coimbra vem mencionado, no fascículo III,

pág. 201, um brasão concedido, em 28 de março de 1605, a Francisco de Andrade de Noronha (que é Loronha), morador em Coimbra, filho de Álvaro Fernandes e de Catarina Lopes e neto de Francisco Lopes (de Andrade) e de Guiomar de Loronha, filha de Fernão de Loronha. É o mesmo brasão concedido em 1532 a seu bisavô, com a simples diferença de o elmo ser já *aberto* e não *cerrado*. Esta circunstância é mais um argumento contra os que supõem que Loronha é corruptela de Noronha. Se Fernão de Loronha pertencesse à família dos Noronhas, embora lhe fôsse concedido um brasão de mercê nova, o elmo nunca poderia ser cerrado, porque os Noronhas eram nobilíssimos. O elmo dos Loronhas só se abriu à quarta geração, num bisneto de Fernão de Loronha.

Sobre a ascendência de Fernão de Loronha nada de positivo podemos adiantar, embora um ou outro genealogista aluda a um Martim Afonso de Loronha, que viveu em Inglaterra até ao ano de 1440.

Não sabemos se isto tem visos de verdade. Fernão de Loronha, êsse esteve em Inglaterra e, ao que parece, tomou parte na guerra das Duas Rosas, pois, num requerimento que fez, em 1506, a el Rei D. Manuel, diz que o Rei de Inglaterra lhe deu um brasão no qual figurava uma meia rosa. D. Manuel não lhe confirmou êste brasão, mas mais tarde foi-lhe concedido o que atrás mencionámos.

Na «Resenha das Famílias Titulares», no escudo dos Condes da Azenha, que usavam as armas dos Almadás, aparece, não sabemos por que motivo, o brasão dos Loronhas, em franco quartel. A carta de brasão e fidalguia de Fernão de Loronha está registada na Chancelaria del Rei D. João III, Livros 18 e 37, respectivamente, a fl. 33 v. e 126.

Fernão de Loronha teve de sua mulher, cujo nome ignoramos sete filhos, três dos quais senhoras, tôdas casadas, duas na família dos Andrades e uma com o dr. João de Leão, fisco-mór del Rei D. João III.

Sucedeu lhe na casa :

II. **DIOGO DE LORONHA**, que foi o 2.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João e tomou parte na batalha de Túnis. Casou duas vezes, a primeira com D. Leonor de Andrade e a segunda com D. Violante de Andrade, ambas filhas de Fernão Freire de Andrade e de D. Inês de Melo. Teve dois filhos do primeiro matrimónio e três do segundo.

Êste Diogo de Loronha teve sepultura na igreja de Nossa Senhora

do Monte do Carmo, de Lisboa, sepultura de que o terremoto de 1755 não deixou vestígios. Um genealogista, no entanto, elucida que, entrando na igreja «pela porta principal adiante da pia de água benta à parte esquerda», havia um carneiro com as armas dos Loronhas e a seguinte inscrição:

SEPULTURA DE DIOGO DE LORONHA,  
FIDALGO DA CASA REAL E SENHOR  
DA BAHIA DA ILHA DE S. JOÃO E  
DE SUA MOLHER E HERDEIROS. FAL-  
LECEO EM 26 DE DEZEMBRO DE 1549.

Nas «Memorias Sepulchraes», de D. António Caetano de Sousa, ms. existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, vem diversamente, mas cremos que por êrro de cópia.

Foi seu filho herdeiro, nascido do primeiro matrimónio:

III. FERNÃO DE LORONHA, que foi o 3.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João. Serviu na Índia. O senhorio da ilha foi-lhe confirmado por D. Sebastião em 1562, num documento interessante, transcrito, em 1692, na Chancelaria de D. Pedro II, Livro 3.<sup>o</sup> fls. 100 a 105 v.

Casou com D. Violante Roiz de Loronha, sua prima, filha de seu tio Duarte de Loronha, irmão de seu pai. Sucedeu-lhe:

IV. DIOGO DE LORONHA DE ANDRADE. Foi o 4.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João. Casou com D. Aldonça de Mendonça, filha de João Pestana Pereira e de D. Violante Pessanha.

Este Diogo de Loronha de Andrade fêz testamento na vila da Lourinhã, no qual declarou que povoou a ilha de S. João «de que era senhor, com despesa de mais de dez mil cruzados».

Teve quatro filhos, o primeiro dos quais:

V. FERNÃO PEREIRA PESTANA DE LORONHA, 5.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João. Herdou também um morgado dos Pestanas. Casou com sua parenta D. Joana Freire de Andrade, filha de Antão da Rocha de Mariz e de D. Brites de Loronha.

Os casamentos entre parentes, e alguns muito chegados, repetem-se quasi que em tôdas as gerações desta familia.

Teve seis filhos, sendo o herdeiro:

VI. **DIOGO PEREIRA PESTANA DE LORONHA**, 6.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João. Casou duas vezes, mas só teve descendência da primeira mulher, Isabel de Tovalia, filha de João de Tovalia, italiano.

Morava ao Chafariz de Andaluz, como consta duma procuração que deu para a posse de um morgado, em 1636, segundo vimos nuns extractos de notas de tabeliães de Lisboa, existentes na B. N. Em 1650 estava nesta cidade, pois que a 4 de novembro daquele ano foi testemunha em uma justificação de um seu parente chamado Francisco de Loronha.

A êste succedeu-lhe seu filho:

VII. **FERNÃO PEREIRA PESTANA DE LORONHA**, que foi o 7.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João e possuiu também o morgado dos Pestanas. Não sabemos se casou. Sabemos, porém, que, não deixando descendência, passou o senhorio da ilha de S. João para seu primo co-irmão **JOÃO PEREIRA PESTANA DE VASCONCELOS**, filho de **JOÃO PEREIRA PESTANA**, que serviu na Índia e no Brasil, e de D. Maria de Vasconcelos e Melo. Este João Pereira Pestana era filho de Fernão Pereira Pestana de Loronha, 5.<sup>o</sup> senhor da ilha de S. João. Portanto, o 8.<sup>o</sup> senhor da ilha, **JOÃO PEREIRA PESTANA DE VASCONCELOS**, era 5.<sup>o</sup> neto, por varonia, de Fernão de Loronha.

O senhorio foi confirmado a êste João Pereira Pestana de Vasconcelos, por carta de 19 de fevereiro de 1674, registada na Chancelaria em 1692. Nesta confirmação são transcritos diplomas anteriores e renovada nos termos da primitiva concessão de D. Sebastião a forma de sucessão, que era como segue:

«... e esta capitania e governança, rendas e bens della hey por bem e me praz que se erde e soceda de juro e herdade para todo o sempre pello dito capitão e seus descendentes, filhos e filhas legitimas com tal declaração que emquanto ouver filho legitimo varão no mesmo grao não soceda filha posto que seja de maior idade que o filho e não havendo macho o avendo o e não sendo e tão propinquo grau ao ultimo possuidor como a femea, q. antão soceda na dita capitania bastardo algum e não havendo descendentes machos nem femeas legitimos que então succederão os bastardos machos e femeas, não sendo porem de coitto danado, e succederão pela ordem dos legitimos primeiro os machos e depois as femeas em equal grao, com tal condição que se o ultimo possuidor da dita capitania quizer antes deixar a um seu parente transversal que aos descendentes bastardos quando não tiver legitimos o possa fazer, e não havendo descendentes machos nem femeas legitimos nem bastardos da maneira que dito é, em tal caso succederão os ascendentes machos e femeas, primeiro os machos e em defeito delles as femeas e não havendo

ascendentes nem descendentes socederão os transversaes pelo modo sobredito, sempre primeiro os machos que forem em igual grau e depois as femeas e nos casos dos bastardos, o possuidor poderá se quizer deixar a dita capitania a hum transversal legitimo e tiralla aos bastardos posto que sejam descendentes em muito mais propinquo grau, e isto hey assi por bem sem embargo da lei mantal que diz que não socedão femeas nem bastardos, nem transversaes, nem ascendentes porque sem embargo de todo me praz que nesta capitania socedão femeas e bastardos não sendo de coitto danado e transversaes e ascendentes no modo que já he declarado. .»

Os senhores da Ilha de S. João tinham tôdas as rendas dela, nomeavam juizes e outros cargos, eram seus capitães e governadores e alcaides-mores das vilas que se fundassem, além doutras prerogativas. A ilha jamais poderia ser alienada, nem mesmo para as obras mais piedosas ou para livrar os seus senhores de cativoiro.

\*

João Pereira Pestana de Vasconcelos, além da ilha, herdou também o morgado dos Pestanas. Casou 1.º com D. Jerónima de Melo e depois com D. Damiana Antónia de Brito de Melo. Tanto do primeiro como do segundo matrimónio teve muitos filhos que usaram os apelidos, Pereira, Vasconcelos, Brito e Melo. Nenhum usou o apelido Loronha. Contudo, na sua linha estava a representação dêste apelido. Fr. Manuel de Santo António, reformador do Cartório da Nobreza (seculo XVIII), diz que no seu tempo era chefe desta família António Sanches de Noronha e Loronha, morador na sua quinta da Ameixoeira, termo de Lisboa. Não encontrámos mais referência a êste António Sanches nem à sua ascendência, na qual houve aliança com os Noronhas, ao que parece.

\*

Um pouco ao norte de Algés de Cima, num sitio que se avista da estrada de circunvalação, existe uma Quinta a que hoje, também erradamente, chamam do *Noronha*. Deve dizer-se do *Loronha*, como o indica o brasão de armas deste apelido, existente ainda sôbre o portão de entrada.

A milagroso acaso se deve a conservação desta pedra, embora já

mutilada, pois que, quasi tudo o que ali atestava a grandeza dos antigos moradores, desapareceu.

À actual proprietária da Quinta do Loronha, a Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Joana Pedroso Simões Alves, pedimos que, se alguma vez a pedra fôr apeada, se digne depositá-la no Museu Arqueológico do Carmo. Ali estará ao abrigo de novas ofensas e os vindouros terão mais êste documento do Passado.

Um brasão de armas da nossa antiga nobreza é quasi sempre, se não sempre, uma página da história de Portugal, muita vez mais expressiva que a mais cuidada prosa dos cronistas.

\*

Temos também noticia de que pelos anos de 1670 assistia na rua da Palma, em Lisboa, um ramo desta familia, numa casa em cuja fachada se ostentava uma pedra com as armas dos Loronhas.



## BRUM DA SILVEIRA

E' esta uma das familias açoreanas que mais se ramificaram, sendo, por isso, difficilimo encontrar d'ella um estudo completo.

Não nos propomos fazel-o, pois que pouco mais além vamos do que entroncal-a com os nossos trabalhos; comtudo, como nunca é demais o que vier á publicidade sobre Terra, Brum e Silveira, aqui poremos tudo o que soubermos.

Seja-nos licito, antes de começarmos este estudo, e para que bem se faça ideia do emaranhado d'estes appellidos, que transcrevamos o que o distincto genealogista fayalense, Sr. A. Ferreira de Serpa, escreveu na nota da pagina 11, da separata n.º 9 da 22.ª serie do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, «Martinho de Bohemia» (Martin de Behaim):

«Willelm van der Haghe, que passou a chamar-se Guilherme da Silveira, traduzindo assim para portuguez o seu nome e appellido, era, segundo a tradição recolhida por Gaspar Fructuoso, natural de Bruges, como Josse de Hurtere, neto de um conde e casado com Margarida Sabuya, ou Sabuja ou Sabuia . . . . .  
«Todos os Silveiras açoreanos descendem d'elle, e são numerosissimos, encontrando-se em todas as posições sociaes.

«. . . . . pode bem dizer-se que os humildes campos, principalmente das freguesias dos Flamengos e Féteira, da ilha do Fayal, e as mais aristocraticas familias da Horta, Angra do Heroismo, Ponta Delgada, etc., procedem de Guilherme da Silveira, que teve a monomania de encontrar metaes preciosos nos Açores e a singularidade de morrer no dia por elle fixado. . . . .»

Começaremos, pois :

A. 1. — Guilherme da Silveira (28, arv. final), era grande Fidalgo flamengo, natural de Bruges e de familia originaria de Maestricht. Já

casado com Margarida Sabuya (29, arv. final), foi para a ilha do Fayal, em 1470, esteve cerca de 10 annos na ilha das Flores onde, não se sabe se para aproveitar as escavações feitas afim de pesquisar metaes preciosos, ou se por qualquer outra razão, teve a singularidade de viver, como os trogloditas, em uma casa aberta nas rochas tufozas e de lá, indo a Flandres e a Portugal, foi colonisar o logar do Tôpo, na ilha de S. Jorge, onde ficou finalmente residindo, adquirindo grande fortuna e onde falleceu. A este Guilherme da Silveira, concedeu D. João II a confirmação das armas que os *van der Hague* usavam em Flandres, segundo uma justificação de 1578, que nos consta ter existido em poder de algum descendente. Mas essas armas, que consta serem «De azul, com 2 pallas veiradas de oiro e vermelho, acompanhadas de 6 flores-de-liz de oiro», em nada se parecem com as dos Silveiras, que aos seus descendentes foram mais tarde concedidas.

D'este casamento nasceram :

B. 2. — João da Silveira, o Velho, casado com D. Guiomar Borges Abarca, filha de João Borges, o Velho, que acompanhava o infante D. Pedro, Duque de Coimbra, quando foi do triste recontro de Alfarrobeira, em 1449, de cuja casa era Fidalgo, indo, por este facto, para a ilha Terceira, onde casou com D. Isabel Abarca, filha de D. Pedro Abarca, Fidalgo de Tuy, na Galliza, d'onde passou á referida ilha logo após o seu descobrimento. Do casamento de João da Silveira, o Velho, houve geração que quasi logo se ligou com Bettencourts, em cujo estudo d'ella tratamos.

B. 3. — Francisco da Silveira, que nasceu no Fayal, onde casou

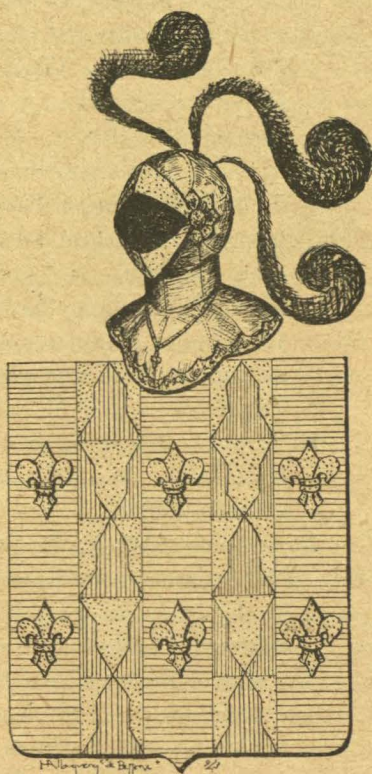


Fig. 1 — Armas concedidas, por D. João II, a Wilelm van der Hague, segundo uma justificação de 1578

- com D. Isabel de Macedo, de quem teve geração actualmente representada na ilha Terceira, por Machados e Utras.
- B. 4. — Jorge, ou Joz da Silveira, sem mais noticia.
- B. 5. — D. Margarida da Silveira, que segue.
- B. 6. — D. Catharina da Silveira, casada com Jorge Gomes d'Avilla, da Ilha Graciosa, de quem teve descendencia, como se vê no III. xxvi, § 2.º do livro «Famílias Fayalenses», por Marcellino Lima.
- B. 7. — D. Luzia da Silveira, que casou na villa do Tôpo, da ilha de S. Jorge, com o Tabellião André Fernandes, de quem houve geração, descripta no § 3.º do mesmo titulo e referido livro.
- B. 8. — D. Anna da Silveira, que casou com Tristão Martins Pereira, Fidalgo que do reino foi para S. Jorge, d'onde foi em 1519, para a Índia, ahi fallecendo em 1529, em combate com os rumes. Tem geração descrita no tit.º 6, do livro «Famílias Fayalenses», por M. Lima.
- B. 9. — D. Maria da Silveira, casou com João Pires de Mattos, Escudeiro, de quem houve geração no Tôpo, vid. § 4.º, obra e titulo citados.
- B. 10. — D. Margarida da Silveira (19 arv. final), nasceu no Fayal, onde casou com Josse van Aertrijcke, ou Joz da Terra, ou ainda Josse da Terra (18, referida arv.), flamengo, natural de Bruges, d'onde foi para a ilha do Fayal com os 1.ºs povoadores d'ella, vinculando ahi a sua terça, por testamento feito em 1546 e codicilio de 1553. Nasceram entre outros os seguintes filhos:
- C. 11. — D. Barbara da Silveira, que segue.
- C. 12. — João da Silveira, Senhor e herdeiro do morgado instituido por seu pae, casou com D. Catharina de Brum, filha de Willelm van der Bruyn Kasmach e de sua mulher D. Violante Vaz Ferreira Pimentel. Houve dois filhos, dos quaes um foi:
- D. 13. — Antonio de Brum da Silveira, que foi capitão de ordenanças e casado duas vezes, sendo o 1.º casamento com D. Violante Luiz e o 2.º com D. Beatriz Evangelho, de quem houve 12 filhos. Do 1.º casamento nasceram 2 filhos, um dos quaes, foi:
- E. 14. — Braz da Silveira que casou 2 vezes, tendo sido o seu 1.º casamento com D. Maria Vargas,

de quem houve, entre outros, a filha seguinte :

F. 15. — D. Luzia da Silveira, casada com João de Mello, de quem houve :

G. 16. — Pedro da Silveira de Mello, casado com D. Maria Goulart: tiveram, entre outros :

H. 17. — D. Catharina de Brum da Silveira, que nasceu na freguesia dos Flamengos, da ilha do Fayal, aos 30 de outubro de 1667 e casou aos 24 de agosto de 1688, com João d'Arriaga, nascido em 1652, na cidade de Bayonne, e fallecido na da Horta em 1716, tendo instituido um morgado. Entre outros filhos, nasceu :

I. 18. — José d'Arriaga Brum da Silveira, muito devoto e ardente catholico, foi Provedor da Misericordia do Fayal e vereador da Camara da Horta, onde nasceu a 4 de março de 1691: casou com M.<sup>elle</sup> Cathérine Naudin de Peyrelongue, natural de Bayonne, de quem houve, pelo menos:

J. 19. — José d'Arriaga Brum da Silveira, nascido na cidade da Horta, aos 24 de março de 1721, onde foi consul da Russia, e casado com D. Francisca Josepha da Camara: houve, entre outros, o seguinte filho :

K. 20. — Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira, que nasceu a 13 de abril de 1774; foi general de artilheria, Cavalleiro

da Torre e Espada e da Conceição, como recompensa dos varios combates em que entrou nas campanhas da guerra peninsular. Foi casado com D Maria da Piedade Cabral da Cunha Goodolphim de la Rocca, de quem houve, entre outros, os filhos seguintes :

L. 21. — D. Eugenia d'Arriaga, casada com João Carlos Mardel Ferreira e houve :

M. 22. — Julio Mardel, distincto genealogista contemporaneo.

L. 23. — Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira, que falleceu em Setubal em 1881, tendo casado com D. Maria Christina Pardal Ramos, de quem houve, além de mais 8 filhos, o seguinte:

M. 24. — Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, 1.º presidente da republica, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, de que foi reitor nomeado pelo governò pro-

visorio da república, e onde, n'esta qualidade, fez um discurso de inauguração de trabalhos, negando a existencia de Deus. Casou e tem geração, tendo fallecido em Lisboa.

C. 11. — D. Barbara da Silveira (9, arv. final) nasceu na ilha do Fayal, onde casou com Antonio de Brum, o Velho (8 da mesma arv.), que nasceu na ilha da Madeira e era irmão de D. Catharina de Brum e ambos filhos do já mencionado Willelm van der Bruyn Kasmach (16, arv. final), ou Guilherme de Brum, traduzindo, natural de Maestricht, em Flandres, a quem foi concedido o uso de brasão de seus antecessores (segundo justificações de linhagem em poder de descendentes) e de sua mulher D. Violante Vaz Ferreira Pimentel, natural da Madeira, d'onde foi Antonio de Brum, para a ilha do Fayal. ahi casando e passando depois, com sua mulher, para a ilha de S. Miguel, onde possuia bens de fortuna no valor de 200 mil cruzados; este Antonio de Brum passou a 2.<sup>as</sup> nupcias com D. Ignez Ferreira d'Azevedo, e instituiu um vinculo, por testamento approved em 15 de fevereiro de 1590, fallecendo na freguesia Matriz de Ponta Delgada, em 23 de março seguinte. D. Barbara da Silveira, que foi madrinha de um baptisado em 19 de junho de 1577, vinculou por testamento de mão commum com o marido, approved em 19 de julho de 1585, tendo fallecido no dia 28 do mesmo mez, havendo, de seu marido:

- D. 25. — Antonio de Brum da Silveira, que segue.
- D. 26. — Balthazar de Brum Leite, comerciante em Sevilha, onde morreu.
- D. 27. — Gaspar de Brum da Silveira, padre, que morreu em 1602.
- D. 28. — Manuel de Brum da Silveira, Deão da Sé d'Angra.
- D. 29. — D. Margarida de Brum da Silveira, casou com Manuel da Fonseca Pinto, de quem teve geração.
- D. 30. — D. Anna de Brum da Silveira, casada com Jorge d'Utra

da Silveira, c. g., como se verá no nosso trabalho sobre a casa «N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> da Saude».

D. 25. — Antonio Brum da Silveira (36, arv. Tavares e 4, arv. final) foi Senhor e herdeiro da casa e vinculos paternos; nasceu em Ponta Delgada, e falleceu em Lisbôa a 14 de maio de 1608, como consta de um termo de obito lançado no archivo da egreja Matriz de Ponta Delgada, onde teve officio de defunctos; foi Provedor da Misericordia d'esta ultima cidade em 1586 e, com sua mulher, fundou a capella de S. Roque, na sua egreja Matriz, onde havia casado com D. Maria de Frias Pimentel, que falleceu na referida freguesia da mencionada cidade de Ponta Delgada, aos 13 de setembro de 1614, filha da Bartholomeu de Frias (31) e de sua mulher D. Jordôa de Rezende (32).

— 31. — Bartholomeu de Frias (10, arv. final) era Licenciado em leis, sendo um jurisconsulto muito notavel e Juiz dos Feitos da Fazenda d'El-Rei, em Ponta Delgada, logar este para que foi nomeado em 15 de Julho de 1568, como consta do livro 1.<sup>o</sup> do registo da respectiva Alfandega, a folhas 389. Fez testamento de mão commum, com sua mulher, em 1568, em que vincularam, mas este vinculo só teve effeito na terça da mulher, constituida pelas casas, terras e ermida de Nossa Senhora do Lorêto, na Fajã de Baixo, em S. Miguel, e que mais tarde passou á casa Cymbron, da referida ilha.

Era filho de Fernão Annes de Puga (33) e de sua mulher D. Genebra de Frias, filha de Ruy de Frias (34) e de sua mulher D. Leonor Pires, que era filha de João Vaz Feio, ou Falleiro (35) e de sua 2.<sup>a</sup> mulher D. Genebra Annes, ou Pires (36).

Esta D. Genebra de Frias, mulher de Fernão Annes de Puga (33), tinha sido casada em 1.<sup>as</sup> nupcias com um filho de João Gonçalves Botelho, o Tosquiado (19, § II, Botelho), cujo nome ignoramos, mas de quem nasceram duas filhas, que faleceram solteiras. Já era viuva, d'este 1.<sup>o</sup> marido, em 18 de novembro de 1516 e morava então no logar de Rabo de Peixe, da ilha de S. Miguel, mas ainda não tinha casado com Fernão Annes de Puga (33), como consta de uma sentença de partilhas, d'aquella data.

— 36. — D. Genebra Annes, ou Pires, que foi 2.<sup>a</sup> mulher de João Vaz Feio, ou Falleiro (35), e ambos paes de D. Leonor Pires (31, da arv. final), era natural da ilha de S.<sup>ta</sup> Maria e filha do 1.<sup>o</sup> homem

que n'ella nasceu, João Pires, e de sua mulher D. Maria Lopes, filha de Estevam Lopes, tambem morador na mesma ilha. João Pires, acima mencionado, era filho de Pedro Alvares de Sernache e de sua mulher D. Joanna Martins. Este Pedro Alvares de Sernache foi um dos 1.<sup>os</sup> povoadores de S.<sup>ta</sup> Maria, onde foi o 1.<sup>o</sup> Provedor dos Reziduos e Logar-Tenente de Capitão-donatario da mesma ilha, João Soares d'Albergaria.

— 35. — João Vaz Feio, ou Falleiro, casado em 2.<sup>as</sup> nupcias com D. Genebra Annes, ou Pires (36), foi da Covilhã, d'onde era natural, para a ilha da Madeira, casando ahi a 1.<sup>a</sup> vez; depois de viuvo, passou para a ilha de S.<sup>ta</sup> Maria, onde El-Rei D. Manuel I, como prêmio, por elle haver curado o mesmo Augusto Senhor de uma enfermidade, lhe deu importantes terras, em 18 de outubro de 1554; era vulgarmente conhecido por «o das virtudes», alcunha esta que se fundava na crença do vulgo, de que elle curava por milagre; foi testemunha de um testamento em S.<sup>ta</sup> Maria, onde casou a 2.<sup>a</sup> vez, e era filho de Vasco Falleiro, Fidalgo da Covilhã, neto de Estacio Falleiro, Alcaide-mór de Serpa, por mercê de El-Rei D. Fernando, de 22 de maio de 1369, e bisneto de Domingos Vicente Falleiro, que vivia em Lisboa em 1330 e que foi o 1.<sup>o</sup> que, em Portugal, usou d'este appellido, traduzindo-o do italiano Fallieri. Alguns dos seus descendentes alteraram este appellido para Feio.

— 34. — Ruy de Frias (30, arv. final), avô materno do Licenciado Bartholomeu de Frias (31, e 10 da mesma arv.), era natural de Castella, Fidalgo, e viveu na actual villa da Lagôa, em S. Miguel.

Diz o Dr. Gaspar Fructuoso que este Ruy de Frias passou a S. Miguel no tempo do seu 5.<sup>o</sup> Capitão-donatario (1502-1535): esta asserção de Fructuoso, é contestada pelo distincto genealogista michaelense, nosso amigo Rodrigo Rodrigues, que diz ter encontrado em um documento de 1516, sua 3.<sup>a</sup> filha D. Genebra de Frias (21, citada arv.) mencionada como *dona-viuva*; ora sendo assim, teria ella sido viuva aos 11 ou 12 annos, o que manifestamente não pode ser: é, pois, opinião do referido genealogista, que Ruy de Frias (34), foi para S. Miguel no tempo do 3.<sup>o</sup> Capitão-donatario, Ruy Gonçalves da Camara, que governou S. Miguel de 1474 a 1497.

— 33. — Fernão Annes de Puga (20, arv. final), pae do Licenciado Bartholomeu de Frias (31), era natural de Ponte de Lima e Procedente dos Pugas, da cidade de Dorens, na Galliza; era irmão

de João Annes, abbade de Moreira, e já estava em S. Miguel em 3 de julho de 1518, por ter sido, n'esta data, testemunha do testamento de João da Castanheira; foi nomeado Capitão de uma Bandeira, em 1554, pelo 6.º Capitão-donatarío de S. Miguel, o 2.º Conde de Villa Franca do Campo, Manuel da Camara. Casou, como dissemos, com D. Genebra de Frias.

— 32. — D. Jordôa de Rezende (11, arv. final), casada com o Licenciado Bartholomeu de Frias (31), falleceu em 11 de agosto de 1568 e foi herdeira dos padroados de S. João, de S.<sup>to</sup> André e do recolhimento de S.<sup>ta</sup> Anna, na ilha de S. Miguel, sendo por sua via que os Bruns, d'esta ilha, obtiveram os ditos padroados. D. Jordôa de Rezende era filha de Domingos Affonso Pimentel (37) e de sua mulher D. Beatriz Cabeceiras, (11 do estudo S.<sup>ta</sup> Catharina) neta paterna de João Affonso Lourenço (38) e de sua mulher D. Joanna Pimentel (39); e neta materna de Gonçalo Vaz Carreiro, ou Delgado e de sua mulher D. Isabel Cabeceiras (40, arv. final), filha de Duarte Cabeceiras, natural de Lagos e Almoxarife em Tavira.

— 39. — D. Joanna Pimentel (38, arv. final), avó paterna de D. Jordôa de Rezende (32), é sempre chamada pelo Dr. Gaspar Fructuoso, indifferentemente, D. Joanna Pimental, ou D. Joanna Lourenço Tição; porém na opinião do fallecido e distincto genealogista açoreano Dr. Ernesto do Canto, a mulher de João Affonso Lourenço (38) chamava-se D. Branca Gonçalves; devemos notar que ignoramos as razões que levaram o distincto e consciencioso genealogista a esta conclusão, porquanto é certo que esta opinião é *única*.

— 38. — João Affonso Lourenço (32, arv. final), casado com D. Joanna Pimentel (39), foi para S. Miguel, por para lá ter sido nomeado Procurador do numero, em 12 de julho de 1492; o Dr. Gaspar Fructuoso chama-lhe indifferentemente João Affonso Lourenço, ou Affonso Lourenço, comtudo parece que o seu verdadeiro nome é este ultimo, por assim constar de um libello juigado em Lisboa a 17 de março de 1558, proposto por um seu neto e onde elle vem mencionado do ultimo modo.

— 37. — Domingos Affonso Pimentel (22, arv. final), pae de D. Jordôa de Rezende (32), foi Almoxarife da Fazenda Real, em S. Miguel, onde morou no logar de S. Roque de Rosto de Cão.

Em 1558 tinha elle 80 annos, como consta do libello atraz referido, que lhe moveu seu sobrinho Gaspar Lourenço, em que diz estar elle

Domingos Affonso Pimentel, doente de cama, aleijado havia muito tempo e que, se alguma vez se levantava, era amparado a mulêtas. Seguindo, temos :

Do casamento de Antonio de Brum da Silveira (D. 25) com D. Maria de Frias Pimentel, nasceram :

- E. 40. — Jeronymo de Brum da Silveira, que segue.  
 E. 41. — Manuel de Brum da Silveira, nasceu em Ponta Delgada em 1575 e falleceu em Lisboa, frade, em 1637.  
 E. 42. — Balthazar de Brum da Silveira, falleceu em Castella, onde ignoramos se houve geração.  
 E. 43. — D. Barbara de Brum da Silveira, que casou com Luiz do Canto de Vasconcellos, a quem opportunamente nos referiremos.  
 E. 44. — Pedro de Brum da Silveira, que falleceu solteiro e sem geração.

E. 40. — Jeronymo de Brum da Silveira (2, arv. final e 18, arv. Tavares) foi Senhor e herdeiro da casa paterna; foi Capitão-mór da villa da Ribeira Grande, em S. Miguel, em cuja freguesia Matriz morreu a 3 de novembro de 1641, tendo vinculado por testamento approved em 2 de janeiro do mesmo anno; casou, na freguesia em que falleceu, aos 28 de abril de 1619, com D. Julia Taveira de Neiva (3, arv. final e 19, arv. Tavares), que nasceu na referida villa, aos 10 de outubro de 1598, e foi sepultada na mesma Matriz, tendo o seu corpo sido encontrado intacto, bastantes annos depois da sua morte.

Esta senhora vinculou por testamento approved em 17 de junho

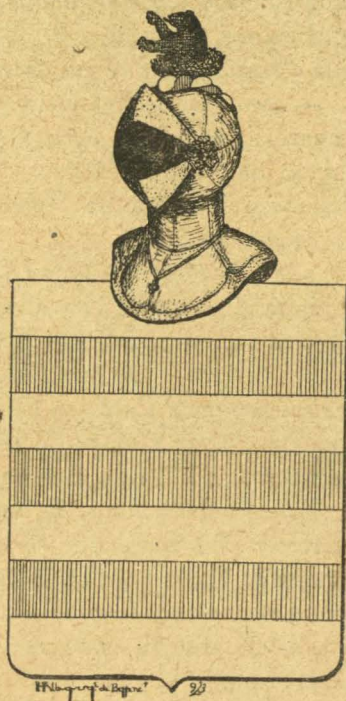


Fig. 2 — Bração dos Silveiras, do Reino, que foi concedido, como quartel, a muitos membros d'esta familia descendente de Willelm van der Hague

de 1668, e era filha de Francisco Taveira de Neiva (45) e de sua mulher D. Izabel Caldeira de Mendonça (46), neta paterna de Ruy Taveira, Fidalgo natural da villa d'Arcos, onde viveu e morreu, e de sua mulher D. Julianna de Aboim; neta materna de Pedro Affonso Caldeira (47) e de sua mulher D. Jeronyma Nunes (48).

— 45. — Francisco Taveira de Neiva (6, arv. final e 38, arv. Tavares) sogro de Jeronymo de Brum da Silveira (E. 40), foi Fidalgo-Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Sebastião, a quem acompanhou a Africa, ficando ahi prisioneiro, durante trez annos, depois da desastrosa batalha de Alcacer-Kibir. Voltando do captivo, foi para S. Miguel, onde casou e fez testamento em 15 de outubro de 1611, vinculando; falleceu em 11 de abril de 1624 e era filho de Ruy Taveira, natural da villa d'Arcos, onde viveu, casou com D. Juliana d'Aboim e onde morreu.

— 46. — D. Isabel Caldeira de Mendonça (7, arv. final e 39, arv. Tavares), sogra de Jeronymo Brum da Silveira (E. 40), casou na Matriz da villa da Ribeira Grande, aos 22 de junho de 1586, com Francisco Taveira de Neiva (45) e falleceu na mesma villa, aos 28 de janeiro de 1613.

— 47. — Pedro Affonso Caldeira (14, arv. final), avô materno de D. Julia Taveira de Neiva, mulher que foi de Jeronymo de Brum da Silveira (E. 40), falleceu na citada villa da Ribeira Grande, na respectiva freguesia Matriz, aos 15 de novembro de 1587 e era filho de João Gonçalves Caldeira (49) e de sua mulher D. Beatriz Pires (50), filha de Pedro Affonso da Rocha Machado (41, arv. final), que viveu na referida villa, com sua mulher D. Margarida Affonso.

Este Pedro Affonso da Rocha Machado era filho de Affonso Annes da Rocha Machado, que se ignora se nasceu em S. Miguel ou se em Vianna do Castello, d'onde seu pae Pedro Esteves da Rocha Machado, que d'esta ultima cidade era natural, passou á ilha da Madeira e de lá á de S. Miguel, onde veiu a fallecer na Praia, junto a Villa Franca do Campo.

— 48. — D. Jeronyma Nunes (15, arv. final), mulher de Pedro Affonso Caldeira (47), falleceu aos 11 de fevereiro de 1568, na villa da Ribeira Grande, em S. Miguel, e era filha de Vicente Annes Bicudo (51) e de sua mulher D. Mecia Nunes (31, arv. final), que foi madrinha de um casamento na igreja Matriz da acima referida villa, em 13 de outubro de 1566, e era filha de Nuno Gonçalves (43, arv. final), natural da ilha Graciosa, e de sua mulher D. Mecia Rodrigues Fur-

tado, que fez testamento na freguesia Matriz da mesma villa, onde falleceu em 29 de junho de 1568, filha de Rodrigo Affonso, Cavalleiro d'Africa, que teve de sesmaria uma dada de 15 moios de terra no logar de Rabo de Peixe, de S. Miguel, e de sua mulher D. Mecia Gonçalves Affonso.

— 49. — João Gonçalves Caldeira (24, arv. final), pae de Pedro Afonso Caldeira (47), era natural da cidade do Porto, d'onde passou para a ilha de S. Miguel, antes de 1542, pois que n'esse anno já sua mulher era viuva.

— 50. — D. Beatriz Pires (25, arv. final), mulher de João Gonçalves Caldeira (49), com quem casou na villa da Ribeira Grande e de quem ficou viuva antes de 1542, como se vê em uma escriptura de 17 de janeiro do referido anno, sendo então moradora no logar da Lomba da Ribeira Seca: por escriptura de 22 de novembro de 1564, doou certa propriedade de terras, na villa da Ribeira Grande, a seu filho Pedro Affonso Caldeira (47) e veiu a fallecer na freguesia Matriz d'esta ultima villa, em janeiro de 1569.

— 51. — Vicente Annes Bicudo (26, arv. final), pae de D. Jeronyma Nunes (48), era escrivão na villa da Ribeira Grande, onde casou e foi Capitão de uma Bandeira. Em 1544 ardeu-lhe a casa em que habitava e onde tinha o seu cartorio, como consta de varias demandas que se referem a escripturas existentes n'esse cartorio. Posto que se ignore a sua ascendencia, sabe-se que era primo chegado dos Bicudos, que do Porto foram para S. Miguel, como se vê de documentos coevos, e elle mesmo declara n'um d'elles. Em uma viagem que, em 1533, fez ao reino, encontrou a umas 50 leguas da costa de S. Miguel, um grande banco de pedra pomes, segundo diz o Dr. Gaspar Fructuoso, nas «Saudades da Terra».

Em 8 de murço de 1548 assignou como testemunha de uma escriptura, no logar da Ribeira Seca. Falleceu na freguesia Matriz da villa da Ribeira Grande, em 27 de agosto de 1582, estando mentecapto havia tempo.

Do casamento de Jeronymo de Brum da Silveira (E. 40) com D. Julia Taveira de Neiva, nasceram:

F. 52. — Manuel de Brum da Silveira e Frias, que segue.

F. 53. — José Taveira, casado com D. Isabel do Canto, sem geração.

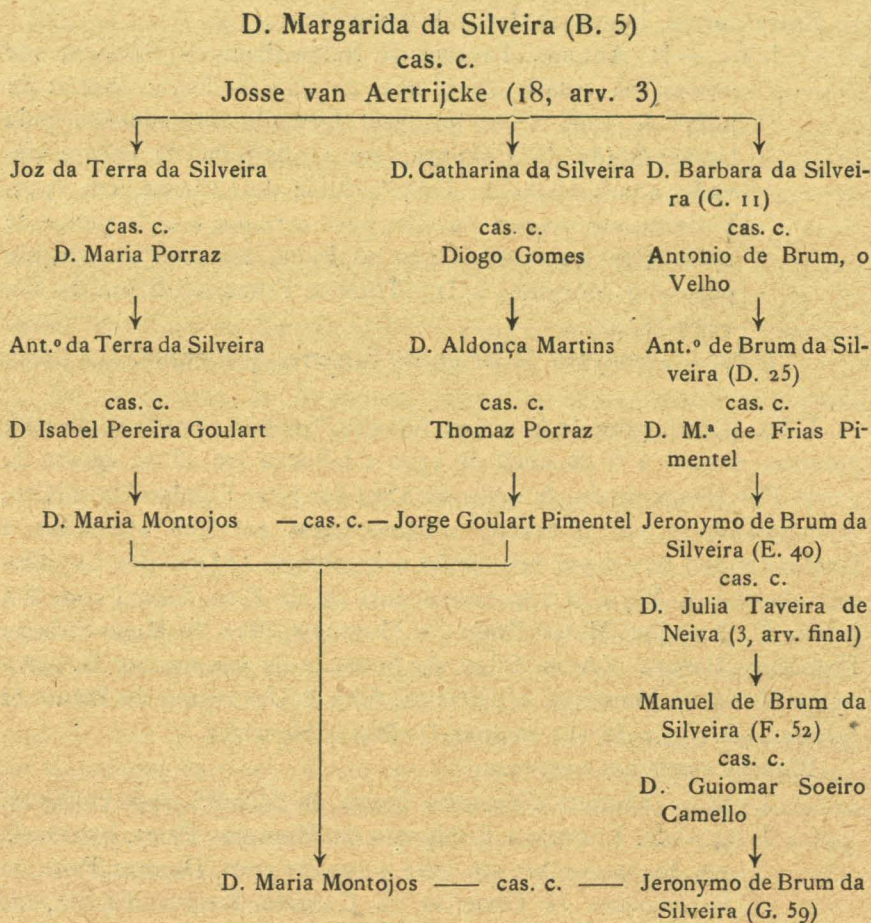
- F. 54. — D. Maria de Frias, casada duas vezes e fallecida sem geração de qualquer dos matrimonios.
- F. 55. — Barbara de S. Jeronymo, freira em S.<sup>to</sup> André, de Ponta Delgada.
- F. 56. — Joanna de S. Miguel, idem, idem.
- F. 57. — Julia da Encarnação, idem, idem.
- F. 58. — D. Luzia Taveira Brum da Silveira, tambem conhecida por D. Luzia Taveira e Neiva (1, arv. final e 9, arv. Tavares), fugiu da casa paterna para casar, em 27 de novembro de 1652, com o Capitão-mór Ruy Tavares Homem, H. 12 do "estudo Tavares, e n.º 8 da respectiva arvore, onde já publicámos a descendencia havida d'este matrimonio, até que se entroncou com o Morgado Caetano d'Andrade Albuquerque de Bettencourt na pessôa da bisneta d'esta D. Luzia (F. 58), D. Thérèza Maria Anna Innocencia Leite Botelho d'Arruda Tavares Taveira e Brum da Silveira e Sá.

F. 52. — Manuel de Brum da Silveira e Frias, Senhor e herdeiro dos morgados e mais casa de seus maiores, foi Capitão-mór da villa da Ribeira Grande, S. Miguel, onde casou com D. Guiomar Soeiro Camello, filha de Antonio da Motta e de sua mulher D. Ignez da Costa. Era conhecido por «O Padroeiro», por ter muitos padroados de varios conventos em S. Miguel.

Além de sete filhos que, ou foram religiosos, ou casaram e tiveram geração logo extincta, houve o seguinte filho :

G. 59. — Jeronymo de Brum da Silveira, Senhor e herdeiro da casa e morgados paternos, Fidalgo da casa real e Capitão-mór da villa da Ribeira Grande, em S. Miguel, falleceu a 6 de abril de 1690. Aos 30 de junho de 1674 casou com D. Maria de Montojos, nascida a 7 de janeiro de 1657, Senhora e herdeira da casa de seus paes, Jorge Goulart Pimentel, casado com D. Maria Montojos, filha de D. Isabel Pereira Goulart e de seu marido Antonio da Terra da Silveira, Capitão, filho de D. Maria Porraz e de seu marido Joz da Terra da Silveira, filho de D. Margarida da Silveira (B. 5 e 19, arv. final) e de seu marido Josse van Aertrijcke (18 da mesma arv.).

No schema que se segue demonstramos o parentesco que ha entre Jeronymo de Brum da Silveira (G 59) e sua mulher :



D'este casamento nasceram varios filhos, dos quaes o primogenito foi :

H. 6o. — Thomaz de Brum da Silveira Porraz e Taveira, baptisado a 29 de agosto de 1675 na freguezia Matriz da cidade da Horta, da ilha do Fayal, Fidalgo da casa real, Senhor e herdeiro da casa de seus maiores e familiar do S.<sup>to</sup> Officio, fallecido em 31 de maio de 1732. Casou na egreja de S.<sup>ta</sup> Luzia, da cidade d'Angra, na ilha Terceira, em 1695, com D. Jeronyma Maria Paim da Camara, filha de Manuel Paim de Sousa e de sua mulher D. Maria Paula Borges d'Avila, aos quaes nos referimos em outros trabalhos.

Entre outros, houve os dois filhos seguintes :

I. 61. — D. Antonio Taveira de Neiva Brum da Silveira, que nasceu na cidade da Horta, da ilha do Fayal, em 22 de julho de 1706 e foi bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, em 11 de julho de 1730 e elevado a arcebispo de Gôa, primaz do Oriente, em 1749. Falleceu em viagem de Gôa para o reino, a 2 de junho de 1755. Por testamento feito na India, instituiu um vinculo para seu sobrinho, o Dr. Thomaz Francisco Brum da Silveira (J. 63).

I. 62. — Jeronymo de Brum da Silveira, que segue.

I. 62. — Jeronymo de Brum da Silveira, Senhor e herdeiro da casa paterna, nasceu a 8 de abril de 1700 e falleceu em 23 de agosto de 1757. Por alvará de 30 de maio de 1744 foi feito Fidalgo-Cavalleiro, mencionando-se ahi o reconhecimento pelos serviços prestados á Corôa por seu pae e por seu irmão o arcebispo de Gôa. Foi Capitão-mór da ilha do Fayal e Superintendente da do Pico. Casou com sua prima D. Josepha Maria Paim de Montojos, filha do Moço-Fidalgo Francisco Borges d'Avila Paim de Sousa e de sua mulher D. Jeronyma Maria de Montojos da Silveira, filha de Jeronymo de Brum da Silveira (G. 59) e de sua mulher D. Maria Montojos.

D'este casamento nasceram :

J. 63. — Thomaz Francisco Brum da Silveira, que continua.

J. 64. — D. Francisca Ephigenia de Montojos Paim, baptisada em 30 de outubro de 1722 e casada com Thomaz Paim de Bettencourt de Ornellas da Camara Borges d'Avila, de quem nos occuparemos em futuros trabalhos.

J. 63. — Thomaz Francisco Brum da Silveira, nasceu em 3 de dezembro de 1721 e falleceu em 5 de dezembro de 1789; Senhor e herdeiro da casa de seus paes, bem como do morgado instituido por seu tio o arcebispo de Gôa; Fidalgo-Cavalleiro, por direito de successão, em 16 de junho de 1758; Capitão-mór da ilha do Fayal e Superintendente da do Pico. Era d'um genio irritavel e cheio de arrogancia, pela omnipotencia dos seus cargos. Casou com sua tia, irmã de sua mãe, D. Ritta Eugenia Paim da Camara, na cidade de Angra, da ilha Terceira, e d'ella houve 5 filhos, entre os quaes :

K. 65. — Jeronymo Sebastião Brum da Silveira Frias Taveira e Neiva, primogenito, como tal, Senhor e herdeiro dos morgados e mais casa de seus maiores, nasceu em Angra, onde falleceu a 15 de abril de 1806; foi governador do Castello de S<sup>ta</sup> Cruz, por carta de 20 de dezembro de 1796; Fidalgo-Cavalleiro, por successão, em 30 de junho de 1775 e capitão-mór do Fayal, por carta de 20 de janeiro de 1792. Verdadeiro prototypo de Capitão-mór, com toda a estulta arrogancia d'esse cargo. Casou com sua prima D. Jeronyma Pulcheria de Montojos Paim da Camara, filha do Dr. Thomaz Paim de Bettencourt de Ornellas da Camara Borges d'Ávila e de sua mulher D. Francisca Ephigenia de Montojos Paim (J. 64).

Do casamento de Jeronymo Sebastião Brum da Silveira Frias Taveira e Neiva, nasceu, além de uma filha, o seguinte filho:

L. 66. — Antonio Francisco Taveira Brum da Silveira, Senhor e herdeiro da casa e morgados de seus antepassados, nasceu em 5 d'outubro de 1795, no Fayal, e falleceu a 4 de março de 1827; foi Fidalgo-Cavalleiro da casa real, por successão, alvará de 12 de dezembro de 1798, registado no Livro XIV das mercês de D. Maria I, a folhas 280; casou em 2 de agosto de 1815 com D. Francisca Candida de Medeiros do Canto Costa e Albuquerque, que passou a 2.<sup>as</sup> nupcias com o Dr. Agostinho Machado de Faria e Maia, e era filha de Agostinho do Canto Costa Medeiros e Albuquerque e de sua mulher D. Joanna Ricarda Soares d'Albergaria. A D. Francisca Candida de Medeiros do Canto Costa e Albuquerque, a seus paes e á descendencia do seu 2.<sup>o</sup> casamento, referir-nos-hemos no nosso trabalho sobre a casa «Laranjeiras».

Do casamento de Antonio Francisco Taveira Brum da Silveira, nasceu, além de uma filha, que falleceu com 7 annos d'idade, a seguinte:

M. 67. — D. Maria Guilhermina Taveira Brun da Silveira, Senhora e herdeira dos morgados e mais casa de seus antepassados, nasceu a 7 de dezembro de 1826 e casou a 17 d'agosto de 1842 com José do Canto, (K. 71, § I, estudo «N. S. da Saude») auctor da «Collecção Camoneana», publicada em 1895, introductor da industria do chá, em S. Miguel, para onde esta planta foi mandada ir por Jacintho Leite Bettencourt (U. 138, § VI, Botelho); varias vezes presidente da

Junta Geral do districto de Ponta Delgada, e filho do morgado e distincto genealogista michaelense José Caetano Dias do Canto e Medeiros e de sua 1.<sup>a</sup> mulher D. Margarida Isabel Botelho (J. 54, § I, do estudo «N. S. da Saude»). Do casamento de D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira (M. 67), nasceram :

N. 68. — Antonio do Canto Brum, que segue.

N. 69. — José do Canto Brum, nascido em S. Miguel, doutor em sciencias naturaes por Paris, Fidalgo-Cavalleiro da casa real e casado com D. Clara Julia de Medeiros e Albuquerque, filha do 1.<sup>o</sup> casamento do 2.<sup>o</sup> Barão das Laranjeiras, como se verá no respectivo estudo. Houve 1 filha unica :

O. 70. — D. Clara de Medeiros do Canto Brum, freira professa em Paris ; estava no Real Convento de Santos o Novo, em Lisboa, d'onde sahio para Madrid, logo após a implantação da republica em Portugal em 5 d'outubro de 1910, por terem sido abolidas todas as comunidades religiosas.

N. 71. — D. Maria Guilhermina Brum do Canto, casada com Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, distincto advogado em S. Miguel : não houve geração.

N. 72. — D. Maria Brum do Canto, casada com seu tio paterno, Eugenio do Canto, (K. 109, § IV, N. S. da Saude), bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, reitor e professor jubilado de mathematica, no Lyceu de Ponta Delgada, onde nasceu a 17 de outubro de 1836 e era filho do morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros e de sua 2.<sup>a</sup> mulher D. Francisca Vicencia Botelho. Não tem geração, e, viuvo, dedicou-se brilhantemente a estudos bibliographicos. Falleceu em Ponta Delgada.

N. 73. — D. Margarida Brum do Canto, casou com o Dr. Arthur Hintze Ribeiro, Par do Reino, medico, filho de Manuel José Ribeiro e de D.... Hintze. Houve 2 filhos, como segue :

O. 74. — Antonio Hintze Ribeiro <sup>(1)</sup>, nascido em Lisboa

---

(1) Devo aqui, ainda uma vez, agradecer a todas as pessoas que me tem fornecido informações para estes inglorios trabalhos ; mas não devo, tambem, deixar

aos 13 de Junho de 1875, tenente de artilheria em serviço no Campo entrincheirado de Lisboa, no dia da proclamação da republica (5/X/1910). Pediu a sua demissão do exercito, n'esse mesmo dia. Foi deputado, ainda no tempo da monarchia e voltou a ser deputado monarchico depois da republica. Casou em Lisboa com D. Stella dos Anjos Jardim, filha dos 1.<sup>os</sup> Condes de Valenças. D'este casamento houve:

P. 75. — Manuel José Hintze Ribeiro, estudante.

P. 76. — D. Margarida Hintze Ribeiro, solteira.

P. 77. — Antonio Hintze Ribeiro, estudante.

P. 78. — Ernesto Hintze Ribeiro, idem.

- O. 79. — D. Emilia Hintze Ribeiro, que casou com Ricardo dos Anjos Jardim, filho dos 1.<sup>os</sup> Condes de Valenças, de quem mais tarde herdou o titulo. D. Emilia Hintze Ribeiro, poucos annos depois de casar, falleceu, tendo tido uma filha, que é solteira (1923). Seu marido passou a 2.<sup>as</sup> nupcias com uma sua prima co-irmã, filha do conselheiro Julio de Vilhena.

N. 68. — Antonio do Canto Brum, doutor em agricultura por qualquer Universidade de França. Casou em S. Miguel com uma senhora da familia «Dias de Carvalhal» da Terceira, de quem teve varios filhos, um dos quaes é:

O. 80. — Antonio do Canto Brum, socio da fabrica de tabacos «Estrella», em S. Miguel. Casou na Terceira, vive em S. Miguel e tem filhos ainda creanças (1923).

---

de registar, que a unica pessoa que achou maçada e me alcunhou de... enfadonho, foi o meu amigo, desde a infancia, Antonio Hintze Ribeiro! Se ao menos elle me chamasse o que quizesse, mas me fornecesse as datas e nomes que eu lhe pedia, não ficaria este trabalho incompleto, no que se refere á descendencia de D. M.<sup>a</sup> Guilhermina Taveira Brum da Silveira (M. 67).

			N.º 16 Willelm van der Bruyn Kasmasch.
		N.º 8 Antonio de Brum, o Ve- lho.	N.º 17 D. Violante Vaz Ferrei- ra Pimentel.
	N.º 4 Antonio de Brum da Sil- veira (36 da arv. de Ta- vares e D. 25 d'este estu- do).		N.º 19 Joz, ou Josse Terra, ou Josse van der Aertrijcke.
	N.º 2 Jeronimo Brum da Silveira (18 da arv. de Tavares e E. 40, d'es- te estudo).	N.º 9 D. Barbara da Silveira (C. 11).	N.º 28 Willelm van der Haage.
			N.º 29 Margarida Sabuya.
			N.º 20 Fernão An- nes de Puga (N.º 32).
		N.º 10 Bartholomeu de Frias, Lic.do. (N.º 31).	N.º 30 Ruy de Frias. (N.º 34).
	N.º 5 D. Maria de Frias Pim- mentel (37 da arv. de Tavares).		N.º 31 D. Leonor Pi- res.
		N.º 11 D. Jordôa de Rezendes (N.º 32).	N.º 32 João Affonso Lourenço. (N.º 38)
N.º 1 D. Luzia Ta- veira Brum da Silveira (N.º 9 da arv. do nosso es- tudo Tava- res e F. 58 d'este estu- do).			N.º 38 D. Joanna Pim- mentel. (N.º 31).
			N.º 39 Gonçalo Vaz Carreiro, ou Delgado.
			N.º 40 D. Isabel Ca- beceiras.
	N.º 6 Francisco Taveira de Neyva (38 da arv. de Ta- vares e n.º 45 d'este es- tudo).	N.º 12 Ruy Taveira.	
		N.º 13 D. Juliana de Aboim.	
	N.º 3 D. Julia Ta- veira de Neyva (19 da arv. de Tavares).		N.º 24 João Gonçal- ves Caldei- ra. (N.º 49).
		N.º 14 Pedro Affon- so Caldeira. (N.º 47).	N.º 41 Pedro Affon- so da Rocha Machado.
	N.º 7 D. Isabel Cal- deira de Mendonça (39 da arv. de Tavares e n.º 46 d'es- te estudo).		N.º 42 D. Margarida Affonso.
		N.º 15 D. Jeronyma Nunes. (N.º 48).	N.º 25 D. Beatriz Pi- res. (N.º 50)
			N.º 26 Vicente An- nes Bicudo. (N.º 51).
			N.º 43 Nuno Gon- calves.
			N.º 43 D. Mecia Ro- drigues Fur- tado.
			N.º 27 D. Mecia Nu- nes.

RELATORIO DA REPRESENTAÇÃO  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
NA VISITA AOS MONUMENTOS PORTUGUESES  
DE CEUTA, ALCAZAR DE BULGUER E ARZILA  
EM AGOSTO DE 1923

Na secção de manuscritos da Bibliotheca Nacional de Lisboa encontrei, em 1912, no codice 740, entre plantas e desenhos de fortalezas, uma planta de Ceuta, que publiquei no anno seguinte.

Despertou-me esta planta o desejo de conhecer a historia de Ceuta, que estava apenas descripta na parte referente á sua tomada, em 21 de Agosto de 1415, e aos governos dos seus dois primeiros governadores, Capitães Generaes D. Pedro e D. Duarte de Menezes.

A pouco e pouco, investigando por archivos portuguezes e estrangeiros, fui colleccionando documentos sobre a vida de Ceuta, que quasi dia a dia tenho descripto, na parte referente á dominação portugueza e depois, menos desenvolvidamente, durante a dominação espanhola.

Consegui encontrar a historia de Ceuta escripta por D. Jeronimo de Mascarenhas em 1648, trabalho inedito de grande valor, que apresentei á Comissão Academica dos Centenarios de Ceuta e Albuquerque, sendo deliberado que se publicasse e sendo eu encarregado de a prefaciar, anotar e dirigir a sua publicação, como vogal da mesma Comissão.

De anno para anno se foi desenvolvendo a minha ambição de conhecer Ceuta e o restante norte d'Africa, que tinha pertencido a Portugal.

\* \*

Em Novembro de 1922, iniciei uma constante troca de correspondencia com D. Marianno Ferrer Bravo, Membro da Academia Real de Historia de Madrid, Gentilhomem da Camara do Rei de Espa-

nha, Official distincto e heroico do Exército da mesma Nação e actualmente socio da nossa Associação.

Queria D. Marianno Ferrer Bravo vir a Portugal vêr os archivos e procurar certos elementos para mais amplamente detalhar uns trabalhos que está elaborando sobre Ceuta do tempo da dominação portugueza.

Queria eu, como é natural deprender, ir a Ceuta, vêr os edificios e monumentos a que tantas vezes me referi nos estudos que publiquei e vêr, pelo menos, aquelles kilometros mais proximos das muralhas da cidade, que tão regados foram com sangue Portuguez.

Estudámos a forma de pôr em pratica estes projectos, fixando-se por fim que eu iria a Ceuta pelas festas que n'aquella cidade se costumam effectuar, em Agosto, a Santa Maria d'África.

D. Marianno Ferrer Bravo viria, em Setembro, a Lisboa.

\*

\* \*

Na reunião da Assemblêa Geral da nossa Associação, effectuada em 28 de Junho ultimo, apresentei o programma dos jogos floraes que se iam realisar em Ceuta durante as festas de Agosto. A estes jogos floraes podiam concorrer portuguezes, conforme constava do mesmo programma, havendo até o thema terceiro, que muito nos interessava, pois tinha por titulo — «Relato historico da gloriosa epopea portugueza em Ceuta».

Para, como portuguez, corresponder, tanto quanto possivel, a esta gentileza dos Espanhoes, concorri a este thema com um trabalho intitulado «Aleo», descrevendo o sentido d'esta palavra como grito de guerra e como o mesmo grito passou a ser empregado pela Familia Menezes, proprietaria hereditaria da Capitania de Ceuta.

Descrevi a genealogia da mesma Familia emquanto os seus illustres membros foram governadores da mesma cidade e, em resumo, descrevi a acção dos portuguezes em Ceuta.

Teve este meu trabalho o primeiro premio, que consistia n'um tapete êspecimen de industria Moura de Rabat, o qual tinha sido offerecido pelo Ministro da Marinha Espanhola.



Em 2 de Fevereiro do corrente anno, appareceu no jornal «Diario de Noticias» um artigo, do Illustre Academico Henrique Lopes de Mendonça, sobre os monumentos portuguezes em Marrocos.

Seguiram-se varios artigos no referido jornal, do mesmo e de varios outros escritores, sobre este assumpto.

De todos estes jornaes enviei exemplares para Ceuta, reforçando tudo isto as combinações feitas entre mim e D. Marianno para a minha ida á mesma cidade, onde os desejos de que ali fossem portuguezes se foi desenvolvendo por tal forma, que D. Marianno Ferrer Bravo acabou por conseguir que as forças vivas fizessem um abaixo assignado ao Ayuntamiento para que a Academia das Sciencias de Lisboa e a Associação dos Archeólogos Portuguezes fossem convidadas a mandar representações a Ceuta por occasião das festas a Santa Maria d'Africa.

A nossa Associação recebeu o seguinte officio :

«— Alcadia Constitucional de Ceuta — N.º 1687 — Negociado — Presidencia — Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Tengo el honor de poner en su conocimiento que, en la sesion celebrada en el dia de hoy, fue aprobada una proposicion del pueblo de Ceuta, que ha hecho suya por aclamacion el Cabildo que Presido, siendo adoptado el acuerdo de invitar a esa Associação de Archeologos para que nos honre enviando su representacion a esta Ciudad, con el objeto de asistir a la Fiesta de la Belleza en la que se rinde el debido homenaje de cariñoso afecto a la Nacion hermana, con adopcion de Temas que han de desarrollarse en el idioma Portuguez como recuerdo a los gloriosos tiempos en que Portugal, dominando esta Ciudad, escribio una de las paginas más brillantes de su historia. Esperando ser atendido el ruego de la Ciudad de Ceuta, comunicole que la mencionada Fiesta, ha de celebrarse el dia 5 de Agosto proximo. Dios guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muchos años — Ceuta 6 de Julio de 1923 — (a) Demetrio Casares Vasques — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portuguezes.»

Respondeu a nossa Associação nos seguintes termos :

«— Associação dos Archeologos Portuguezes — Edificio Historico do Carmo — Lisboa — Ex.<sup>mo</sup> Senhor Alcaide de Ceuta.

Accusando a recepção do presado officio de V. Ex.<sup>a</sup> n.<sup>o</sup> 1687 de 6-VII-23, cumpre-me agradecer em nome da Associação dos Archeologos Portuguezes, o convite com que a honrou a Cidade de Ceuta e que a todos os membros d'esta colectividade muito sensibilisou. A Assemblêa Geral deliberoou acceitar o penhorante convite e nomear para representar esta Associação o socio efectivo senhor Affonso de Dornellas membro da Direcção, Presidente da secção de Heraldica e Genealogia e erudito academico que muito se tem dedicado ao estudo da historia das praças conquistadas pelos portuguezes no Norte d'Africa Este nosso consocio agregará a si outros membros d'esta Associação. Renovando os nossos melhores agradecimentos, desejamos a V. Ex.<sup>a</sup> «Saude e fraternidade» — Lisboa, séde da Associação dos Archeologos Portuguezes. Edificio Historico do Carmo, em 12 de Julho de 1923 — O Presidente da Direcção (a) Luiz Xavier da Costa».

Igualmente a Academia das Sciencias de Lisboa me tinha nomeado seu representante nas mesmas festas.

Conhecendo o que se estava preparando em Ceuta para a recepção a fazer ás representações das duas Instituições, tinha o maior desejo de não ir sosinho.

Na reunião de 28 de Julho ultimo, em Assemblêa Geral da nossa Associação, propuz que me acompanhassem os nossos consocios Srs. Dr. Joaquim Moreira Fontes, Luiz Filippe d'Andrade Albuquerque Bettencourt e Jacintho d'Andrade Albuquerque Bettencourt, o que foi aprovado.

Depois de varia correspondencia trocada com D. Marianno Ferrer Bravo, foi tambem convidada a Camara Municipal de Lisboa, por deliberação do Ayuntamiento de Ceuta, de 20 do mesmo mez de Julho, e a Associação da Imprensa da mesma cidade convidou o «Diario de Noticias» e o «Diario de Lisboa» para tambem se fazerem representar.

Na mesma reunião de 28 de Julho, da nossa Associação, foi deliberado que eu fosse portador de exemplares do nosso Orgão «Arqueologia e Historia» para offerecer ás Bibliothecas Officiais.

\*  
\*   \*  
\*

Em 2 de Agosto seguinte, pelas 20 horas e 15 minutos, partimos de Lisboa para Villa Real de Santo Antonio, d'onde seguimos em 3, pelas 18 horas, para Ceuta, a bordo da canhoneira Bengo.

Se não tivéssemos um navio de guerra Portuguez para nos conduzir ao Norte d'Africa, viria um navio de guerra Espanhol buscar-nos a Algeciras, conforme já estava planeado pelo Governo d'aquella Nação.

Pelas 16 horas do dia 4 de Agosto, effectuava-se o nosso desembarque em Ceuta, no meio d'uma verdadeira apothese, que eu não sei descrever.

A Cidade de Ceuta, representada pelo seu elemento militar, civil e ecclesiastico, o Alto Commissario de Espanha em Marrocos, representado por differentes membros do seu gabinete, e sua Alteza Imperial o Kalifa, representado pelo seu Secretario e mais entidades, conduziram-nos aos Passos do Ayuntamiento Municipal, onde me deram a Presidencia d'uma sessão solemne e onde eu, depois de agradecer em nome das Instituições que representava, descrevi o que sabia sobre Santa Maria d'Africa, Padroeira de Ceuta e motivo das festas que se estavam realisando.

Eu tinha previamente lido este meu estudo na sessão da nossa Assemblêa Geral de 28 de Julho ultimo.

O Chefe da Missão da Camara Municipal de Lisboa, Engenheiro Sr. Raul Caldeira, leu uma mensagem da Instituição que representava.

Depois beijámos o pendão de Ceuta, que ali dizem ser o mesmo que D. João I levou quando da tomada.

\*  
\*   \*  
\*

Sua Alteza Imperial o Kalifa, mandou-me o seu automovel para meu serviço e as restantes autoridades offereceram os seus automoveis para os outros membros das missões Portuguezas. Infelizmente o nosso illustre consocio Jacintho d'Andrade Albuquerque Bettencourt chegou ali bastante doente, tendo sido conduzido de bordo da Bengo

pelo pessoal da Cruz Vermelha Espanhola, que o transportou para o hospital da mesma Instituição, donde teve alta no dia seguinte.

Fômos depois á Igreja de Santa Maria d'Africa assistir a uma cerimonia religiosa rezada pelo Bispo, intitulada «Salvé Portugal».

N'essa mesma tarde fui procurado por uma commissão composta de representantes do Alto Commissario, de Sua Alteza Imperial o Kalifa e da Junta dos Mõnumentos Historicos e Artisticos do Protectorado Espanhol, para convidar os representantes da Academia das Sciencias de Lisboa e da Associação dos Arqueólogos Portuguezes a visitarem os monumentos portuguezes de Alcacer Ceguer e Arzila, as cidades mouras de Tetuan e Larache e as ruinas das cidades romanas de Tamuda e Lichus.

Essa visita seria em 5 a Alcacer Ceguer e em 7 e 8 ás restantes cidades, sendo igualmente convidada a Missão da Camara Municipal de Lisboa, a da Imprensa portugueza e os officiaes da canhoneira Bengo que nos desejassem acompanhar.

Terminou o dia 4 por um banquete offerecido pelo illustre Alcaide de Ceuta e por uma visita á feira.

Em 5 visitámos os monumentos principaes de Ceuta e, a bordo da canhoneira Espanhola «Laya», fômos visitar as ruinas de Alcacer Ceguer, vendo pelo caminho as ruinas das atalaias que ligavam Ceuta a Alcacer.

Esse montão de ruinas, que desde D. João III estão ao abandono, fizeram nos avivar paginas gloriosas dos extraordinarios sacrificios com que a nossa historia do passado é escripta.

Subimos a todos os muros, descemos a todos os fossos, sempre acompanhados pelo distinto archeologo D. Cesar de Montalvan, que conhece minuciosamente aquelle montão de muralhas e de torres e que, por gentil amabilidade, tinha mandado limpar dos inumeros arbustos que prejudicavam o accesso.

No muro mais alto da mais alta torre, o General Queipo del Llaño, 2.º Comandante de Ceuta e que sempre nos acompanhou, abraçando-me com o braço direito e levantando o kepi com o esquerdo, gritou com a sua fortissima voz — «Na pedra mais alta das Ruinas de Alcacer onde tremulou o pendão das quinas, eu grito — «Viva Portugal».

Descemos agarrados aquella argamassa que os portuguezes amasaram com sangue e suor, embarcámos novamente e seguimos para Ceuta, onde de manhã tinhamos assistido, em Santa Maria d'Africa, a

uma missa solemne de Pontifical, onde o Bispo de Cadiz e de Ceuta, fallou, durante uma hora, nos feitos d'armas praticados pelos portuguezes d'outrora n'aquellas paragens, e da acção patriótica dos portuguezes da actualidade que, no seio das suas instituições scientificas, estudam e descrevem a extraordinaria historia de Portugal.

Em 5, á noite, assistimos ao baile offerecido pelo Ayuntamiento na parte já concluída dos seus sumptuosos Paços em construcção.

Em 6 entreguei, em nome da nossa Associação, o exemplar do nosso orgão «Arqueologia e Historia» para ser incorporado na «Bibliotheca Museu Hispano-Lusitano» que foi fundada como comemoração da nossa ida áquella Cidade.

Pedi que essa Bibliotheca-Museu se fundasse afim de colleccionar tudo quanto dissesse respeito á historia de tão glorioso pedaço de territorio Africano.

Foi estabelecido que fossem sempre Presidentes Honorarios do Patronato da Bibliotheca Museu Hispano-Lusitano, o Alcaide da Cidade, o Vigario Apostolico da Diocese e o Presidente da Associação da Imprensa.

Como representante da nossa Associação e da Academia das Sciencias de Lisboa, fui nomeado Presidente Honorario do Patronato da mesma Bibliotheca-Museu.

Presidente Efectivo foi nomeado o membro da Academia Real da Historia de Madrid D. Manoel Criado Hoyos.

Vice-Presidente: D. Diego Trujillo e D. Manoel Miranda.

Vogaes: D. José Encina Candebat, D. Miguel Sala Jgual, D. Damián Sala Gavarron, D. Fernando Garcia Pajares, D. Julian Francisco de Las Heras, D. Manoel Bendala, D. Julian Azofra, D. José Figuerola, D. Mariano Ferrer Bravo, D. Santiago Sanquinety e o Director do Colegio de Santo Agostinho.

Secretario: D. Nicolas Fernandes y Garcia.

Ainda com character de vogaes honorarios, foram nomeados os vogaes da Associação da Imprensa: D. Francisco Garcia de Espeleta e D. Beremundo Fernandez Evangelista.

Para a mesma Bibliotheca offereci exemplares dos meus trabalhos e para inicio do Museu entreguei umas dezenas de ceitis, moeda desconhecida em Ceuta.

Em nome da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria do Carmo de Souza Coutinho, da nossa Associação, entreguei uma cruz de madeira, das que esta-

vam no côro do Convento das Comendadeiras de Santiago em Lisboa.

Como esta Senhora é Comendadeira de S. Thiago, julgando que em Ceuta ainda existisse o Convento d'esta ordem, pediu-me para entregar no mesmo Convento essa recordação do de Lisboa, mas como já não existisse resolvi offerecel-a ao Museu da Cidade.

A' noite foi-nos offerecido um bânquete de 400 talheres, a que assistiram o Bispo de Cadiz e de Ceuta, o governador Capitão General de Ceuta, Ministros do Governo Mouro de Sua Alteza Imperial o Kalifa e todas as auctoridades Espanholas e Mouras de Ceuta da zona do Protectorado Espanhol.

O Capitão Tenente Sr. Antonio de Sequeira Braga, Commandante da canhoneira Bengo, em nome de Portugal, respondeu aos brindes.

A nossa Associação, a Academia das Sciencias de Lisboa, a Camara Municipal e o *Diario de Noticias* e *Diario de Lisboa*, foram rodeados de extraordinarias attenções, que não mais esquecerão aos seus representantes.

\*

\*      \*

Foi na noite de 6 que se effectuou o sumptuoso espectáculo da Festa da Bellezas distribuindo-se os premios dos concursos litterarios.

A enorme sala do Theatro do Rei estava vistosamente ornamentado com bandeiras, colchas, tapetes, flôres, tornando-se difficil a descripção, pois que tudo é palido comparado com o brilho extraordinario de tal espetaculo.

Repleto esse theatro de pessoas em trajo de gala, entrámos levando pelo braço as damas da Côrte de Amôr da Rainha da Festa, que era conduzida pelo Capitão Tenente Antonio de Sequeira Braga, Commandante da Bengo.

A charanga de Sua Alteza Imperial o Kalifa, tocou o hymno imperial e depois os hymnos de Portugal e de Espanha.

No palco estava armado um throno para a Rainha da Belleza e para as damas da sua côrte; do lado direito, a meza do jury, presidido pelo General Queipo del Llano, do lado esquerdo, em duas filas, o Governador, o Bispo, os Ministros Mouros, o Alcaide e nós.

Feito um discurso de abertura por um dos membros do jury, começou a distribuição dos diplomas, depois de lidos os trabalhos premiados.

O thema 3.º do concurso era o Relato historico da epopeia portugueza em Ceuta. Tinha sido eu o primeiro premiado.

Ao levantar-me para ir receber o diploma, senti por entre os acordes da Portugueza, a mais extraordinaria manifestação a que tenho assistido.

Não sei descrever como Portugal foi ovacionado.

Disse que não lia o meu trabalho pela sua extensão, mas, em nome das Instituições Scientificas que representava, agradei as constantes manifestações feitas ás mesmas e fiz referencia ás diferentes visitas que a historia regista que, desde a tomada de Ceuta pelos portuguezes, ali foram feitas e a forma como foram recebidas.

Entreguei em seguida uma reprodução da bãndeira da cidade de Lisboa ao Alcaide da Cidade, por ter sido esta bandeira a primeira que tremulou na torre mais alta de Ceuta no dia da tomada por El-Rei D. João I.

Terminada a distribuição dos diplomas, o Mantenedor da Festa, D. José de Estrada y Estrada, o orador de maior brilho que em minha vida tenho ouvido, fez a mais bella oração que se pode imaginar, referindo-se a Portugal, á nossa Associação e ás outras Instituições Portuguezas ali representadas, demonstrando conhecimento completo das suas existencias, referiu-se á vida e morte de D. Ignez de Castro e ao grande Poeta Guerra Junqueiro, apontou innumerous factos da nossa historia, encerrando, no meio da maior manifestação, a Festa da Belleza.

Em seguida fômos para o Casino Militar, onde nos seus vastissimos salões nos foi offerecido um baile.

Em 7, de manhã, em comboio especial, acompanhados pelas principaes auctoridades, partimos para Tetuan, onde fômos recebidos pelas auctoridades Mouras. Visitámos os principaes palacios e a cidade Moura, de que o nosso illustre consocio, Dr. Joaquim Moreira Fontes, nos fará uma erudita descripção. Tetuan é um grande museu animado, cheio de vida e de luz, de encanto e de novidade para nós.

Visitámos as ruinas da cidade romana de Tamuda, de que o mesmo nosso illustre consocio já publicou uma descripção no *Diario*

de *Noticias* e visitámos tambem o museu constituido pelas preciosidades arrancadas das ruinas da referida cidade.

A' tarde assistimos a uma sessão solemne effectuada pela Junta de Protecção aos Monumentos Historicos e Artisticos da Zona Espanhola.

No meio d'uma assistencia composta do elemento militar e civil, Espanhol e Mouro, Consules Estrangeiros e toda a gente de representação, foi aberta a sessão pelo Alto Commissario Interino, Sr. D. Diego de Saavedra, dando-me a presidencia, ficando elle á minha esquerda e sentando-se á minha direita o Gran Vizir (Presidente do Ministerio Mouro).

D. Diego de Saavedra e D. Clemente Cerdeira, fizeram brilhantes discursos de saudação a Portugal, ás Instituições que representavamos e á nossa gloriosa historia e eu, agradecendo em nome da nossa Associação e da Academia das Sciencias, offereci o exemplar do nosso orgão, os meus trabalhos outras obras de que era portador, alguns mappas antigos do estreito de Gibraltar e do norte d'Africa e dezenas de ceitis para o Museu.

Terminou a sessão ao som dos hymnos de Portugal e Espanha tocados por uma banda militar.

A' noite foi-nos offerecido um banquete pelo Grão Vizir. O vasto salão onde nos foi servido esse banquete á moda Moura, parecia um quadro reproduzindo uma scena oriental de ha quatro ou cinco seculos.

\*  
\*   \*  
\*

Em 8 fômos de Tetuan para Arzila, para aquella nossa Arzila, que foi theatro de tanta heroicidade praticada pelos portuguezes de tempos idos.

Recebidos pelo Bájá no seu maravilhoso palacio, onde tomámos chá feito por sua Ex.<sup>a</sup>, fomos em seguida visitar a cidade, na qual tudo falla da nossa historia. Subimos aos baluartes, ás seteiras e ás muralhas, fômos vêr as portas da cidade, e aqui, na Associação dos Archeólogos Portugueses e em todo o Portugal, se fôr necessario, podemos affirmar que não ha restos de fortalezas portuguezas, dentro do territorio actualmente portuguez, a que tanto carinho se dispense

e onde tanto cuidado se empregue para conservar e manter ilesos esses vestígios gloriosos da historia nacional.

Depois d'um banquete em Arzila fômos visitar as ruínas da cidade romana de Lixus, de que o nosso illustre consocio, Sr. Dr. Joaquim Moreira Fontes, já nos fallou no *Diario de Noticias*.

Ficam os restos d'esta cidade no alto d'um monte, em frente dos areaes de Alcacer Kibir, areaes que nós olhámos como se fossemos Portugal inteiro que ali estivesse, sentindo a tragica morte de D. Sebastião e da maioria da nobreza de Portugal.

Seguimos para Larache, onde visitamos a cidade, assistindo a um banquete offerecido pelas auctoridades Espanholas e Mouras, onde novas manifestações se repetiram a Portugal e ás Instituições que representavamos e onde eu e o Sr. Dr. Joaquim Moreira Fontes agradecemos a maneira captivante com que por toda a parte nos acolheram, o modo admiravel como os monumentos Portuguezes estavam conservados e louvámos a forma espantosa como a Espanha tem feito cidades, estradas e caminhos de ferro na zona do seu Protectorado.

Depois seguiu-se uma recita de gala.

Em 9 partimos de manhã de Larache, seguindo para Tetuan, onde nos despedimos das auctoridades, partindo em seguida para Ceuta, terminando aqui a nossa visita com uma sessão solemne e publica na Praça d'África, onde em honra das Instituições que representava, me aclamaram Filho adoptivo de Ceuta.

Acompanhados por todas as auctoridades fômos para bordo da canhoneira Bengo, que levantou ferro em direcção a Portugal.

\*  
\* . \*

Em 2 de Setembro, pela tarde, desembarcou no Terreiro do Paço o instigador de todas aquellas manifestações, de que tínhamos sido alvo no Norte d'África, D. Marianno Ferrer Bravo.

Este nosso illustre consocio, que pela primeira vez veio a Portugal, conservou-se entre nós quasi um mez, sendo sempre acompanhado por delegados da nossa Associação, que lhe mostraram a cidade e tudo quanto lhe podia interessar.

Apesar da maioria dos nossos socios se encontrarem fóra de Lisboa, effectuou-se uma sessão solemne na tarde de 8 de Setembro,

assistindo um representante do Sr. Ministro da Instrucção, Suas Ex.<sup>as</sup> o Encarregado de Negocios da Espanha, Addido Militar e Vice Consul do mesmo paiz, innumeradas senhoras e muitos convidados.

Esta sessão foi propositadamente realisada para se effectuar a entrega dos diplomas e premios da «Festa da Belleza», que em 6 de Agosto se tinha realisado em Ceuta e que pertenciam aos Poetas Portuguezes Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Lutegarda de Guimarães Caires e sr. Antonio C. Bastos Guerra.

O premio da Ex.<sup>ma</sup> S.<sup>a</sup> D. Lutegarda de Caires consistia n'um serviço de chá do Japão, offerecido pelo Regimento fixo de Ceuta, cuja fundação data da dominação portugueza, começando com o nome de Cavalleiros de Lança e do qual só faziam parte portuguezes de ascendencia nobre, que tivessem sido armados cavalleiros em combate com os Mouros.

O premio do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Antonio C. Bastos Guerra, consistia n'um tinteiro e caneta de prata, offerta do Governador Capitão General de Ceuta.

A sessão principiou por eu fazer a leitura do trabalho que constituia a homenagem que, em nome das Instituições que representei, prestei á cidade de Ceuta, na noite de 6 de Agosto, no Theatro do Rei, quando da Festa da Belleza.

Em seguida fallou o Representante de Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Instrucção, inaltecendo os serviços da nossa Associação e a forma patriótica como foi representada nas festas de Ceuta, fallando depois o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Encarregado de Negocios de Espanha, que fez a entrega dos diplomas ao nosso illustre consocio Sr. D. Mariano Ferrer que, por sua vez, os entregou ao Sr. João de Deus Guimarães, representante de sua irmã a Sr. D. Lutegarda Guimarães de Caires, que se encontrava no estrangeiro, e tambem representante do Sr. Antonio C. Bastos Guerra, que se encontrava fóra de Lisboa, tendo o Sr. João de Deus Guimarães agradecido e discursado sobre Ceuta e a Festa da Belleza.

Em seguida o Sr. Dr. Valerio Cordeiro, a proposito de Ceuta, citou o facto do fundador do convento do Carmo, onde a nossa Associação está instalada, D. Nuno Alvares Pereira, ter estado na tomada de Ceuta, em companhia de D. João I e dos Infantes seus filhos, glorias de Portugal.

O Sr. Dr. Alves Pereira, agradecendo a todos, encerrou a sessão.

\*  
\*   \*

Em 22 do mesmo mez de Setembro, pelas 9 horas da noite, encheram-se as salas da nossa Associação para assistirem a uma conferencia, com projecções, feita pelo nosso consocio Sr. D. Mariano Ferrer Bravo sobre os monumentos portuguezes de Ceuta.

Presidiu á sessão o Vice-Presidente em exercicio, Sr. Dr. Felix Alves Pereira, que explicou os fins da sessão, dando-me a palavra, descrevendo eu com o titulo «Ceuta, Alcacer-Ceguer, Arzila», o que foi a nossa viagem por aquellas tão decantadas paragens.

Em seguida D. Marianno Ferrer Bravo fez uma brilhantissima exposição sobre a acção civilisadora dos Portuguezes em Ceuta e sobre os monumentos que ali construímos, apresentando dezenas de projecções da forma como os mesmos se conservam ainda hoje.

Foi verdadeiramente sensacional esta conferencia, não só pela forma erudita como aquelle illustre Academico da Academia Real da Historia de Madrid a expoz, como ainda pelo assumpto, que foi o mais palpitante possivel e o mais impressionante para quem assistiu.

Estavam presentes os Representantes de Espanha e innumerar se-  
nhoras e convidados que com uma estrondosa e demorada salva de palmas, coroaram as ultimas palavras de D. Marianno Ferrer Bravo a quem todos cumprimentaram e abraçaram.

Referiu-se em seguida o Sr. Dr. Alves Pereira á importancia archeologica do Norte d'Africa, fallando ainda outros socios, que agradeceram a D. Marianno Ferrer as palavras amaveis com que sempre se referiu a Portugal.

\*  
\*   \*

Assim terminou a sua visita a Portugal o nosso Illustre consocio, que no dia seguinte se retirou para Madrid.

Este relatorio, que para ser minucioso occuparia um volume, tenciono publical-o com uma serie de estudos referentes a cada um dos principaes pontos da representação da nossa Associação no passeio aos monumentos Portuguezes de Ceuta e da zona do Protectorado Espanhol no Norte d'Africa.

*Afonso de Dornelas.*

# BIBLIOGRAFIA

---

A CATHEDRAL DE SANTA MARIA DE BRAGA pelo P.<sup>e</sup> MANUEL D'AGUIAR BARREIROS, (com ilustrações de Marques Abreu). Porto, 1922.

A veneranda Sé de Braga é como um códice antigo, em que as folhas de pedraria, enegrecidas, umas do perpassar contínuo de seculos, outras não tão vetustas mas tisnadas tambem dos muitos anos que contam, algumas até substituidas ou renovadas, contivessem traçada nas faces toda a extensa cronica dos sucessos coévos.

Sobre as paginas desse códice monumental, puséram mãos venerandas os homens que viram o primeiro lucilar da nossa nacionalidade, mas antes desses, outros ainda houve mais afastados de nós, como os Paternos, os Balconios, os Lucrécios, os Potamios, de cujo tempo parece já não conservar esse códice de granito as pristinas paginas, tendo ficado aliás dêles outras curtas noticias.

Sem embargo, a tradição magnifica que êles iniciaram, não se extinguiu, palpitando ainda na série ininterrupta dos seus sucessores de 15 seculos.

Majestosa antiguidade esta, perante a qual o meu respeito se rende com a admiração que me inspira esta longuissima dinastia de metropolitans, de quem a imperturbavel continuidade de sentimentos de dedicação e aumento para com a sua Sé constitue uma gloria eloquente e uma honra até para a cristandade bracarense de hoje!

Estas reflexões acudiam-me á mente *pari-passu* que ia decorrendo a leitura da monografia do sr. P.<sup>e</sup> Manuel Barreiros, com o titulo acima dito. A razão é que deve considerar-se inseparavel do estudo de um monumento a ideia que êle representa, o espirito que nêle preside, como a alma que dentro de um corpo humano vive. As pedras de um monumento, como a Sé de Braga, não são inertes

materiais de construção; têm por assim dizer, uma voz que precisamos saber escutar.

A este criterio obedece o trabalho do apaixonado investigador, ao descrever-nos mais ou menos detidamente, o aglomerado architectonico, de que hoje se compõe a vasta e imponente mole da Cathedral bracarense.

A multiforme construção abrange actualmente obras que, segundo o autor, são attribuiveis aos seculos XI-XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, e até seguramente ao sec. XIX, ao qual pertencem, por herança de um claustro mais antigo destruido, umas arcadas mudas e insípidas; as ultimas, mas inexpressivas folhas desse volumoso códice de granito, que se me figurou vêr na velha igreja arquidiocesana de Braga.

A meritória publicação do sr. P.<sup>e</sup> Manuel Barreiros é, em bom dizer, uma guia do archeólogo, do apreciador de arte, do estudioso investigador, que intente compulsar essas páginas históricas e interrogá-las ávidamente; é um largo programa que deve agora ser desfiado para se desentranhar em multiplos estudos monográficos, ou condensar-se em obra de maior tomo, a que o autor possa aplicar as suas experimentadas aptidões.

Infelizmente para a archeologia protocristã, parece que, se algum templo basilical precedeu as construções románicas da Sé de Braga, dele não se encontram ali vestígios.

Podemos porventura admitir que os seculos V, VI e VII, e não falo já do IV, talvez escasso, se desenrolassem em uma cidade, que tinha sido um verdadeiro nó viário romano e depois talvez uma capital de nação cristã. sem que uma basilica surgisse de um sólo provavelmente juncado de destroços architectonicos aproveitaveis? E' bem pouco de aceitar que, notavel e precoce como foi a diocese bracarense, de cujos concilios pristinos ainda hoje ecôa a voz ortodoxa e tradicionalistica, não tivesse possuido um templo mais ou menos grandioso de tipo proto-mediévico, ela que já no seculo IV era pontificada por bispos, como as suas contemporaneas *Ossonoba* e *Ebora* nas regiões do Sul.

Pelo que se conta, e arquiva-o o sr. P.<sup>e</sup> Manuel Barreiros, esvoaça apenas dentro da Capela do Livramento a tradição de ter sido nesse local o poliándrio cristão de reis bárbaros. Uma sondagem metódica nesse terreno talvez não fosse impraticavel, se bem que deva con-

tar-se com anteriores remeximentos, talvez superficiais, mas feitos a êsmo provavelmente. Só isso daria valor histórico á tradição. E' quase intrigante que não tenham apparecido epitáfios ou outros espólios de origem suêvo-lusitânica ou visigótica, neste ou noutro local.

No livro do sr. P.<sup>e</sup> Manuel Barreiros, precede a descrição da grandiosa Sé uma estampa com a planta completa das construções, cujo conjunto construtivo corresponde a um vasto dédalo de paredes, que seriam de dificultosa destrinça sem este documento auxiliar. Creio ser a primeira vez que se apresenta um trabalho desta indole sobre o multiforme edificio da Cathedral bracarense, cujos pontos de ligação com o terreno, importante aspecto para o estudo das construções antigas, ficam assim icnográficamente demarcados, de uma maneira definitiva e util. (1)

Pelas referencias do texto descritivo, parece que o alto da estampa corresponde ao sul do edificio, e o cimo da planta ao nascente; mas a indicação da linha N S é de bom uso e de mais rápida percepção. Sendo assim, o pórtico da Cathedral românica está normalmente voltado ao poente. Se basilica primitiva houve, e neste mesmo local, o seu eixo poderia ter sido norteado com outro rumo, talvez até transversal, mas do que na monografia precitada se lê, nenhuma pedra dessa fundação primitiva teria resistido aos remeximentos posteriores, o que é de admirar.

\*

Segue o Autor, na descrição do complicado edificio, uma ordem por assim dizer topográfica, depois de se ter demorado com referencias descritivas dos vestigios mais recuados que, no caso presente, são os da época românica. São ainda assáz numerosos esses restos antigos, mas conclue se dos factos observados pelo sagaz archeógrafo que, alem da igreja-mãe, havia, já daquela época, na localização aproximada da Capela de S. Geraldo, quicá dependencias do edificio principal. Do românico, o que ainda subsiste, é, pelo visto, o pórtico cir-

---

(1) Num opusculo, hoje raro, de Possidonio da Silva, opusculo intitulado «*Étude sur quelques monuments portugais*» (Paris, MDCCCLXXXI) publicam-se as plantas das igrejas de Alcobaça, Batalha, Braga, Porto e Lisboa. Identicas icnografias apparecem na estampa 38 do *Boletim da R. A. A. C. e A. P.* de 1881; 2.<sup>a</sup> serie; vol. III, pag. 87. Não tem o necessario rigor estas figuras e nomeadamente a de Braga.

cunscrito da entrada frontispicial; a porta lateral do Sul; modilhões ao Norte e ao Sul; o transepto de Nascente; contrafortes das naves colaterais; arcos e pilares interiores; janelas de leste; uma curiosa absidiola a NE do braço setentrional do cruzeiro, e disse.

A entrada secundária do Sul, já duas vezes transferida, mas respeitadas os seus elementos componentes, é sobrepujada por um tímpano, ocupado ao centro por uma cruz equilatera, vasada no granito, *alumiada*, como diria Gabriel Pereira. Porque se lhe ha de chamar «cruz de Malta», segundo escreveu o Autor? Originariamente, não está essa fôrma já exemplificada no nimbo do Salvador, desde as catacumbas, reaparecendo nos mosaicos basilicais? Mas temos cá esse modelo nas lápides visigoticas, e, muito depois, nas cabeceiras de sepulturas. E' o aspecto comum das *cruzes de consagração* e, procurando um simile explicativo de uma época mais recente, comparou o sr. dr. J. Leite de Vasconcélos este tipo equilatero á «cruz dos Templarios». O confronto porem, com a cruz de Malta é que não é tam defensavel. O emblema crucifero dos Hospitalários caracterizava-se por ter as extremidades dos braços triangulares equilateros, fendidas em angulo agudo reintrante, do que resultavam oito pontas e assim as tenho observado em construcções portuguezas daquela Ordem de cavaleiros.

Nem *cruz grega* se deveria chamar este tipo de cruces, pois que os bisantinos nem só cruces equilateras nos deixaram. Cabrol e Clercq, dois mestres da arqueologia cristã, designâm esta fôrma de cruces com a expressão *crux quadrata*, explicando que o seu aspecto, francamente geométrico, lhe valeu o uso frequente na arte ornamental (*Diction. d'Archéol. chrét. et de liturgie*, vol. III pag. 3056, nota 13) (1).

\*

Depois das obras emprendidas por Afonso Henriques e por seus progenitores, viria talvez um periodo de quietação architectónica, o

---

(1) Palavras textuais «*Cette distinction entre croix latine et croix grecque ne répond nullement, comme on pourrait être tenté de le croire, à des types différents classés d'après leur origine ou d'après l'usage admis*». E contudo ha de ser custoso, senão impossivel, banir do uso dos arqueólogos as expressões *cruz grega* e *cruz latina*.

sec. XIII. Pelo menos, não lhe vejo referencias no contexto. Mas logo a seguir, desde o seculo XIV ao XIX, as refundições, os acrescentamentos, as superfetações fervilharam por quase todos os recantos da Sé bracarense. E' certo que cada obra se mantinha dentro do seu periodo artistico, bom ou mau, sem arremêdos, sem pretensões de arcaismos, o que seria peor que tudo. Mas porventura pôde alguém profligar indistintamente essas iniciativas sinceras? Seria preciso esquecer que o lesim de uma abobada, o desaprumo de uma silharia, a torsão de uma ogiva, a deformação de uma arcada obrigavam, sem remissão, os depositários da veneranda construção a aprear o trecho combalido do edificio e a reconstrui-lo ou repará-lo profundamente.

Reconhece a lógica desta doutrina o esclarecido Autor da brochura, não verberando nos remeximentos senão o que constituiu caracterizadamente um vandalismo e encomiando o que representava, apesar de tudo, arte e majestade. E' por isso que a grandiosa Sé bracarense é hoje um verdadeiro museu architectural e artistico, com uma desafectada capela do seculo XIV, uma galilé soberba e trabalhosa do seculo XV, uma oussia admiravel do sec. XVI, uma sacristia monumental do sec. XVII, uns orgãos assombrosos e uns opulentos cadeirais do sec. XVIII, alem de muitas outras obras parciais de grande valia, como a pia bñtismal, as grades do pórtico, os tumulos com sugestivas estátuas jacentes, os altares de calcáreo ou madeira, as graciosas imagens de pedra de Ançã, os azulejos historizados, não mencionando já os ornamentos brocados, a ourivesaria, a indumentária rica.

Não poucos desacertos se cometeram; castiga-os e punge-os, com ironias, o Autor na sua viagem em redor da Catedral de Braga, mas que maior impecabilidade poderia exigir-se, em materia de restauros, de tantas gerações com uma preparação artistica, que se limitaria ao instinto espontâneo, quase inculto, mas bem intencionado, das entidades fabriqueiras? O espirito reformador e grandioso de um bispo, a acção inovadora e generosa de um cabido, aproveitar-se-iam da primeira oportunidade, para assinalar a sua passagem pela rica igreja bracarense com alguma obra de character mais ou menos monumental, propria para transmitir aos vindouros a importancia do melhoramento e afirmar aos contemporâneos dedicação e interesse pela magnífica Sé.

Importantissimo concurso para a valorização da monografia sobre a Catedral bracarense é trazido pelas esplendidas fotogravuras do sr. Marques Abreu.

Confesso que pretendi destacar alguns destes trabalhos, em que a disposição da luz, a escolha do ponto de vista, a orientação da máquina, o equilíbrio dos valores, a ingratidão do trecho aduzido, provocassem excepcional referencia; mas, embaraçado pela dificuldade da selecção, desisti. As reproduções apresentadas indicam que os negativos correspondentes são inexcedivelmente belos e que á sua manipulação presidiu um sentimento fundamentalmente artistico e um largo conhecimento tecnico dos recursos da arte fotografica.

As monografias da natureza desta do sr. P.<sup>o</sup> Manuel Barreiros, em que se manuseiam amorosamente as obras dos nossos maiores, chamando para estas a atencção protectora dos leitores, representam uma fórma de patriotismo, bem mais meritório e respeitável, do que algum que, fóra dos dominios da Arte, por aí se expande em loquacidade clamorosa e vã, sem ter a sinceridade e o alcance positivo deste.

Lisboa, setembro de 1923.

*F. Alves Pereira.*

## A ILHA DE FERNANDO NORONHA É ERRADAMENTE ASSIM DESIGNADA

(POSFÁCIO)

Já depois de impressa esta comunicação, o nosso prezado consócio sr. dr. Jordão de Freitas deu-nos conhecimento das referências do sábio escritor brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen à ilha de Fernando Noronha e ao seu descobridor, nas notas eruditíssimas que acompanham o «Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pedro Lopes de Sousa», impresso em Lisboa em 1839.

O ponto principal da comunicação é mostrar a existência de uma família *Loronha*, a que pertencia o descobridor da referida ilha, família que nada tinha com a de *Noronha*, mas não queremos deixar de registrar os argumentos do sabio brasileiro, que resolveram o problema da data do descobrimento da ilha, sobre o qual aventámos hipóteses que, assim, ficam prejudicadas.

Diz Varnhagen :

«É bem conhecida a ilha de Fernão de Noronha, achada, como todos repetem, pelo português de seu nome, sem dizerem porém até agora em que ano. Tivemos empreendido um trabalho para mostrar ter sido esta ilha descoberta pela Armada de seis velas que foi ao Brasil em 1503, fundados sobre considerações náuticas e geograficas, quando encontrámos no Real Arquivo da Torre do Tombo documentos que nos tiram toda a duvida. Consistem estes documentos em doações desta ilha (chamada então de S. João) ao descobridor e seus sucessores, sendo a primeira a 16 de janeiro de 1504, em que el Rei diz que fazia doação a Fernão de Noronha da capitania da ilha que ele *novamente achara e descobrira*».

Reproduz seguidamente dois documentos e alude a outros, todos por nós também lidos na Torre do Tombo, a alguns dos quais nos referimos, e conclue :

•Fica portanto sabido que o descobrimento da ilha de Fernão de Noronha foi em 1503. Agora avançamos mais. Sendo, pelas combinações referidas na nota pre-

cedente (\*) inquestionavelmente esta ilha descoberta em Agosto de 1503, pela armada de seis velas, das quaes, naufragando duas, se apartou o capitão-mor com duas da companhia de Americo, temos que o capitão-mor retrocedeu a Lisboa a dar parte deste achadô, e que não pode deixar de ter sido Fernão de Noronha, porquanto ao comandante é que sempre tocava a honra do descobrimento, e o tempo que medea antes de 16 de Janeiro de 1504, não era mais que o suficiente para fazer, naqueles tempos, a volta, contratar o arrendamento da ilha descoberta e por fim andar como pretendente a suplicar a doação e capitania pelos paços reaes».

Antes de terminarmos esta nota, chamamos a atenção para a afirmativa de Varnhagen de que a ilha foi *inquestionavelmente* descoberta em Agosto, quando há memórias que dizem ter sido num dia de S. João e que por isso foi primeiramente chamada de S. João Baptista.

Sôbre o fim da nossa comunicação, notamos que Varnhagen escreve sempre *Noronha*, excepto quando transcreve documentos, o que nos faz supor que julgava ser *Loronha* uma fôrma adulterada de *Noronha*.

O sr. dr. Antonio Baião, illustre academico e proficientissimo director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, num dos capitulos da «Historia da Colonização Portuguesa do Brasil», vae referir-se a Fernão de *Loronha*, aumentando consideravelmente a documentação de Varnhagen.

Para a parte genealogica temos já novos elementos que incluiremos no livro *Genealogias de Navegadores Portugueses*, em que trabalhamos.

F. de V.

---

(\*) Comparação que Varnhagen faz da relação de Americo, sôbre a posição da ilha, com outras relações e cálculos náuticos.